



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JORGE HENRIQUE LIMA MOREIRA

**A INTERPRETAÇÃO DAS METÁFORAS ATRAVÉS DE UMA CONCEPÇÃO
SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA: ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE SEARLE E DA
TEORIA COGNITIVISTA DE LAKOFF**

FORTALEZA

2025

JORGE HENRIQUE LIMA MOREIRA

A INTERPRETAÇÃO DAS METÁFORAS ATRAVÉS DE UMA
CONCEPÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA: ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE SEARLE
E DA TEORIA COGNITIVISTA DE LAKOFF

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Instituto de Cultura e Arte (ICA), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Luís Filipe Estevinha Lourenço Rodrigues

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M837i Moreira, Jorge Henrique Lima.
A interpretação das metáforas através de uma concepção semântico-pragmática : Análise da concepção de Searle e da teoria cognitivista de Lakoff / Jorge Henrique Lima Moreira. – 2025.
188 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Luís Filipe Estevinha Lourenço Rodrigues.

1. Ato de fala. 2. Metáfora. 3. Semântica. 4. Pragmática. I. Título.

CDD 100

JORGE HENRIQUE LIMA MOREIRA

A INTERPRETAÇÃO DAS METÁFORAS ATRAVÉS DE UMA CONCEPÇÃO
SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA: ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE SEARLE E DA TEORIA
COGNITIVISTA DE LAKOFF

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Instituto de Cultura e Arte (ICA), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento.

Aprovada em: 11/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Filipe Estevinha Lourenço Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Filho
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Tarik de Athayde Prata
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Cícero Antônio Cavalcante Barroso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Ralph Leal Heck
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha esposa, Ana Maria

A meu filho, Pedro Henrique

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Estadual do Piauí, que me concedeu afastamento com remuneração, o que me possibilitou investir em minha pesquisa.

Ao professor Dr. Luís Filipe Estevinha Lourenço Rodrigues (UFC), que foi um orientador e amigo das horas difíceis. Seus conselhos e a leitura crítica que realizou ajudou-me nas leituras e redação da tese.

Aos professores Dr. Tarik de Athayde (UFPE) Prata e Dr. Cícero Antônio Cavalcante Barroso (UFC), que participaram de minha qualificação, dando sugestões preciosas para a continuidade do trabalho.

Aos professores Dr. Danilo Marcondes de Souza Filho (UFF), Dr. Tarik de Athayde (UFPE) Prata, Dr. Cícero Antônio Cavalcante Barroso (UFC) e Dr. Ralph Leal Heck por participarem da banca de defesa de minha tese de doutoramento, por disponibilizarem por seu tempo para avaliarem meu trabalho e por darem sugestões e críticas valiosas.

Aos colegas do Grupo **Filosofia, Metafísica e Cognição (FMC)**, sediado na Universidade Federal do Ceará, no programa de pós-graduação em filosofia, pois possibilitaram o debate contínuo do tema de minha pesquisa.

À minha família, especialmente à minha companheira, Ana Maria, pelo incentivo constante e pelos momentos de acalento diante das dificuldades que enfrentamos.

Aos colegas de trabalho na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Leandro Sardeiro de Araújo, Lucas Rocha Faustino, Adriana Alves de Lima Lopes e Carlos Henrique Carvalho Silva, pelo apoio na execução da pesquisa e pelo incentivo constante pela conclusão do trabalho e volta ao ambiente acadêmico profissional.

É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*) (Wittgenstein, 1975, §23, p.23).

RESUMO

A tese apresentada destina-se a mostrar uma concepção de interpretação metafórica que resolva as dificuldades enfrentadas por John Searle em sua teoria dos atos de fala. A teoria dos atos de fala é a base para a construção da tese, uma vez que se considera que todo proferimento linguístico é, primeiramente, um ato de fala. Isso quer dizer que a primazia da significação dos proferimentos é delinear a força ilocucionária que os determina. Nesse interim, se pode dizer que a metáfora é um ato de fala. Entretanto, Searle falha em apresentar uma teoria da interpretação de metáforas, pois coloca a explicação sob o encargo de uma estrutura indeterminada, que não explica os procedimentos interpretativos. A teoria cognitivista de George Lakoff considera a metáfora como algo estrutural e cotidiano, de modo que considera que as metáforas são, em sua maioria, convencionais. A base da teoria é a ideia de mapeamentos conceituais metafóricos, que o autor considera como elementos semânticos. Ela será apresentada como uma alternativa ao modelo searleano, mas, de igual maneira, se mostrará como uma teoria insuficiente. A solução que a tese propõe é uma teoria da interpretação semântico-pragmática, que contesta as duas teorias mencionadas, embora valorize elementos da análise das duas teorias.

Palavras-chave: ato de fala; metáfora; semântica; pragmática.

ABSTRACT

The thesis presented aims to demonstrate a conception of metaphorical interpretation that resolves the difficulties faced by John Searle in his theory of speech acts. The theory of speech acts is the basis for the construction of the thesis, since it is considered that every linguistic utterance is, first and foremost, a speech act. This means that the primacy of the meaning of utterances is to delineate the illocutionary force that determines them. In the meantime, it can be said that metaphor is a speech act. However, Searle fails to present a theory of the metaphors interpretation, since he places the explanation under the incumbency of an indeterminate structure, which does not explain the interpretative procedures. George Lakoff's cognitivist theory considers metaphor as something structural and everyday, so that it considers that metaphors are, for the most part, conventional. The basis of the theory is the idea of metaphorical conceptual mappings, which the author considers as semantic elements. It will be presented as an alternative to the Searlean model, but, in the same way, it will be shown to be an insufficient theory. The solution that the thesis proposes is a theory of semantic-pragmatic interpretation, which contests the two theories mentioned, although it values elements of the analysis of both theories.

Keywords: speech act; metaphor; semantics; pragmatic.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AS TEORIAS PRESSUPOSTAS	13
2.1 A concepção de Austin	13
2.2 A concepção de Paul Grice	33
3 A TEORIA DE JOHN SEARLE	44
3.1 Os prolegômenos da teoria dos atos de fala	45
3.2 A estruturação da teoria dos atos de fala	51
3.3 Regras e significação	54
3.4 Exemplo de análise do ato ilocucionário	63
4 A TAXONOMIA DE SEARLE E AS METÁFORAS	68
4.1 Os tipos de atos ilocucionários	68
4.2 O Problema das metáforas	79
4.3 A proposta de Searle	99
5 SEARLE E AS CIÊNCIAS COGNITIVAS	113
5.1 O problema de Searle estendido	113
5.2 O cognitivismo	118
5.3 Searle e o cognitivismo	122
6 A ABORDAGEM COGNITIVISTA DA METÁFORA	131
6.1 Pressupostos da linguística cognitivista	131
6.2 A metáfora conceitual na vida cotidiana	134
6.3 A abordagem semântico-pragmática da metáfora	152
7 CONCLUSÃO	175
8 REFERÊNCIAS	182

INTRODUÇÃO

A tese aqui apresentada parte de um problema vislumbrado na obra de John Searle, que seria o problema da interpretação das metáforas. Este problema aparece no texto *Expressão e Significado*, escrito em 1979. Logo, o quadro teórico envolvido em toda a discussão será a teoria dos atos de fala que, originalmente, foi apresentada por John Austin, sobretudo em sua obra *How to do things with words* e, posteriormente, foi desenvolvida por Searle, inicialmente com sua obra intitulada *Speech Acts*, publicada originalmente em 1969.

Essa tese tem três momentos fundamentais. A primeira parte da tese é a construção da teoria dos atos de fala de Searle, que pretende explicar a realização de todos os atos de linguagem, incluindo os tropos linguísticos. Os tropos são o que se convencionou chamar de linguagem figurada que, no caso de Searle, escolheu como elementos para análise os atos de fala indiretos, as ironias e as metáforas. A partir desta discussão surgiu o problema motivador desta tese, a saber, a questão da interpretação das metáforas. Searle apresenta sua tese, criando um algoritmo que tem o significado literal como input e o significado do falante como output. A segunda parte da tese será a apresentação de uma teoria alternativa, que possa suprir algumas deficiências na teoria de Searle sobre metáforas. Essa teoria é a concebida como teoria da metáfora conceitual, defendida por George Lakoff. O autor defende que as metáforas são, em sua maioria, convencionais, portanto, presentes na vida cotidiana das pessoas. As metáforas seriam casos de ocorrências de estruturas conceituais metafóricas pré-existentes, que ele as denomina como mapeamentos. Assim, o intérprete tem acesso direto ao mapeamento convencionalizado, não sendo necessário avaliar o significado literal da sentença. A terceira parte da tese apontará o que considera errado nas duas teorias, mostrando como as concepções de Searle e de Lakoff não conseguem explicar o que pretendem sobre a interpretação metafórica. E, desse modo, será apresentada uma solução para o problema da interpretação, denominada de abordagem semântico-pragmática. Para o desenvolvimento da tese, a discussão foi dividida em cinco capítulos.

O capítulo I pretende apresentar o quadro teórico da teoria dos atos de fala, onde serão apresentadas, sucintamente, as teorias dos dois predecessores mais relevantes da teoria apresentada por Searle. O primeiro destes autores é John Austin, que desenvolveu uma concepção de linguagem em termos de ação. Para este, falar não é apenas fazer uma descrição, mas é um modo de agir também. A obra que consagra a divulgação dessa concepção teórica é intitulada *How to do things with words* (1962). Partindo disso, ele

compreende que o ato de fala se fragmenta em atos componentes. Estes atos componentes são, na sequência, o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário. Juntamente a isso ele cria uma taxonomia dos tipos de atos de fala. Isso servirá de ponto de partida para Searle, que constituirá sua tese a partir de alguns reparos que considera importantes na concepção de Austin. O segundo autor é o britânico Paul Grice. A rigor, ele não foi um autor que trabalhou com atos de fala nos moldes dos outros dois. No entanto, sua concepção de significado não natural é importante para as pretensões teóricas de Searle. Essa discussão de Grice resultará na construção de uma noção muito importante na abordagem de Searle, que é a concepção de significado do falante. Ela estabelece as bases para uma proposta de cunho intencionalista da linguagem, que será fundamental para a forma que Searle lida com a interpretação das metáforas.

O capítulo II apresentará sucintamente o desenvolvimento da teoria dos atos de fala que o próprio Searle empreendeu. A ideia é que ele parte do que estes dois autores mencionados no parágrafo anterior defenderam, para então fazer sua análise crítica e apresentar sua própria concepção. A proposta de Searle sintetiza elementos das teorias tanto de Austin quanto de Grice. De Austin ele se apropria da estruturação da teoria, com a apresentação das forças de um proferimento (locucionária, ilocucionária e perlocucionária), da influência das instituições sociais e do desenvolvimento de uma taxonomia dos tipos de atos de fala, embora não tenha conseguido concluir. De Grice ele se apropria da atuação da intenção no processo de significação, de modo que, algumas vezes, o significado convencional da emissão é diferente do significado que o falante imprime aos proferimentos. Essas duas teorias se caracterizam por uma análise da linguagem centrada no domínio pragmático.

O capítulo III apresentará a maneira que Searle constrói sua teoria, mostrando a taxonomia do próprio autor e também a maneira que ele demonstra o funcionamento e a interpretação das metáforas. Esses elementos linguísticos normalmente foram tratados pela tradição filosófica e linguística em termos de retórica, como é o caso das metáforas, das ironias e dos atos de fala indiretos. No entanto, por conta do objetivo da tese aqui apresentada, a discussão se pautará exclusivamente na demonstração da análise das metáforas. Para analisar as metáforas, Searle desenvolve oito princípios, que servem como parâmetro para identificar a estrutura formal dos tipos metafóricos. Segundo se depreende de sua apresentação, os três primeiros princípios, aparentemente, não apresentam problema algum que gere uma discordância, pois preservam a ideia de que os atos de fala são comportamentos

intencionais altamente complexos governados por regras constituintes. A partir do quarto princípio aparecem inconsistências para a interpretação de metáforas. A forma da metáfora, de maneira geral, seria, $S \rightarrow P$, querendo dizer que o que é P é R . Por exemplo, o princípio 4 diz que “Coisas que são P não são R , nem se parecem com coisas que são R , nem crê que sejam R ; entretanto, é um fato de nossa sensibilidade, cultural ou naturalmente determinado, que efetivamente percebemos uma conexão, de modo que P se associa, em nossas mentes, às propriedades R ”, conforme será apresentado na tabela da página 108. Um exemplo de emissão deste caso seria: “José é uma pessoa amarga”. A dificuldade é relacionar seres humanos com sabores do paladar de modo que isso se torne significativo. A teoria de Searle parece não dar conta de um modelo explicativo para esta “semelhança”, como de fato era sua pretensão. Desta forma, a saída encontrada pelo autor seria seu conceito de background, relacionado com a interpretação de metáforas em seu texto *Intencionalidade* (1999b). O background consiste em um conjunto de saberes e habilidades não-intencionais e não-representacionais, de modo que ele é uma estrutura *a priori* da mente humana. Assim, o background atua de modo que ele auxilia o indivíduo a compreender as metáforas. Trata-se de um *know-how*, sem que seja possível demonstrar como ele consegue fazer isso.

O capítulo IV irá, em primeiro lugar, discutir o que é o cognitivismo, mediante alguns pesquisadores relacionados com as ciências cognitivas. Essa apresentação servirá de pano de fundo para comparar com a concepção crítica de Searle referente ao cognitivismo. Searle considera que todo o cognitivismo se caracteriza como o que se convencionou chamar de projeto de IA (inteligência artificial) forte, tal como fora proposto a partir do trabalho de Alan Turing. Assim, nesse capítulo será mostrado que muitos teóricos ligados à revolução cognitivista concordam com os pressupostos fundamentais presentes no trabalho de Searle, como é o caso da consciência. Isso permitirá perceber que o trabalho do filósofo norte americano não é antagônico ao projeto dos cognitivistas, tal como o autor pensou anteriormente.

O capítulo V irá apresentar uma teoria que é uma boa candidata para a resolução do problema da interpretação das metáforas herdado da concepção de Searle. O autor responsável por esta abordagem é George Lakoff, linguista norte americano, radicado na universidade de Berkeley. De início, Lakoff, juntamente com Mark Johnson, publicou um livro que abalou o cenário dos estudos da linguagem, que foi o livro *Metaphors we live by*, publicado em 1980. Esse livro tem como tese principal a ideia de que metáforas são formas de apresentar um conceito menos determinado (mais abstrato) em termos de um conceito mais

determinado (mais concreto). Junto a isso, eles apresentam o argumento de que as metáforas são estruturantes do pensamento humano, estando presentes em muitas situações cotidianas. Lakoff (1993) discutirá o que considerou a teoria da metáfora contemporânea, de maneira que não retomará algumas ideias do trabalho de 1980. No trabalho de 1993 ele vai apresentar a expressão metafórica como uma ocorrência particular de um mapeamento metafórico conceitual. Ele considera que as metáforas, em sua maioria, são convencionais e, desta forma, seus mapeamentos seriam componentes da semântica sincrônica. Contrário ao trabalho de Searle, ele acha que o significado literal da sentença não tem nenhuma relevância para a interpretação de uma expressão metafórica. Ele acha que os indivíduos têm acesso direto aos mapeamentos conceituais das metáforas.

Por fim, a tese objetiva mostrar que os dois projetos (o de Searle e o de Lakoff) são incorretos, embora sejam constituídos de alguns acertos. Assim, a tese apresenta uma proposta de interpretação das metáforas que abarque os domínios da semântica e o da pragmática. Consequentemente, a proposta esboçada aqui é nomeada como uma abordagem semântico-pragmática, que envolve elementos das duas teorias supracitadas, mas tem particularidades que a diferenciem das outras. A ideia fundamental é que a semântica engloba, além do que já é pressuposto normalmente, os mapeamentos conceituais. A interpretação conta com elementos da semântica, como o significado literal e os mapeamentos conceituais metafóricos. Também conta com elementos pragmáticos, como o contexto de fala e as máximas conversacionais. Destarte, a abordagem semântico-pragmática mantém que a primazia da significação da expressão metafórica é a teoria dos atos de fala, discordando da forma que Searle buscou determinar o significado das expressões metafóricas.

CAPÍTULO I

2. AS TEORIAS PRESSUPOSTAS

Este capítulo apresentará as teorias desenvolvidas por John Langshaw Austin (1911-1960) e por Herbert Paul Grice (1913-1988) como pano de fundo para uma discussão acerca da teoria dos atos de fala desenvolvida por John Rogers Searle (1932-atual).

Austin é um expoente importante da concepção da linguagem enquanto ação, notadamente com a apresentação das conferências no *The William James Lectures*, em 1955, na universidade de Harvard. Essas conferências foram reunidas e publicadas postumamente no texto intitulado *How to do things with words*, em 1962.

Neste texto, que ficou marcado nos estudos da linguagem, seguindo a tradição do Wittgenstein tardio¹, aparece a conhecida dicotomia entre constataativos e performativos, que é o pontapé inicial para a teoria dos atos de fala. Além dessa distinção, também aparece a caracterização do ato de fala total em três atos constituintes, a saber, ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário (Austin, 1962).

Grice, por outro lado, não tem uma contribuição direta na discussão dos atos de fala, como o fez Searle posteriormente. A discussão fundamental dele foi acerca da comunicação realizada entre falante e ouvinte. Nesse ínterim, uma questão central para ele foi a noção de significado. Em seu artigo *Meaning* (1957) apresenta uma distinção entre o significado natural e o significado não natural, que dará ensejo à distinção posterior entre significado literal da sentença e significado do falante.

Essas duas teorias são importantes para a caracterização da teoria dos atos de fala como desenvolvida por Searle. Ele construirá sua teoria tecendo ajustes e críticas a essas duas teorias apresentadas neste capítulo. Assim, é fundamental conhecer as linhas mestras dessas teorizações, a fim de se avaliar as bases teóricas da concepção de Searle.

2.1 A concepção de Austin

Ao conceber a *linguistic turn* como uma mudança de paradigma na tradição filosófica, é possível distinguir dois movimentos no seio dessa mudança paradigmática.

¹ Vale destacar que a obra de L. Wittgenstein é classificada em duas fases: a primeira fase se refere ao período da escrita do *Tractatus* (2001), que condiz com a fase mais próxima do logicismo do autor. A segunda fase se refere ao período da escrita das *Investigações* (2012), período em que o autor deu uma guinada para uma concepção de linguagem mais próxima do pragmatismo.

Bertrand Russell (1872-1970) e George Edward Moore (1873-1958) se destacaram como filósofos que se opuseram ao idealismo de F. H. Bradley (1846-1924), que defendeu que o universo é espiritual. Essa teoria é uma proposta neo-hegeliana, que busca mostrar que realidade e totalidade são idênticas, tornando a consciência parte do absoluto. Russell e Moore se destacaram como defensores do realismo², de maneira que é papel da filosofia clarificar os elementos constituintes da experiência humana. A maneira como Russell destaca seu realismo é conjugado com sua ideia de analiticidade.

A filosofia que eu defendo é:

Realista, porque ela considera a existência como independente do conhecimento. (...) Neste sentido, a filosofia em questão é realista. Eu não estou dizendo, contudo, que os objetos sensíveis, isto é, os dados dos sentidos imediatos, existem independentemente de nós em um sentido causal, mas eu rejeito o argumento *a priori* que pretende mostrar que nada pode existir independentemente da mente, e eu digo que o que é conhecido não pode ser nada, e deve, portanto, subsistir, enquanto que o que subsiste pode muito bem não ser conhecido.

Em segundo lugar, a filosofia que eu defendo é *analítica*, porque ela afirma que é preciso descobrir os elementos simples dos quais os complexos são compostos, e que as coisas complexas pressupõem as coisas simples, enquanto que as coisas simples pressupõem as coisas complexas (Russell, 2018, pp. 460-461).

Portanto, a partir do trabalho desses dois filósofos, é possível dividir a filosofia nascente dessa virada em duas vertentes. A primeira se caracteriza pelo que ficou conhecido como a filosofia analítica propriamente dita. Ela tinha como foco principal a análise lógica das expressões, buscando decifrar qual a forma lógica e os elementos constituintes destas. A segunda se caracteriza pelo que ficou conhecido como a filosofia da linguagem ordinária ou filosofia linguística. Ela tinha como meta abordar os problemas filosóficos através de uma análise conceitual mediante os usos realizados na linguagem ordinária.

Strawson (2002) defende que na filosofia analítica existem duas formas de trabalhar os fenômenos, uma mais atomista e outra mais terapêutica. Sobre a primeira ele diz: “*Temos, portanto, a imagem de desmontar intelectualmente idéias ou conceitos; descobrir os elementos que compõem um conceito ou uma idéia e como eles se relacionam*” (p. 15). Essa forma de analisar os fenômenos é caracterizada por filosofias tipicamente semelhantes ao

² O Realismo destacado aqui é o que Russell chamou de “realismo analítico”, conforme ele mesmo o enuncia: “*A filosofia que me parece a verdadeira poderia se chamar ‘realismo analítico’.* (...) *Ela é analítica, uma vez que defende que a existência do complexo depende da existência do simples, e não vice-versa, e que o constituinte de um complexo é, enquanto constituinte, absolutamente idêntico a ele mesmo quando não são consideradas suas relações. Portanto, esta filosofia é uma filosofia atômica. Os átomos são de duas espécies: os universais, que são semelhantes a idéias platônicas, e os particulares, que são semelhantes, em lógica, às substâncias, pois eles não podem jamais aparecer como predicados ou relações nas proposições*” (Russell, 2018, p.459).

Tractatus de Wittgenstein (2001). A segunda forma se aproxima do que o próprio Wittgenstein (2012) defendeu, mas agora se referindo àquele autor das *Investigações*.

O papel do filósofo analítico consiste em endireitar a postura do nosso pensamento ou auxiliar na nossa reforma intelectual; consiste em libertar-nos de confusões obsessivas, dos falsos modelos que dominam o pensamento e nos tornar capazes de ver claramente o que está diante de nós. Diz Wittgenstein: “O tratamento de uma questão pelo filósofo é como o tratamento de uma doença”. Recorremos a ele, parece, um pouco como o neurótico consulta um analista (Strawson, *ibid.* p.16).

Nas palavras de Strawson, essas formas de fazer filosofia seriam, respectivamente, uma gramatical e a outra terapêutica. Na primeira, a ideia é que existe um sistema, cuja estrutura subjacente seria revelada pela análise. Na segunda, não se objetiva construir um sistema, mas, no máximo, apontar lembretes de como jogos de linguagem costumam ocorrer.

Marcondes (2005), por outro lado, faz uma distinção mais detalhista. O que seria a segunda visão apresentada por Strawson (2002) será tomada como a versão pragmática da filosofia da linguagem contemporânea. E, desta feita, ele reconhece uma subdivisão em duas tradições, que seriam as concepções contextualista e performativa.

É possível distinguir duas linhas principais de desenvolvimento da pragmática na filosofia da linguagem. A primeira, que podemos denominar de *contextualista*, considera o *contexto* como noção central na análise pragmática, examinando as características das situações de uso que incidem diretamente na determinação do significado das expressões linguísticas. Trata-se assim basicamente de uma semântica acrescida da consideração do contexto quando isso é necessário para a determinação do significado de expressões linguísticas de certo tipo. A segunda pode ser denominada de *performativa* porque assume como característica central da pragmática a concepção da linguagem como forma de ação ou de realização de atos. De acordo com essa concepção, “dizer é fazer”; portanto, a determinação do significado só pode ser feita a partir da consideração do ato que está sendo realizado quando essas expressões são proferidas e das regras que tornam possível a realização desses atos (Marcondes, *ibid.*, p. 15).

Portanto, Austin pertence à segunda tradição³. Assim, algo que acompanhou todo o percurso dele foi a preocupação em diluir esses problemas em uma análise dos usos desses conceitos, buscando evitar a criação de problemas insolúveis como os que são oriundos da metafísica clássica. Por conta disso, sua filosofia tinha um caráter metodológico, apesar de não ter desenvolvido uma sistematização de sua teoria.

³ Conforme Marcondes (2012, p.18): “(...) a *Filosofia da Linguagem* se constitui essencialmente não como sistema filosófico que busca respostas aos problemas tradicionais da Filosofia (...); mas, segundo uma nova perspectiva, como tentativa de refletir sobre questões específicas através de uma interrogação da linguagem tal qual é usada. (...) por exemplo, a discussão empreendida por Austin a respeito do problema ético da responsabilidade na ação, através principalmente da análise de expressões adverbiais (...)”. Ver também Rajagopalan, 2010, capítulo 2, págs. 21-30.

A versão oficial apresentada no *establishment* filosófico é que Austin não conseguiu sistematizar completamente sua teoria, embora fosse seu desejo. O problema foi ele ter morrido muito jovem, quando estava prestes a completar 49 anos. Em sua última conferência em Harvard, menciona a necessidade de melhorias em sua teoria, como seria o caso da classificação dos verbos performativos. “*O que não sobreviverá à transição, exceto talvez como um caso marginal limite, é a noção da pureza dos performativos*” (1990, p. 122). O seu herdeiro intelectual, consagrado pela crítica tradicional foi o filósofo John Searle. Este filósofo norte-americano foi aluno de Austin e assumiu que o britânico foi o grande inspirador de sua concepção filosófica de linguagem:

Meu trabalho mais antigo foi na filosofia da linguagem e grande parte dele foi uma tentativa de desenvolver uma teoria geral dos atos de fala. Eu fiz um extensivo uso de *insights* já desenvolvidos por outros filósofos de Oxford, especialmente Austin (Searle, 1997, p. 512 apud Rajagopalan, 2010, p. 77).

No entanto, uma discussão entre os leitores de Austin é se de fato sua teoria carecia de sistematização ou não. Afinal, é notório como o autor tem uma predisposição de tomar os usos concretos da fala para realizar suas análises filosóficas, e não apontar para sistemas de análise axiomáticos ou da gramática tradicional. Em *Plea for excuses*, escrito em 1957, ele apresenta um exemplo do modo de análise proposto por ele. Neste, fica claro que o método consiste na utilização dos usos linguísticos concretos.

Em primeiro lugar, palavras são as nossas ferramentas, e, como um mínimo, devemos usar ferramentas claras: devemos saber o que queremos dizer e o que não queremos, e devemos nos armar contra as armadilhas que a linguagem cria. Em segundo lugar, palavras não são fatos ou coisas (exceto em seu próprio cantinho): precisamos, portanto, deixá-las fora do mundo, mantê-las separadas e contra este, para que possamos perceber suas inadequações e arbitrariedades, e então possamos olhar novamente para o mundo sem bloqueios. Em terceiro lugar, e mais esperançosamente, nosso estoque comum de palavras incorpora todas as distinções que os homens acharam que valia a pena traçar e as conexões que eles acharam que valia a pena fazer na vida de muitas gerações: estas certamente serão provavelmente mais numerosas, mais sólidas, uma vez que resistiram ao longo teste da sobrevivência do mais apto, e mais sutis, pelo menos em todos os assuntos comuns e razoavelmente práticos do que qualquer outro que eu ou você possamos imaginar em nossas poltronas à tarde – o método alternativo favorito (Austin, 2007, p.181-182).

Assim, o que se percebe é um autor que parte dos dados concretos apreendidos empiricamente, ou como diz Rajagopalan (2010, p. 63), “...a proposta de Austin, de inspiração aristotélica...”. E isso é importante ser mencionado para não se tomar o paradigma sistematizador da teoria dos atos de fala como a única proposta de conceber tal projeto. Isso quer dizer que Austin tinha como fato primordial a ocorrência do evento de fala, com suas implicações provindas do contexto e das práticas linguísticas dos usuários da língua. Esse

destaque de seu olhar aristotélico serve para contrastá-lo de uma visão formal e estanque da significação.

Talvez a grande contribuição de Austin à história da filosofia tenha sido sua concepção da linguagem como modo de ação, e não simplesmente como representação da realidade. Isso implica que a maneira que Austin concebe a análise linguística não é como os analíticos clássicos conceberam, isto é, como análise dos constituintes e da forma da expressão. Ao contrário, em sua abordagem, a expressão é tomada como determinada por elementos contextuais, convencionais e intencionais.

Essa forma de tratar a linguagem impactou em uma mudança de concepção profunda. A filosofia analítica tratou a expressão como sentença ou proposição. Austin tratou a expressão como proferimento. Essa distinção é importante para que se perceba a mudança ocorrida. Assim, em seu texto, as palavras utilizadas por ele para se referir a essas caracterizações da expressão são, na ordem, *sentence*, *statement* e *utterance*. Elas podem ser traduzidas por sentença, declaração, e proferimento ou enunciação. Sentença diz respeito ao aspecto gramatical da expressão. Declaração diz respeito ao aspecto da significação, podendo ser verdadeira ou falsa. A tradição lógica também costuma chamar isso de proposição. O proferimento ou enunciação trata de uma emissão concreta de uma expressão, dita por alguém particular, em uma situação específica e em um momento específico. Bem, essa mudança é fundamental para a concepção de *ato de fala*. A ideia de um ato de fala se concretiza mesmo quando ele atesta que até os ditos constatativos eram, de fato, performativos em um nível profundo. Ao perceber isso, ele descreve isso na última conferência ministrada em Harvard, em 1955: “*Esta se baseava essencialmente sobre uma crença na dicotomia entre performativos e constatativos, que, conforme vimos, tem de ser abandonada em favor de famílias mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos...*” (Austin, 1962, p. 149).

E, desse modo, a análise da linguagem implica em uma análise de todos os elementos constituintes da enunciação, se estendendo para o entorno do proferimento. Por conta disso, Austin entende que a análise de um proferimento nunca se restringe às palavras mencionadas apenas, mas, também, à *realidade implicada no ato de linguagem*. Em *A Plea for excuses* ele assevera:

Quando examinamos o que devemos dizer, quais palavras devemos usar e em quais situações, estamos olhando não meramente para palavras (ou ‘significados’, o que quer que possam ser), mas também as realidades em que usamos as palavras para falar sobre: estamos usando uma consciência aguçada das palavras para aguçar nossa percepção dos fenômenos, embora não como o árbitro final (Austin, 2007, p. 182).

Uma questão central na discussão empreendida por Austin foi acerca da capacidade descritiva da linguagem. A tradição considerou a expressão nos moldes declarativos, como se todo enunciado descrevesse um estado de coisas, sendo, dessa maneira, verdadeiro ou falso. A depender da tradição circunscrita, essa declaração continha em si a possibilidade de ser verificada, portanto, seria verificável⁴. Esse modo de pensar a linguagem como descrição dos fatos do mundo implica em uma linha demarcatória entre o que tem sentido e o que não tem. O que não tem sentido, portanto, seria demarcado como o domínio das pseudodeclarações. Isso quer dizer, simplesmente, que são declarações que descrevem o que não é possível verificar em nenhuma instância. Por exemplo, expressões com teor estético, ético ou religioso são desse tipo. Elas não seriam, portanto, chanceladas como da esfera do conhecimento humano, uma vez que não se enquadrariam nessa metodologia de classificação.

Essa maneira de pensar a linguagem consiste naquilo que Austin denominara de “falácia descritivista”. Essa falácia incide em considerar os enunciados declarativos como descrições de estados de coisas. O fato, entretanto, é que Austin entendeu que nem toda expressão verdadeira ou falsa é uma descrição. Ele prefere chamar essas declarações de constataativos. Além disso, considera que nem todo enunciado é desse tipo, ou seja, uma declaração verdadeira ou falsa do mundo.

Negligenciar essas possibilidades da maneira que antes era comum é chamado de ‘falácia descritivista’; mas talvez este não seja um nome bom, já que ‘descritivo’ em si é especial. Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, e, por esta razão, prefiro usar a palavra ‘Constataativo’ (Austin, 1962, pág. 3).

A ideia dele é que alguns enunciados são realizados com propósitos diferentes destes. Esses enunciados serão os proferimentos, que não constata nada e, dessa forma, não são verdadeiros ou falsos. Esses proferimentos não se caracterizam como modos de dizer algo, mas, na verdade, são formas de ação. Isso demarca a tese fundamental do autor, que é considerar a linguagem como uma forma de ação. Consequentemente, quando se faz um proferimento não apenas se diz algo, mas também se realiza uma ação através do dito. Austin apresenta exemplos para caracterizar isso:

⁴ A esse respeito, ver a caracterização do verificacionismo feita por Ayer, que estabelece que a verificação é apenas em princípio, e não de fato. Essa distinção também pode ser abordada entre sentido forte e sentido fraco de verificação: “*Uma outra distinção que teremos de fazer é a diferenciação entre sentido ‘forte’ e o sentido ‘fraco’ do termo ‘verificável’.* Uma proposição se diz verificável no sentido forte do termo se, e apenas se, a sua verdade puder ser estabelecida definitivamente pela experiência. Mas se é verificável no sentido fraco do termo se for possível torná-la provável pela experiência” (Ayer, 1991, p.13).

(E. a) “Aceito esta mulher como minha legítima esposa” – como proferido no curso de uma cerimônia de casamento.

(E. b) “Batizo este navio como *Rainha Elizabeth*” – como proferido quando se quebra a garrafa contra o casco do navio.

(E. c) “Deixo meu relógio para meu irmão” – como ocorre em um testamento.

(E. d) “Aposto 6 centavos com você que choverá amanhã” (Austin, 1962, p.5).

Estes casos claramente não são de descrições acerca do mundo, mas são casos de proferimentos performativos⁵. Isso quer dizer apenas que ao proferir tais expressões o que se busca é a alteração do mundo, e não apenas a descrição do ponto de vista de um expectador.

Por outro lado, é óbvio que o ato de batizar, por exemplo, não se reduz ao proferimento de algumas palavras. Também é necessário que algumas circunstâncias ocorram, como é o caso de o presidente da sessão ser instituído pelo poder constituinte para o ato ter validade social. Também existem rituais para a consolidação do ato, como ocorre com um jogador de futebol que é convocado para a seleção de futebol de seu país. Embora a imprensa esportiva se refira a esse jogador como um craque de futebol, mesmo assim apenas o técnico da seleção pode convocá-lo para defender a seleção de seu país. Em outras situações, como é o caso do casamento, ainda se adicionaria a intenção dos envolvidos em se casarem. Estas seriam as condições necessárias para a efetividade dos atos mencionados. Assim, o que rege a validação desses proferimentos não é o par verdadeiro/falso, mas sim o par bem-sucedido/malsucedido.

A questão da intenção é importante para Austin. No caso do casamento, durante a cerimônia o padre (A) pode se dirigir ao noivo (B), do seguinte modo:

1)

A. Você promete ser fiel a essa mulher durante a vida inteira?

B. Sim, eu prometo.

E caso o noivo não tenha a sincera intenção de cumprir com o prometido, seu proferimento não será nem verdadeiro nem falso. Aliás, existe um risco aqui, que é considerar que podemos descrever verdadeiramente ou falsamente nossos pensamentos. O problema dessa concepção é que ela permite a um ofensor defender-se alegando que ofendeu sem a intenção, por exemplo.

⁵ A caracterização de “performativo” é proveniente do verbo da língua inglesa *to perform*, que pode significar, de acordo com o *Cambridge Dictionary*, executar, fazer, realizar, cumprir, desempenhar ou funcionar. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/perform?q=to+perform>. Acesso em: 13/02/2024.

E a ideia de Austin sobre isso é que, para além das intenções do falante, existe a dimensão moral do ato de fala. Como ele mesmo diz, “*Precisão e moralidade são semelhantes ao ditado popular, que afirma que nossa palavra é nossa obrigação*” (ibid. p. 10). Assim, no caso mencionado, o noivo (B) não afirma algo falso, em que o que foi dito discorda de seu estado mental. O que se pode dizer, aos moldes de Austin é que a promessa foi malfeita ou vã. Mas, apesar disso, isso implica, por fim, em que o indivíduo se compromete com o que diz, independentemente de sua intenção. Portanto, ele será responsabilizado. Com isso não se quer dizer que a intenção é desnecessária, pois ela é necessária para que esse ato de fala seja exitoso. No entanto, é inegável que Austin, na esteira do segundo Wittgenstein, considera que o mais importante é a dimensão pública da linguagem, quer dizer, é a dimensão do uso das expressões. E, claro, isso relega, em algumas situações, à intenção do ato de fala um papel secundário, pois o aspecto deontológico do proferimento gera comprometimento do falante ao dizer algo. Ou seja, isso está para além do que o falante intencionou, pois, ao proferir algo em público, já não importa se ele intencionara cumprir ou não.

No processo de desenvolvimento da concepção de ato de fala, o autor concebeu os performativos como contrapostos aos constatativos. E uma característica fundamental da distinção entre estes era a forma de valoração. Os enunciados constatativos seriam valorados como verdadeiros ou falsos, enquanto os enunciados performativos seriam valorados como bem-sucedidos ou malsucedidos. Para estabelecer essa distinção, ele mergulhou em uma busca para estabelecer critérios de demarcação dos enunciados performativos. Isso mobilizou Austin a investigar a existência de critérios gramaticais ou lexicográficos. O resultado dessa investigação é que os enunciados performativos são ações do sujeito que profere, portanto, uma demarcação aceitável é que enunciados performativos são marcados pela ocorrência de verbos da primeira pessoa do singular no modo indicativo da voz ativa.

Austin reconhece que esse critério não é imune aos testes da linguagem ordinária. Logo, ele aponta que todos esses demarcadores são frágeis, como pessoa, tempo, modo e voz. Na conferência cinco, alguns exemplos desse tipo são apresentados pelo autor. Lá, ele fala que modo e tempo falham como esses critérios absolutamente. Ao invés de dizer “Ordeno-lhe que vire à direita” se pode dizer apenas “Vire à direita”. Ao invés de dizer “Acho que você é culpado” se pode dizer apenas “Você fez isso”. Com isso ele quer deixar claro que esses critérios não são bons o suficiente para defender a distinção entre constatativos e performativos, mas, entretanto, é o critério inicial para se desapegar do monopólio descritivista.

Na sequência da investigação, Austin percebe que essa distinção não responde completamente ao que ele percebera na análise das práticas linguísticas. De fato, ele percebera que os enunciados contêm as características dos dois tipos da distinção apresentada. O autor afirma (Austin, *ibid.*, p. 91):

Então é hora de tentar uma nova abordagem para o problema. Queremos reconsiderar, de modo geral, os sentidos em que dizer algo pode ser fazer algo, ou em que ao dizer algo nós fazemos algo (e talvez também considerar o caso diferente em que por dizer algo nós fazemos algo).

O resultado dessa reflexão é que o autor então compreende que, na verdade, não é possível esta distinção de maneira absoluta, pois, em última instância, existem casos em que performativos podem ser verdadeiros ou falsos, ou ainda casos em que constatativos podem ser felizes ou infelizes. John Searle, em seu artigo *Austin on locutionary and illocutionary acts* mostra essa mudança no pensamento de Austin. “... *fazer uma declaração ou dar uma descrição é tanto realizar um ato como fazer uma promessa ou dar um conselho*” (Searle, 1968, p.406). Afinal, declarar algo é um ato performativo, quer dizer, ocorre uma ação de declarar, como em um julgamento em um tribunal. O juiz pode dizer “Eu o declaro culpado” e com isso se tem uma ação, e não meramente uma descrição de um fato. Esse proferimento não pode ser avaliado com os valores de verdade, mas deve ser avaliado em termos de êxito. Ele foi ou não bem-sucedido? Neste caso, por exemplo, é exitoso na medida em que foi promulgado por um agente do sistema judiciário delegado para julgar o caso, e em uma situação específica, que é o julgamento do réu citado. Se estes pressupostos não fossem observados, certamente o ato seria nulo ou defectivo.

Austin então passa a conceber que todo ato de dizer⁶ algo é uma ação. E esse ato de linguagem é uma composição de atos constituintes. A essa composição se pode atribuir o título de ato de fala total. Esta é composta por três elementos, a saber, o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário. E, para entender essa composição, é fundamental conhecer cada um desses componentes.

Primeiramente, distinguimos um grupo de coisas que nós fazemos ao dizer algo, que resumimos dizendo que realizamos um *ato locucionário*, que equivale, aproximadamente, a proferir certa sentença com certo sentido e referência, que é aproximadamente equivalente a ‘significado’ no sentido tradicional. Em segundo lugar, dissemos também que realizamos *atos ilocucionários* tais como informar, ordenar, avisar, comprometer-se, etc., i.e., proferimentos que têm certa força

⁶ É interessante destacar que o termo “ato de fala” não é um termo tão presente na discussão de Austin. Este termo veio a ser consagrado como o estandarte de uma tradição da investigação linguística sobretudo a partir do trabalho de John Searle.

(convencional). Em terceiro lugar, também podemos realizar *atos perlocucionários*, os quais realizamos porque dizemos algo, tais como convencer, persuadir, dissuadir ou, mesmo, surpreender ou confundir (Austin, *ibid.*, p.108)⁷.

O ato locucionário é o ato do que é dito propriamente. O som produzido, os elementos do enunciado (palavras) e o significado (sentido e referência). Ele pode ser desmembrado em outros três componentes: i) ato fonético; ii) ato fático; e iii) ato rético.

O ato fonético é meramente o ato de proferir certos ruídos. O ato fático é o proferimento de certos vocábulos ou palavras, i.e., ruídos de certos tipos pertencentes a um certo vocabulário e, por serem assim, em conformidade com uma certa gramática. O ato rético é a realização de um ato de usar aqueles vocábulos com um certo sentido e referência mais ou menos definido (Austin, *ibid.*, p.95).

Um ato fático é o enquadramento do enunciado proferido em termos de léxico e gramática⁸. Assim, todo ato fático é, por consequência, um ato fonético também. Entretanto, o contrário não é sempre o caso. Um animal pode emitir um som que, apesar de ser um ato fonético, não é um ato fático. “O dia está lindo. Devemos ir à praia” é um caso de locução em que fica bem caracterizado o ato fático. Da mesma forma, segundo Austin, sempre que se tem um ato rético se tem um ato fático também. Neste caso apresentado, ocorrem os três atos, a saber, fonético, fático e rético. Isso estampa como, ao realizar um ato rético, se realiza um ato fático que, por consequência, implica na realização de um ato fonético. O contrário, entretanto, não é o caso sempre. Por exemplo, um coralista pode cantar uma canção em latim sem entender o que está dizendo. Assim, se teria um caso de um proferimento por parte do cantor sem significado, embora obedecesse à gramática. A ideia do autor é que ambos, ato fonético e ato fático, são imitáveis, independentemente da compreensão do que se imita.

Ao caracterizar a diferenciação entre os atos fático e rético, Austin apresenta o ato fático em termos de discurso direto e o ato rético em termos de discurso indireto.

2. Ele disse: “O Brasil ganhará a Copa do Mundo”.

3. “Ele disse que o Brasil vencerá a Copa do Mundo”.

Em 2 temos o que Austin concebe como um ato fático, onde o enunciado está conforme o léxico e a gramática. Em 3 se terá o que ele concebe como um ato rético, haja vista neste o

⁷ Marcondes (2012, p.21) explicita o que Austin quisera dizer em seu próprio texto: “*O ato locucionário é essencialmente linguístico, sendo identificado por referência a determinada língua com suas regras e convenções fonéticas, sintáticas e semânticas, e com sua função de referir, predicar, etc. O ato ilocucionário é o ato propriamente dito, praticado ao se enunciar determinada oração com determinado fim convencional; e o ato perlocucionário é o resultado não convencional de certo ato ilocucionário*”.

⁸ Outro elemento que se adiciona ao ato fático é a entonação (cf. Austin, *ibid.*, p. 96), mas que não é tão relevante para a presente discussão.

sentido e a referência estarem demarcados. Um ponto conflituoso é que foi aprendido de Frege (2009) que o ajustamento gramatical de um enunciado garante-lhe ser significativo, i.e., que ele tem sentido. Assim sendo, o enunciado 2 não fugiria a essa regra. E o próprio enunciado realizado pelo falante, *O Brasil ganhará a Copa do Mundo*, também denota um valor de verdade, pois “O Brasil” é um nome próprio que se refere a um objeto, a saber, a nação denominada como Brasil. “Ganhar a Copa do Mundo” é um predicado que se refere a um conceito, permitindo que, assim, esse enunciado expresse um pensamento⁹. E, conforme Frege, um enunciado que expressa um pensamento é algo sobre o qual podemos perguntar pela verdade. Deste modo, pode-se dizer que este enunciado tem sentido e um significado potencial.

Por outro lado, Austin defende que é somente no ato rético que se tem a caracterização do sentido e da referência. Esta classificação do autor parece querer bloquear que o que foi dito seja imitado sem destacar o sentido e a referência do enunciado. Afinal, como o próprio filósofo afirma, “*Correspondentemente, está claro que podemos realizar um ato fático que não seja um ato rético, embora o inverso não ocorra*” (ibid., p. 97). Novamente, o intuito desta distinção parece ser o de exigir que um ato rético seja algo consciente acerca do sentido e a referência empregados no proferimento. Desta feita, como se depreende disso, um adolescente imitando um astro internacional do rock não indica que ele esteja realizando um ato rético. Isso acontece por conta da formatação do discurso indireto. Afinal, quando 3 enuncia “Ele disse que (...)” parece haver uma transposição do enunciado expressado pelo falante sem a possibilidade de omissão do sentido e da referência expressados pelo falante do discurso direto. Embora se compreenda que o ato ilocucionário é único, ou seja, que os atos fonético, fático e rético ocorram no mesmo fenômeno de linguagem, é salutar fazer as distinções que Austin empreende em fazer. Deste modo, é aceitável considerar que o ato fático já é um enunciado com sentido, mas faltaria a consciência desse sentido. Assim, faltaria a atribuição de sentido e da referência, conscientemente, do orador. Neste sentido, o próprio filósofo acentua a importância de diferenciá-los, pois em algumas situações eles precisam ser distintos.

⁹ “Sem querer dar uma definição, chamo de pensamento a algo sobre o qual se pode perguntar pela verdade. (...) o pensamento é o sentido de uma sentença, sem querer com isto afirmar que o sentido de toda sentença seja um pensamento. O pensamento, em si mesmo imperceptível pelos sentidos, veste-se com a roupagem perceptível da sentença, tornando-se assim para nós mais facilmente apreensível. Dizemos que a sentença expressa um pensamento” (Frege, 2002, pp. 14-15).

A questão de quando um pHEME ou rHEME é o *mesmo* que o outro, se é no sentido de ‘tipo’ ou no sentido de ‘ocorrência particular’, e que a questão de se é um único pHEME ou rHEME não importa *muito* aqui. Porém, é claro que é importante lembrar que o mesmo pHEME (ocorrência particular do mesmo tipo) pode ser usado em diferentes situações de proferimentos com sentido ou referência diferentes, e então ser um rHEME diferente (Austin, Id. Ibid.).

Por exemplo:

4) Maria encontrou o diretor com sua mãe.

Aqui se pode interpretar o sentido dessa expressão como tendo dois significados possíveis: i) Maria encontrou o diretor e sua mãe juntos; e ii) Maria estava com sua mãe quando se encontraram com o diretor. Esse exemplo de expressão ambígua mostra que a locução da frase é composta de um ato fático, que denota a gramática e o vocabulário, que é imitável, mas também por um ato rético. No caso acima, é possível pensar em duas situações distintas, em que uma tem o sentido *i* e a outra tem o sentido *ii*. Aos moldes da teoria austiniana, essas duas locuções (atos locutórios) seriam compostas do mesmo ato fático, porém, por atos réticos diferentes.

O fato é que é bem estranha essa distinção de Austin, pois, como mostrado acima, não parece haver justificativa para conceber que apenas o ato rético comporte sentido e referência. Afinal, um enunciado bem construído sintaticamente já é dotado de sentido, pois descreve um estado de coisas, logo, é uma possibilidade lógica. Com isso, ao menos nos termos de Frege, esse enunciado já é passível da avaliação sobre seu valor de verdade, logo, ele tem significado potencial.

Essa caracterização do autor busca delimitar a constituição do ato locucionário. Isso quer dizer que ele é independente do ato ilocucionário. Entretanto, quando ele aprofunda a discussão, ele identifica o ato locucionário como sendo caracterizado pelo discurso direto e o ato ilocucionário pelo discurso indireto.

Ato (A) ou Locução

Ele me disse “Atire nela!”, significando por “atire” atirar e se referindo por “nela” a ela.

Ato (B) ou Ilocução

Ele me incitou (ou aconselhou, ordenou etc.) a atirar nela (Austin, *ibid.* p. 101).

E isto parece uma contradição em sua explanação. Afinal, de um lado ele coloca o ato fático e o ato rético como componentes do ato locucionário, sendo, respectivamente, caracterizados como discurso direto e discurso indireto. Entretanto, de outro lado ele diferencia o ato

locucionário e o ato ilocucionário, caracterizando-os, respectivamente, como discurso direto e discurso indireto. Desta forma, é possível perguntar: o ato rético é um ato locucionário ou um ato ilocucionário? Searle percebe esse problema na redação do britânico, atestando exatamente isso: “*Em suma, em um exame minucioso descobrimos que, ao caracterizar atos réticos, Austin inadvertidamente os caracterizou como atos ilocucionários*” (Searle, 1968, p. 412).

De outra maneira, o que Austin parece de fato ter feito foi se utilizar dos discursos direto e indireto apenas para explicitar a distinção entre os atos. Isso não quer dizer que o ato locucionário sempre ocorra em discurso direto e o ato ilocucionário sempre ocorra em discurso indireto. Aliás, isso nem poderia ser o caso, já que o fenômeno linguístico é unificado. Ou, de acordo com a caracterização do autor, o ato de fala é único¹⁰. Em todo caso, corroborando com o que Searle (1968) defende, é o ato ilocucionário quem tem primazia na constituição do significado do proferimento¹¹.

Um problema pertinente à discussão, aliás, foi que a tradição filosófica sempre focou no ato locucionário, excluindo a importância das questões referentes ao contexto ou mesmo ao aspecto intencional do falante. Assim, por muito tempo, e, com menos intensidade ainda hoje, em diversas situações de análise o foco se restringe ao significado das palavras ou das sentenças. O aspecto ilocucionário da linguagem nem sempre é levado ao patamar de importância que tem para a significação.

A partir do exposto acima se pode então colocar em xeque essa distinção que Austin tenta delinear entre o ato locucionário e o ato ilocucionário, conforme concebera Searle. Aliás, essa aparente confusão de Austin possibilita inferir que, na verdade, o ato rético já é parte do ato ilocucionário. E essa distinção entre esses dois atos não está tão bem demarcada quanto ele pensou. O que reforça a interpretação apresentada aqui é a continuidade do texto. Por exemplo, na sequência ele defenderá que o *pheme* é uma unidade de linguagem e que o *rheme* é uma unidade de fala. O primeiro carece de sentido, pois ele o concebe como um ato de expressão de unidades da linguagem do ponto de vista léxico-gramatical. O segundo, por outro lado, é impreciso, pois não é claro acerca de que modo o enunciado está sendo usado. Logo, a ideia é que as duas categorias se misturem entre o dito e o uso do

¹⁰ Conforme já dito anteriormente, sempre que ocorre um ato rético se tem, conjuntamente, um ato fático.

¹¹ Searle (2011) irá modificar essa caracterização do ato de fala, concebendo que a referência e o sentido são partes do ato ilocucionário, não podendo ser desmembrado na locução, como pensara Austin.

enunciado. Isso desemboca na ideia de que tanto o ato locucionário como o ato ilocucionário se realizam conjuntamente, como uma unidade de fala complexa. Conforme o autor (Austin, *ibid.* p. 98):

Pode estar perfeitamente claro o que quero dizer por “Vai atacar” ou “Feche a porta”, mas não está claro se isso se refere a uma declaração ou uma advertência etc.

Realizar um ato locucionário é, em geral, podemos dizer, tal como realizar um ato *ilocucionário*, como me proponho a chamá-lo.

Quer dizer, aqui se pode perceber a tese de que, em uma situação de fala, o ato de fala é unívoco, daí ser total. E por isso as atomizações seriam abstrações com o fim de tornar a investigação mais detalhada, possibilitando uma teorização da fala humana.

Mas isso apenas reforça, como pensado aqui, que o ato rético já é ato ilocucionário. Quer dizer, ao dizer algo (ato locucionário) já se tem uma força atuante sobre a locução, que, de algum modo, se refere à função ou uso da locução a fim de realizar uma ação (ato ilocucionário). Dito de outro modo, um enunciado expresso é uma locução, sendo dotado, em última instância, de sentido e referência e de uma força ilocucionária.

Austin alude à dificuldade para distinguir entre o ato locucionário e o ato ilocucionário. E alude a outra dificuldade, que é a distinção entre o ato ilocucionário e o ato perlocucionário. Em todo caso, independentemente das distinções, é possível extrair a importância do ato ilocucionário, possibilitando pensar que ele seria o ato fundamental de sua concepção.

Esses dois atos, ilocucionário e perlocucionário, estão no escopo do uso da linguagem. Aos moldes de Austin, eles se opõem ao ato locucionário, que estaria no escopo do significado da linguagem. Entretanto, a diferença fundamental entre eles é que o ato ilocucionário é convencional, pois seria, ao menos em princípio, captável em uma fórmula dos performativos. Por consequência, isso quer dizer que o ato perlocucionário não seria factível de transcrição em termos de fórmula performativa. Por exemplo, “Ordeno que (...)” atenderia essa condição da convenção da performatividade, enquanto “Convenço-o que (...)” não atenderia. Essa demarcação é complicada, pois considera que a força ilocucionária de um enunciado se restringe em aspectos convencionais, exclusivamente. Assim, “(a) o ato ilocucionário e até mesmo o ato locucionário envolvem convenções: considere o exemplo de prestar homenagem. Só é homenagem porque é convencional e ela é prestada apenas porque é convencional” (Austin, *ibid.* p. 106). O ato perlocucionário se refere a algo que o falante não controla, que é a recepção do proferimento que o ouvinte faz. Por exemplo, é possível,

mediante a observância de regras, emitir um proferimento que expresse uma ameaça a algum interlocutor. Isso, porém, não garante que a pessoa ameaçada venha a ficar assustada. Não existem regras que imprimam esse poder ao proferimento. Outra maneira de caracterizar essa distinção no texto do autor é:

Pode-se ver que os efeitos consequentes das perlocuções são realmente consequências, que não incluem tais efeitos convencionais, como, por exemplo, o fato de o falante ficar comprometido quando faz uma promessa (que vem junto com o ato ilocucionário (Austin, *ibid.*, p. 102).

Em todo caso, permanece uma dificuldade enorme na teoria de Austin. Como avaliar o ato perlocucionário, ou melhor, como mensurar as consequências ou efeitos de um ato linguístico? O fato é que não é uma tarefa nada fácil isolar o ato ilocucionário do ato perlocucionário. Austin defende que um ato ilocucionário exitoso deve possibilitar sua apreensão pela audiência. Ele quer dizer que, por exemplo, em uma palestra o palestrante deve expressar sua locução, com o significado e força ilocucionária características e deve, ainda, possibilitar que sua audiência o compreenda. Portanto, o sujeito que confere a palestra tem intenção de ser compreendido e o faz através de meios convencionais, os atos de linguagem empregados. Pode-se dizer que essa ação comunicativa tem efeitos sobre a audiência. O problema é que esses efeitos não são regulados pela ação comunicativa do falante da palestra, pois não se consegue mapear e estabelecer quais efeitos ocorrem nos ouvintes. Portanto, os efeitos que se originam não são decorrentes (ao menos não se tem um método de demarcação disso) da ação linguística do sujeito palestrante. Um bom exemplo, dado por Austin na conferência IX é que existe uma diferença entre os enunciados “Ordenei e ele obedeceu” (A) e “Fiz com que ele me obedecesse” (B). A é similar ao caso discutido do palestrante, quer dizer, não existe uma concatenação direta entre o ato do locutor ter ordenado e o ato do interlocutor ter obedecido. Esse efeito é decorrência do ato ilocucionário, mas não caracteriza um ato perlocucionário. Já no caso de B fica demarcado linguisticamente que os dois atos estão conectados, a saber, o ato do locutor e o ato do interlocutor. Nesse caso se tem uma exemplificação de um ato perlocucionário, pois, notadamente, o efeito é decorrente do ato ilocucionário realizado pelo falante. Como disse o próprio Austin, “*Devemos distinguir ações que têm um objeto perlocucionário (convencer, persuadir) daquelas que meramente produzem uma sequela perlocucionária*” (*ibid.* p. 117). Por exemplo, em uma campanha política, um candidato que compõe o grupo político de oposição ao presidente atual de um país, diz:

5) Diante do caos sanitário e da crise econômica instaurada, proponho que nos rebelemos contra o candidato à reeleição à presidência.

Mas considere-se que tenha acontecido de o candidato à reeleição ser assassinado por um eleitor fanático da oposição. Alguém pode querer responsabilizar o candidato da oposição criminalmente, alegando que ele incitou a violência contra o presidente. A questão é: O ato ilocucionário foi esse mesmo, quer dizer, uma incitação à violência? E houve, além disso, um ato perlocucionário de convencimento para que o assassino cometesse tal ato? Bem, ao espírito austiniano o caso da incitação ao assassinato é um caso de uma sequela que não é perlocucionária¹². Não houve a intenção do locutor em transmitir essa mensagem compreendida, equivocadamente, pelo interlocutor. Nem sequer o conteúdo tinha esse significado, portanto, foi interpretado erroneamente. Também não foi o caso de um ato ilocucionário em que houve uma sequela perlocucionária, ou seja, o locutor intencionou isso, embora a ação do interlocutor não tenha sido causada pelo ato do locutor. E algo decisivo para realizar essa interpretação é que 5 não é uma fala convencionalmente marcada como incitação à violência¹³. Essa questão da convencionalidade de um ato de linguagem pode ser explicada com a citação do próprio Austin: “*Um juiz deveria ser capaz de decidir, ao ouvir o que foi dito, que atos locucionários e atos ilocucionários foram realizados, mas não quais atos perlocucionários foram efetuados*” (ibid. p. 121). Ou seja, os atos perlocucionários e os ilocucionários são da esfera do uso e são atravessados pela convencionalidade. No entanto, quanto aos atos perlocucionários, não existe uma convencionalidade em seus resultados. Quer dizer que o ato perlocucionário não cabe em uma concepção de mapeamento de seus resultados em uma lógica, ao contrário dos outros dois que, devido à convencionalidade constituinte deles, ser possível uma teorização em termos de uma lógica.

De fato, incorporar isso em uma teoria que trata da significação é bem difícil. Apesar disso, existem pesquisadores trabalhando com a ótica da responsabilização do discurso, ainda mais em um mundo atravessado pela virtualidade das redes sociais, e, como mostram os eventos da atualidade, permeados de notícias duvidosas, mais conhecidas como *fake news*. Assim, autores como Paveau (2015) discutem coisas que envolvem as responsabilidades da enunciação, que seria uma questão atrelada às consequências da fala. Ela

¹² Para deixar claro, a incitação seria apenas um ato ilocucionário, pois envolveria estritamente a intenção e a competência linguística do falante.

¹³ Neste caso, portanto, não ocorre nem um ato ilocucionário de incitação e tampouco um ato perlocucionário.

apresenta um conceito envolvendo esse ato da enunciação e seus efeitos, que denomina de *Virtude Discursiva*. Ela define assim:

Defino a *virtude discursiva* como uma disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história (Paveau, 2015, p. 216).

Portanto, como se vê, existem linguistas que debatem essa dimensão das consequências do ato de fala. No entanto, o problema parece ser o de sistematizar isso em uma teoria. Ela parece apontar para a necessidade de se reconhecer que toda ação é moral, portanto, sendo inaceitável não incluir a linguagem nesse bojo. Logo, isso indica uma concepção vivencial das práticas languageiras, mediadas pelos conhecimentos de diversas ciências, como a linguística, a filosofia, a sociologia, o direito, a política etc. Portanto, enfatizando o caráter de responsabilidade do falante, a autora defende o seguinte:

Se pensarmos que a linguagem tem uma responsabilidade na construção da realidade social [...], essa ética se manifestaria no modo de nomear (designar, caracterizar) fatos e acontecimentos, atores, suas ações e seus atos de linguagem, bem como na maneira de representar o que eles dizem: uma ética da responsabilidade implica que não se tem o direito de não se interessar pelas consequências dos próprios atos de linguagem, e não deixa de ter consequências, por exemplo, escolher entre *jovem e ralé*, entre *estudante* ou *anarquista*, para designar os atores de um acontecimento ou transmitir sem distância e/ou sem menção de fonte os enunciados que circulam a respeito de um fato ou de um acontecimento (Moirand, 2006, p. 58, *apud* Paveau, *ibid*, p. 218).

Retornando à discussão corrente acerca dos atos constituintes da fala, destaca-se que Austin chega à conclusão de que a distinção entre constatativos e performativos deve ser eliminada. Conforme discutido anteriormente, quando um falante diz algo ele está realizando simultaneamente um ato locucionário e um ato ilocucionário. O primeiro diz respeito ao que se entende, classicamente, como um constatativo, enquanto o segundo diz respeito ao que se entende como um performativo. A ideia fundamental sobre isso é que não existe proferimento que já não seja um performativo. Toda expressão linguística é, antes de qualquer coisa, uma ação por meio da linguagem, o que caracteriza, a partir de então, a noção de ato de fala. Por exemplo, quando o falante emite um proferimento, ele pode declarar, prometer, atestar, pedir etc. Deste modo, não é possível a distinção proposta no início do trabalho do autor subsistir.

Logo, um proferimento, diferente do que se pensou antes, é tanto constatativo quanto performativo, e, da mesma maneira, não há contradição em dizer que tal proferimento pode ser avaliado em termos de verdade/falsidade, como de felicidade/infelicidade. Para sustentar essa conclusão, Austin toma o caso da declaração. “Declaro que...” é uma forma

explícita de um performativo, portanto se caracteriza como um ato ilocucionário. Ele se assemelha a “Ordeno que...” ou mesmo “Aposto que...”. Em um julgamento, por exemplo, o advogado de defesa do réu pode dizer “Declaro que ele é inocente” em sua sustentação oral. No entanto, nas mesmas circunstâncias, ele não difere do proferimento “Ele é inocente”, que normalmente é tomado como um exemplo de declaração. O problema é que no primeiro caso se poderia objetar que é um proferimento que trata do falante que declara, enquanto o segundo seria passível de atribuição de valor de verdade. Porém, a conclusão de Austin é que não há contradição entre o fato de a declaração ser verdadeira ou falsa e o fato de, ao proferir, o falante esteja realizando algo. Adjunto a isso, a uma declaração se pode também atribuir os valores de felicidade e infelicidade. Por exemplo, tal declaração pode ser insincera, não afetando o valor de verdade da declaração. Dessa forma, uma declaração reúne as características tanto dos proferimentos constatativos quanto dos performativos. Ademais, a uma declaração se pode avaliar tanto com o binômio verdadeiro/falso quanto o de felicidade/infelicidade.

A declaração é de fato um ato inegável para Austin. E como tal, é fundamental estabelecer sua apreensão por um interlocutor. Afinal, um ato de linguagem é sempre uma ação de um indivíduo em movimento a um outro. Desse modo, eis um elemento importante, que é a recepção do sujeito que sofre a ação, ao menos em um primeiro momento. O autor aponta para isso assim:

Uma vez que percebemos que o que temos de analisar *não* é a sentença, mas a emissão de um proferimento em uma situação de fala, não pode ser difícil a possibilidade de ver que declarar é realizar um ato. Além disso, comparando declarar com o que temos dito sobre ato ilocucionário, notamos que é um ato tanto como outros atos ilocucionários, em que é essencial “assegurar sua compreensão” (Austin, *ibid.*, p. 138).

Eis um destaque aqui: a recepção é um elemento importante para que o ato de fala seja exitoso. Talvez esse seja um elemento que influenciou Austin em sua circunscrição do ato ilocucionário em bases da convencionalidade, pois isso garantiria que a interação entre falante e ouvinte fosse, ao menos em princípio, clara. Ou seja, pode-se apontar isso como algum tipo de princípio de expressabilidade, uma vez que todo ato de fala feliz estivesse calcado em bases convencionais.

Outro tópico importante nessa discussão, que serve para marcar uma diferença com a tradição da semântica clássica, é acerca do valor de verdade. Afinal, verdadeiro e falso são categorias de fato tão objetivas quanto se pensa? Eis uma questão que Austin se faz, pois

entende que essa concepção é superestimada para marcar a distinção entre constataativos e performativos. Ele dá o exemplo do seguinte proferimento:

6) A França é hexagonal.

Então, esse enunciado é verdadeiro ou falso? Austin defende, então, que depende do contexto discursivo. Caso um general tenha realizado o proferimento, com o propósito de estabelecer uma estratégia de combate, não há nenhum problema com o enunciado. Por outro lado, um cartógrafo não julgará o enunciado adequado. Quanto a ser um enunciado verdadeiro ou falso, novamente, depende do contexto discursivo. O caso é que é aceitável proferir isso, pois em alguns contextos de fala isso será suficiente, é uma espécie de fórmula aproximada. E, portanto, ser verdadeiro ou falso fica em um plano de importância menor. A tese que o autor defende sobre este ponto é que a atribuição de valor de verdade não é algo restrito ao domínio dos fatos, pois envolve outros elementos como a situação de fala, o conhecimento dos falantes na ocasião do proferimento etc. nas palavras do autor:

É essencial perceber que ‘verdadeiro’ e ‘falso’, assim como ‘livre’ e ‘não-livre’ não designam nada simples, mas apenas uma dimensão geral de dizer uma coisa certa ou apropriada nestas circunstâncias, para certa audiência, para certos propósitos e com certas intenções, em oposição à coisa errada (Austin, *ibid.* p. 144).

O objetivo de Austin com essa análise acerca do valor de verdade é apenas mostrar como a distinção entre constatativo e performativo não é mais defensável, como ele apresentara como uma hipótese de trabalho no início de sua obra. O caso é que um constatativo só é defensável se o aspecto ilocucionário de um proferimento for relegado da execução do proferimento, destacando apenas o aspecto descritivo. E a argumentação do autor revela a apresentação da fragilidade da noção de correspondência com os fatos. De outra maneira, a distinção se alicerça na ideia de que um performativo não tem nada de descritivo, não tendo nenhuma relação com os fatos. Ele destaca apenas o aspecto ilocucionário de um proferimento. Ambos os casos estão errados. A distinção não é mais defensável, haja vista o ato de fala ser integral, de maneira que a dissecação dos atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário são apenas abstrações do complexo.

A reformulação do programa de uma teoria dos atos de fala, então, segundo o próprio Austin, deveria ser:

- i) tratar da distinção entre ato locucionário e ato ilocucionário;
- ii) realizar uma classificação dos atos ilocucionários;

O final da discussão de Austin acerca de sua teoria dos atos de fala é que sua pretensão é de uma filosofia linguística, logo, a meta dele é criar uma metodologia para tratar dos problemas filosóficos. “A verdadeira diversão inicia quando começamos a aplicar isso à filosofia” (Austin, *ibid.*, p. 163). Embora ele tenha se esforçado muito para lançar as bases de um programa, o fato é que ele não achava que tinha um programa ainda completo.

O que ele tinha convicção, entretanto, é que algumas dicotomias deveriam ser eliminadas, como constativo/performativo e normativo/factual, assim como a concepção de significado em termos de sentido e referência. Essas dicotomias estão assentadas na concepção de verdade e falsidade que, como apresentado, o autor considerava uma abstração para a adequação dos fatos ao referente do discurso. Apesar disso, ele entende que existe uma distinção fundamental, que é entre ato locucionário e ato ilocucionário. Ao compreender que o ato de fala é total ele entende que a pureza dos performativos não faz sentido, uma vez que ela se alicerçava na afirmação dos constativos puros. Assim, visto que o significado envolve a força ilocucionária também ele objetivou apresentar uma lista de forças ilocucionárias do proferimento.

A fórmula sintática demarcadora de um performativo, primeira pessoa singular do presente do indicativo da voz ativa, será utilizada como um parâmetro auxiliar para a classificação dos verbos, mas ele distinguirá cinco grupos de verbos¹⁴. A seguir serão apresentados grupos de verbos e suas caracterizações:

Veriditivos: implicam em dar um veredito, um juízo. Ele se notabiliza como um ato judicial, mas não é, necessariamente, algo definitivo. Instituem um fato ou valor, sobre o qual não se tem certeza plena. Eles se relacionam com estreiteza com a verdade e a falsidade, de modo que seu conteúdo pode ser avaliado nestes termos. Exemplos: “Condeno o réu à pena máxima”; e “Nomeio-o mestre de jiu-jitsu do clube”.

Exercitivos: implicam no uso do poder, direito ou influência. É uma sentença, tal como juízes realizam. Logo, têm como consequência que quem sofre a ação é autorizado ou não autorizado a realizar determinados atos. Exemplos: “Revogo a interdição imposta ao réu”; e “Sentencio o acusado a cumprir pena”.

¹⁴ Entretanto, é importante, de início, salientar que Austin não estava satisfeito com essa classificação, conforme o próprio diz (*ibid.*, p.150): “*Distinguo cinco classes mais gerais: mas não estou totalmente satisfeito com todas elas*”.

Comissivos: implicam em um compromisso que alguém assume em fazer algo. Exemplos: “Prometo pagar-te amanhã”; e “Adiro ao movimento de greve”.

Comportamentais: implicam em atitudes e comportamentos sociais. Exemplos: “Peço desculpas pela grosseria”; e “Lamento por sua perda tão inesperada”.

Expositivos: Austin considerava esse grupo o mais difícil de definir. Nas palavras do próprio autor: “*Eles tornam claro como nossos proferimentos se encaixam no curso de um argumento ou conversação, o modo em que estamos usando as palavras, ou seja, em geral são expositivos*” (ibid. p. 151). Ou ainda: “*Expositivos são usados em atos de exposição que envolvem a exposição de pontos de vista, a condução de argumentos e a clarificação de uso e de referências*” (ibid. p. 160). Exemplos: “Declaro aberta a sessão”; “Informo que o voo foi cancelado”; e “Retiro meu apoio ao projeto publicamente”.

Por fim, como finalização dessa apresentação da concepção de Austin se percebe claramente um desejo de sistematizar uma teoria da linguagem em bases do uso ordinário, estabelecendo uma metodologia de análise de questões relativas à filosofia e ao direito, como se apresenta em outras obras do autor, como é o caso dos textos *Sense and Sensibilia* (1962), *A Plea for excuses* (1957) e *Are there a priori concepts?* (1939)¹⁵.

Na próxima seção será feita a apresentação da concepção de significado do filósofo Paul Grice, objetivando mostrar as concepções teóricas norteadoras do construto teórico de John Searle acerca de sua teoria dos atos de fala.

2.2 A concepção de Paul Grice

Ao considerar as duas tradições de filosofia da linguagem vigentes em sua época, uma que propõe um objetivismo do significado e do sentido, e outra que foca no significado a partir dos usos dos falantes, Grice parece se associar mais a esta última. Quer dizer, para fins didáticos, ele está filiado à filosofia da linguagem ordinária. No entanto, sua concepção de linguagem depende inteiramente de uma caracterização do que seja o significado linguístico.

¹⁵ Aqui não haverá uma análise desses textos, uma vez que isso faria com que o texto aqui presente se tornasse deveras longo. Além do mais, não é escopo deste trabalho tratar dessas questões pertinentes à análise de questões filosóficas tradicionais através da metodologia do autor.

Assim, ele desenvolve inicialmente essa discussão em seu texto *Meaning* (1957), embora venha a revisar essa posição *standard* em seus artigos de 1968, 1969 e 1982¹⁶.

Meaning é importante, pois é um artigo sobre o qual Searle realiza uma análise acerca da posição de Grice. Neste, o autor fará uma distinção importante em sua concepção filosófica. Eis os exemplos de Grice:

7) Aquelas manchas significam sarampo.

8) O orçamento recente significa que devemos ter um ano difícil.

9) Aqueles três toques na campainha (do ônibus) significam que ‘o ônibus está cheio’.

7 e 8 apresentam a forma “*x quis dizer que p e x quer dizer que p implica p*”. Ou seja, a ideia é que essas expressões são usadas em seu sentido natural, quer dizer, existe uma relação causal entre o primeiro e o segundo termos. Em 7 a referência seria um tipo específico de mancha, que já foi catalogada pela medicina como indicativo de sarampo, de modo que é contraintuitivo não reconhecer isto como verdadeiro. Em 8 ocorre um caso análogo. Mediante o orçamento apresentado, as pessoas capacitadas a interpretar um orçamento irão ter a mesma compreensão, quer dizer, que a empresa ou governo terão um ano difícil. Nestes casos, existe alguma ideia de causalidade entre os termos, ou algum tipo de ligação entre os termos que se adequam ao que a natureza indica. Desse modo, o sentido de “*mean*”¹⁷ assume um sentido como o exemplificado por Grice: “A significa (significou) *fazer* isso e aquilo (por meio de x)” (1957, p. 378). Deve-se atentar que A é um agente humano.

O caso de 9 é diferente. Sua forma seria algo como “*x significa que p e x significou que p não implica p*”. Portanto, a ideia é que expressões desse tipo não evocam causalidade entre os termos, de modo que o sentido de *means* (significa) destaca uma relação não natural entre estes. Quer dizer, tocar a campainha de um ônibus três vezes não tem nenhuma relação direta com o fato deste estar lotado. Essa significação é convencional. É possível discriminar esse sentido com as seguintes frases do autor: “A significa (significou) fazer tal coisa por x” ou “A significa (significou) por meio de x que...” (1957, p. 379). Aqui, respectivamente, temos a forma geral da significação natural e da significação não natural.

¹⁶ Respectivamente, *Utterer's Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning; Utterer's Meaning and Intentions*, e *Meaning Revisited*.

¹⁷ *To mean*, segundo o dicionário on-line Cambridge, pode significar “querer dizer” ou “significar”. Neste caso, se considera que as duas traduções sejam aceitáveis, de modo que às vezes será traduzido de um modo, às vezes do outro. O objetivo será deixar o texto mais fluido e condizente com a discussão do autor em cada momento desse texto.

Portanto, Grice se opõe às tentativas de explicação do significado não natural aos moldes de uma teoria causal. Ele entende que uma explicação causal lida apenas com o significado *standard* de uma sentença, ou seja, o significado literal. No entanto, o que um falante quer dizer em uma ocasião particular não é apreendido pela teoria. Afinal, esses dois significados podem divergir, a saber, *o significado standard (da sentença)* e *o significado do falante*. Então, conforme sustentado pelo autor, eis o motivo dele rejeitar a explicação causal do significado não natural. Ele deixa claro sua oposição a uma explicação causal para o significado não natural.

Alguém pode ainda ir mais longe na crítica e sustentar que a teoria causal ignora o fato de que o significado (em geral) de um signo precisa ser explicado em termos do que os usuários do signo significam (ou deveriam significar) por ele em ocasiões particulares; desse modo, a última noção, que não é explicada pela teoria causal é, de fato, a mais fundamental (Grice, *ibid.*, p. 381).

Ou seja, o que ele quer dizer é que a teoria causal foca sua explicação na emissão do proferimento, enquanto o que é mais importante, para os casos da significação não natural, é a recepção por parte do interlocutor.

Outra tentativa de explicação do significado não natural seria tentar explicar isso em termos de crença induzida em uma audiência. Assim, “x significou não naturalmente algo” seria verdadeiro se “o falante intencionou que, ao proferir x, induziria uma crença em uma audiência”. No entanto, ele também descarta essa explicação. Ele apresenta um exemplo revelador. Pode-se imaginar um sujeito A querendo incriminar um sujeito B, por qualquer que seja o motivo. Assim, A invade uma cena de crime de assassinato e coloca um lenço de B no local do fato. A intenciona induzir o detetive encarregado pela investigação a acreditar que B assassinou a vítima. A tentativa seria atribuir que o ato de A de colocar o lenço de B no local do crime significa não naturalmente que B foi o assassino. Mas isso ainda não está bom para Grice, pois a audiência aqui ainda é tratada como um agente inteiramente passivo. Quer dizer, a tentativa de indução de crença, mesmo quando efetivada, não é suficiente, conforme o autor, para caracterizar o significado não natural.

A explicação apontada por ele implica não apenas que o falante tenha a intenção de produzir uma crença em seu interlocutor, mas que este possa reconhecer a intenção daquele. Assim, é um ato tanto do falante como do ouvinte em uma interação conversacional. Sua ideia é que não é um convencionalismo, senão o ato de A deixar o lenço de outrem teria que gerar a crença de que B era mesmo o culpado. E isso desembocaria naquilo que ele não

gostaria, ou seja, em uma explicação do significado não natural aos moldes de uma teoria causal.

Novamente, para ilustrar esse ponto, serão tomados dois exemplos do autor:

- 10) Mostro ao sr. X a fotografia do sr. Y demonstrando indevida familiaridade com a sra. X.
- 11) Faço um desenho do sr. Y se comportando dessa maneira e mostro-o ao sr. X.

A ideia é que 10 significa naturalmente. A verdade é que o fato do locutor mostrar a fotografia ao sr. X contendo a relação supostamente indevida entre o sr. Y e sra. X torna irrelevante que o sr. X reconheça a intenção do locutor. Mesmo que a fotografia fosse apenas deixada para que o sr. X a encontrasse, isso já seria suficiente para gerar sua suspeita sobre sua companheira.

No caso de 11 é diferente. O fato de o locutor entregar o desenho que fez em mãos para o sr. X tem relevância para o efeito intencionado pelo locutor. Isso pode levar o sr. X a pensar sobre as intenções do locutor. Ele poderia pensar que este quer informá-lo de algo estranho entre o sr. Y e a sra. X, portanto, a indução da crença depende da intenção do locutor e do reconhecimento dessa intenção por parte do sr. X. Deste modo, o fato do locutor se esforçar para entregar o desenho ao sr. X não pareceria plausível que fosse apenas o desejo de mostrar-lhe um trabalho de arte (dadas as circunstâncias). Aqui, então, seria um caso autêntico de significação não natural. O que define o significado não natural é que a audiência reconheça a intenção do locutor. O locutor intenciona dizer o que quer dizer, tendo o desejo de gerar um efeito em sua audiência, mas isso depende do reconhecimento desta intenção por parte da audiência. Assim nós temos um proferimento com significado não natural. Neste caso, então, se tem claramente essa ocorrência, ou seja, o locutor almejava que o sr. X interpretasse que seu ato de apresentar o desenho como foi desenhado tinha uma intenção e mais, queria que o sr. X reconhecesse essa intenção. Pode-se comparar novamente com o caso de 10, onde, ao deixar a foto em cima da mesa do sr. X, o reconhecimento da intenção do locutor é irrelevante, uma vez que a foto, por si só, apresenta significado natural.

Na apresentação desta tese fundamental de Grice, ainda tem algo importante a ser dito sobre os efeitos na audiência¹⁸. Um caso explorado pelo autor é a possibilidade de

¹⁸ Esses efeitos mencionados na discussão de Grice remontam ao ato perlocucionário de Austin (1962). Quer dizer, ele se refere aos efeitos ou consequências produzidos em função do ato de fala de um locutor frente a sua audiência.

existirem casos que têm um efeito intencionado e mesmo assim não querer significar nada não naturalmente. Então ele cita o caso hipotético de um indivíduo A que grunhia de um modo estranho perante um indivíduo B. Um dia A contou a B que sempre que ele grunhia daquele modo, na verdade ele intencionava que B corasse ou ainda que sentisse algum desconforto físico. Depois desse fato, sempre que A grunhia acontecia de B ficar corado ou sentir um desconforto físico, mesmo sabendo que essa era a intenção de A. Quer dizer, o locutor (A) realizava um ato de linguagem com a intenção de gerar um efeito em sua audiência (B) e que esta reconhecesse tal intenção. No entanto, na opinião de Grice, isso não caracterizaria um caso de significado não natural. Por quê? Porque o coramento de B é, na verdade, mais uma reação involuntária do que uma resposta consciente mediada por sua interpretação da intenção de A na ocasião. Conforme explica, em casos de significado não natural, o efeito na audiência não é uma realização exclusiva do locutor, mas depende também da audiência, i.e., é carente da interpretação desta. Assim, ele caracteriza isso como uma espécie de razão para se gerar um efeito, e não uma causa. O efeito é dependente da ação do locutor e da ação interpretante da audiência. Isto disponibiliza à audiência motivos para interpretar de uma determinada forma. Caso a caracterização fique apenas no âmbito da ação realizada pelo locutor, então se terá o estabelecimento de uma causa do efeito.

Isso aponta para o fato que para x ter significado não natural, então o efeito intencionado deve ser alguma coisa que em algum sentido esteja dentro do controle da audiência, ou que, em algum sentido de “razão”, o reconhecimento da intenção por trás de x seja uma razão para a audiência, e não meramente uma causa (Grice, *ibid.* p. 385).

No entanto, em 1982 Grice (1995, pp. 283-303) voltou a discutir essa questão em seu artigo *Meaning Revisited*. Neste ele irá discorrer sobre questões que acha pertinente reavaliar. Desse modo, aqui será feita uma síntese dessa discussão apresentada pelo autor.

A discussão aborda as relações de correspondência entre realidade, pensamento e linguagem ou dispositivos comunicacionais. A correspondência originária, e que também está presente na filosofia clássica, é entre pensamento e realidade. Quer dizer, trata da correspondência entre o que um sujeito cognoscente pensa e o mundo em que se vive. Essa correspondência implicaria em leis psicológicas, que formatariam algum tipo de teoria. A ideia básica é que se pode buscar discorrer sobre como um indivíduo faminto atinge seu objetivo, por exemplo. Quais os esquemas mentais ocorrem e como isso se manifesta na realidade. Independente da explicação que possa ser dada, o problema de Grice é com o termo “teoria”. Ele destaca que talvez fosse mais adequado a terminologia “sistema com o qual se

trabalha”, que seria permeado de afirmações corrigíveis, modificáveis e mesmo de caráter *ceteris paribus*.

Além dessa correspondência inicial (pensamento-realidade), também existe uma associação entre pensamento e linguagem. Desse modo, seria possível explicar como as experiências de um indivíduo poderiam ser transmitidas a outrem. Para esta tarefa os dispositivos comunicacionais seriam fundamentais. No entanto, isso pode dar errado, e por motivos diversos. Por exemplo, pode ocorrer de um falante expressar seu proferimento de seu estado mental erradamente. Isso resultaria em uma falha de proferimento. Outra possibilidade seria o caso de o falante fazer tudo correto e, mesmo assim, o ouvinte entendesse tudo errado, causando uma crença falsa neste.

Ademais, isso parece indicar algum tipo de protótipo do significado, que seria um caso padrão da satisfação da correspondência. E mais, mediante uma relação de transitividade, se pode destacar uma relação de correspondência entre a linguagem e a realidade. Mas, como a relação é mediada pelas crenças e demais estados psicológicos, então Grice considera que essa relação é indireta. E um ponto que ele delineia nesta é a possibilidade de uma relação direta entre as duas, a saber, linguagem e realidade. A ideia do autor é que isso é, no mínimo, discutível.

Retomando a primeira correspondência, uma pergunta valiosa seria: quais são as condições para uma crença específica corresponder ao mundo? Uma resposta para os casos particulares é que a verificação é direta, sem muitas complicações. Mas o fato é que os filósofos não se contentam com essa resposta, achando que não é aceitável generalizar a partir de ocorrências particulares. No entanto, a verdade é que essa exigência dificulta as coisas, pois qualquer tentativa de generalização parecerá algo deficiente. Bem, uma maneira de tentar salvar essa correspondência é a adição de outra correspondência entre proferimentos e o mundo, sinalizadas pela aparição da palavra “verdadeiro”.

De outra forma, Grice apresenta um ponto de vista diferente de algumas versões mais clássicas acerca do significado. Aqui ele traz à tona o que apresentara no artigo original de 1957, reiterando que considera aceitável a distinção entre significado natural e significado

não natural. O primeiro sentido é o caso de um signo que se relaciona com algo. O significado natural é factível, de modo que sua especificação ocorrer mediante expressões ‘que-*p*’¹⁹.

12) Aquelas nuvens escuras significam que choverá.

No segundo sentido ocorrem casos diferentes. Aqui, os casos de significado não natural terão como finalidade a comunicação, os quais são considerados não-factíveis. Portanto, os elementos relacionados na expressão não apresentam uma relação fatual.

13) As anotações dele significam que tal e tal.

14) O gesto dele significava que ele estava farto.

Eu não acho que seja controverso avançar com a ideia de que existe uma distinção intuitiva razoavelmente clara entre (...) um sentido natural, um sentido em que o que alguma coisa significa está intimamente relacionado com a ideia do que é um signo natural (...) e aqueles que tem o que eu chamo um sentido não natural (...) (Grice, 1995, p. 291).

O fato é que a palavra “mean” apresenta ambiguidade, causando essas dificuldades interpretativas. O objetivo, claro, deve ser evitar essa multiplicidade de sentidos além do necessário. Apesar disso, as diferenças devem ser deixadas de lado. Quando se refere ao significado natural e o significado não natural o que é interessante é destacar o que eles têm em comum. No caso, o fundamental é uma discriminação comum de que “se *x* significa que *y*, então *y* é uma consequência de *x*”. Logo, essa seria uma tentativa de explicar a essência da significação, i.e., que dois itens serão relacionados, de modo que um é consequência do outro.

Na tentativa de explicar o processo de construção da significação na linguagem, Grice apresenta isso em formato de um mito. Pelo fato de a apresentação ser longa, então o destaque será para a conclusão. Ele tomará o estado psicológico da dor como exemplo para essa demonstração. O resultado é o seguinte: o indivíduo *Y* reconhece que *X* intenciona que *Y* reconheça a produção do signo da dor como algo voluntário e ainda intenciona que *Y* deva considerar essa primeira intenção como sendo uma razão suficiente para *Y* acreditar que *X* está com dor, e então deveria acreditar mesmo nisso.

A fim de esmiuçar isso, será dito de outra maneira: *X* intenciona que *Y* reconheça sua intenção de mostrar-se com dor. No entanto, a partir disso, pois *Y* não tinha razão alguma

¹⁹ Essa referência ao significado natural remonta ao que o autor concebera no artigo de 1957 como um significado causal, como no exemplo que mencionava que as manchas no corpo de um indivíduo indicavam a presença de sarampo. Quer dizer, é a ideia de que existe alguma ligação fatual entre os elementos relacionados.

no início para acreditar nisso, e por tomar X como alguém confiável (mediante critérios diversos), passa a acreditar no que X intencionou no início. Então adota a crença especificada. Essa explicação de Grice objetiva manter a distinção entre os dois modos de significar, um com sentido natural e outro com sentido não natural. E ao mesmo tempo busca mostrar que eles têm algo em comum, possibilitando modos diversos para a linguagem se relacionar com a esfera do pensamento ou com a da realidade.

No âmbito da linguagem o que se tem é uma conexão entre um transmissor e um receptor. Para se instituir tal relação é necessário confiar em uma conexão precedente entre os dispositivos comunicacionais e as coisas que são representadas ou comunicadas. Essa é conhecida de antemão, de maneira a se conceber um estoque de informação semântica constituído a partir das correspondências anteriores. Isso é o que se denomina linguagem, que pode ser caracterizada como um sistema de comunicação com um conjunto finito de dispositivos, com provisões semânticas e um conjunto finito de operações sintáticas diferentes, de modo a estabelecer uma combinatória entre esses elementos. E isso resulta em uma produção infinita de sentenças ou dispositivos comunicacionais e um conjunto infinito de coisas a serem comunicadas.

A caracterização do autor tem um resultado interessante para a filosofia da linguagem. A ideia é que ela deve introduzir um novo ato de fala ou um novo operador de questionamento²⁰. Desse modo, seria lido como “*Talvez seja possível que alguém possa asserir que...*’, e será simbolizado por ‘?+’” (ibid. p. 297). A ideia fundamental aqui parece ser a de um ato de fala que está aberto ao questionamento, que, portanto, é uma asserção mediante condicionantes atenuadores. Ou seja, não é uma asserção que descreva irrefutavelmente a realidade, mas que será conduzida por outros critérios.

Um critério fundamental será apresentado a seguir pelo autor quando diz que explorará algo que os quadros teóricos tanto científicos quanto os filosóficos ojerizam, i.e., a noção de valor. Essa noção é fundamental para a racionalidade. Embora existam muitas formas de caracterizar um ser racional, tem uma que ele considera muito frutífera, a saber, a de que ele é um ser que valoriza. Outras formas de caracterizar um ser racional são menos promissoras, na opinião do autor.

²⁰ A palavra introduzida por Grice aqui é *quessertion*, que não tem uma tradução precisa. Assim, aqui se preferiu associar esta palavra com o grupo de palavras da língua portuguesa “questionar, questionamento, questionável etc”, pois se entende que atenderia ao sentido aludido pelo autor.

Grice destacou isso por considerar que existem dois problemas com respeito à noção de significado em que as questões de valor surgem. Ele denomina estes como *problema menor* e *problema maior*. O primeiro se refere à relação entre o que se pode chamar significado de sentença (ou palavra) e significado de falante. Assim, quando o falante profere algo, essa expressão significa algo, de modo que se poderia dizer que, de alguma maneira, o falante expressa algo significativo em uma ocasião particular. Uma interpretação promissora disso seria considerar que é convencional usar esta sentença desta maneira, apesar de existirem muitos outros.

Ele considera que convenção é uma maneira de fixação do significado da sentença, mas não é o único modo. Ele diz isso: “... *porque eu não acho que significado está essencialmente conectado com convenção*” (ibid. p. 298)²¹. Em princípio é possível construir uma linguagem em que o construtor imediatamente se torna uma autoridade desta língua, uma vez que ele domina as regras que estabeleceu. O que está em jogo mesmo é que ele quer preservar sua intuição de anos anteriores acerca do significado do falante, de modo que, a despeito do que Searle (2011) indicara, não é necessário que haja convencionalidade na significação. Aqui se estabelece algum tipo de processo comunicacional em que o falante cria as regras de significação mediante a situação do contexto. E por isso ele aproxima isso a uma noção de valor, pois cabe ao ouvinte uma compreensão que depende de uma interpretação que foge ao modo de significação padrão. De outra maneira, se poderia aludir ao que se denominara como o significado pragmático, que se diferencia do significado semântico. Este se refere ao conteúdo da expressão, e aquele se associa à ideia de implicatura conversacional²². Em resumo, o significado de uma palavra é o que é adequado para os usuários dessa linguagem fazerem com a palavra ou qual uso farão desta. E mais, quais intenções particulares em ocasiões particulares seriam adequadas para estes usuários.

O problema maior não surge como o problema menor, i.e., com a relação entre significado de sentença (ou palavra) e significado de falante, mas, na verdade, com a tentativa de discriminar a anatomia do significado de falante. A fonte dessa discussão é o argumento de alguns filósofos, dentre os quais Strawson e Schiffer, que destacam que Grice busca firmar a noção de significado em passos que resultam na mesma formulação. A noção fundamental

²¹ Essa fala de Grice contrasta com a opinião de Searle (2011) sobre a maneira que Grice considera a noção de significado. No entanto, essa discussão ocorrerá apenas no decorrer deste texto.

²² “A presença de uma implicatura conversacional deve poder ser deduzida, elaborada” (Grice, 1982, p. 92).

seria a de que o falante quer que o ouvinte pense que **p**²³. E essa explicação poderia resultar em uma explicação mais ampla, que seria a de que o falante quer que o ouvinte pense não apenas que **p**, mas **p** sobre o fundamento de que o falante quer que o ouvinte pense que **p**. E por aí vai, sempre se tornando mais complexa, mas firmada na mesma forma, que é a primeira.

O problema, então, seria que isso caracteriza um regresso infinito. Pode-se dizer, claramente, que ele não pode ser realizado e que, ao mesmo tempo, que sua existência é um desiderato. Logo, esse estado otimizado do significado do falante é impossível. Destarte, esse ideal não pode ser realizado no domínio fonte. Mesmo assim, essa significação seria aplicada, pois isto ocorreria em termos de aproximação do limite ideal. É fundamental uma maneira de falar que consiga comparar ocorrências particulares de expressões e de particulares idealizados.

Grice entende que alguns defendem que as únicas coisas que se pode conhecer são verdadeiras necessariamente, pois, em algum sentido, não se pode estar errado. E mesmo que isso esteja certo de alguma maneira, isso não obriga que se suponha que quem fala sobre conhecer outras coisas está usando a palavra inapropriadamente. Sendo assim, deveria haver uma licença para que esta palavra seja aplicada sem restrições a coisas que se aproximem dos casos ideais. Por fim, Grice não apresenta ter a pretensão de dizer como essa aproximação poderia ser realizada.

Em uma maneira de sintetizar essa discussão posterior de *Meaning*, ele alcançou o seguinte: primeiramente, sobre a explicação do significado do falante, quando este profere uma expressão em um contexto particular e significa que **p**, então é ele quem está em uma situação adequada para comunicar **p**. Em segundo lugar, esse estado idealizado, que tem um conjunto infinito de intenções é, em princípio, irrealizável; assim, estritamente falando, ele não significa que **p**. Apesar disso, sua situação (do falante) é a de que é legítimo, talvez obrigatório, tratá-lo como alguém que pode satisfazer essa condição insatisfatória.

Assim, a crítica fundamental do regresso era a de que o significado do falante podia não ser apreendido pelo ouvinte, por alguns motivos. E isso toca intimamente a ideia de efeito, que está enrustada na ideia de intenção do falante, algo que era solicitado para uma

²³ A crítica que estes autores apresentam se refere ao que fora discutido nos textos *Utterer's Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning*, e também em *Utterer's Meaning*. Os dois textos se encontram em Grice (1995).

explicação completa do significado do falante. Grice concorda que em sua proposta primeira não foi dada uma explicação do porquê esta era uma condição razoável para explicar o significado do falante. Entretanto, ele acha que, caso o quadro teórico que ele delineia em *Meaning Revisited* venha a ser aceito, então essa arbitrariedade será removida ou então mitigada.

O capítulo II da tese tratará da exposição dos elementos centrais da teoria proposta dos atos de fala por parte de John Searle. Sua teoria é influenciada por elementos das concepções de Austin e Grice, de modo que o norte americano terá pontos de convergência e de divergência com os filósofos britânicos.

CAPÍTULO II

3. A TEORIA DE JOHN SEARLE

John Searle é um autor que se destacou por sua inserção em diversos temas filosóficos, tais como teoria da mente, inteligência artificial, filosofia da linguagem, ontologia social, além de temas secundários de sua obra. Aqui, o foco principal será sua discussão em filosofia da linguagem, notadamente sua teoria dos atos de fala. Esse destaque ocorreu por ele ter estudado com Austin e, de certa forma, ter sido apontado como o sucessor das ideias do britânico.

Para muitos, as ideias de Searle são uma consequência do pensamento de Austin, aprimorando este em função da teoria dos atos de fala, conforme apresentada ao mundo pelo norte-americano. Levinson, por exemplo, considera que a teoria de Austin foi adaptada em uma teoria mais rígida, com um tratamento mais sistemático das questões do significado, abordando questões sintáticas, semânticas e pragmáticas. *“Em geral, a teoria dos atos de fala de Searle é simplesmente a de Austin, sistematizada e em parte enrijecida, com incursões na teoria geral do significado e ligações com outras questões filosóficas (...)”* (Levinson, 2007, p. 302).

Portanto, a ideia é que Searle tenha tomado a maneira de Austin lidar com questões da significação baseadas no uso em um modo frouxo e tenha sistematizado esses atos de linguagem em categorias rígidas, universais. Assim, o que ele fez foi uma crítica ao trabalho de seu antecessor, estabelecendo regras que possibilitassem uma análise mais precisa desses fenômenos. No capítulo III serão apresentados alguns tópicos sobre essas distinções entre o pensamento dos dois teóricos.

Algo importante para mencionar ainda neste momento é a distinção do pensamento de Searle em relação à questão da intenção do falante. Embora Austin tenha mencionado a intenção como um elemento do ato performativo, entretanto ele não dá ênfase a isso em sua abordagem dos atos de fala. Sua posição teórica concentra-se mais na tentativa de sistematizar os atos de linguagem em termos dos usos convencionalizados, portanto, sua teoria tem predominância na análise das práticas languageiras. Claro, seu trabalho não era no campo da linguística propriamente dita, mas buscava um tratamento dos usos ordinários de conceitos filosóficos. A posição de Searle, semelhante ao que Grice faz, é que os atos de fala

são fundamentalmente intencionais, e que, às vezes, existe uma divergência entre o que a expressão proferida significa e a intenção do falante. Assim, como destaca Rosaldo:

Teóricos dos atos de fala procuram compreender o fato de que falar sobre o mundo “lá fora” necessitará envolver não apenas proposições a serem julgadas pela veracidade, mas por alguma coisa a mais: intenções comunicativas. Os significados carregados por nossas palavras devem, então, depender não apenas do que dizemos, mas também de quem somos e do que esperamos que nossos interlocutores saibam (1982, p. 204).

Mas, apesar desse tratamento da teoria de Searle, há quem não concorde com o rumo que este deu ao pensamento de Austin. Conforme Rajagopalan (2010) defende, em especial no capítulo 4, Searle distorceu a proposta de Austin de inspiração aristotélica, apresentando a teoria dos atos de fala com uma roupagem mais platonista, ou seja, buscou apresentar o que seria o *insight* de Austin em uma estruturação universalista, bem diferente do que seu criador almejava. Sobre essa incorporação da teoria dos atos de fala nesse redesenho de Searle, Rajagopalan afirma de maneira pessimista que a teoria de Searle buscava determinar os atos de fala aos moldes da lógica contemporânea, o que considerava ser diferente do objetivo de Austin.

Tudo isso, por sua vez, vai desembocar na consequência de que a naturalidade e a facilidade com que a noção de ato de fala foi recebida e incorporada pelos modelos linguistas da época, entre eles a teoria gerativa, só poderiam ter produzido resultados desastrosos pensando em quão imprudente e precipitado foi o entusiasmo inicial (Rajagopalan, 2010, p. 65).

Apesar de algumas críticas à teoria de Searle, é inquestionável a força que sua teoria adquiriu ao longo das décadas, tornando-se referência para os estudos de linguagem, tanto por filósofos como por linguistas e psicólogos.

A seguir, a teoria delineada por Searle será apresentada, dando destaque aos aspectos fundamentais de sua teorização. Além disso, será feita uma discussão em que Searle faz uma crítica contundente à teoria de Grice acerca da noção de significado.

3.1 Os prolegômenos da teoria dos atos de fala

É fundamental destacar que Searle faz uma distinção importante entre filosofia da linguagem, filosofia linguística e linguística. A filosofia linguística se caracteriza como um método para tentar resolver problemas ordinários dos usos rotineiros de elementos de uma linguagem particular. A linguística se caracteriza em analisar empiricamente as ocorrências das linguagens naturais, definindo suas estruturas, como a fonologia, a sintaxe, a semântica e

a pragmática²⁴. A filosofia da linguagem, por outro lado, busca analisar e definir os elementos estruturais da linguagem em si, portanto, não se restringe a uma língua específica. Assim, ela tem como tarefa fundamental esclarecer seus elementos constituintes, tais como significado, verdade, referência, sentido etc. A partir dessa distinção, o autor salienta que sua discussão está restrita à filosofia da linguagem.

Em relação à tradição, Searle considera que ela geralmente se deteve em caracterizar a linguagem de maneira muito negativa, estabelecendo questões céticas sobre os critérios de aplicação dos termos. Basta citar as problematizações de conceitos fundamentais no trato da linguagem, como significado, sinônimo, analítico, dentre outros. Quine (2010b), em seu *Dois Dogmas do Empirismo* questiona a distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos. A fim de mostrar como essa caracterização é falha ele tenta demonstrar de algumas formas como a analiticidade se fundamenta. Após o fracasso nessa demonstração, então ele assevera:

Assim, é-se tentado a supor, em geral, que a verdade de um enunciado é de alguma forma decompontível em um componente linguístico e um componente factual. Dada essa suposição, parece em seguida razoável que, em alguns enunciados, o componente factual deva ser nulo; e estes são os enunciados analíticos. Mas, apesar de razoável *a priori*, simplesmente não foi traçada uma fronteira entre enunciados analíticos e sintéticos. Que tal distinção deva ser feita é um dogma não empírico dos empiristas, um artigo metafísico de fé (2010b, p.59).

O problema é que essa atitude de Quine indica um posicionamento cético radical. Conforme Miller (2010), Quine estabelece um critério demasiado forte para definir um conceito, definindo-o como *Suposição Socrática de Quine*²⁵. O caminho percorrido por Quine é definir analítico, que se baseia em uma verdade lógica e em uma definição. A definição, por sua vez, ancora-se na noção de sinonímia, que incorre, por fim, em uma circularidade. Isso, inclusive, afetaria a própria noção de significado²⁶. Apesar dessa posição cética perante o

²⁴ É importante destacar que essa caracterização da linguística enquanto ciência é feita por Searle (2011). Porém, é importante frisar que a linguística também tem sua vertente teórica, que trabalha com modelos de análises da estrutura universal da linguagem.

²⁵ “Denominemos essa hipótese de *Suposição Socrática de Quine*. Ela é justificada? Perante ela, essa hipótese parece impor uma condição forte demais para um conceito ser inteligível. Não há conceitos perfeitamente inteligíveis, mas que falham ao satisfazer essa condição?” (Miller, 2010, p. 138) O autor ainda lembra que essa denominação se dá em virtude da prática de Sócrates, descrita no livro *A República*, de Platão, onde o pai da filosofia exige definições explícitas e não circulares de “bom” e de “justiça”.

²⁶ Grice & Strawson apontam isso na discussão empreendida por Quine. “Se falar de sinonímia de sentença é sem sentido, então parece que também é sem sentido falar da sentença ter um significado. Pois se fizesse sentido falar de uma sentença ter um significado, ou significar algo, então faria sentido perguntar “O que isso significa?”. E se fizesse sentido perguntar “O que isso significa?” de uma sentença, então a sinonímia de uma sentença poderia ser definida grosseiramente como se segue: Duas sentenças são sinônimas se e somente se alguma resposta verdadeira para a questão “O que isso significa?” perguntada para uma delas também for

conceito, o fato é que, indiscutivelmente, a noção de analítico é útil e tem uma aceitação geral na comunidade filosófica. Nas palavras de Grice & Strawson: *“Em resumo, “analítico” e “sintético” têm um uso filosófico mais ou menos estabelecido; e isto parece sugerir que é absurdo, até mesmo sem sentido, dizer que não existe tal distinção”* (ibid. p. 334).

Outra manifestação criticada por Searle é o disposicionalismo, tal como encontrado em *Word and Object* de Quine (1960). Aqui se toma analítico em função do assentimento ou dissentimento dos falantes nativos a partir de estímulos externos. E isso resultaria na definição de analiticidade por estímulo, contrariando a definição clássica de analítico, que considera que *“Uma frase é analítica se, e somente se, a compreensão do seu significado é suficiente para determinar o seu valor de verdade”* (Branquinho, Murcho & Gomes, 2006, p. 37). Ora, a concepção de Quine é de que o significado não é algo intensional, ou seja, não implica em uma captação do significado conceitual do enunciado.

Para efeito de esclarecimento, é necessário fazer uma distinção entre as noções de intencionalidade e intensionalidade, para evitar a confusão conceitual. O intencional, desta forma, diz respeito à intencionalidade, que pode ser assim caracterizada:

A intencionalidade é aquela propriedade de estados e eventos mentais como desejos e crenças, bem como de eventos linguísticos como elocuições e inscrições de frases, que consiste no fato de tais estados ou eventos estarem dirigidos para, ou serem acerca de, determinados objetos: um particular, particulares de certa classe, uma propriedade, um estado de coisas etc. (Branquinho, Murcho & Gomes, 2006, p. 421).

Quanto ao intensional, se refere ao significado proveniente dos conceitos, caracterizando o que se pode chamar de significado cognitivo.

A segunda noção é a noção de um estado mental intensional (com “s”). Digamos que estados mentais intensionais são estados cuja identidade e natureza são sensíveis a modos particulares de identificação dos objetos neles mencionado. (...) De maneira característica, são em geral intensionais aqueles estados mentais conhecidos como atitudes proposicionais, e não são em geral intencionais aqueles estados mentais descritos como experiências ou sensações... (Branquinho, Murcho & Gomes, ibid., p. 422).

Voltando a falar de Quine, ele discorda disso ao defender que não é possível fazer essa demarcação da significação. Ele considera que a referência de um objeto é demarcada por hipóteses analíticas, que seriam um ponto de partida interpretativo do analista a fim de ajustar-se ao que o nativo profere. Portanto, entende que toda hipótese analítica será guiada

verdadeira para a outra. É claro que nós não reivindicamos qualquer poder esclarecedor para esta definição. Nós só queremos apontar que se vamos abandonar a noção de sinonímia de sentença como sem sentido, então devemos abandonar a noção de significação de uma sentença (de uma sentença ter significado) como sem sentido também” (2020, p.337).

pelo assentimento ou dissentimento do nativo. Isso preserva sua premissa básica empirista, que estabelece que é a experiência quem alimenta os dados para a investigação.

Assim, Quine se opõe a qualquer tentativa de entificação do significado. Sua posição é que o significado é demarcado a partir do comportamento verbal dos falantes em situações de trocas conversacionais e cristalizadas socialmente (Rodrigues & Moreira, 2022, p. 261).

Isso deixa claro que a ideia de Quine é que a significação é um processo contínuo, que se estabelece a partir do comportamento verbal dos falantes da língua em questão, suscitando o que ele denominara como a inescrutabilidade da referência. Isso resulta na ideia de que o que é fundamental não é um ajustamento da tradução de palavras ou sentenças, mas, no final das contas, o discurso é que é ajustado entre as hipóteses analíticas e o comportamento dos falantes nativos.

Tomadas juntas, as hipóteses analíticas e as definições auxiliares constituem o dicionário e a gramática da selva para o inglês do linguista. A forma em que são dados é imaterial porque o propósito não é a tradução de palavras ou construções, mas a tradução de um discurso coerente; palavras e construções isoladas chamam a atenção apenas como meios para tal fim (Quine, 1960, p. 70).

Searle, por sua vez, nega que existam sentenças analíticas por estímulo. Ele defende que disposição para assentir não fornece fundamentação para a definição de noções semânticas. Ele menciona o exemplo de alguém que tem uma arma apontada para sua cabeça, onde o agressor diz: “Recuse assentir a ‘Todos os solteiros são não casados’ ou estouro seus miolos”. Ninguém que ame a própria vida ousaria afirmar esse enunciado, e disso conclui que noções semânticas não se assentam exclusivamente mediante o assentimento de hipóteses analíticas, rejeitando qualquer forma de significado com base exclusivamente no comportamento dos falantes. Além disso, mesmo achando que os conceitos de analiticidade e sinonímia não sejam muito úteis à filosofia, considera radicalismos como o de Quine excessivos.

Uma proposta bem mais interessante para os interesses de Searle é a ideia que Wittgenstein apresenta de propósito. Em um determinado momento de seu texto ele discute a diferença entre exatidão e inexatidão. O que fica saliente em suas linhas é que exatidão não é um valor *em si*, mas depende de um propósito argumentativo. Portanto, conceitos valorosos para a filosofia entram no mesmo esquema, qual seja, não temos valores ideais, padrões, como se pensou acerca do significado, sinonímia, palavra, enunciado etc. Em suas palavras:

“Inexato” é, na verdade, uma censura, e “exato” é um elogio. E isto quer dizer: o inexato não atinge o seu alvo tão perfeitamente como o mais exato. Depende, pois, do que chamamos “o alvo”. Sou inexato se não indico com precisão métrica a que

distância o sol está de nós, e se não indico ao carpinteiro com precisão milimétrica a largura da mesa?

Não está previsto um ideal de precisão; nem sabemos que ideia fazer disso – a não ser que você mesmo estipule o que deve ser denominado assim. Mas vai ser difícil para você encontrar uma tal estipulação; uma que o satisfaça (Wittgenstein, 2012, p.64).

A posição de Searle é que buscar dar definições nesse nível ficaria no nível especulativo, uma vez que seria empiricamente inviável tentar estabelecer algo como a sinonímia. Sua questão primordial parte de uma premissa forte que considera que falar uma língua é uma forma de comportamento intencional altamente complexo e é governado por regras, tal como ele diz: “*Falar uma linguagem é se engajar em uma forma de comportamento (altamente complexo) governado por regras. Aprender e dominar uma linguagem é, entre outras coisas, aprender e ter dominado essas regras*” (Searle, 2011, p.12). Essas regras são características gerais, pois, do contrário, se cairia em uma busca empirista, como é o *modus operandi* da linguística. Ademais, falar uma língua implica em um conhecimento prático dela, o que não implica necessariamente o conhecimento de suas regras. Mas isso torna óbvio dizer que o conhecimento da língua, por outro lado, requer que se saiba explicar as regras que a governam.

Assim, falar uma língua é, em última instância, um modo de agir. E esse modo de agir é um comportamento intencional do sujeito falante. E mais, esse comportamento intencional é governado por regras convencionais, quer o falante saiba ou não. Isso quer dizer o seguinte: em termos práticos, o falante age intencionalmente ao emitir um proferimento; mas esse proferimento se submete às regras convencionais da língua falada, pois, do contrário, não seria possível a interação com seu interlocutor. Desse modo, aqui se tem uma caracterização do que seria a noção de ato de fala, i.e., é a emissão de um proferimento com a intenção de comunicar algo a um outro, seu interlocutor. Por defender isso, Searle não busca se restringir aos atos de fala particulares dos falantes particulares. O que ele quer, de fato, é estabelecer os princípios norteadores da linguagem, possibilitando o conhecimento dos atos de fala em suas diversas manifestações. Tal como Austin, um de seus objetivos era apresentar uma taxonomia e uma análise dos atos de fala, permitindo o conhecimento das regras inerentes à linguagem de modo geral. Entretanto, a discussão sobre esse tópico será apresentada posteriormente, no decorrer do texto.

Vale destacar que sua teoria da linguagem é, em suas próprias palavras, uma contraparte de sua teoria da mente. Ou seja, a teoria da mente está atrelada à teoria da

linguagem, de modo que não se pode compreender a linguagem apenas em termos de empiria da linguagem.

Um pressuposto básico subjacente à minha abordagem dos problemas da linguagem é que a filosofia da linguagem é um ramo da filosofia da mente. (...) qualquer explicação completa da fala e da linguagem exige uma explicação de como a mente/cérebro relaciona o organismo à realidade (Searle, 2002b, VII-VIII).

Portanto, a capacidade representacional da linguagem é derivada da intencionalidade da mente. Quando alguém emite uma sentença, por exemplo, essa é uma manifestação de seu estado intencional de crença. Quando se emite um pedido se tem a manifestação de seu estado intencional de desejo.

Logo, existe o elemento intencional no ato de fala. No entanto, a linguagem é um comportamento governado por regras. E isso quer dizer que existem regras que organizam os atos de fala, incluindo a utilização das letras, das palavras e das sentenças. Sem levar isso em conta a parte do comportamento intencional fica vazia, pois seria algo como uma linguagem telepática, que seria capaz de espelhar os estados mentais do falante na mente do ouvinte.

A partir disso, algumas coisas importantes são apresentadas. A primeira é que a linguagem pode ser estudada formalmente, haja vista ela ser governada por regras. Daí que a ideia da taxonomia, conforme apresentada em *Expressão e Significado* (2002a), ser bastante relevante em sua caracterização da linguagem. Entretanto, não se pode ter a pretensão de reduzir o estudo da linguagem ao seu aspecto formal, pois, conforme a ilustração dada por Wittgenstein (2012) acerca do jogo, não se aprende a jogar apenas estudando as regras. Em segundo lugar, tal como Saussure²⁷ distingue a língua e a fala como objetos de estudo, Searle rejeita a ideia de que sua teoria é um estudo apenas da fala. Sua argumentação irá reforçar a ideia de que estudar a fala é estudar a língua também. Por fim, algo que reforça essa posição é o fato de ele considerar como uma verdade analítica sobre a linguagem que se possa dizer tudo o que se queira dizer. Isso delineia o que ele denomina como o Princípio da Expressabilidade.

O princípio destacado pelo autor é uma característica da linguagem enquanto tal, e não um aspecto de uma língua particular. Aliás, isso fica bem claro em suas palavras:

²⁷ Saussure não discorda que língua e fala se impliquem mutuamente. No entanto, ele considera que são dois objetos que não devem se misturar em um estudo científico. Para a Linguística promovida por ele, a língua é o objeto escolhido. “Por todas essas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e a subordinação propostas esclarecem tudo. (...) Cumprir escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente” (Saussure, 2012 p. 52).

Qualquer linguagem nos proporciona um conjunto infinito de palavras e formas sintáticas para dizer o que queremos dizer, mas, se existe em uma dada linguagem ou em qualquer linguagem um limite superior sobre o expressável, ou se existem pensamentos que não podem ser expressos em uma dada linguagem ou em qualquer linguagem é um fato contingente, e não uma verdade necessária (Searle, 2011, p. 20).

Isso quer dizer que, em princípio, sempre é possível dizer o que se quer. Inclusive, é possível pensar em coisas que vão se aperfeiçoando ao longo do tempo. Os ganhos das lutas por direitos das mulheres mostram isso, pois os abusos que algumas mulheres sempre sofreram na relação com seus maridos não eram tipificados, ou conceitualizados. Hoje em dia existem tipificações de relações abusivas, de violência psicológica ou ainda de estupro por parte do marido. Portanto, a ideia sustentada pelo princípio é que a incapacidade de dizer algo é contingente, por limitação de uma língua ou mesmo uma questão da temporalidade, que ainda não conceitualizou algo. Outra questão importante dessa discussão é que não se pode confundir o que se queira dizer com os efeitos ou consequências do dizer, portanto, fazendo alusão à distinção de Austin, o princípio atenta para o efeito ilocucionário, e não para o efeito perlocucionário. Todavia, embora não seja detalhada aqui, essa discussão terá um desdobramento no decorrer do texto.

3.2 A estruturação da teoria dos atos de fala

Para começar, em uma expressão qualquer, se pode distinguir um ato de expressão, um ato proposicional e um ato ilocucionário. Tome-se o exemplo:

15) Francisco cozinha frequentemente.

Neste exemplo, podemos subscrever os três constituintes mencionados. Ao proferir as palavras (ou a sentença) se realiza o ato de expressão. Ao referir e predicar se realiza o ato proposicional. E quando se enuncia, questiona, ordena, promete etc., então se realiza o ato ilocucionário. E este último ato abarca os dois primeiros. Deste modo, a ideia de ato de fala se caracteriza como a realização destes três atos conjuntamente. Isso seria algo próximo à ideia de ato de fala total, onde não caberia uma fragmentação da análise. Ou melhor, a análise pressuporia algo como o que Frege (1983) denominou como o Princípio do Contexto²⁸. A diferença é que, para Frege, o contexto era o da proposição, enquanto o contexto em Searle é o do ato ilocucionário. Logo, o que muda é a unidade básica, que seria a caracterização da

²⁸ Como Frege denominara em *Os Fundamentos da Aritmética*, o Princípio do Contexto caracteriza o significado como algo dependente do contexto de enunciação. Em suas palavras: “*Apenas no contexto de uma proposição as palavras significam algo*” (1983, p. 247).

unidade complexa, suscetível de fragmentação analítica. Portanto, a estrutura gramatical de um ato ilocucionário é a sentença completa, contendo os outros dois atos. Com isso, é salutar afirmar que não existe um ato proposicional ou um ato de expressão sem um ato ilocucionário. E isso é interessante, pois deixa transparecer que qualquer ato de referir e predicar é, anteriormente, um ato ilocucionário, portanto, um ato de fala. Assim, aos moldes da construção teórica do autor, referência e predicação são atos de fala, uma vez que não se pode referir ou predicar isoladamente. Ou seja, não é o caso de você estabelecer a referência e o predicado para determinar o ato de fala. Na verdade, é o contrário. É no interior do ato de fala que a referência e o predicado são determinados.

Aliás, o que pode mostrar bem isso é o fato de se poder ter a realização de atos ilocucionários diferentes por meio de uma mesma proposição. Assim,

16) Francisco cozinha frequentemente?

17) Francisco, cozinhe com frequência!

18) Oxalá Francisco cozinhasse frequentemente.

Nessas expressões, temos: em 15 ocorre uma asserção. Em 16 se realiza uma pergunta. Em 17 se realiza uma ordem. E em 18 se realiza uma expressão de desejo. Apesar de ocorrerem atos de fala (illocutórios) diferentes, no entanto, a referência e a predicação são as mesmas nas quatro expressões. O referente é “Francisco” e a predicação é “cozinha frequentemente”. E tem casos em que o ato ilocucionário e o ato proposicional são os mesmos, e o ato de expressão seria diferente. Por exemplo:

19) Francisco é um cozinheiro habitual.

Portanto, nesse caso, 15 e 19 seriam idênticos em relação aos atos ilocucionário e proposicional. Apenas o ato de expressão seria diferente.

Essa caracterização também permite notar que as proposições não ocorrem apenas em asserções, como parece ter sido imputado pela tradição filosófica. Com essa crença, aliás, impediria notar as semelhanças entre a asserção e outros atos ilocucionários, além da distinção entre estes e as proposições.

Na verdade, Searle enfatiza que a referência e o predicado são determinados pelo falante, em seu processo de enunciação. Quer dizer, estes elementos linguísticos não têm valor em si, de maneira tão objetiva. A referência, por exemplo, tem um status similar ao que

Frege estabelece, ou seja, serve para identificar particulares. A diferença, conforme já afirmado, está na dependência que a proposição tem do ato ilocucionário realizado. E esse não se restringe a aspectos sintáticos ou semânticos apenas, mas tem um elemento que é intencional e que, portanto, termina na subjetividade. Um reforço para esta compreensão é o que o próprio autor diz: *“Dizer que uma expressão tem referência (predica, assere, etc.), é, em minha terminologia, ou algo sem sentido ou é uma abreviatura para dizer que a expressão é usada por falantes para referir (predicar, asserir, etc.)”* (Searle, 2011, p. 28).

Ainda nessa apresentação dos elementos estruturantes dos atos de fala, Searle faz uma distinção dos dois elementos fundamentais da estrutura sintática, a saber, o indicador proposicional e o indicador da força ilocucionária. Ele menciona como indicadores desta: ordem das palavras, a ênfase, a entonação, a pontuação, o modo do verbo e os verbos performativos²⁹. Portanto, esses critérios de demarcação têm um forte viés pragmático, uma vez que estudar tais elementos faz parte da pragmática. Não obstante, ele considera que o contexto seja suficiente para clarificar a força, não se fazendo necessário o apelo ao uso de mecanismos explícitos.

Assim, em função dessa distinção que ele fizera é que ele concebe a forma do ato ilocucionário, que seria $F(p)$, de modo que F toma como valores os dispositivos indicadores da força ilocucionária, enquanto p toma como valores expressões que representam proposições. Para exemplificar, tomem-se algumas caracterizações:

- a) asserções: $+(p)$
- b) interrogações: $?(p)$
- c) desejos: $!(p)$
- d) promessas: $\text{Pr}(p)$

A seguir, serão discutidas as questões das regras, que encarnam uma discussão muito importante para a caracterização dos atos de fala. Junto a ela, será apresentada a discussão acerca da significação, onde Searle fará uma abordagem analítica da concepção de Paul Grice sobre a matéria.

²⁹ Em *Expressão e Significado* (2002a), Searle fará uma crítica ao modo como Austin adota o estudo dos verbos performativos. Na sequência do texto isso será apresentado.

3.3. Regras e significação

Searle defende em sua teorização dos atos de fala em que estes são constituídos por regras, de modo que estas ordenam o modo de utilização dos atos. Para compreender como isso ocorre nos atos de fala, é necessário, primeiramente, entender o que ele entende por regras. Assim, de antemão, tome-se a explicação dele para diferenciar os dois tipos de regras existentes:

Regras regulativas regulam uma atividade pré-existente, um tipo de atividade em que a existência é logicamente independente das regras. Regras constitutivas constituem (mas também regulam) um tipo de atividade em que a existência é logicamente dependente das regras (Searle, 2011, p. 34).

As regras regulativas teriam uma forma similar às regras imperativas, como:

20) É proibido o uso de celular neste recinto.

Essas regras regulam o funcionamento de comportamentos em situações diversas. E algo importante sobre elas é que, apesar disso, o comportamento regado por uma dessas pode ocorrer quer a regra exista quer não exista. Searle menciona os casos de regras de etiqueta, em que as ocorrências comportamentais podem ocorrer quer existam regras quer não existam. Por outro lado, pode-se ainda pensar em um departamento universitário, que estabelece a seguinte regra sobre o trabalho de conclusão de curso:

21) Deve-se entregar a monografia para os membros da banca com uma antecedência mínima de quinze dias.

O que Searle parece defender é que uma tal prática pode ocorrer independentemente da existência da regra. Afinal, os estudantes podem atribuir tal prática a uma questão de bom senso, sob o risco de seus trabalhos não serem avaliados adequadamente. O detalhe é que isso incorreria em uma regra da práxis. O que talvez seja relevante nessa situação é que ela não seria normativa, uma vez que não estabeleceria punição para o não cumprimento.

Por outro lado, Searle considera que as regras constitutivas têm a forma de regras não-imperativas. Diferente das regras reguladoras, elas seriam algo como definições. E mais, isso as tornaria como quase tautológicas. O motivo dessa caracterização de tais regras é que, diferentemente das regras regulativas, elas não apenas regulam os comportamentos dos indivíduos em situações específicas, como também estabelecem a possibilidade de tais comportamentos virem a ser. Ou melhor, as regras constitutivas regulam as ações, mas, além

disso, sem elas as ações sequer seriam possíveis. Um exemplo vem do futebol. O impedimento é uma regra do jogo que não existe independente da própria regra que o regula. Quer dizer, a regra não apenas o regula, mas o cria também. O impedimento ocorre quando um jogador recebe a bola no campo de ataque e não tem nenhum outro jogador da equipe adversária entre ele e o goleiro do time oponente.

Uma questão que atravessa esse tópico é a questão da convencionalidade. O problema se manifesta quando Searle defende que a linguagem é convencional. Isso poderia caracterizar a convenção como a característica fundamental da linguagem, ou seja, que a linguagem seria determinada exclusivamente pelas práticas dos usuários da língua. Mas não é exatamente isso o que Searle defende. É verdade que as línguas naturais são convencionais e que os atos ilocucionários são regidos por regras e se utilizam das convenções para serem realizados. No entanto, o que ele diz pode ser explicado utilizando o jogo de xadrez como analogia. Sua ideia é que falar uma língua é semelhante ao xadrez. Isso quer dizer que em diferentes culturas ou grupos sociais o jogo é jogado com tabuleiros e peças diferentes, mas as regras subjacentes são as mesmas. Isso quer dizer que, mesmo que os acessórios do jogo sejam alterados, o jogo de xadrez será jogado igualmente em qualquer lugar. Assim seria com as línguas, i.e., apesar das línguas se caracterizarem convencionalmente, existem regras comuns que são subjacentes a todas elas. Seria, inclusive, esse um motivo das línguas serem intertraduzíveis, pois estas seriam manifestações convencionais das mesmas regras constitutivas.

Logo, embora as convenções sejam importantes, as regras são mais fundamentais para a linguagem. Afirmando claramente, são as regras constitutivas que se manifestam convencionalmente. O conhecimento destas regras é que implicará no domínio para a realização de atos ilocucionários. Isso, para deixar claro, não torna as convenções um subterfúgio da fala, pois não existe acesso aos atos de fala apartado das convenções. E é por conta disso que a teoria de Searle é uma filosofia da linguagem, a saber, pois ele investiga quais são as regras subjacentes aos atos de fala, e não apenas o conhecimento empírico das práticas linguísticas.

É óbvio que, assim como Wittgenstein defendera, o seguir uma regra não é o conhecimento da regra. E que esse seguir uma regra é uma prática, um costume.

(...) – Permita-me perguntar desta maneira: O que a expressão da regra – digamos, a placa de orientação – tem a ver com as minhas ações? Que tipo de ligação existe

entre elas? – Bem, talvez a seguinte: fui treinado para ter uma determinada reação frente a este signo, e é assim que reajo agora.

Com isso, porém, você apenas indicou uma conexão causal, apenas explicou como sucedeu que agora nos orientamos pela placa de orientação; você não explicou em que consiste este seguir-o-signo. Não; insinuei ainda que alguém só se orienta por uma placa de orientação na medida em que houver um uso contínuo, um costume (Wittgenstein, 2012, aforismo 198, p. 112).

Searle, diferentemente, quer uma explicação das regras subjacentes à linguagem. Ele não se contenta com essa visão baseada no uso linguístico. Aliás, o conhecimento linguístico exige a explicação das regras subjacentes. Por fim, isso implica dizer que regras não são idênticas a regularidades. Observar as regularidades é fundamental, mas isso não explica a constituição da linguagem. Apenas o conhecimento das regras possibilita reconhecer novos casos de atos ilocucionários.

Outro tópico importante deste detalhamento da teoria é a questão do significado do ato de fala. Para Searle, o ato de fala é a unidade básica da significação, conforme se depreende da discussão até aqui. Ele vai discutir isso a partir de dois aspectos. O primeiro aspecto diz respeito ao falante, autor do ato de fala. E o segundo aspecto diz respeito ao proferimento realizado. Em suas palavras: “*Mas o que é para alguém dizer alguma coisa mediante o que diz, e o que é para algo ter um significado?*” Searle, *ibid.* p. 43).

Essas duas questões se entrelaçam. A fim de remontar essa discussão empreendida pelo autor, será utilizada a teoria de Paul Grice, tal como apresentada em seu artigo *Meaning* (1957). Conforme já visto no capítulo I deste texto, Grice apresenta o que ele denominara como significado não natural. Para ilustrar o que Grice defendeu neste artigo, Searle resume assim: “*Dizer que um falante F quis dizer alguma coisa por meio de X é dizer que F intencionou que o proferimento de X produzisse algum efeito em um ouvinte O por meio do reconhecimento da intenção*” (Searle, *ibidem*).

De fato, Searle considera isso razoável, pois, em primeiro lugar, relaciona significado e intenção. E em segundo lugar, captura a essência da comunicação, qual seja, quando se fala algo se tem a intenção de comunicar certas coisas a um ouvinte, fazendo-lhe reconhecer esta intenção de comunicar exatamente essas coisas. Isso é certamente algo diferente e mais preciso em relação às teorias clássicas da semântica que, normalmente, não envolvem nem falante nem ouvinte em suas considerações. Quanto ao aspecto interacional que a proposta de Grice parece aludir, isso fica ainda mais distante no horizonte das teorias.

Contudo, nem todas as considerações de Searle são positivas. Ele reconhece o mérito da teoria de Grice, mas apresenta duas críticas pertinentes ao arcabouço teórico do autor britânico. A primeira crítica seria pelo fato de Grice não explicar em que medida o significado é uma questão de regras ou de convenções. Ou seja, ele não mostra como o significado (natural) se estabelece, o que seria importante, visto que esse é relevante para a constituição do significado não natural. E isso também resulta em não diferenciar entre o querer dizer algo com o que se diz e o que de fato significa o que se diz. A segunda crítica aponta que Grice confundiu atos ilocucionários com atos perlocucionários. Diferente do que ele próprio defendera, Grice teria determinado o significado em termos do intencional realizar um ato perlocucionário.

Para lembrar aqui, o ato perlocucionário consiste na intenção que o falante tem em atingir determinados efeitos ou consequências no ouvinte mediante seu ato de fala. Em *Meaning Revisited* (1982), Grice parece reconhecer que sua teoria destacava o significado desta forma mesmo, quando, ao rebater uma crítica acerca da incorreção de sua noção de significado, diz:

De uma maneira, o que essa sugestão faz, ou faria se fosse aceitável, é conferir uma justificativa a uma proposta que eu realmente fiz em um artigo anterior, no sentido de que o que era realmente necessário em uma explicação completa do significado do falante era a *ausência* de um certo tipo de intenção. Isso pode muito bem estar certo, mas a deficiência dessa proposta foi que ela não deu nenhuma explicação do *porquê* essa era uma condição razoável para explicar o significado do falante. Acho que, se aceitássemos a estruturação que acabei de esboçar, essa arbitrariedade, ou esse modo *ad hoc*³⁰, seria removida, ou, pelo menos, mitigada (Grice, 1995, p 303).

Grice não teria problema em aceitar essa interpretação de Searle sobre sua abordagem. A questão seria a exigência que se apresenta de uma significação irrestrita, ou seja, a de uma significação que não seja suscetível de estar errada. Ora, o que ele parece propor é que se deve ter uma permissividade para a interpretação que o ouvinte realizar do significado do falante. Ele chega a considerar que se exige um significado padrão, que seria um tipo de limite ideal para os falantes. O problema é que esse limite ideal seria, em certo sentido, irrealizável. O que restaria seriam apenas ocorrências particulares dos usuários da língua. Portanto, é demasiado forte exigir que o significado do falante seja transmitido de maneira precisa e não-cancelável. Por isso ele considera importante conceber a comunicação como uma atividade que não é precisa, de modo que o significado do falante seria cancelável.

³⁰ O texto original menciona “ad hocness”. Por dificuldade de tradução, foi resolvido traduzir aqui por “esse modo ad hoc”, pretendendo que não se tenha prejuízo no sentido original.

“Tudo o que nós precisamos é de uma forma de falar medindo os particulares atuais contra a qualidade irrealizável do particular perfeito. Na verdade, talvez seja algo assim que Platão fez” (Grice, 1995, p. 301). Para reforçar essa posição de que a interpretação do significado do falante não atenderia a essa exigência dura de uma certeza na interpretação, Grice apresenta essa condição de cancelabilidade do significado de um proferimento comunicado.

Deixe-me sumarizar a posição que alcançamos. Primeiramente, sobre essa questão do significado do falante, como uma primeira aproximação para o que significamos ao dizer que um falante quer dizer que *p*, por algo que ele diz em uma ocasião particular, é que ele está no estado ideal com respeito a comunicar ou, se você gostar, a comunicar que *p*. Em segundo lugar, esse estado ideal, que é o estado em que ele tem um conjunto infinito de intenções é, em princípio, irrealizável; assim, estritamente falando, ele não quer significar que *p* (Grice, *ibid.*, p. 302).

Desse modo, reitera sua proposta original, alegando que a explicação mais detalhada tornaria razoável sua proposta, pois ela não seria guiada por essa exigência forte de estabelecimento do significado do falante.

Vale ressaltar, o que Searle propunha era que o que se realiza com a emissão de um ato de fala é um ato ilocucionário, e não um ato perlocucionário. Em destaque à segunda inconsistência, ele oferece um contraexemplo com a finalidade de explorar a conexão entre o que um falante quer dizer com o que diz e o que de fato o que ele diz significa.

Ele apresenta a suposição de um soldado americano, em plena 2ª Guerra Mundial ser capturado por soldados italianos. Como é sabido, durante esta guerra, os italianos foram aliados dos alemães, e os americanos eram seus rivais, pois estavam do lado da outra aliança, encabeçada por França, Inglaterra e URSS. Desta maneira, o soldado gostaria de ser solto, e pensou que um bom plano seria fazer com que os italianos pensassem que ele era alemão. Buscando atingir tal fim ele recita o verso de um poema de Goethe, que era a única coisa que ele sabia falar em alemão. O verso era *“Você conhece a terra onde os limões florescem?”*³¹.

Tomando a concepção de Grice, a intenção de dizer algo busca produzir um efeito específico. No exemplo acima, a ideia do soldado americano é enganar os soldados italianos, fazendo-os acreditar que ele é um soldado alemão, portanto, um aliado. É como se ele dissesse, nas entrelinhas da expressão, que era um soldado alemão. Claro, isso seria um risco, pois poderia ser o caso de algum dos soldados italianos ter conhecimento da língua alemã. Desta forma, esse objetivo baseia-se na ideia de que o significado consiste em alguém querer dizer algo (ter a intenção de) e produzir efeitos específicos, independentemente do que

³¹ Conforme o original, em alemão se diz *“Kennst du das Land wo die Zitronen blühen?”* (Searle, *ibid.* p. 44).

fora de fato proferido na expressão. Ou seja, o significado se refere a um ato perlocucionário. Mas quais são os problemas de fato em conceber assim? Primeiramente, considerar que o proferimento de um falante irá produzir efeitos em seu ouvinte apelando apenas para a intenção do falante. Em segundo lugar, não mostra como o ouvinte irá reconhecer a intenção do falante.

Searle evoca Wittgenstein nessa questão, pois o austríaco teria uma atitude bem provocativa acerca desse tema: “*Faça a seguinte tentativa: Diga ‘aqui está frio’ e tenha em mente ‘Aqui está quente’. Você o pode? – E o que faz enquanto isso? E há somente uma maneira de fazê-lo?*” (Wittgenstein, *op. cit.*, aforismo 510, p. 189). Quer dizer, de acordo com os questionamentos que Searle faz, afirmar que a linguagem é unicamente intencional é algo problemático, pois se apoia na ideia de que o conteúdo é compartilhado apenas mediante a ação do falante. Mais que isso, a partir da tese de Grice, portanto, parece que qualquer sentença pode emitir qualquer significado, uma vez que as circunstâncias tornam possível as intenções apropriadas. Sintetizando, a crítica aludida por Searle contra Grice é a de que este concebe o significado do falante apenas em termos da intenção do falante, desconsiderando o aspecto convencional da língua.

Para Searle é inconteste que um ato de fala é um ato intencional, mas isso não implica que a significação de tal proferimento já está determinado desse modo. Quando o falante expressa algo ele o faz para um ouvinte, que deve compreender a informação presente nessa expressão. E a maneira de preencher esse quadro explicativo é compreender que toda língua é convencional, de maneira que não basta a ação intencional do falante. Logo, o resultado da crítica é claro: o significado de uma expressão não pode se reduzir ao ato intencional do falante, mas requer, inevitavelmente, que existam convenções e regras que governem seu uso. Searle apresenta essa crítica contumaz acerca do trabalho de Grice assim:

A razão pela qual não somos capazes de fazer isso sem uma nova configuração de cenário é que o que podemos significar é, ao menos de vez em quando, uma função do que estamos dizendo. Significado é mais que uma questão de intenção, é também, ao menos algumas vezes, uma questão de convenção (*op. cit.*, p.45).

Outro resultado oriundo da crítica é que existem sentenças que realizam atos ilocucionários e não têm nenhum ato perlocucionário associado. Um exemplo seria “Olá!”. Na perspectiva de Searle, quando alguém profere tal sentença não pretende produzir necessariamente um efeito perlocucionário no ouvinte, mas busca apenas que este saiba que está sendo saudado.

Mas alguém pode perguntar: Será mesmo? Afinal, pode ser o caso de o falante saudar o ouvinte todos os dias e este nunca retribuir. Então o falante permanecerá em sua empreitada de realização da saudação diariamente? Se não for o caso, então isso parece apontar para algo como o intento de gerar um efeito perlocucionário por parte do falante, que poderia ser uma resposta cordial entre colegas, ou mesmo uma saudação respeitosa entre adversários. Afinal, existem convenções de que o ambiente de trabalho seja regido pela cordialidade e pelo respeito aos demais. Parece estranho alguém chegar no trabalho, saudar alguns colegas e não intencionar um efeito perlocucionário nessas ações.

Searle destaca a mesma explicação para o ato ilocucionário de prometer. Para ele, quando o falante profere “Eu prometo X” não se busca um efeito perlocucionário por parte do ouvinte, mas apenas que este conheça sua ilocução. Novamente, se pode perguntar: Será mesmo assim? Afinal, talvez o proferimento “Eu prometo...” por parte do falante intente produzir, no ouvinte, o efeito de ter confiança no falante, ou pode ser uma ameaça etc. Isso atenta contra a ideia de que um ato ilocucionário não vem associado conjuntamente a um ato perlocucionário.

O filósofo norte-americano defende a possibilidade de se dizer algo em uma assembleia e que essa pode não acreditar no falante, ou ainda mesmo concordar com ele. Apesar disso, ele não deixaria de dizer, pois seu propósito é ilocucionário. Novamente, um questionamento: quando o falante diz o que queria dizer, não é possível considerar que ele pretendia ser relevante, ou causar desconfiança, ou incentivar uma pesquisa, ou atizar a curiosidade etc.? Afinal, mesmo no caso dele querer apenas apresentar sua compreensão de uma situação, isso não poderia ser considerado um efeito perlocucionário? Quer dizer, fazer com que a assembleia reconheça sua intenção ao comunicar algo.

No entanto, Searle rebateria a esse argumento de Grice sobre os efeitos perlocucionários no ouvinte. Ele ilustra assim: Quando um falante F diz algo a um ouvinte O, na verdade o que F pretende é que O reconheça sua intenção em comunicar algo. Não ocorre comprometimento com nenhum efeito perlocucionário EP, pois a crença adquirida ou a resposta dada por O não faz parte desse ato. O que F intenta é que O reconheça sua intenção, logo, sua pretensão em produzir (tão somente) um efeito ilocucionário EI. Dito de outro modo, F pretende produzir um EI em O, fazendo que este reconheça a intenção de F em produzir o EI em questão.

O que se pode extrair da defesa de Searle neste tópico é que não é problemático conceber efeitos ou consequências em um ouvinte, mas em atribuir isso ao proferimento do falante. Ademais, seria muito problemático ainda conceber isso em termos de análise linguística. Talvez se pudesse apelar para práticas sociais, mas parece um trabalho de difícil concepção.

É verdade que o objetivo da análise é a captura do significado, de modo que o significado do falante pode divergir do significado convencional. Mesmo assim, ainda se estaria na esfera do dito, e não na esfera das consequências ou efeitos do dito. Claro que ocorrem efeitos e consequências, mas isto não compõe a essência da significação. Destarte, uma expressão bem-sucedida é aquela que consegue comunicar seu intento, de modo que não se desdobra nos efeitos que, porventura, afetam o ouvinte, mas apenas em sua compreensão. *“O efeito característico intencionado do significado é o entendimento, porém, entendimento não é o tipo de efeito que esteja incluído nos exemplos de efeitos de Grice”* (Searle, *ibid.*, p. 47).

Desta feita, Searle apresenta uma reformulação do conceito de significado não natural de Grice:

Análise de Grice:

O falante F quer dizer algo não naturalmente mediante a expressão X, ou seja:

- (a) F intenciona (I) que o proferimento P de X produza um certo efeito perlocucionário EP no ouvinte O.
- (b) F intenciona (I) que P produza um EP por meio do reconhecimento de (I) por parte de O.

Análise reformulada de Searle:

O falante F profere a sentença S querendo dizer o que significa (dizer literalmente o que disse) = F profere S; e

- (a) F intenciona (I) que o proferimento P de S produza no ouvinte O o conhecimento de que os estados de coisas são especificados pelas regras de S (Efeito Ilocucionário).
- (b) F intenciona (I) que P produza EI por meio do reconhecimento de (I).
- (c) F pretende que (I) seja reconhecida em virtude do conhecimento de O das regras que governam (os elementos de) S.

Fica claro como ele discorda completamente da tese de Grice acerca dos efeitos causados no ouvinte em termos perlocucionários. A reformulação de Searle elimina-o da intenção do falante que profere um enunciado. A intenção desse falante é, inegavelmente, comunicar algo, realizando um ato ilocucionário. O ponto fundamental a se considerar aqui é que um ato, seja ilocucionário ou perlocucionário, parte da expressão proferida pelo falante. Com isso, Searle não nega que possam ocorrer efeitos no ouvinte provenientes do ato de fala do locutor. O que ele nega é que se possa estabelecer uma teoria que determine com precisão essa relação. Isso exigiria, de algum modo, superpoderes que capacitassem os indivíduos a lerem mentes, tanto do locutor como do interlocutor.

Outro elemento importante da tese de Searle é a distinção entre fatos brutos e fatos institucionais. Fatos brutos são os fatos do mundo descritos tal como ocorrem. E essa maneira de descrever repousa no modelo de conhecimento sistemático das ciências naturais, tendo como base de seu conhecimento as observações empíricas registradas pelas experiências sensoriais. No entanto, quando se toma uma partida de futebol ou um julgamento em um tribunal como exemplos, se tem casos de eventos compostos de fatos brutos. Quer dizer, embora estes sejam constituídos de movimentos físicos, estados e sensações brutas, isso não explica por completo os fenômenos mencionados. Existem outras condições, um *background*³² desses tipos de instituições. Os atos institucionais, como Searle os chama, são constituídos de fatos brutos e de certas instituições humanas. Por exemplo, uma cédula de R\$ 100,00 seria apenas um pedaço de papel colorido caso não existisse a instituição da moeda.

A razão para isso é que se trata de dinheiro. Se perguntamos: "Que fatos a seu respeito fazem dele dinheiro?", descobrimos que a química e a física são insuficientes para responder à pergunta. Se eu tentasse produzir algo parecido com esse pedaço de papel, mesmo que o duplicasse exatamente até a última molécula, não seria dinheiro. Pelo contrário, seria falsificado, e eu estaria sujeito a uma pena de prisão e a um processo. Portanto, mais uma vez, que fatos a seu respeito fazem dele dinheiro? O esboço de uma resposta pode ser que um tipo de fenômeno só é dinheiro se pensarmos nele como dinheiro. Ser considerado dinheiro é uma condição necessária mas não suficiente. Para que algo seja dinheiro, é necessário mais do que um conjunto de atitudes, mesmo que as atitudes sejam em parte constitutivas, e essencialmente constitutivas, do fato de um tipo de fenômeno ser dinheiro. Tenho de dizer "tipo" porque determinadas condições simbólicas podem ser falsas. Pode-se pensar que determinada nota é dinheiro quando na verdade ela é falsificada. O ponto essencial permanece o mesmo: um tipo de coisa só é dinheiro a longo prazo se for aceito como dinheiro (Searle, 2000, cap.5, p.28).

³² O background é um conjunto de habilidades pré-intencionais inatas. Logo, ele é um ponto de partida da intencionalidade, seja individual ou coletiva. "*O pressuposto é: toda intencionalidade, seja coletiva, seja individual, exige um background pré-intencional de capacidades mentais que não são em si representacionais*" (Searle, 2010b, pp. 143-144).

Essas instituições são sistemas de regras constitutivas. Um fato institucional, desse modo, é caracterizado por um sistema de regras da forma “X conta como Y no contexto C”. Nota-se aqui a preocupação de Searle em salientar formalmente que um fato desse tipo não pode ser descrito apenas levando em conta as ocorrências físicas, pois existe um elemento fundamental de constituição da significação, que é o contexto. Fatos brutos não dependem de contexto. Assim, a concepção semântica clássica, que descreve ou representa o real tal como é, não é suficiente para descrever fatos institucionais. Tome-se, como exemplo, uma partida de futebol. Ocorrem diversos fatos brutos, como os jogadores correndo atrás da bola, os uniformes dos times e do juiz, o tempo corrente da partida, que o jogo consiste em se jogar com os pés (menos o goleiro ou a cobrança de laterais), etc. Todavia, essas descrições não esgotam a descrição desse fenômeno. Faltam conceitos fundamentais para a compreensão do jogo de futebol, como impedimento, gol, drible, disputa pela bola, lançamento, cruzamento etc. Estes conceitos são fundamentais para a institucionalização das regras constitutivas. Em síntese, Searle faz essa distinção entre fatos brutos e fatos institucionais, apresentando a importância do conhecimento das regras constitutivas em torno dos fatos institucionais. Ele busca aproximar os atos de fala a essa noção de atos institucionais.

3.4 Exemplo de análise do ato ilocucionário

Searle considera que a promessa reúne os elementos necessários para proceder a análise modelar de um ato ilocucionário. Ele pretende fazer uma apresentação das condições necessárias e suficientes para realizar um ato ilocucionário. Para tanto, cada uma das condições apresentadas é necessária, tornando o conjunto dessas condições suficiente para a realização exitosa de tal ato. Ademais, esse conjunto de condições poderá fornecer um conjunto de regras para o uso do dispositivo indicador da força ilocucionária. Com isso, sua análise cumprirá seus dois propósitos, formulados assim: o primeiro é o conjunto das condições para a realização de um ato ilocucionário. O segundo é a formulação das regras para o uso do dispositivo indicador da força ilocucionária.

Mesmo que concorde que conceitos não-técnicos da linguagem ordinária não sejam regidos por regras em seu uso, o autor considera que a análise filosófica é importante. Nesse ínterim, prescindirá de elipses, insinuações, metáforas e promessas hipotéticas de sua análise. Seu foco será a demonstração da análise de um ato de fala prototípico, que é a promessa categórica e explícita, haja vista considerar essa abstração necessária para a

efetivação da sistematização da análise. Buscando atingir esse fim, ele apresenta as condições para realização de um ato ilocucionário (no caso, o de prometer). A ideia aqui será a de apresentar exatamente como Searle realiza sua análise do ato de fala:

I.Obtenção das condições normais de *input* e *output*. “‘*Output*’ cobre as condições para a fala inteligível, e ‘*input*’ cobre as condições para o entendimento” (Searle, 2011, p.57). As duas funções juntas resultam no falante F e no ouvinte O saberem falar a linguagem, serem conscientes do que fazem, não terem impedimentos físicos para a comunicação (surdez, afasia etc).

II.F expressa a proposição que *p* no proferimento da sentença S. Esse passo implica em destacar a proposição em relação ao restante do ato de fala.

III.Ao expressar que *p*, F predica um ato futuro A de F. Ao expressar que *p*, F predica uma expressão de F, cujo significado é tal que se a expressão é verdadeira do objeto, então é verdadeiro que o objeto realizará um ato futuro A. As condições II e III são condições de conteúdo proposicional.

IV.O preferiria que F fizesse A a que não fizesse A, e F acredita que O preferiria que ele fizesse A a que não fizesse A. Dentre as condições para o ato de prometer, a principal é que a pessoa a que se promete queira ou deseje o que é prometido; e aquele que promete algo seja consciente dessa necessidade ou desejo.

V.Não é óbvio nem para F nem para O que F fará A no curso normal dos eventos. A promessa de F a O deve ser sobre algo que não esteja sendo feito ou ainda que a realização dessa ação seja independente da promessa. As condições IV e V são preparatórias. Elas não são essenciais, mas são condições *sine qua non* de uma promessa feliz.

VI.F pretende fazer A. Essa é a condição de sinceridade. Ela permite distinguir entre promessas sinceras e promessas insinceras. A ideia é que o proferimento de S compromete F a realizar A. Assim, o próprio Searle reformula essa condição assim: **F intenciona que o proferimento de S o torne responsável por intencionar fazer A.**

VII.F pretende que o proferimento de S o coloque sob a obrigação de fazer A. Esta é a condição essencial da promessa. O falante deve assumir a obrigação de fazer o ato prometido. E isto é calcado exclusivamente na intenção de F.

VIII.F intenciona (I) produzir em O o conhecimento (C) que o proferimento de S coloca F sob uma obrigação de fazer A. F pretende produzir C por meio do reconhecimento de I, e intenciona que seja reconhecido em virtude do conhecimento do significado de S por O. Eis a análise griceana alterada por Searle em prol do que é para F querer dizer S com o

significado de uma promessa. F pretende produzir certo efeito ilocucionário fazendo que O reconheça sua intenção de produzir esse efeito, e também que isso ocorra por conta do fato do significado do item que profere se associe convencionalmente com a produção desse efeito.

As regras semânticas envolvidas aqui denotam uma obrigação.

IX. As regras semânticas do dialeto falado por F e O são tais que S é corretamente e sinceramente proferida se e somente se ocorrem as condições 1-8.

O significado de uma sentença é inteiramente determinado pelo significado de seus elementos, léxicos e sintáticos. E isso é apenas uma outra maneira de dizer que as regras que governam seu proferimento são determinadas pelas regras que governam seus elementos” (Searle, *ibid.*, p.61).

Essa condição (9), juntamente com 8, bloqueiam contraexemplos como o do soldado americano querendo se passar por um soldado alemão.

A ideia de Searle é que as condições 1-9 são para que O compreenda S e gere C. Para isso acontecer, é necessário que O reconheça a intenção (I) de F, que se baseia no fato de que O conhece o significado de S.

Essas condições servem ao propósito de geração das regras semânticas para o uso do dispositivo indicador da força ilocucionária. As condições 1, 8 e 9 são gerais, logo, servem para quaisquer atos ilocucionários. As condições de 2 a 7 servem para o ato ilocucionário de prometer (Pr). Eis as regras mencionadas:

Regra 1. Pr³³ deve ser proferida apenas no contexto de uma sentença S (ou num trecho maior de discurso), cujo proferimento predica algum ato futuro A de F. Esta é a regra de conteúdo proposicional, derivada das condições 2 e 3.

Regra 2. Pr é proferida apenas se O preferisse que F fizesse A a que não fizesse A, e F acredita que O preferisse que F fizesse A a que não fizesse A.

Regra 3. Pr é proferida apenas se não é óbvio tanto para F como para O que F não fará A no curso normal dos acontecimentos. As regras 2 e 3 são preparatórias e são derivadas das condições 4 e 5.

Regra 4. Pr é proferida apenas se F tem a intenção de fazer A. Esta é regra da sinceridade, que é derivada da condição 6.

³³ Daqui por diante, quando essa inscrição for mencionada então se saiba que ela se refere à promessa, que é o exemplo prototípico de Searle para sua demonstração da análise dos atos ilocucionários.

Regra 5. O proferimento de Pr vale como um comprometimento com uma obrigação de fazer A. Esta é a regra essencial.

A análise de Searle tem muitos pontos interessantes. Aqui serão esboçados alguns desses pontos, de acordo com a preferência do autor deste texto.

- 1) Existem situações em que o ato pode ser realizado sem a invocação de um dispositivo indicador explícito da força ilocucionária. Nesses casos a análise do contexto é fundamental, haja vista o dispositivo indicador desses casos poder estar implícito. Apesar disso, quando esse proferimento é realizado e a força ilocucionária não está explícita, sempre se pode fazê-lo assim. O que permite que assim o seja é o princípio da expressabilidade, que implica que tudo o que se intenciona dizer pode ser dito, mesmo que se utilize elementos de uma outra língua para fazer assim.
- 2) “Quais são as espécies de atos ilocucionários, e em cada espécie qual é o princípio de unidade das espécies?” (Searle, *ibid.* p.69). A questão fundamental aqui é acerca da possibilidade de redução dos atos de fala em atos ilocucionários básicos. A busca dessa resposta leva tanto Austin como Searle a constituírem suas taxonomias, que têm convergências e divergências entre si.
- 3) Alguns verbos ilocucionários são definidos em função dos efeitos perlocucionários que se busca, como é o caso de *pedir*. Searle destaca que em outros, como *prometer*, não é assim. Sua ideia é que, se o objetivo fosse obter efeitos perlocucionários, então seria apenas um meio convencional de alcançar respostas ou efeitos naturais. E isso resultaria que os atos não seriam implicados em regras. Eles poderiam ser realizados dentro ou fora da linguagem. Desse modo, ele nega o puro convencionalismo, pois considera que os atos de fala são intencionais e governados por regras. E o desfecho disso é sua negação de redução dos atos ilocucionários a atos perlocucionários, pois isso eliminaria as regras. O que parece estar em jogo aqui é uma blindagem dos atos de fala contra o esquema estímulo-resposta. Parece claro que ele considera que os efeitos perlocucionários não são governados por regras, como é o caso dos atos ilocucionários³⁴.

³⁴ O único ponto a considerar, que retornaria ao debate entre Searle e Grice é quando se leva em conta o fenômeno da conversação, i.e., os contextos interacionais. Afinal, a interação conversacional não direciona a essa redução, ou seja, ao esquema ilocução-perlocução? Assim, quando se promete, diferente do que Searle considera, não implica em um efeito perlocucionário? Afinal, pensando em situações reais de fala, não parece desprezível de efeitos no ouvinte, um falante que realiza um ato de prometer, como “Irei te pagar amanhã”, pois isso é uma promessa que busca um efeito como o convencimento, o restabelecimento de uma amizade, de uma relação comercial, de uma extensão do prazo de pagamento, de uma garantia de que não precisa ser

A seguir, no capítulo III, será apresentada a formulação da taxonomia dos atos de fala de Searle, a fim de compreender melhor como a análise ocorre. E no segundo momento do capítulo, será apresentada a análise que ele realiza acerca das metáforas, que é o alvo principal desta tese.

assassinado etc. Apesar disso, nas páginas anteriores já foi demonstrado o porquê de Searle rejeitar essa conclusão. Mas algo que é muito importante para lembrar é que Searle jamais negaria que um proferimento possa gerar efeitos em seu ouvinte. Todavia, o que ele nega, no caso da promessa e de outros atos de fala, é que não é possível relacionar tais efeitos ao que fora proferido pelo falante. Por exemplo, quando o falante diz “Prometo que volto amanhã”, mesmo que se possa concordar que se trata de uma ameaça, entretanto, não existem elementos suficientes para se dizer, que, devido ao proferimento, que o ouvinte ficou com medo, ou indiferente, ou ansioso etc. O julgamento da perlocução não seria perguntar ao ouvinte o que ocorreu com ele, mas avaliar, mediante o proferimento do falante, se ele foi capaz de gerar tais efeitos.

Capítulo III

4. A TAXONOMIA DE SEARLE E AS METÁFORAS

Esse capítulo tem como objeto central o livro *Expression and Meaning*, originalmente lançado em 1979. Este livro tem como objetivo, segundo o autor, fazer uma classificação dos atos ilocucionários. Isso implica em responder aos questionamentos acerca da quantidade dos atos de fala. Os objetivos secundários seriam: 1) a classificação dos atos ilocucionários. Austin, por exemplo, classifica em cinco categorias, que seriam os vereditivos, os expositivos, os exercitativos, os comportativos e os compromissivos. 2) Fazer uma avaliação da classificação de Austin. 3) Mostrar como os tipos ilocucionários selecionados por ele (Searle) se realizam na sintaxe das línguas naturais. No caso de Searle, ele faz essa apresentação a partir da língua inglesa.

O livro ainda tratará dos seguintes tópicos: i) atos de fala indiretos; ii) discurso ficcional; iii) metáfora; iv) significado literal; v) referencial e atributivo; e vi) os atos de fala e a linguística recente. No entanto, por conta do escopo desta tese, os tópicos fundamentais para o tratamento expositivo e analítico nesta tese serão a questão da taxinomia dos atos de fala e a questão da metáfora. A primeira será importante para apresentar aquilo que o autor toma como algo fundamental para responder à questão apresentada acima, complementando o que fora abordado nos capítulos precedentes. A segunda implica no objeto mais fundamental para o escopo desta tese, uma vez que nesta análise apresentada por Searle será delineado o problema destacado aqui. Entretanto, isso não implica que os demais tópicos são irrelevantes, pois, de outro modo, eles são tópicos que tangenciam os demais. Isso quer dizer apenas que não se deterá nesses com a mesma envergadura dos tópicos destacados.

4.1 Os tipos de atos ilocucionários

Para iniciar essa classificação é importante, inicialmente, relembrar uma forma de classificação assumida por Austin, mesmo que de maneira não conclusiva. Por isso Searle irá destacar a questão dos verbos ilocucionários, que seriam marcas do efeito ilocucionário. Portanto, foi Austin quem concebeu essa demarcação sintática dos verbos ilocucionários. Ele achava que seria razoável fazer uma classificação dos verbos performativos puros, ou seja, explícitos. “*Ora, muitos destes verbos parecem ser, de modo plenamente convincente, performativos puros (por mais irritante que seja tê-los, (...))*” (Austin, 1990, p. 79). Isso quer dizer que, de alguma maneira, uma expressão como “Declaro que...” teria essa demarcação de

performatividade. Entretanto, para que não se cometa injustiça com Austin, deve-se atentar para o fato de o autor não estar plenamente convencido deste critério servir para todos os casos, indiscriminadamente: “*Desde então, descobrimos, contudo, que frequentemente não é fácil assegurar-nos de que – mesmo quando se apresenta em forma aparentemente explícita – um proferimento seja ou não performativo*” (Austin, *ibid.* p. 82).

Searle, por sua vez, faz uma distinção entre os verbos ilocucionários e os atos ilocucionários. Assim, ele não nega que existam verbos com essa marca explícita de performatividade, mas não acha que essa demarcação seja segura o suficiente para a classificação dos atos ilocucionários. Por exemplo, ele assim o diz: “*As diferenças entre os verbos ilocucionários são um bom guia, mas isso não significa que sejam um guia seguro para as diferenças entre os atos ilocucionários*” (Searle, 1999, p. 2). A ideia dele é que existem variações nos modos que os atos ilocucionários se diferenciam uns dos outros. A fim de justificar isso, ele estabelece doze dimensões de variação. A seguir serão apresentadas todas as dimensões:

I. Propósito do ato. Searle acha que o propósito é o elemento mais importante para a composição da força ilocucionária, mas não o único. Além disso, ele considera que o propósito não resulta necessariamente em um ato perlocucionário associado ao ilocucionário. Ele acha que promessas e enunciados não tem um efeito perlocucionário associado. Assim, o propósito de uma descrição é uma representação (verdadeira ou falsa) de algo. O propósito de uma promessa é que o falante assuma a obrigação de fazer algo.

II. Direção de ajuste. Temos as direções de ajuste *palavra-mundo* e *mundo-palavra*. Como exemplos, naquela temos o caso das asserções. Essa direção de ajuste implica em que o que é dito se adequa ao estado de coisas apresentado. No caso da direção de ajuste *mundo-palavra* temos os casos das promessas e dos pedidos. Essa implica no caso contrário, ou seja, aqui é o mundo que se ajusta ao que é dito pelo falante. Elizabeth Ascombe, em *Intentions* (1957) expressa isso muito bem com o exemplo da lista de compras de um homem. Ele tinha levado a lista que sua mulher lhe deu, que continha feijão, manteiga, toucinho e pão. Um detetive o segue e anota tudo que ele pega. A função das duas listas é diferente. Para o comprador a direção de ajuste é mundo-para-palavra; e no caso do detetive é palavra-para-mundo. Quer dizer, do ponto de vista do comprador se tem um ato diretivo, movido por pedidos. No caso do detetive se tem um ato assertivo, movido por asserções. Os erros ajudam a delinear bem essa diferença. Se o marido cometer algum erro, como comprar algo errado, ele não poderá

corrigir a lista a partir de seu engano. O detetive pode, bastando que ele corrija sua lista. O caso, segundo Searle, é que a lista configura o conteúdo proposicional e a força ilocucionária determina como isso se relaciona com o mundo.

III. Estados psicológicos expressos. O estado psicológico expresso na realização do ato é a condição de sinceridade do ato. Tem-se, por exemplo, crença, desejo e intenção, que estão, respectivamente, para os atos assertivo, diretivo e compromissivo. Aliás, existe uma exigência em performativos de 1ª pessoa, que é a seguinte: linguisticamente é inaceitável, embora não seja autocontraditório, a execução conjunta do verbo performativo explícito e a negação do estado psicológico expresso. Exemplos: Afirmo que *p*, mas não creio em *p*. Prometo que *p* mas não pretendo realizar *p*.

IV. Força em que o propósito ilocucionário é apresentado. É a ideia de que podem existir graus variados de força ou compromisso. Exemplos: Sugiro que *p*. Insisto que *p*. Assim como: Juro que *p*. Acho que *p*.

V. Diferenças em relação ao status do falante e ouvinte acerca da influência na força ilocucionária do proferimento. É a ideia de que a posição ocupado por falante e ouvinte é relevante na análise do ato de fala. Por exemplo, patrão e empregado se relacionam diferentemente. O patrão manda o empregado pegar algo. O empregado, por outro lado, apenas sugere ao patrão que pegue algo.

VI. O modo como a emissão se relaciona com os interesses do falante e do ouvinte. Diz respeito aos interesses do falante e do ouvinte. Por exemplo, gabolices e lamentações, congratulações e condolências.

VII. Relações com o resto do discurso. Expressões que servem para relacionar emissões com outras emissões e com o contexto circundante. Replico, deduzo, concludo, entretanto, portanto, além do mais e outras expressões seriam exemplos disso.

VIII. O conteúdo proposicional determinado pelos dispositivos da força ilocucionária. Para exemplificar, se tem um relato e uma predição. O relato pode ser do passado ou do presente. A predição é do futuro. Isso depende das condições de apresentação do conteúdo proposicional.

IX. Atos que devem ser sempre atos de fala, e atos que podem, mas não precisam, ser realizados como atos de fala. A ideia é que se pode fazer algumas ações sem realizar nenhum ato de fala. Por exemplo, se pode classificar coisas apenas separando-as em caixas

diferentes. Não há necessidade da realização de um ato de fala nesse caso. Isso também pode ocorrer em casos de modo que alguém estima, diagnostica ou conclui. Para Searle, não é necessário sequer algum tipo de ato de fala interno.

X. Atos que requerem e os que não requerem instituições extralinguísticas. “É preciso ocupar uma posição numa instituição extralinguística. Austin fala algumas vezes como se julgasse que todos os atos ilocucionários fossem dessa natureza, mas claramente não são. Para que eu enuncie que está chovendo ou prometa vir vê-lo, só preciso obedecer às regras da linguagem. Nenhuma instituição extralinguística é necessária” (Searle, 1999, p.7). Essa dimensão difere da dimensão 5, pois a instituição extralinguística garante estatuto relevante para a força ilocucionária, mas nem todo estatuto depende de uma instituição extralinguística. Um exemplo seria um ladrão que diz: “Dê-me seu carro”, onde seu estatuto não depende de sua posição em uma instituição extralinguística.

XI. Atos em que o verbo ilocucionário correspondente tem um uso performativo e aqueles em que isso não acontece. A maioria dos verbos ilocucionários servem para marcar o uso performativo. Mas existem verbos em que isso não é o caso. Um exemplo desses seria o verbo “gabar-se”³⁵.

XII. Diferenças de realização do ato ilocucionário. Aqui se tem a ideia do estilo do falante em realizar o ato ilocucionário. “Anunciar” e “confidenciar” podem ter o mesmo propósito ilocucionário e o mesmo conteúdo proposicional, mas com estilos informativos diferentes.

A despeito das doze dimensões, pode-se assumir que as três primeiras dimensões são as mais importantes na taxonomização de Searle. Afinal, todo proferimento tem um propósito ilocucional, uma direção de ajuste e uma condição de sinceridade (ou um estado psicológico). As demais dimensões se aplicam circunstancialmente.

Após essa apresentação das dimensões para a caracterização da força ilocucionária de um proferimento performativo, então Searle estaria pronto para a apresentação de sua taxonomia. No entanto, antes de mostrar sua proposta ele considera

³⁵ O que parece aludir disso é que “gabar-se” não é performativo pelo fato de não se constituir em uma ação que se encaixe nos tipos ilocucionários. Seria desse modo porque uma expressão como “Eu, por meio desta, gabo-me” não parece caracterizar tal ação. Afinal, não tem direção de ajuste palavra-mundo ou mundo-palavra; nem é expressão de sentimento; e nem seria um caso de direção de ajuste duplo. O indivíduo não se performatiza perante uma audiência. Neste caso mencionado, seria como uma ação que é voltada para o próprio indivíduo, de modo que não se caracteriza seu propósito aos moldes da categorização de performatividade proposta por Searle.

imprescindível fazer uma análise depurada da taxonomia de Austin, pois esta seria a primeira versão de uma taxonomia dos atos de fala, logo, é a proposta standard.

Desse modo, Austin dividiu sua proposta em cinco categorias. Ele destaca a importância de uma taxonomia em seu texto:

(...) (b) estabelecer especialmente e criticamente com respeito a cada tipo de ato ilocucionário – avisos, estimativas, vereditos, declarações e descrições – qual é a maneira específica em que eles foram pretendidos, para saber, primeiramente se estão ou não estão em ordem, e, em segundo lugar, se estão “certos” ou “errados”; quais termos de aprovação ou desaprovação são usados para cada um e o que eles significam (Austin, 1962, pp. 145-146).

E ele deixou claro que essa classificação não o deixava totalmente satisfeito, embora servisse como ponto de partida. Ele assevera isso: “*Distinguo cinco classes mais gerais: mas estou longe de estar feliz com todas elas*” (Austin, ibid. p.150). Então, eis as cinco categorias apresentadas por Austin.

Verditivos – “*Consistem na pronúncia de um veredito, oficial ou não-oficial, sobre a evidência ou as razões relativas a valor ou fato, tanto quanto estes se possam distinguir*” (Searle, 2002a, p.12). Exemplos: descrever, calcular, inocentar, avaliar, etc.

Exercitivos – Consistem em “proferir uma decisão favorável ou desfavorável a uma certa linha de ação ou advogá-la...”, “uma decisão de que algo deva ser assim, enquanto distinta de um juízo de que é assim” (Searle, ibidem). Exemplos: ordenar, comandar, suplicar, aconselhar, designar, nomear, vetar, anunciar, dar, etc. Uma exceção seria “pedir” que não é incluído por Austin.

Compromissivos – “Comprometer o falante com uma certa linha de ação” (Searle, ibid. p.13). Exemplos.: prometer, convencionar, contratar, garantir, jurar, etc.

Expositivos – “São usados em atos de exposição que envolvem a explanação de concepções, a condução de argumentos e o esclarecimento de usos e referências” (Searle, ibidem). Exemplos.: afirmar, enfatizar, responder, relatar, aceitar, descrever, classificar, chamar, etc.

Comportativos – Austin ficara insatisfeito com essa categoria. “Inclui a noção de reação ao comportamento e à sorte de outras pessoas, e a noção de atitude e expressão de atitude diante da conduta passada ou iminente de alguém” (Searle, ibidem). Exemplos.: desculpar-se, agradecer, felicitar, criticar, abençoar, brindar, mas também (estranhamente), afrontar, protestar, contestar, desafiar etc.

De antemão, Searle observa que a lista de Austin é uma lista de verbos ilocucionários da língua inglesa, e não uma classificação de atos ilocucionários. “Anunciar”, por exemplo, pode ser uma ordem, uma promessa ou um relato.

22) Anuncie o que você tem para anunciar (ordem).

23) Anunciarei minha decisão amanhã (promessa).

24) Anunciaram o resultado da eleição agora (relato).

A ideia é que “anunciar” não é o nome de um tipo de ato ilocucionário, mas o modo como se realiza um. Partindo dessa ideia de que Austin tratou de verbos performativos, então Searle tece suas críticas:

Em primeiro lugar, nem todos os verbos catalogados são verbos ilocucionários. Um exemplo seria *intend* (ter a intenção). Dizer que se tem a intenção não é um ato de fala. ‘Expressar a intenção’ é um ato de fala, mas ‘ter a intenção’ não.

Em segundo lugar se tem o mais importante. Não existe nenhum princípio que ordene a construção da taxonomia. Apenas no caso dos Compromissivos isto está bem demarcado, pois neste caso Austin usou o propósito ilocucionário para defini-lo. Os expositivos parecem definidos em termos de relações discursivas, tal como Searle apresenta em sua dimensão 7. Os Exercitivos parecem definidos em termos de exercício da autoridade. As dimensões 5 e 10 de Searle entram em parte aqui. Os Comportativos estão mal definidos. Envolvem o que é bom ou mau para o falante e para o ouvinte, e expressões de atitudes. Estas estão de acordo com as dimensões 6 e 3, respectivamente.

Em terceiro lugar, devido aos pontos 1 e 2 da crítica de Searle, então ocorrem sobreposições entre categorias e muita heterogeneidade no interior de algumas delas. Casos de fronteira não são problemáticos. Mas a assistemática da classificação se torna problemática quando se tem uma grande quantidade de verbos presentes em duas categorias. ‘Descrever’ é um exemplo. Austin o classifica tanto como veriditivo como também expositivo. E isso acontece em outras situações. Devido a sua definição de veriditivo, a maioria dos expositivos poderia ser veriditivo, com raras exceções. Além dos casos em que os verbos não são nomes de atos ilocucionários, como ‘começar por (begin by)’, ‘voltar-se para (turn to)’ e ‘negligenciar (neglect)’.

Em quarto lugar, devido ao ponto três da crítica searleana, existem verbos bem distintos no interior das categorias. Ex.: afrontar, desafiar e contestar são classificados como comportativos, mas estes têm a ver com as ações subsequentes do ouvinte, se assemelhando a ordenar, mandar e proibir, que são exercitativos.

Em quinto lugar, o problema das definições das categorias, que deixam muitas incompreensões. Exemplos: Nomear, designar e excomungar não se encaixam em “proferir uma decisão favorável ou desfavorável a uma certa linha de ação” ou mesmo “advogar uma linha de ação” (Searle, 2002a, p.18). Na verdade, eles se encaixam em ‘realizar uma ação’. Quando designo alguém em um cargo, não advogo que ele exerça tal cargo, mas o faço.

Em resumo, a taxonomia de Austin depara-se com (no mínimo) seis dificuldades inter-relacionadas; em ordem crescente de importância: há uma confusão persistente entre verbos e atos, nem todos os verbos são verbos ilocucionários, há sobreposição demais entre as categorias, muitos dos verbos catalogados nas categorias não satisfazem a definição dada para a categoria, e, o que é mais importante, não há princípio consistente de classificação (Searle, *ibidem*).

Assim, diante dessa crítica a Austin, Searle apresenta uma taxonomia de sua autoria, com a ressalva de resolver os problemas elencados na crítica feita ao seu orientador. Aqui serão elencadas as categorias básicas propostas por Searle:

- 1. Assertivos:** o propósito é comprometer o falante com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição. A direção de ajuste é palavra-para-mundo. O estado psicológico é a crença (que *p*). Aqui cabem muitos dos expositivos e dos vereditivos de Austin. Eles são verdadeiros ou falsos, embora essas condições não sejam necessárias e nem suficientes.
- 2. Diretivos:** o propósito é o falante tentar levar o ouvinte a fazer algo. A direção de ajuste é mundo-para-palavra. A condição de sinceridade é a vontade ou o desejo. O conteúdo proposicional é sempre que o ouvinte faça alguma ação futura. Os comportativos e muitos dos exercitativos de Austin estão aqui. Perguntas também são uma subclasse desse tipo.
- 3. Compromissivos:** o propósito é comprometer o falante com alguma ação futura (concordando com Austin, embora retire alguns verbos da lista de Austin). A direção de ajuste é mundo-para-palavra. A condição de sinceridade é a intenção. O conteúdo proposicional é sempre que o falante faça alguma ação futura (eis a diferença com os diretivos. Lá é com o ouvinte, aqui é com o falante).
- 4. Expressivos:** o propósito dessa classe é o de expressar um estado psicológico, especificado na condição de sinceridade, a respeito de um estado de coisas, especificado no conteúdo

proposicional. Nestes não há direção de ajuste, pois a verdade da expressão é pressuposta. Isso o é assim pelo fato de o falante não estar nem tentando ajustar as palavras ao mundo e nem que o mundo se ajuste às palavras.

Searle gostaria de fechar a tipificação nesses quatro tipos, mas ainda falta algo. Ele considera que existem atos de fala em que o estado de coisas representado na proposição expressa é realizado ou vem a existir mediante o dispositivo indicador da força ilocucionária. Exemplos: “Renuncio”, “Batizo este menino como fulano”, “Vocês agora são marido e mulher”. Desse modo, ele propõe uma quinta categoria.

5. Declarativos: a característica fundamental é que sua realização bem-sucedida estabelece a correspondência entre o conteúdo proposicional e o mundo. A estrutura sintática superficial não diferencia força ilocucionária e conteúdo proposicional. Austin distinguiu constataativos e performativos, o que incluía tais enunciados como performativos, embora ele tenha se dado conta que não é o caso de tal distinção ser precisa. Nas demais categorias, o que está em jogo é a competência do falante e/ou do ouvinte. No entanto, no caso dos declarativos, seria necessário conceber uma instituição extralinguística, pois determina que os interlocutores ocupem determinadas funções no interior dessa instituição. Searle critica Austin por este fazer parecer que todo ato ilocucionário exige uma instituição extralinguística, o que não é o caso. Assim, a direção de ajuste é tanto palavra-para-mundo como mundo-para-palavra. E não existe condição de sinceridade, que, portanto, é nula. Vê-se que nesses casos ocorrem que as instituições dotam pessoas de autoridade para emitirem declarações, como juízes.

A seguir se tem uma tabela com as formas dos cinco tipos de atos ilocucionários:

CATEGORIAS	FORMAS
Assertivos	$\vdash \downarrow B(p)$
Diretivos	$!\uparrow W(O \text{ faz } A)$
Compromissivos	$C\uparrow I (F \text{ faz } A)$
Expressivos	$E \emptyset (P) (F/O + \text{propriedade})$
Declarativos	$D \updownarrow \emptyset (p)$

Tabela 1 - Formas das Categorias dos Atos Ilocucionários

Em relação aos assertivos, o símbolo escolhido para representá-lo é o mesmo que Frege utilizou, ou seja, o sinal de asserção ($\vdash$). O sinal $\downarrow$ representa a direção de ajuste, que, no caso, é *palavra-para-mundo*, ou seja, o proferimento se ajusta ao estado de coisas

representado. O estado psicológico é representado por *B*, que, no caso, é a crença. Os assertivos, nesse caso, envolvem os diversos atos em que parece que são demarcados pelo par *verdadeiro/falso*. Esse seria seu propósito ilocucionário, i.e., de destacar um estado de coisas de maneira verdadeira ou falsa. Isso não quer dizer que todos os assertivos tenham o mesmo grau de certeza. Por exemplo, é óbvio que existe uma diferença de grau entre “Eu acredito que choverá amanhã” e “Afirmo que choverá amanhã”. Exemplos de verbos que normalmente denotam um assertivo são concluir, afirmar, jurar, enunciar, deduzir, reclamar, etc.

O símbolo do propósito ilocucionário dos diretivos é *!*. Isso implica que ilustrem um ato em que o falante tenta fazer o ouvinte realizar uma ação futura. Sua direção de ajuste é *mundo-para-palavra*, representado por $\uparrow$, que, no caso, representa o ajuste do mundo ao que fora proferido por um falante. Sua condição de sinceridade (ou estado psicológico) é o desejo, representado por *W*. E o conteúdo proposicional é o de que o ouvinte realize uma ação futura, representada por *A*. Alguns verbos que geralmente denotam um diretivo são contestar, desafiar, afrontar, permitir, pedir, ordenar etc. Searle salienta que “perguntar” seria uma subclasse dessa categoria, haja vista ser uma forma do falante levar o ouvinte a respondê-lo.

O símbolo do propósito ilocucionário dos compromissivos é *C*, que se caracteriza pelo comprometimento do falante em realizar uma ação futura. Sua direção de ajuste é *mundo-para-palavra*, representado pelo sinal $\uparrow$. Sua condição de sinceridade é a intenção, representado pelo sinal *I*. Seu conteúdo proposicional é que o falante realize uma ação futura. O exemplo clássico de verbo que denota essa categoria é o verbo prometer.

Quanto aos expressivos, seu propósito ilocucionário é a expressão de um estado psicológico a respeito de um estado de coisas, representado por *E*. Sua direção de ajuste é nula, pois sua verdade já é pressuposta. O sinal que a representa é $\emptyset$. Sua condição de sinceridade é marcada por uma variável dos diferentes estados psicológicos, representada por *P*. Seu conteúdo proposicional especifica uma propriedade (ou ação) que pode ser relativa ao falante ou ao ouvinte. É possível afirmar que “Parabenizo-o por ter concluído esse trabalho”³⁶ ou ainda “Agradeço-o por ser a pessoa meiga que você é”. E isso, no âmbito de um ato de fala expressivo, não pode ser proferido acerca de um terceiro. Alguns exemplos de verbos que

³⁶ Parabenizar alguém denota um estado psicológico de felicidade, pois o falante está felicitando alguém. Em última instância, a base é o sentimento de alegria, pois quem parabeniza se encontra em um estado de regozijo junto ao indivíduo felicitado.

geralmente denotam essa categoria são agradecer, desculpar-se, saudar, congratular, dar condolências etc.

Searle concebeu uma outra categoria, a dos declarativos. Essa é motivada pela concepção de Austin, pois este concebia que um ato de fala era demarcado a partir de instituições extralinguísticas. Isto quer dizer apenas que o estado de coisas representado é realizado mediante o dispositivo indicador da força ilocucionária situado em um contexto de uso da expressão, de modo que as posições do falante e do ouvinte são relevantes para a execução do ato de fala, sob o risco de ele se tornar nulo. Dito de outra maneira, seria algo similar ao dito “dizer é fazer”, quando esse dito se realiza em uma situação específica. Pode-se tomar como exemplos:

25) Declaro-os marido e mulher.

26) Renuncio à minha função no governo.

27) Sentencio o réu como culpado.

Assim, o que delinea tal categoria de ato ilocucionário é que, quando algum ato logra êxito, então ele cria uma correspondência entre o conteúdo proposicional e o estado de coisas representado. Apenas um padre ou um juiz podem proferir 25 com efetividade. 26 só é exitoso se a pessoa que o profere for um funcionário do governo. 27 só pode ser exitoso se a pessoa que o profere tem o poder discricionário que sustente seu proferimento. Nestes casos, a realidade é criada quando ocorrem tais proferimentos. Mas essa criação tem uma dependência de instituições extralinguísticas, que significa dizer que tanto falante como ouvinte ocupam posições determinadas no tecido social do contexto do proferimento. Logo, diferente das outras categorias, a competência do falante não é suficiente para a efetivação exitosa do ato de fala. Como Searle diz:

O domínio dessas regras que constituem a competência do falante e do ouvinte não é, em geral, suficiente para a realização de uma declaração. Além disso, deve existir uma instituição extralinguística, de modo que falante e ouvinte devem ocupar posições especiais dentro desta instituição (1999, p. 18).

Searle ainda faz questão de marcar que existem casos de exceção em que uma declaração não necessita de uma instituição extralinguística. O primeiro caso é quando a declaração envolve um acontecimento sobrenatural, como a do texto bíblico “Faça-se a luz” (Gênesis 1). O segundo caso seria quando se faz referência à própria linguagem, como em “Defino X por Y”.

Desse modo, o propósito ilocucionário dessa categoria é sinalizado por *D*. Ele é composto por duas direções de ajuste, tanto a *palavra-para-mundo* como a *mundo-para-palavra*. O sinal utilizado para marcar esse duplo ajuste de direção é $\updownarrow$. A ideia neste ato é que o proferimento destaca o estado de coisas respectivo, algo similar a um assertivo. Porém, ele também é um ajustamento do estado de coisas ao proferimento de quem o emite, haja vista ele não ter êxito quando não se ajusta à instituição extralinguística em questão. Por conta disso, também ocorre um ajustamento do mundo ao proferimento, pois sem isto não seria instituído um fato no mundo social. A condição de sinceridade é nula, tendo como sinal $\emptyset$. A ideia aqui é que não existe um estado mental atribuído, pois o falante não se relaciona com a realidade diretamente, mas, de algum modo, a cria, a institui. O conteúdo proposicional é sinalizado com *p*.

A partir dessas características dos atos de fala apresentados mediante a classificação deles em categorias abrangentes, é possível extrair algumas conclusões.

1. De antemão, se deve fazer a distinção entre atos ilocucionários e verbos ilocucionários. Estes não funcionam como marcadores do propósito ilocucionário. Ex.: verbos *insistir* e *sugerir*.

28) Insisto em irmos ao cinema.

29) Sugiro irmos ao cinema.

30) Insisto que a resposta se encontra na página 16.

31) Sugiro que a resposta se encontra na página 16.

As sentenças 28 e 29 são diretivas. As sentenças 30 e 31 são assertivas. Na verdade, os verbos acima não demarcam propósitos ilocucionários, mas apenas o modo de realização de um ato ilocucionário. Portanto, paradoxalmente, os verbos mencionados são verbos ilocucionários, embora não sejam nomes de tipos de atos ilocucionários.

2. Searle não tentou classificar os verbos ilocucionários, pois:

a) alguns verbos não marcam propriamente um propósito ilocucionário, mas marcam alguma outra característica. Exemplos: exclamar, anunciar, confidenciar.

b) Muitos verbos marcam o propósito ilocucionário e mais alguma coisa, como uma característica de bondade ou maldade. Exemplos: acusar, advertir, criticar.

c) alguns verbos marcam mais de um propósito ilocucionário. Exemplos: protestar, que envolve tanto uma expressão de reprovação como um requerimento de mudança.

d) alguns poucos verbos podem se investir de mais de um propósito ilocucionário. Exemplos: advertir e aconselhar, que têm tanto sintaxe assertiva como diretiva.

3. Diferente do que Wittgenstein pensou, os jogos de linguagem não são infinitos. Searle destaca quais coisas que se pode fazer com a linguagem. De acordo com a ideia de que o propósito ilocucionário é a noção mais fundamental para classificar os usos da linguagem, então temos jogos bem limitados, que são os cinco grupos de propósitos ilocucionários.

Para ilustrar o que o filósofo austríaco defendeu sobre a questão da infinitude dos jogos de linguagem, ele considera que estes são tão numerosos quanto às formas de vida.

Mas quantas espécies de frases existem? Porventura asserção, pergunta e ordem? – Há *inúmeras* de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego do que denominamos “signos”, “palavras”, “frases”. E essa variedade não é algo fixo, dado de uma vez por todas; mas, podemos dizer, novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem surgem, outros envelhecem e são esquecidos. (As mutações da matemática nos podem dar uma imagem aproximativa disso).

A expressão “jogo de linguagem” deve salientar aqui que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida (Wittgenstein, 2012, pp. 26-27).

Ou ainda, para salientar essa indeterminabilidade dos jogos de linguagem:

A indizível diversidade de todos os jogos de linguagem do dia a dia não nos chega ao consciente, porque as vestimentas de nossa linguagem tomam tudo igual.

O novo (o espontâneo, o “específico”) é sempre um jogo de linguagem (Wittgenstein, *ibid.*, p. 290).

Retomando o tópico discursivo, com essa exposição da taxonomia de Searle fica evidente a discordância dele com a taxinomia de Austin. Sua classificação se apoia mais no propósito ilocucionário e menos na expressão de verbos ilocucionários. Aliás, alguns verbos servem para expressar mais de um propósito ilocucionário em sentenças diferentes.

Após essa exposição da concepção searleana das categorias dos atos ilocucionários, será feita a apresentação da questão central dessa tese, qual seja, a que se refere às metáforas.

4.2. O Problema das metáforas

Existe um tema que Searle trabalha em sua obra que parece menos importante, mas, na verdade, aqui se considera esse tema muito importante. Esse tópico é o das metáforas,

que é apresentado em *Expression and Meaning* (Searle, 1999) como um capítulo, notadamente, o quarto do livro.

O motivo da inserção desse tema se deve ao fato de Searle apresentar a diferenciação entre o significado da sentença, denominado como significado literal, e um significado do falante, que seria um sentido comunicado juntamente com o literal. Situações linguageiras que exemplificam tal situação seriam os casos de atos de fala indiretos, metáforas e ironias. No caso dos atos de fala indiretos, apresentados no segundo capítulo do livro, a ideia fundamental é que o falante diz algo literalmente e diz algo mais também.

32) Você consegue fechar a porta?

Nesse caso, em situações normais de conversação, esse enunciado não parece ser uma pergunta acerca da capacidade do ouvinte para fechar a porta, mas, na verdade, é um pedido para que assim proceda. Ou seja, tem um significado convencional da sentença, que seria uma pergunta sobre a capacidade do ouvinte em realizar determinada ação; e existe, conjuntamente, um outro significado, em que se tem um pedido feito de modo polido.

Entretanto, o problema demarcado aqui nesta tese é o que transborda da consideração das metáforas enquanto atos de fala. Do mesmo modo que a ironia, a metáfora é dotada de um significado de sentença, seu significado literal. No entanto, o que se quer dizer é algo diferente deste significado, que é o significado intencionado pelo falante. Assim, essa situação é diferente daquela que ocorre com o ato de fala indireto, pois, nesse, o significado literal não é negado, mas apenas suplementado. No caso das metáforas, por outro lado, o significado literal escamoteia o significado de fato da expressão, que é aquele intencionado pelo falante.

Porém, antes mesmo de caracterizar o problema demarcado, faz-se importante discutir o enquadramento da metáfora na estruturação da teoria dos atos de fala de Searle. Para iniciar, é salutar perguntar pela possibilidade de tal enquadramento. Afinal, como parece sugerir a concepção de Grice, a metáfora seria da ordem da conversação, implicitando³⁷ o seu verdadeiro significado. Assim, uma das críticas que a teoria dos atos de fala sofre é acerca de

³⁷ Implicitar tem o sentido de deixar oculto, pois o significado é o do falante, que se encontra implicitado na sentença em questão. Neste caso, a ideia é que o ouvinte compreenda que o significado está implicitado e deve proceder a interpretação.

sua análise extremamente detalhista³⁸, buscando trazer os elementos conversacionais para um âmbito formalizado, instituindo uma análise rigorosa em seus aspectos comunicacionais e de significação.

Deve ser lembrado aqui que o que está em jogo nessa crítica é a distinção que Rajagopalan (2010) já havia feito, atribuindo à teoria de Searle um caráter platonista por conceber as regras da linguagem como constituintes, excluindo o caráter empirista e conversacional da linguagem. De alguma forma, essa maneira mais desregulada, mais aproximada da práxis linguística, dos elementos conversacionais, já se encontra em Wittgenstein, em sua segunda fase. Portanto, quem se associa a essa crítica ao modelo ilocucionário de Searle busca preservar alguma pureza conversacional dos fenômenos linguísticos.

(...) decorre da natureza dos objetos que estão em jogo – práticas de linguagem -, e não de mazelas taxionômicas. Qualquer prática de linguagem envolve um leque extenso de problemas, considerando os interesses que movem as relações entre interlocutores, as normas sociais a que esses interlocutores se submetem, os formatos diversos que as proposições assumem e a natureza de compromisso que um conteúdo proposicional mantém com a realidade (Mari, 2001a, p.95).

Então, retomando o tópico discursivo anterior, a tentativa inicial é enquadrar a metáfora como um ato de fala aos moldes da teoria do autor. A metáfora, em sua constituição, é um ato significativo e, como tal, também é um ato comunicacional. Isso daria conta dos dois significados que ela tem, o literal e o do falante. Metáforas têm propósito, que consistiria, ao menos em grande parte, em descrever estados de coisas. Têm direção de ajuste, pois o que é dito busca se ajustar ao mundo real, sendo, portanto, uma direção de ajuste palavra-para-mundo. Desse modo, as metáforas têm as características, majoritariamente, similares àquelas de um ato de fala assertivo. Os proferimentos metafóricos parecem descrever, definir, classificar, afirmar crenças etc. E sua assimilação, segundo o próprio Searle, depende exclusivamente das regras gerais de realização dos atos de fala e dos princípios de conversação, não sendo dependente de nenhum tipo de convenção, seja extralinguística ou de qualquer outra espécie. Contudo, se pode dizer, de outra maneira, que a metáfora é um ato de fala específico, onde sua característica essencial, enquanto tropo linguístico, é dizer uma coisa querendo significar outra. Ou seja, a metáfora tem como característica a não concordância entre o significado literal e o significado do falante.

³⁸ Conforme Mari (2001a, p.93) diz: “(...) a teoria costuma ser acusada, em muitos momentos, de promover um detalhismo excessivo na sua forma de proceder à análise (...)”.

Contudo, é importante notar que a ironia, do mesmo modo que a metáfora, não requer qualquer convenção, seja extralinguística ou de outro modo. Os princípios da conversação e as regras gerais para realizar atos de fala são suficientes para fornecer os princípios básicos da ironia (Searle, *ibid.* p.113)³⁹.

Assim, um ponto fundamental é destacar o caráter semântico da metáfora. E uma boa caracterização dela seria a dicotomia destacada por Frege (2009) entre *Sinn* (sentido) e *Vorstellung* (Representação). Quer dizer, a ideia é que o significado da metáfora esteja mais próximo do conceito do *Sinn* fregeano. Tanto da perspectiva do falante como do ouvinte isso é o caso, possibilitando defender uma perspectiva de interpretação objetiva da metáfora. Claro que isso ainda será discutido, pois essa ideia precisa ser aperfeiçoada. Essa ideia, por outro lado, busca estabelecer as bases para que o ouvinte possa interpretar a metáfora. Associar a metáfora à ideia de *Vorstellung* parece incorreto pelo fato desta ser da esfera do individual, tornando-a inacessível. Assim, parece que o intuito de Searle nessa comparação é pensar que a metáfora é algo que segue uma estruturação, ainda que não seja fácil estabelecer a relação de significação entre os termos relacionados. Em todo caso, vale lembrar que essa estruturação não é semântica, uma vez que ele considera que as metáforas não são convencionais. O que está em jogo aqui é simplesmente se opor à ideia de que as metáforas podem ser tratadas como subjetivações, o que, claramente, não é o caso.

Paul Ricoeur caracteriza a produção e a compreensão da metáfora a partir da atuação da imaginação produtiva, tal como pensada por Kant. Em todo caso, vale destacar que isso não proporciona pensar o significado metafórico em termos de *Vorstellung*. A imaginação seria auxiliar da cognição nessa investigação. Além desses constituintes, ainda caberia, segundo esse autor, o sentimento. No entanto, vale destacar que o sentimento é o poético, se desvinculando de qualquer sentimentalismo no processo interpretativo. Sua ideia é que a interpretação semântica se vale desses componentes, a saber, o cognitivo, a imaginação (produtiva) e o sentimento (poético). Sobre a metáfora, Ricoeur diz:

A característica decisiva é a inovação semântica, graças à qual uma nova pertinência, uma nova congruência, é estabelecida de tal maneira que o enunciado “faz sentido” como um todo. O *criador* de metáforas é esse artesão com habilidade verbal *o qual*, a partir de um enunciado inconsistente para uma interpretação literal, extrai um enunciado significativo para uma nova interpretação que merece ser chamada metafórica por gerar a metáfora não apenas como um desvio mas por ser também aceitável. Em outras palavras, o significado metafórico não consiste meramente em um choque semântico mas em um *novo* significado predicativo que surge a partir do colapso do significado literal, isto é, do colapso do significado que

³⁹ O autor desta tese sugere o complementar “(...) Os princípios da conversação e as regras gerais para realizar atos de fala são suficientes para fornecer os princípios básicos da ironia” com “e da metáfora também”, pois é exatamente isso que o texto sugere.

se obtém se confiarmos apenas nos valores lexicais usuais ou comuns de nossas palavras. A metáfora não é o enigma, mas a solução do enigma (Ricoeur, 1992, p. 148).

Um outro ponto fundamental da teoria de Searle é a concepção de significado literal, que está relacionado com o significado do falante juntamente na expressão. Uma parte da tradição concebe o significado literal como sendo aquele que não se influencia por contexto algum, ou seja, seria o significado de contexto zero. Apesar disso, ele discorda dessa posição, pois considera que não é possível se desvencilhar inteiramente das relações contextuais no âmbito da significação. Existem pressupostos semânticos e elementos indexicais nas ocorrências das sentenças que correspondem ao âmbito contextual. Quer dizer, ele entende que esses elementos estão presentes na enunciação a partir de qualquer expressão, quer dizer, o sujeito se apropria desses elementos para a constituição de sua sentença. Logo, o que se consagra convencionalmente como o significado puro das palavras e/ou sentenças já está impregnado de pressupostos. Isso acontece porque o enunciador não está livre dessas interferências. O enunciador é um sujeito inserido em um lugar específico, em uma temporalidade específica, em uma comunidade com seus costumes, com suas formas de expressão etc. E, apesar disso, existe algo que se mantém nos atos de linguagem, senão não seria possível a comunicação. Assim, a ideia de Searle é que é inegável que existe algo que seja alguma espécie de núcleo de significação de palavras e sentenças. Isso seria, inegavelmente, perceptível nas relações languageiras entre os usuários da língua.

Minha estratégia ao construir o argumento será considerar sentenças que parecem ser casos favoráveis para a tese de que o significado literal é livre de contexto, e então mostrar que em cada caso a aplicação da noção de significado literal da sentença é sempre relativa a um conjunto de pressuposições contextuais (Searle, *ibid.*, p.120).

Ainda para reforçar essa posição do autor, reitera-se como ele refuta qualquer tentativa de afastamento total entre significado literal e contexto:

Não sei como responder a essas questões a menos que diga que o significado literal é dependente do contexto do mesmo modo que outras formas não convencionais de intencionalidade são dependentes do contexto, e que não existe maneira de eliminar a dependência no caso do significado literal sem quebrar as conexões com outras formas de intencionalidade e, então, não elimine a intencionalidade do significado literal também (Searle, *ibid.*, p.135).

Muitos autores tratam a questão de maneira que já se saiba o significado literal e que, portanto, não valeria a pena discutir esse tópico. O problema disso é que não se consegue distinguir os dois significados envolvidos. Searle usa exemplos de assertivos para caracterizar o que pretende.

33) Sally é alta.

34) O gato está sobre o tapete.

35) Está ficando quente aqui.

Esses exemplos contêm elementos contextuais. Em 33 e 35 isso é mais notório. “alta” e “quente” são o que os gramáticos antigos chamavam de “atributivos”, quer dizer, eles determinam um valor de verdade sobre um pano de fundo de suposições fatuais acerca do que o falante se refere na sentença. Essas suposições não se realizam na estrutura semântica da sentença, pois em Fortaleza está quente apesar de ser mais frio do que em Teresina. Essas suposições de base/fundo, como independente do significado da sentença, ficam claras no caso da ocorrência dos atributivos. Mas isso acontece de modo geral. Mesmo em 34 é necessário suposições de base sobre gatos, tapetes e a relação de estar sobre. E isso não é conteúdo semântico da sentença. Searle apresenta como exemplo imaginário o caso de 34 ocorrer no espaço, onde as condições de verdade podem ser diferentes. Outra possibilidade seria: o gato fica mais leve que o ar e sai voando com o tapete grudado em sua barriga. Ainda está sobre o tapete? Ele assevera: *“Em geral, pode-se dizer que, na maioria dos casos, uma sentença só determina um conjunto de condições de verdade relativo a um conjunto de pressuposições que não são realizados no conteúdo semântico da sentença”* (Searle, *ibid.*, p.80). Assim, a ideia é que mesmo quando os significativos literal e do falante coincidem é imprescindível a contribuição do falante para além do conteúdo semântico. E a comunicação, quando bem-feita, se deve a um compartilhamento dessas suposições entre falante e ouvinte.

Por fim, a questão da semelhança é fundamental para o significado literal. Para um termo geral qualquer, seu significado determina um conjunto de condições de verdade e, por consequência, também determina um critério de semelhança entre objetos. *“Saber que um termo geral é verdadeiro de um conjunto de objetos é saber que eles são semelhantes com respeito à propriedade especificada por aquele termo”* (Searle, *ibid.*, p. 81).

Então, o resumo da ópera para essa discussão do significado literal fica assim. Em primeiro lugar, em uma emissão literal ‘F diz o que diz’. Em segundo lugar, o significado literal determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um conjunto de suposições que não estão no conteúdo sentencial. E em terceiro lugar, tem a caracterização da noção de semelhança de objetos.

Inegavelmente, essa realidade é assim nos casos de literalidade. Entretanto, nos casos em que ocorrem divergência dos dois significados, temos uma variedade de situações. Por exemplo, a emissão de 35. Ela pode ter alguns sentidos, dentre estes, pode ser para dizer que está ficando quente mesmo (emissão literal); pode ser um modo de pedir para abrir a janela (ato de fala indireto); pode ser um lamento do frio (ironia); e pode ser uma caracterização da discussão acalorada (metáfora).

A verdade é que a metáfora sempre foi desconsiderada por filósofos por não ter um valor teórico interessante. Por muitos séculos ela foi tratada em termos estritamente literários e retóricos, ou seja, como um reles recurso estilístico. E, desta forma, nunca foi atribuído um papel relevante nos estudos da língua enquanto um elemento de significação rica e estruturante. Essa compreensão vem desde o tempo de Aristóteles, que considerava que a metáfora serve para *“transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero ou da espécie de uma para a espécie da outra, ou por analogia”* (conf. Honeck, 1980 *apud* Macedo; Farias; Lima, 2009, p. 44).

Por outro lado, em meados do século XX surgiram diversas teorias para discutir isso, e, dando um salto histórico, alguns teóricos perceberam que a metáfora é algo além de um recurso estilístico.

Um caso interessante é o próprio Searle, que discute com diversos autores que o precederam e considera a metáfora como um ato de fala. E isso trouxe uma mudança de direção nesse tópico:

Entender a metáfora como um ato de fala provocou polêmica no sentido de encontrar uma definição para distingui-la de outros atos de fala, como a ambiguidade, a piada e a mentira. No aspecto cognitivo, a controvérsia centrava-se na pergunta se a metáfora seria ou não um símile (Macedo; Farias; Lima, *ibid.*, p. 45).

Quine, por exemplo, tratou da questão da metáfora em contextos científicos. Sua ideia é que elas se encaixam muito bem em contextos de novas descobertas científicas. Afinal de contas, elas servem para preencher um *gap* conceitual da cientificidade.

A teoria molecular dos gases emergiu como uma metáfora engenhosa: um gás foi comparado a um enxame de corpúsculos terrivelmente pequenos. A metáfora era tão oportuna que foi literalmente aceita como verdade e tornou-se, de imediato, uma metáfora morta: os imaginários corpúsculos passaram a ser entendidos como reais e a palavra “corpúsculo” passou a designar todos eles. Recentemente, moléculas têm sido observadas através dos microscópicos eletrônicos; mas estou falando das origens das palavras (Quine, 1992, p. 161).

Continuando com essa discussão acerca da funcionalidade da metáfora para a produção de conceitos científicos, ele faz um comentário pertinente contra a tradição retórica da metáfora. Para ele, metáfora não é uma questão exclusiva de embelezamento da linguagem no ato comunicacional.

Portanto, é um erro pensar que o uso da língua é literal em seu cerne e metafórico em seus ornamentos. A metáfora, ou algo semelhante, governa tanto a aquisição quanto o desenvolvimento da linguagem. O que vem a seguir como refinamento é mais um discurso cognitivo, no seu sentido mais literal. Os avanços internos da ciência, cuidadosamente elaborados, constituem um espaço vazio na floresta tropical, criado com a eliminação dos tropos (Quine, *ibid.*, p. 162).

Um caso fundamental foi o surgimento da teoria da metáfora conceitual nos anos 80 do século passado, que estabelece que o comportamento linguístico é um elo entre corpo, mente e mundo. E a metáfora não escaparia a esse esquema, pois considera que as metáforas se alicerçam em experiências corporais e se estruturam em bases cognitivas⁴⁰.

O texto de Searle (1999) inicia com exemplos para mostrar que compreendemos metáforas, que diferem do significado literal. Isso possibilita pontuar: 1) Sobre o que é que se fala ao emitir uma metáfora. 2) O porquê de usarmos metáforas e não apenas dizermos literalmente o que queremos dizer. 3) Como funcionam as metáforas, uma vez que significam algo diferente do significado literal? 4) Por que algumas funcionam e outras não?

A questão fundamental talvez seja acerca da distinção entre significado literal (ou de sentença) e significado do falante. Tal distinção também foi discutida por Paul Grice, conforme já tratado nos capítulos anteriores. Entretanto, é importante dizer que o segundo significado depende do primeiro. E outras formas de ruptura entre os dois significados são os casos de ironia e os de atos de fala indiretos (AFI).

Alguns autores trataram a questão do seguinte modo: tentaram identificar o elemento metafórico como constituinte das palavras ou expressões que as contém. Portanto, existiriam dois significados sentenciais: o literal e o metafórico. Searle diverge, dizendo que as palavras e expressões só possuem o significado que possuem. O que realmente está em jogo é a questão da intenção do falante. Dizendo de outro modo, se distingue o significado de sentença e o significado de emissão do falante.

Contudo, palavras e sentenças têm apenas os significados que têm. Estritamente falando, em qualquer situação que falemos sobre o significado metafórico de uma palavra, expressão ou sentença, estamos falando sobre o que um falante pode querer

⁴⁰ Essa discussão acerca das metáforas conceituais será apresentada no capítulo cinco desta tese.

dizer ao emití-las, de uma forma que se afasta do que a palavra, expressão ou sentença atualmente significa. Estamos, entretanto, falando sobre as possíveis intenções do falante (Searle, *ibid.*, p.77).

Outro ponto interessante para demonstrar isso é que, mesmo alguns casos de contrassensos podem ser significativos metaforicamente, que implicariam no significado de emissão do falante.

36) O governo corre atrás do prejuízo.

‘Correr atrás’ é o oposto de ‘fugir’, que seria algo palatável. Afinal, ninguém quer ficar preso em algo tão desastroso como um prejuízo, o que pareceria ser mais condizente com a significação literal, ou seja, a relação de sentido das palavras na sentença. Entretanto, o sentido metafórico não se encontra camuflado nas palavras, como se as palavras ou, no caso, a sentença, tivesse dois significados conjugados. Esse exemplo é para mostrar que mesmo ideias contrastantes podem derivar algo significativo, que diz respeito ao que o falante quis dizer, e o fez intencionalmente. Logo, ao menos nesses casos, o significado não é algo que as palavras e sentenças, exclusivamente, carregam consigo. O objetivo desse exemplo é mostrar como a significação metafórica pode ser algo independente do significado dos constituintes da expressão literal (contrassensual).

Searle defende que as metáforas devem ser regidas por princípios, de modo que elas não devem ser casuais ou *ad hoc*. Logo, a defesa de Searle é pela sistematicidade e, assim, que seja passível de teorização. Essa teoria deve ser capaz de apresentar como se relacionam o significado da sentença e o significado do falante (no caso, metafórico). E isso também cria um escudo contra a ideia de que basta ter competência semântica, como a tradição defendeu. A teoria deve abordar duas perspectivas: a) do ouvinte: como ele compreende o significado do falante a partir do significado da sentença. b) do falante: como ele pode significar algo diferente do que ele apresenta sentencialmente. Portanto, a teoria dele busca estabelecer esses princípios e ainda a maneira de diferenciar as metáforas das outras formas de emissões que também tem o significado do falante como diferente do significado sentencial.

O autor quer mostrar que na metáfora, especificamente, o significado da sentença difere do significado do falante. Desse modo, uma ideia que surge é pensar que a interpretação da metáfora pode ser apresentada em uma paráfrase.

37) Sally é um bloco de gelo.

37a) (Par⁴¹) Sally é uma pessoa extremamente insensível e pouco emotiva.

38) Richard é um gorila.

38a) (Par) Richard é grosseiro, desagradável e propenso à violência.

39) Jonas é um jumento.

39a) (Par) Jonas é desprovido de inteligência.

39b) (Par) Jonas é grosseiro, rude, desagradável.

Eis um ponto de discussão de Searle aqui. Os casos de paráfrases são sempre interpretações que deixam certa insatisfação, pois não se tem uma certeza plena de sua correção. Por exemplo, qual a paráfrase correta de 39? 39a ou 39b? O fundamental aqui é que essa concepção se alicerça na competência dos usuários da língua, prescindindo de princípios de interpretação e de performance. E quanto mais complexa a sentença metafórica mais evidente fica essa sensação. O ponto é que mesmo metáforas aparentemente simples são problemáticas nesse sentido, i.e., não são fáceis de parafrasear. Um exemplo do autor é:

40) Julieta é o sol.

Afinal, de que modo se associa o nome Julieta com o sol? Ela é o guia da vida de alguém? É o que dá energia para o início do dia? Ou é a luz que ilumina as coisas? Eis algumas possibilidades que são cabíveis como o sentido parafraseável dessa emissão. Mas, como se vê, sem uma metodologia de seleção do sentido imposto pelo falante, fica difícil concordar com tal concepção. Como anteriormente, seu substrato explicativo reside na competência do usuário da língua.

A forma clássica da metáfora simples é “S é P”, quando se quer dizer “S é R”. Ocorrem três elementos aí: 1º) “S”, a expressão sujeito e a referência aos objetos. 2º) “P”, a expressão predicado; seu significado literal, suas condições de verdade mais a denotação, se houver. 3º) o significado da expressão do falante “S é R” e suas condições de verdade. Portanto, a questão fundamental é como relacionar S, P e R.

Como asserimos **S é P** querendo dizer **S é R**? Em uma emissão literal, não existe esse problema, pois o significado do falante e o significado da sentença coincidem. Logo, a asserção é verdadeira se e somente se ela satisfizer as condições de verdade impostas pelo

⁴¹ “Par” aqui se refere à paráfrase. Daqui em diante esta sigla designará isso.

significado de **P** e um conjunto de suposições de base compartilhado. Para compreender a emissão do falante, o ouvinte necessitará apenas disso mais a compreensão da língua falada por ambos. Para compreender metáforas, no entanto, algo além do conhecimento da língua, da consciência das condições de emissão e suposições de base será necessário. Algo que permita fazer a passagem do “S é P” para o “S é R”. Portanto, o ponto fundamental nesse tópico, dizendo de modo mais informal, seria determinar o que aciona o modo ‘interpretar metáfora’? Searle elaborará uma teorização explicativa dos princípios que constituem esse ato.

Portanto, antes disso será necessário apresentar sua crítica às teorias clássicas da metáfora. Assim, ele fará uma passagem por algumas teorias clássicas acerca da metáfora, pois deseja mostrar criticamente o que considera falho nessas concepções. De início, concebe que a teoria de Aristóteles, que é a base da consideração das metáforas, pode ser dividida em dois grupos, onde ele afirma acompanhar Beardsley⁴². Primeiramente as teorias da comparação, que defendem que as emissões metafóricas envolvem uma comparação ou semelhança entre dois ou mais objetos. Em segundo lugar, as teorias da interação semântica entre dois conteúdos semânticos (oposição verbal ou interação verbal), o da metáfora e o do contexto literal.

Searle considera que elas são inadequadas, pois cometem alguns erros. No caso da teoria da comparação,

(...) o vício endêmico das teorias da comparação é que falham em distinguir entre a tese de que o enunciado da comparação é parte do *significado* e, portanto, das condições de verdade do enunciado metafórico, e a tese de que o enunciado da semelhança é o *princípio de inferência*, ou uma etapa do processo de *compreensão*, com base no qual os falantes produzem e os ouvintes compreendem a metáfora (Searle, *ibid.*, p. 86).

Já no caso da teoria da interação semântica,

(...) seu vício endêmico é falhar em apreciar a distinção entre o significado da sentença ou da palavra, que nunca é metafórico, e o significado do falante ou da expressão, que pode ser metafórico. Elas geralmente tentam localizar o significado metafórico na sentença ou em algum conjunto de associações com a sentença (Searle, *id. ibidem*).

Uma emissão metafórica não muda de significado. Pois caso ocorra de fato uma mudança de significado, ela perdeu seu status de metáfora e se tornou um idiomatismo⁴³. Na

⁴² O livro mencionado por Searle aqui é: Beardsley, M. C. *The metaphorical twist*. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 22, 1962.

⁴³ Um caso semelhante ao do idiomatismo é o da catacrese, que se caracteriza por considerar a metáfora como algo já absorvido no uso comum da língua, servindo para suprir a falta de uma palavra específica de designação. Nesse caso, temos a metáfora em termos de um substituto do significado do termo lexical padrão. Ela é um

metáfora nunca ocorre essa mudança do significado. O que ocorre é que o falante, ao usar uma metáfora, quer dizer mais do que diz literalmente. Eis a questão: embora os dois significados sejam diferentes, eles se relacionam. Assim, os elementos lexicais continuam com seus significados originais.

Tratando da análise das teorias acerca da metáfora, Searle considera que a teoria da comparação é falsa, pois não há a necessidade de que existam dois objetos a comparar em uma emissão metafórica. Tome-se como exemplos:

41) Maria é um bloco de gelo.

Para este caso, não existe um x que seja um bloco de gelo.

42) Marta é um dragão.

Neste caso, não existe um x que seja dragão. No caso, inclusive, a extensão de ‘dragão’ é vazia.

E ainda tem o caso da expressão negativa, que é tão metafórica quanto sua afirmação.

43) Maria não é um bloco de gelo.

Logo, um problema grave dessa teoria é que ela se confunde acerca do caráter referencial das emissões metafóricas. As teorias da comparação geralmente consideram que o enunciado da comparação é parte do significado e, dessa forma, como parte das condições de verdade do enunciado metafórico. O significado de uma metáfora é sempre determinado por um enunciado de semelhança explícito, algo como uma paráfrase. Searle diz que eles consideram que tal enunciado de semelhança é do tipo “S parece-se com P em relação a R”.

A semelhança é importante para a compreensão das metáforas, entretanto, não há uma relação necessária entre uma metáfora e uma asserção de semelhança. Uma maneira de provar isso é mostrar que existem metáforas verdadeiras de modo que não existem objetos a

substituto para um objeto que ainda não tem nome, utilizando-se de um nome que já tem um significado convencionalizado na língua. Por exemplo, quando alguém diz “Menino, saia de cima do braço do sofá”, o termo “braço do sofá” já está incorporado à língua, não consistindo mais em uma expressão com efeito de estabelecer semelhança. É um termo que já foi dominado pelo uso dos usuários da língua. O objeto já é, inclusive, pensado como um “braço de sofá”. Aqui se pode dizer que um dia essa expressão foi metafórica, mas, devido à incorporação na língua, é uma metáfora morta.

serem designados por *P*. Logo, uma metáfora verdadeira não pode pressupor a existência de um objeto de comparação. E quando houver um objeto de comparação, isso não implica necessariamente que a metáfora é uma asserção de semelhança. Para Searle, “A semelhança, argumentarei, tem a ver com a produção e a compreensão da metáfora, não com seu significado” (Searle, *ibid.*, p.88). O que ele quer dizer, destaca-se aqui, é que a metáfora não tem seu significado amarrado a um objeto semelhante, apesar de que esse seja relevante para a produção e compreensão dela. Ou seja, isso se sustenta na ideia de que existem dois significados, autônomos, que se correlacionam de algum modo e possibilitam a compreensão da metáfora. Assim, logo se vê que a preocupação fundamental dele não é com a comunicação da metáfora, mas, sobretudo, com seu significado.

Como mencionado acima, a prova, segundo o autor, seria o caso de uma metáfora permanecer verdadeira apesar de o enunciado de semelhança que fundamente a inferência do significado metafórico ser falso. Conforme esta ideia, a expressão 44 e as outras a seguir caracterizam bem isso.

44) Paulo é um gorila.

45) Gorilas são grosseiros, desagradáveis, propensos à violência, e assim por diante.

44a) Paulo é grosseiro, desagradável, propenso à violência, e assim por diante.

Portanto, 44 e a crença de 45 levam o ouvinte a conceber 44a. E, de acordo com a perspectiva comparativista, 44 e 45 justificam a inferência apresentada em 44a.

46) Paulo e os gorilas são semelhantes sob vários aspectos; a saber, são grosseiros, desagradáveis, propensos à violência, e assim por diante.

Então Searle dirá que isso faz parte do esquema inferencial. O ouvinte infere 44a de 44 e 45. O ponto, entretanto, é o seguinte: cientistas poderiam (e de fato já o fizeram) mostrar que gorilas não são nada do que foi dito em 45, portanto, 46 é falsa, e, mesmo assim, a inferência de 44a seria correta.

O enunciado 44 é apenas sobre Paulo, e não sobre o gorila. 46 é sobre Paulo e o gorila. O ouvinte pode até se utilizar de 46 no processo de compreensão de 44, mas ela não faz parte de seu significado. Contudo, é importante destacar que Searle não está defendendo que uma metáfora e seu enunciado de semelhança nunca sejam equivalentes. Na verdade, a única coisa que ele diz é que isso não é uma característica essencial da metáfora, pois podem

significar diferentemente. Ou seja, em muitos casos eles não são equivalentes quanto ao significado, pois têm condições de verdade diferentes.

A visão standard dessa teoria remonta a Aristóteles, da qual se pode dizer que toda metáfora é um símile literal, a qual apaga o “como” e não especifica o aspecto da semelhança. Por exemplo:

47) O homem é um lobo.

Essa expressão significa que o homem é um lobo sob certos aspectos, que não são especificados. Assim, para compreender uma metáfora não é necessário conhecimento extralinguístico algum, pois basta a competência semântica já presente no locutor e no seu interlocutor. Para compreender o funcionamento da metáfora basta a compreensão dos enunciados literais de semelhança mais o princípio de elipse. A metáfora seria uma versão abreviada de símile literal. Em termos de significado, as metáforas são diferentes das emissões literais, pois as condições de verdade de ambas diferem. Quanto à questão da compreensão, que é diferente da questão do significado, é importante que as semelhanças subjacentes sejam expressões literais de semelhança. Caso os símiles sejam enunciados figurados, então, de alguma forma, entramos em um círculo vicioso.

O autor destaca um ponto interessante. Quando considerada como compreensão e não significado, a teoria da comparação parece ser aplicável, pois existem diversos casos em que um símile parece explicar de fato como se apreende o significado de uma metáfora. Apesar disso, o enunciado do símile não explica como R pode ser vantajoso, pois as emissões metafóricas são mesmo vagas quanto a isso, ou seja, como de “S é P” podemos obter “S é R”. Um bom exemplo é o de Cavell⁴⁴, que diz que o enunciado

40) Julieta é o sol,

atribui como símile que “Meu dia começa com Julieta”, quando dita por Romeu na peça. Parece contraintuitivo, uma vez que se pensa em outras significações para “sol” antes dessa, como “Julieta é meu guia” ou “Julieta é minha luz” e outros. Por isso é necessário o contexto da fala, pois, do contrário, essas outras interpretações poderiam ser consideradas em vez daquela proposta por Cavell. E isso já contrariaria a teoria comparativista, que estabelecia que a interpretação metafórica prescindiria de qualquer conhecimento extralinguístico.

⁴⁴ O texto mencionado por Searle é: Cavell, S. *Must we mean what we say?* Cambridge University Press, 1976. O exemplo mencionado está nas páginas 78 e 79.

Mas como nem tudo são flores, eis as dificuldades que Searle apresenta, apesar dessa teoria ser atraente. Em primeiro lugar, se tem a questão chave. A teoria da comparação⁴⁵ não diz como computar o valor de R, logo, a teoria não tem poder explicativo. Afinal, como falante e ouvinte obtém “S é R”? Os comparativistas parecem explicar isso dizendo que passam de “S é P” para “S é R” ao tomar que “S se parece com P com respeito a R”, mas não mostram nada dos valores de R. Isso não resolve o problema, pois não mostra como selecionamos o significado de R, pois sol (em 40) poderia estar se referindo a “gasoso”, “estrela de 5ª grandeza”, “está a 90 milhões de milhas distante da terra” etc.

Em segundo lugar, é fundamental para a tese do símile que este seja tomado literalmente. No entanto, parece que existe um número considerável de metáforas em que não ocorre semelhança literal relevante entre S e P. No caso, se tomássemos como sendo símiles, então parece que seria necessário interpretá-los metaforicamente, caindo em um círculo vicioso. Exemplo:

37) Sally é um bloco de gelo.

As qualidades de ‘bloco de gelo’ não destacam nada que se aplique a Sally. Não existe uma classe de predicados R que se aplica a Sally como um bloco de gelo. Como exemplo, ‘insensível’ não é uma característica de blocos de gelo, pois senão também se aplicaria a uma fogueira, que, claramente, tem um sentido metafórico bem diferente de bloco de gelo.

Mas os defensores da tese podem afirmar que algumas metáforas são exemplos de outras figuras, como a hipérbole. Em 37 se teria o caso de tanto a metáfora como o símile serem hiperbólicos, tornando-os similares. E mais, mesmo que se considere que os aspectos da semelhança de Sally e o bloco de gelo serem expressos metaforicamente não contradiz a teoria. Pois, de símile em símile se chegará a uma camada profunda contendo símiles literais. Por exemplo, “Sally é um bloco de gelo” teria como símile que “Sally é fria”, contendo um símile metafórico. Assim, ao proceder fazendo esse tipo de análise se chegaria ao fundo da camada, contendo apenas símiles literais. Seria um procedimento de análise recursiva.

Que relação existiria entre pessoas pouco emotivas e coisas frias? Seria apenas por questões de percepção, de sensibilidade e de prática linguística. O fato é que essas

⁴⁵ As teses da substituição e da comparação são tratadas como duas instâncias do mesmo grupo teórico, tal como Black (1955) sugeriu.

metáforas de temperatura são muito comuns, atravessando diversas culturas, daí serem, na opinião de Searle, ocorrências de metáforas mortas. Mas o que interessa de fato é que não existe nenhuma semelhança literal entre emoções humanas e temperatura. *“Tais metáforas são fatais para a tese do símile, a menos que seus defensores consigam produzir um R literal que S e P tenham em comum e que seja suficiente para explicar o significado metafórico preciso que é transmitido”* (Searle, *ibid.*, p.98).

A questão fulcral é que Searle defende que não existem semelhanças suficientes para explicar o significado da emissão, logo, defende uma tese existencial negativa. Quem defende a tese do símile tem o encargo de demonstrar quais são as semelhanças e como elas esgotam o significado da emissão.

Black (1955) diferencia a tese da substituição e a tese da comparação, embora as duas padeçam de falhas semelhantes. Ele chega a dizer que *“(...) uma ‘tese da comparação’ é um caso especial de uma ‘tese da substituição’”* (Black, *ibid.*, p. 283). Vejamos como as duas tratariam a expressão contendo os termos “Artur” e “leão”.

48) Artur é um leão.

De acordo com a tese da substituição, isso seria similar a “Artur é corajoso”.

49) Artur é como um leão.

De acordo com a tese da comparação, “Artur é como um leão em ser corajoso”. Assim, o que se percebe é que ambas as teorias buscam compreender as palavras não declaradas explicitamente, embora sejam entendidas. Logo, o que se busca é uma transcrição do sentido literal. Black ainda afirma que a paráfrase da tese da comparação é mais elaborada, pois se remete aos dois elementos da expressão, a saber, Artur e leão.

Uma objeção muito forte a isto seria que a tese da comparação é refém de vagueza, pois, afinal, se o significado metafórico é similar ao significado literal, quão útil e informativo é seu uso? Outro problema é pensar que as similaridades são dadas objetivamente. Contra isso, Black diz: *“Seria mais iluminador em alguns destes casos dizer que metáfora **cria** a similaridade ao invés de dizer que ela formula alguma similaridade anteriormente existente”* (*ibid.*, pp. 284-285).

Searle então destaca que se poderia imaginar casos de metáforas em que o significado e a semelhança fossem esgotados, ou seja, que se mostraria uma interpretação

satisfatória para a metáfora. Mesmo nesses casos, apesar de aparentar ser assim, não se terá um princípio subjacente da interpretação da metáfora. O fato que torna isso palatável é que a compreensão da metáfora não apresenta nenhuma dificuldade para os falantes nativos.

50) Joaquim é um porco.

Em casos assim, Searle quer deixar claro que são diferentes de 37, pois seu significado e semelhança são claros. No caso de 37, no entanto, apenas o significado é claro. E a hipótese do filósofo é que esses tipos de casos metafóricos funcionam conforme princípios diferentes das semelhanças. Tomemos esses exemplos:

51) O tempo voa.

52) As horas se arrastam.

A tentação é interpretá-las como “O tempo passa rapidamente” e “O tempo passa lentamente”. Aí teremos metáforas temporais sendo interpretadas por metáforas espaciais. Ainda se pode incluir metáforas de sabor para características de personalidade, como

53) Maria tem o temperamento doce.

54) José é uma pessoa amarga.

A ideia aqui é que não existe uma correspondência entre as expressões metafóricas e suas interpretações literais. O ponto importante é que se toma as interpretações dessas metáforas como semelhanças autênticas, mas não se exige o estabelecimento do aspecto semelhante entre elas, e mais, esse classificar como semelhante não apresenta conteúdo algum. Novamente, falta estabelecer o princípio de seleção da semelhança entre *S* e *P* que resultem em uma paráfrase *S* é *R*.

Searle considera que a versão mais sofisticada da tese do símile é de Georges Miller⁴⁶. Sua versão tem aproximações da versão aristotélica, que apresenta dois casos fundamentais:

1º) Metáforas da forma *S* é *P*, sendo *S* e *P* sintagmas nominais, são equivalentes a:

55) $(\exists F) (\exists G) (SEM(F(S), G(P)))$, de modo que “O homem é um lobo”, equivaleria a

⁴⁶ Conforme apresentado em seu “*Images and models, símiles and metaphors*. In: *Metaphor and Thought*. Andrew Ortony (ed.). Cambridge University Press, 1979.

56) Há uma propriedade F e uma propriedade G tais que o homem ser F se assemelha a um lobo ser G .

2º) Metáforas que usam ou um verbo ou um predicado adjetivo F , que é usado em uma sentença da forma “ x é F ” ou “ xF ” equivalem a:

57) $(\exists G) (\exists y) (SEM (G(x), F(y)))$, de modo que “O problema é espinhoso” equivaleria a

58) Há uma propriedade G e um objeto y tais que o problema ser G se assemelha a y ser espinhoso.

Do mesmo jeito que discorda das outras versões da tese do símile, Searle também discorda desta versão de Miller. Ele considera que esta tese comete o mesmo erro das demais, ou seja, o de supor que o uso de um predicado metafórico compromete o falante com a existência de objetos dos quais o predicado seja literalmente verdadeiro, quer dizer, confunde as condições de verdade e a forma que se compreende o predicado metafórico. Embora Miller dê uma saída aceitável para este problema ele escorrega em outro, que é o conceber um número excessivo de variáveis para o conteúdo semântico da metáfora. Após discutir mais alguns exemplos, Searle conclui este tópico assim:

(...) o problema da metáfora é ou muito difícil ou muito fácil. Se a teoria do símile fosse verdadeira, ele seria muito fácil, porque não haveria categoria semântica das metáforas separada – haveria apenas uma categoria de *proferimentos elípticos* em que ‘parecido com’ ou ‘como’ tivessem sido deletados da sentença proferida. Mas, infelizmente, a teoria do símile não é correta e o problema da metáfora permanece muito difícil (Searle, *ibid.*, p. 103).

Destarte, essa discussão possibilita que Searle extraia algumas conclusões:

- 1 – existem muitas metáforas às quais não subjaz nenhuma semelhança literal que explique o significado metafórico da emissão;
- 2 – mesmo quando houver tal enunciado literal, entretanto, as condições de verdade (significado) da emissão metafórica e da semelhança não devem ser as mesmas;
- 3 – o que se deve copiar da tese do símile é o conjunto de estratégias para a produção e compreensão das emissões metafóricas em face à semelhança;
- 4 – apesar de ser considerada mais como uma teoria da interpretação do que do significado, ainda assim “*a teoria do símile não nos diz como computar a respeito da similaridade nem quais similaridades são metaforicamente intencionadas pelo falante*” (Searle, *id. Ibid.*).

Por outro lado, a outra concepção acerca da metáfora, a teoria da interação semântica, é também criticada pelo autor. Essa concepção considera que o significado metafórico resulta da interação entre uma expressão metafórica e outras expressões literais, portanto, os usos de sentenças metafóricas ocorrem em sentenças com usos literais. Searle considera isso errado. Black (1955) defende esta tese, e caracteriza isso em termos de moldura e foco, quer dizer, concebe que existe um sentido principal e outro secundário. É como se ocorressem duas sentenças que interagem, uma na superfície e outra na profundidade, embora fossem exclusivamente linguísticas. Searle tem a seguinte resolução nesse tema: a maioria das metáforas ocorrem em contextos literais, inclusive seria estranho se assim não fosse. “Mas não é uma necessidade lógica que todo uso metafórico de uma expressão seja cercado por ocorrências literais de outras expressões e, na verdade, em muitos exemplos famosos de metáforas isso não acontece” (Searle, *ibid.*, p. 91-92). O exemplo aqui é o de Russell, quando enuncia “A quadrilateralidade bebe a procrastinação”⁴⁷. Nesse caso específico nenhuma palavra tem ocorrência literal, ou seja, o significado do falante difere do significado literal em todos os casos aqui.

As teses mais fundamentais observadas por Searle são as da substituição, da comparação e da interação semântica. Sobre esta última, Black (1955) é um expoente muito conhecido dessa concepção. Defende, inclusive, que somente ela tem valor para os filósofos. Um ponto importante dessa defesa é que as metáforas, para esta tese, não são descartáveis. Isso a distingue das outras duas concepções, que aceitam a permuta da metáfora com traduções literais⁴⁸, pois não teria diferença entre elas.

Os interacionistas consideram que o significado da metáfora envolve o uso cooperativo de duas ideias.

47) O homem é um lobo.

O que ocorre é que os dois termos, ‘homem’ e ‘lobo’ têm características comuns. E a palavra focal, de acordo com a concepção de Black, seria ‘lobo’. Ocorreria uma extensão de seu

⁴⁷ Neste caso, o que se tem é uma sentença sem sentido, mas que, por vezes, é concebida como um proferimento metafórico. Neste caso, especificamente, o termo “quadrilateralidade” seria uma designação das quatro forças vitoriosas da aliança vencedora da Segunda Guerra Mundial.

⁴⁸ “Exceto em casos em que a metáfora é uma catacrese que remedia alguma imperfeição temporária da linguagem literal, o propósito da metáfora é entreter e divertir” (Black, *ibid.*, p.282). Um exemplo seria ‘laranja’, onde a cor com esse nome recebeu esse nome por atribuição ao fruto conhecido como laranja. Portanto, foi atribuído um sentido novo a um termo velho. Especificamente nesse caso, o termo foi incorporado como significado literal, deixando de ser metafórico.

significado a partir da interação dos sentidos das palavras contidas na expressão. Isso não quer dizer que qualquer um acessará esse significado. Afinal, é necessário pressupor um sistema de lugares-comuns, como algum tipo de conjunto de pressupostos semânticos básicos, como algum tipo de background semântico. Logo, uma pessoa com poucos recursos linguísticos não acessaria o significado da expressão facilmente. E esse conjunto de pressupostos semânticos dos dois termos destacados nem precisam ser verdadeiros, mas é necessário que sejam acessados prontamente e livremente. Além do mais, deve-se atentar para as determinações culturais dessas operações.

O uso de qualquer palavra ou sentença é governado por regras semânticas e sintáticas. Isso compromete o falante com a comunidade que está inserido. Assim, uma ideia é parte de um sistema, onde elas não são claras o suficiente para uma catalogação detalhada. E o efeito de um termo usado metaforicamente evoca um sistema desse termo utilizado. Nesse caso, caberia ao ouvinte, mediante esse sistema construir um sistema correspondente de implicações para decifrar o significado da metáfora.

Seu modo de operação requer que o leitor use um sistema de implicações (um sistema de “lugares-comuns” – ou um sistema especial estabelecido com o propósito em mãos) como um meio para selecionar, enfatizar e organizar relações em um campo diferente. Este uso de um “tópico subsidiário” para promover o insight rumo ao “tópico principal é uma operação *intelectual* distintiva (...) (Black, *ibid.*, p.293).

Com isso, a ideia de Black é que a metáfora é sempre mais rica que uma expressão em seu uso literal, que, aliás, algumas vezes nem existe, e, por isso, se faz uso de metáforas. Deve-se, contudo, destacar dois pontos dessa caracterização da teoria da interação semântica. O primeiro é que se deve ter consciência dos dois tópicos envolvidos, que os caracterizemos como novo e velho, ou principal e subsidiário. O segundo é que isso não gera uma comparação entre os dois tópicos, tal como sugerido pela teoria da comparação.

Pois bem, a crítica maior de Searle a essa teoria é que ele considera que essa teoria afirma erroneamente que toda ocorrência metafórica é rodeada por ocorrências literais de outras palavras. Ao contrário, sua ideia é que o significado metafórico não é resultado da interação entre os elementos da sentença, mesmo quando a metáfora ocorre no contexto de elementos literais.

41) Maria é um bloco de gelo.

59) Joana é um bloco de gelo.

60) A ministra da saúde é um bloco de gelo.

Veja-se que “bloco de gelo” não precisa se relacionar (interagir) com um termo específico para ter o significado metafórico que tem. Assim, o problema delineado é que não existe nenhuma relação especial entre as ocorrências das palavras em uma metáfora. O fato é que o significado do falante pode se descolar do significado literal das palavras, não se constituindo, desse modo, apenas no âmbito da ocorrência linguística. Envolve, de outro modo, o aspecto da intencionalidade. Nesse sentido, os exemplos acima ajudam a estampar como não ocorre, nestas situações, uma interação entre os termos das expressões. Para decifrar o sentido metafórico será necessário a utilização de outras ferramentas, que não são exclusivamente linguísticas.

Desta maneira, o desfecho de Searle é:

Concluo que, como teorias gerais, tanto a concepção da comparação dos objetos como a da interação semântica são inadequadas. Se fosse para diagnosticar sua falha em termos fregeanos, poderíamos dizer que a teoria da comparação tenta explicar a metáfora como uma relação entre referências e a teoria da interação tenta explicá-la como uma relação entre sentidos e crenças associadas a referências (Searle, *ibid.*, p. 92).

Por fim, ele reconhece que a teoria da interação semântica é melhor que as demais já tratadas, pois esta identifica que os processos de produção e compreensão da metáfora são mentais e semânticos, mas que não envolvem referências. Na verdade, envolvem intencionalidade, crenças, significados etc. Mas erram quando pensam que essas relações são interações entre moldura e foco.

Existem duas verdades sobre metáforas, mas que também se aplicam a emissões literais, quais sejam, semelhança e contexto. Estes elementos são considerados decisivos para as emissões metafóricas, mas o problema é que eles são aplicáveis do mesmo modo às emissões literais. Logo, uma análise necessária é mostrar como eles desempenham na metáfora um papel que não desempenham nas emissões literais.

4.3. A proposta de Searle

Nesta seção será apresentada a proposta de Searle dos princípios norteadores para a produção e compreensão de metáforas. Essa proposta assenta-se na ideia de que metáforas são sistemáticas e não são fenômenos puramente linguísticos, como as teorias da substituição, da comparação e da interação semântica defenderam. Na proposta do estadunidense, metáforas envolvem o significado do falante, que marca uma diferença fundamental com

essas teorias. Como Charles Williams defendeu, dizer uma metáfora “*é dizer uma coisa e significar outra*”⁴⁹.

Metáfora, do ponto de vista do falante, é dizer ‘S é P’ querendo dizer ‘S é R’. O ponto é que P e R não são símiles ou idênticos. Então como o ouvinte capta essa intenção do falante? Uma resposta pouco informativa seria que P ‘faz vir à mente’ as condições de verdade, logo, o significado, de R. Mas, fazer vir à mente é também metafórico, o que torna a investigação difícil. A ideia de Searle é que isso será resolvido na medida em que os princípios de funcionamento das metáforas forem desvendados.

Como é possível para o falante dizer metaforicamente que “S é P” e querer dizer que “S é R”, quando P simplesmente não significa R? Além disso, como é possível, para o ouvinte, que escuta o proferimento “S é P” saber que o falante quer dizer “S é R”? A resposta curta e pouco informativa é que o proferimento de P faz vir à mente o significado, e, desta forma, as condições de verdade associadas a R, de uma maneira especial em que os proferimentos metafóricos tem de fazer vir à mente outras coisas (Searle, *ibid.*, pp. 103-104).

O modo como as metáforas funcionam traz algo importante, que as torna diferentes das outras coisas que também vêm à mente dos falantes, a saber, que elas são restritas e sistemáticas.

(...) restritas no sentido de que nem todo modo como uma coisa pode nos lembrar de algo fornecerá uma base para as metáforas, e sistemática no sentido de que as metáforas devem poder ser comunicáveis pelo falante ao ouvinte em virtude de um sistema compartilhado de princípios (Searle, *id. Ibid.*).

Ao pensar na efetividade da comunicação será mais vantajoso pensar do ponto de vista do ouvinte, pois nos aproximará da compreensão de como o falante produz metáforas. Os princípios devem possibilitar a compreensão de qualquer metáfora. As expressões abaixo deverão ser explicadas pelos princípios:

48) Artur é um leão.

59) Joana é um bloco de gelo.

A verdade sobre isto é que os princípios não precisam estar tão detalhados na cabeça dos falantes (não é necessário sequer ter consciência deles), mas deve ser possível realizar a reconstrução racional do esquema inferencial por trás da compreensão das

⁴⁹ Cf. Barfield, Owen. *Poetic diction and legal fiction*. In: Essays presented to Charles Williams. 1947, pp. 106-127, *apud* Black (*ibid.*, 1955).

metáforas por parte dos sujeitos de linguagem. Daí Searle destaca três passos muito interessantes nessa metodologia para o tratamento de emissões desses tipos.

- 1º) O ouvinte precisa ter uma estratégia para determinar se é necessário buscar uma interpretação metafórica do proferimento em análise;
- 2º) Após a decisão de buscar uma interpretação metafórica, então é necessário estabelecer um conjunto de estratégias ou princípios para determinar os valores possíveis de R;
- 3º) Em função disso é necessário ter esse conjunto a fim de auxiliar a restringir o domínio de R e decidir qual das possibilidades o falante está fazendo referência a S.

Uma estratégia de acionamento da interpretação metafórica é quando a emissão tratada literalmente é defectiva. E isso pode se manifestar de alguns modos. Eis algumas das estratégias para o acionamento da interpretação de “possível proferimento metafórico”. I) Falsidade óbvia (ou ao menos aceite pelos falantes). Esse é o principal caso para despertar essa desconfiança de presença de uma expressão metafórica. Essa estratégia é similar ao que Grice defende, quando a máxima de qualidade é sonegada; II) Contrassenso semântico. É quando se tem ideias que parecem se opor na expressão. III) Violação das regras dos atos de fala; IV) Violação dos princípios conversacionais.

Essa enumeração não é uma sequência de filtragem. Qualquer uma delas aciona o modo de interpretação de metáforas. Não é necessário que a emissão seja defectiva para expressar uma metáfora. Outro exemplo seria o das poesias. Logo, este seria o caso V. Tem pessoas que falam metaforicamente apenas por motivos estratégicos de sua expressividade. Este Seria o caso VI, que já torna a coisa bem ampla, pois trataria de preferências estéticas. Eis alguns exemplos:

- 61) Essa mulher é uma cascavel.
- 62) Alguns ricos são pobres.
- 63) Da vez primeira que me assassinaram, perdi um jeito de sorrir que eu tinha.
- 64) Esse Messi é um jogador.
- 65) Amor é cristão, sexo é pagão.

A expressão 61 é um caso de falsidade óbvia, pois claramente não existe mulher que seja uma cobra cascavel. Isso é suficiente para acionar a interpretação de metáforas, pois

o autor deve querer asseverar alguma característica na mulher que atribui às cascavéis. Em 62 se tem um caso de contrassenso semântico, pois as duas ideias, a de ser rico e a de ser pobre, são incongruentes. Desse modo, o autor da expressão deve querer dizer algo a mais. 63 viola as regras dos atos de fala, uma vez que não se pode ter um comprometimento com a veracidade dessa expressão. No caso, o que se tem aqui é um poema de Mário Quintana, denominado “A rua dos Cataventos”. 64 expressa uma violação das regras conversacionais, pois incorre no erro da máxima de quantidade, uma vez que diz algo que não acrescenta muita informatividade, já que Messi é reconhecido como um dos jogadores de futebol mais conhecidos do mundo. Isso é motivo para se suspeitar que o autor da expressão está querendo dizer algo mais do que o óbvio. Em 65 se tem um caso de poesia, com um poema de Arnaldo Jabor musicado por Rita Lee. E isso dá margem para se suspeitar de que a expressão não é literal. Tomando ainda mais um exemplo, se tem:

66) Francisco é um porco.

O enunciado é claramente defectivo, pois Francisco, caso seja um ser humano, não pode ser um porco. Isso já é suficiente para acionar o modo de interpretação de metáfora. O segundo passo seria estabelecer os possíveis valores de R, o que implica em considerar as possibilidades semânticas de aproximação (semelhança) entre S e P. Porco é guloso, gordo, sujo, barulhentos, a tonalidade da pele é rosa etc. Apesar de ser sugestivo, isso ainda não é suficiente para estabelecer o valor de R. Será necessário o terceiro passo, que implica em limitar quais valores de R são aplicáveis nesse caso, ou melhor, determinar quais não são, com o intuito de diminuir as possibilidades de R. Daí Searle recomenda: “*Volte ao termo S e veja quais dos muitos candidatos para valores de R são prováveis, ou mesmo possíveis, propriedades de S*” (ibid., p.106). O ponto interessante aqui é a importância de S para esta investigação. Afinal, S pode auxiliar a determinar melhor o sentido de P, o que ajudará a decifrar o valor de R. Por exemplo, se a motivação do falante ao proferir 45 for o quarto de Francisco, então não se está a falar dos valores de gordo ou da tonalidade da pele. Isso já reduz as possibilidades. Logo, aqui entram o conhecimento de S e a questão contextual da emissão.

Searle menciona que as diferenças fundamentais entre as teorias da comparação e a da interação semântica dizem respeito à resposta que se dá a uma questão específica. Assim, a teoria da comparação parece ser uma resposta ao segundo passo, enquanto a teoria da interação responderia ao terceiro passo. Essa ainda poderia ser tratada como uma resposta ao

segundo passo também, mas seria necessário mostrar que existem valores de *R* que são especificados mediante *S* e *P*, e não apenas mediante *P*. Para finalizar esse tópico, ele reconhece que podem existir princípios além dos que ele menciona.

Aqui se tem uma tabela contendo todos os seus princípios para a interpretação das metáforas. Primeiramente se tem uma apresentação esquemática, e, na sequência, se tem o detalhamento deles.

Princípio 1	Coisas que são <i>P</i> são, por definição, <i>R</i> .
Princípio 2	Coisas que são <i>P</i> são contingentemente <i>R</i> .
Princípio 3	Coisas que são <i>P</i> frequentemente se diz ou se crê que sejam <i>R</i> , ainda que o falante e o ouvinte possam saber que <i>R</i> é falsa de <i>P</i> .
Princípio 4	Coisas que são <i>P</i> não são <i>R</i> , nem se parecem com coisas que são <i>R</i> , nem crê que sejam <i>R</i> ; entretanto, é um fato comunitário da sensibilidade, cultural ou naturalmente determinado, que efetivamente se percebe uma conexão, de modo que <i>P</i> se associa, nas mentes dos indivíduos, às propriedades <i>R</i> .
Princípio 5	As coisas <i>P</i> não se parecem com as coisas <i>R</i> , e não se crê que se pareçam com as coisas <i>R</i> ; entretanto, a condição de ser <i>P</i> parece-se com a condição de ser <i>R</i> .
Princípio 6	Há caso em que <i>P</i> e <i>R</i> são idênticos ou têm significados semelhantes, mas um deles, usualmente <i>P</i> , tem aplicação restrita e não se aplica literalmente a <i>S</i> .
Princípio 7	Este não é um princípio distinto, mas um modo de aplicar os princípios 1-6 a casos simples que não sejam da forma “ <i>S é P</i> ”, e sim metáforas relacionais e metáforas de outras formas sintáticas, como as que envolvem verbos e predicados adjetivos.
Princípio 8	Questões de metonímia e sinédoques como casos especiais de metáforas ou como tropos independentes. Quando alguém diz “ <i>S é P</i> ” e quer significar que “ <i>S é R</i> ”, <i>P</i> e <i>R</i> podem estar associadas por relações como a relação parte-todo, a relação continente-conteúdo ou mesmo a relação vestimenta-pessoa vestida.

Tabela 2 Princípios de Caracterização das Metáforas

Princípio 1. Coisas que são *P* são, por definição, *R*. Quando a metáfora funciona, então *R* é uma das características definidoras salientes de *P*.

67) Alexandre é um gigante.

Que significa:

68) Alexandre é grande.

Princípio 2. Coisas que são *P* são contingentemente *R*.

66) Francisco é um porco.

Que pode significar:

69) Francisco é asqueroso, glutão e imundo.

Os princípios 1 e 2 correlacionam as emissões metafóricas e os símiles literais. No princípio 1 temos um exemplo de continência entre *P* (gigante) e *R* (grande). Isso é aceitável, haja vista todo gigante ser grande. Quer dizer, o termo grande é mais geral, abrangendo, desta forma, gigante como um predicado contido nele. Por outro lado, o princípio 2 não é tão claro como pode parecer. Pois levanta uma questão que já foi feita anteriormente, que seria identificar qual a característica do porco se associa ao indivíduo Francisco. Assim, apesar da metáfora funcionar bem, não se tem um princípio de obtenção de seu significado claramente estabelecido.

Princípio 3. Coisas que são *P* frequentemente se diz ou se crê que sejam *R*, ainda que o falante e o ouvinte possam saber que *R* é falsa de *P*.

38) Richard é um gorila.

Que significa:

38a) Richard é grosseiro, desagradável, propenso à violência.

Mesmo que falante e ouvinte saibam que isso seja falso (que gorilas sejam assim), no entanto isso não impede que a metáfora funcione, haja vista isto ter sido instituído enquanto crença ou mito.

Princípio 4. Coisas que são *P* não são *R*, nem se parecem com coisas que são *R*, nem crê que sejam *R*; entretanto, é um fato comunitário da sensibilidade, cultural ou naturalmente

determinado, que efetivamente se percebe uma conexão, de modo que *P* se associa, nas mentes dos indivíduos, às propriedades *R*.

37) Sally é um bloco de gelo.

51) O tempo voa.

52) As horas se arrastam.

53) Maria tem o temperamento doce.

54) José é uma pessoa amarga.

O que o princípio não explica é como esses predicados sem aparente similaridade entre si funcionam como elementos da inferência metafórica. O princípio não mostrou como fazer a seleção da interpretação do tropo. Essa semelhança parece já estar na cabeça dos falantes, pois o autor não apresenta aqui nenhuma maneira de extração do significado da metáfora. Afinal, não existe em si relação entre tempo e espaço, ou entre pessoas e percepções sensoriais, ou ainda entre pessoas e um bloco de gelo. Então o que se esperava, a saber, que o princípio mostrasse como inferir o significado em um tropo (no caso, da metáfora) não acontece.

Princípio 5. As coisas *P* não se parecem com as coisas *R*, e não se crê que se pareçam com as coisas *R*; entretanto, a condição de ser *P* parece-se com a condição de ser *R*.

70) Davi se tornou um aristocrata.

Quer dizer, Davi não ficou parecido com um aristocrata, mas sua situação funcional lembra a de alguém com privilégios, como um aristocrata. Isso pode se aplicar a alguém que recebeu uma promoção para um cargo de chefia ou diretoria, por exemplo. Aqui parece haver alguma tentativa de analogia. Em todo caso, o princípio não apresenta nenhuma ferramenta de interpretação do significado inferencial da metáfora.

Princípio 6. Há casos em que *P* e *R* são idênticos ou têm significados semelhantes, mas um deles, usualmente *P*, tem aplicação restrita e não se aplica literalmente a *S*. Um exemplo é gorar, que, literalmente, se aplica a ovos, mas pode significar outras coisas.

71) O churrasco de hoje gorou.

72) Meu cérebro gorou.

73) A chuva gorou meus planos.

Essas expressões com o termo “gorou” (*P*) não tem uma aplicação clara a *S* no sentido literal. Apesar disso, se diz que *P* e *R* são semelhantes ou mesmo idênticos. Parece o caso da diferença entre os sentidos dos termos. ‘Gorou’ pode significar, por inferência, desmiolou, derreteu, deu pane etc. Mas *P* (gorou) não se encaixa com o *S* dos proferimentos mencionados em 71, 72 e 73. Em todo caso, como nos outros casos, o princípio não possibilita determinar o significado da expressão metafórica, mas apenas faz uma caracterização dela, como algum tipo de inventário das ocorrências metafóricas.

Princípio 7. Este não é um princípio distinto, mas um modo de aplicar os princípios 1-6 a casos simples que não sejam da forma “*S é P*”, e sim metáforas relacionais e metáforas de outras formas sintáticas, como as que envolvem verbos e predicados adjetivos.

74) O navio arou o mar.

75) Luiz devora livros.

76) George Washington é o pai de seu país.

Aqui temos casos diferentes dos termos *S*, *P* e *R*. Em 74 e 75 temos um verbo transitivo que atua como termo relacional. A forma desses enunciados seria “*S relação-P S**”. Em 76 também teria essa forma lógica no enunciado, embora o termo relacional não seja um verbo transitivo. Desse modo, a tarefa não é, como foi até aqui, passar do “*S é P*” para o “*S é R*”, mas passar de “*S relação-P S**” para “*S relação-R S**”. Logo, muda tudo em relação aos outros princípios, pois naqueles o objetivo era encontrar uma propriedade *R* que fosse comum a *S* e *P*. Nestes, por outro lado, o objetivo passa a ser encontrar uma relação comum. Quer dizer, as relações *R* e *P* são diferentes, mas se assemelham em algum aspecto. Portanto, a funcionalidade do princípio se apresenta em possibilitar que o ouvinte selecione essa semelhança entre as relações *P* e *R*. Contudo, analogamente aos outros princípios, ocorre uma caracterização do tipo da metáfora, mas não ocorre nenhum tipo de demonstração de como se reduz os valores de *R* no âmbito da interpretação.

Princípio 8. Questões de metonímia⁵⁰ e sinédoques⁵¹ como casos especiais de metáforas ou como tropos independentes. Quando alguém diz “*S é P*” e quer significar que “*S é R*”, *P* e *R*

⁵⁰ Conforme o Grande Dicionário da Língua Portuguesa (2013, p. 6136) **metonímia** é: “*s.f. recurso expressivo que consiste no emprego de uma palavra em vez de outra devido a uma relação de contiguidade existente entre*

podem estar associados por relações como a relação parte-todo, a relação continente-conteúdo ou mesmo a relação vestimenta-pessoa vestida. A ideia é que o conteúdo semântico de *P* veicula de algum modo o conteúdo semântico de *R*.

77) O Palácio da Abolição caiu.

Onde “Palácio da Abolição” estaria por “Governo do estado do Ceará”. Apesar disso, Searle está ciente de que esses casos de metonímia ou sinédoque não tem uma aceitação tácita para serem recebidos como metáforas. Ele o faz assim, sabendo das dificuldades.

Searle menciona que poderia haver um nono princípio, baseado na tese interacionista. No entanto, isso não será tratado aqui, pois o próprio autor descarta isso como possibilidade. Então ele passa a explicar como ocorre a interpretação metafórica, ou como deveria ocorrer. A premissa básica é: falante e ouvinte compartilham conhecimentos linguísticos e fatuais que os possibilitem se comunicarem. Isso acontece mediante emissões literais, de modo que é possível notar e interpretar emissões metafóricas, utilizando-se de estratégias e princípios para auxiliá-los nessa empreitada.

O primeiro elemento é a utilização de estratégias compartilhadas, que capacitam o ouvinte a perceber que a emissão não é literal. A principal, mas não a única, é quando a emissão é defectiva (quando se burla a máxima da qualidade, por exemplo).

O segundo elemento consiste nos princípios compartilhados, que associam o termo *P* (significado, valores de verdade, denotação) a um conjunto de possíveis valores de *R*, conforme os oito princípios apresentados acima. Searle considera que categorizar os princípios seria o núcleo da problemática da metáfora.

O terceiro elemento consiste em estratégias compartilhadas por falante e ouvinte a partir do conhecimento de *S* (o significado da expressão, da natureza do referente ou de ambos) e restringir os valores possíveis de *R* e apontar o valor real de *R*.

elas, que se exprime nas relações da causa pelo efeito, do todo pela parte, do continente pelo conteúdo etc., e vice-versa (ex.: beber um copo – conteúdo do copo)”.

⁵¹ Conforme o Grande Dicionário da Língua Portuguesa (2013, p. 8519), sinédoque é: “s.f. recurso expressivo que se baseia numa relação de compreensão em que se designa o todo pela parte ou a parte pelo todo, o plural pelo singular ou o singular pelo plural etc. (ex.: o homem por a espécie humana)”.

Apesar dos esforços de Searle para apresentar princípios e uma maneira de restringir os possíveis valores de *R*, entretanto isso não foi alcançado. Os princípios deixam claro que a maneira em que se obtém o significado do falante em cada caso parece fruto do hábito dos usuários da língua. Em última instância, ele não parece ter rompido inteiramente com as teorias clássicas da metáfora, oriundas, sobretudo, da retórica. Um bom exemplo é o do princípio 4, onde *P* e *R* não tem nenhum tipo de semelhança que os associe, apesar de ser um fato cultural ou natural que *P* e *R* se associam. Neste caso, claramente, Searle não conseguiu entregar aquilo que prometera. Quer dizer, embora ele tenha um plano metodologicamente bem construído, no entanto, ele não consegue executá-lo de maneira satisfatória. Afinal, qual critério estabelece as condições para relacionar características psicológicas das pessoas com sabores do paladar, como ocorre com as expressões 53 e 54⁵²? Ora, a resposta de Searle parece ser que se opera assim mesmo e pronto. Quer dizer, ele pressupõe aquilo que parece querer explicar, apelando para algo que ilumina instantaneamente o significado da metáfora. Ora, é bem verdade que os interlocutores compartilham informações comuns, que atuam como possuidores de um conhecimento semântico pressuposto. Eles também compartilham a língua, o que inclui sintaxe, semântica e pragmática. Mas, embora isso seja necessariamente verdadeiro, no entanto está longe de ser suficiente para gerar a interpretação que a metáfora exige. É por esse motivo que se defende aqui que, embora isso seja o que se deseja para uma teoria do significado, não resolve a questão suscitada pela interpretação do significado intencionado nas metáforas. A leitura que se faz é que Searle percebeu a dificuldade de se apresentar uma concepção de interpretação que satisfizesse esse desejo de obter a significação de maneira segura. Assim, de algum modo, a solução mediante sua ideia de background apresenta uma resolução para o enigma da interpretação. O destaque é que isso é feito sem explicar a maneira em que se processa a passagem de “S é P” para “S é R”. Aqui está a maneira como Searle caracteriza-o:

O Background é um conjunto de capacidades mentais não representacionais que permitem que todas as representações aconteçam. (...) Para que eu possa ter os estados Intencionais que tenho, preciso ter certos tipos de *know-how*: devo saber como as coisas são e devo saber como fazer as coisas, mas essas coisas de “*know-how*” em questão não são, nestes casos, formas de “*knowing-that*”⁵³ (Searle, 2004, p. 143).

⁵² Apenas para lembrar, em 53 se tem “Maria tem o temperamento doce” e em 54 se tem “José é uma pessoa amarga”.

⁵³ Aqui se preferiu manter algumas passagens da tradução na língua original, pois se temia que se perdesse que o autor desejava imprimir em seu texto. Por isso em alguns trechos foram preservadas as expressões *know-how* (saber como) e *know-that* (saber que).

Portanto, o que Searle quis apresentar foi que esse conjunto de habilidades ou capacidades não é representacional e nem intencional. Logo, de algum modo, isso quer dizer que todo ato intencional pressupõe um Background, que auxilia tanto na efetivação dos estados intencionais como em sua interpretação. Isso implica em que a Intencionalidade não é auto aplicativa e nem auto interpretante.

A ideia dele é que, de antemão, existe uma Rede de estados mentais, contendo todas as possibilidades mentais, onde nem todos são conscientes ou mesmo individualizados. Ela seria uma cadeia holística dos estados psicológicos, como crença, desejo, medo, esperança etc. Esse novelo de fios da Rede desemboca em um argumento quanto à necessidade do Background, que, sendo pré-intencional, possibilita a ocorrência dos estados intencionais. Entretanto, é bom destacar que ele é um conjunto de habilidades ou capacidades necessário para os estados intencionais se realizarem, mas, apesar disso, não é suficiente para explicar essa ocorrência.

A própria capacidade de representar, que é a principal função da mente, é dependente do Background. A explicação de Searle é que qualquer tentativa de explicação acerca do Background resulta em *regresso ad infinitum*, pois qualquer pré-condição exigiria novas pré-condições. Assim, ele toma-o como um elemento inato, como um conjunto de habilidades condicionante e não condicionado.

Provavelmente é inata nos seres humanos, uma vez que todos os seres humanos a possuem; (...) Se esta hipótese estiver correta, os sistemas de regras e convenções que constituem os mecanismos que efetivamente usamos para realizar os atos de fala se baseiam num *background* de capacidades mentais humanas que não são, elas próprias, regras e convenções, mas sim habilidades pré-intencionais de tipo não representativo (Searle, 2010b, p.251).

Os atos de fala são compostos por fatos institucionais, regras constitutivas, realizações convencionais das regras nos significados literais e Background. Os fatos institucionais revelam o lado da coletividade na constituição dos atos de fala, mostrando que o ato de fala não é apenas um ato da intencionalidade individual. Ou seja, ele é também dependente de um pano de fundo social. As regras constitutivas possibilitam classificar os atos de fala em tipos, como assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos. E cada tipo desses pode ser realizado em modos diferentes. O ponto fundamental aqui é que os tipos de atos de fala se realizam independentemente das convenções das línguas particulares. As convenções não são necessárias para a realização dos atos de fala de modo geral. No entanto, os atos de fala complexos exigem as convenções das línguas, como seria o

caso de contar quais problemas sociopolíticos o Brasil passou a enfrentar desde o ano de 2014. Quer dizer, só é possível uma compreensão mútua entre falantes por estes compartilharem uma língua, que é, por excelência, repleta de convencionalidades.

A demonstração do Background não ocorre de maneira estrita. O próprio Searle assume isso: “*Não conheço nenhum argumento demonstrativo que provaria a existência do Background*” (Searle, 2004, p.144). De outra forma, o autor defende que existem algumas pistas indiretas para tal fim. A compreensão do significado literal, a compreensão de metáforas e o exercício de habilidades físicas seriam manifestações quase claras da atuação do Background.

Na compreensão do significado literal o Background atua nos diversos modos de aplicação de um mesmo significado. Bons exemplos seriam os verbos “cortar” e “abrir”:

78) Célia cortou o bolo.

79) O jardineiro cortou a grama.

80) Fred abriu a porta.

81) Carlos abriu os olhos.

82) Júlio abriu a parede.

83) Pedro abriu o livro na página 10.

78 e 79 são modos diferentes de aplicação do mesmo significado do verbo “cortar”. 80 a 83 também exemplificam modos diferentes do mesmo significado do verbo “abrir”. A ideia apontada por Searle é que esse reconhecimento imediato e tácito é fruto do background. Quer dizer, as habilidades, pré-intencionais e não-representacionais, possibilitam esse reconhecimento. Isso implica em não ser possível descrever esse processo causalmente, pois isso implicaria em um regresso ao infinito. A ideia aqui é que tanto o significado literal de “cortou” como de “abriu” estão preservados. O que mudou foram as aplicações, que ocorreram em contextos diferentes. Em todos estes exemplos (78 a 83) o que se tem são ocorrências de expressões literais em contextos diversos. E a compreensão delas, segundo Searle, depende deste conjunto de habilidades, que é o background.

Em outra situação, as habilidades físicas também requerem o background. Aqui, um exemplo ajudará na compreensão. Tome-se como exemplo um atleta de surf profissional, que treina diariamente para realizar com efetividade as manobras do esporte. Ele precisou

aprender as regras do esporte, diversas técnicas de movimentos, aprender a nadar, princípios de maré etc. Mas o fato é que ter todo esse conhecimento não o torna um surfista primoroso, um desses com nível de disputar títulos nesta modalidade esportiva. De acordo com Searle, a visão cognitivista tradicional considera que as instruções (regras e técnicas) são internalizadas e começam a agir inconscientemente nas mentes dos indivíduos. No entanto, essas instruções internalizadas continuam a atuar como representações, segundo a visão tradicional. Isso significa que o atleta pensa em suas ações durante as manobras nas ondas, sendo capaz de pensar em todas as ações que ele precisa executar. Mas essa forma de encarar a destreza do atleta tem um problema, qual seja, o aprimoramento técnico dele. Ora, se o atleta, mediante suas práticas de treinamento, consegue atingir níveis mais complexos de manobras, gerando práticas de maior excelência e, portanto, em técnicas que gerem maior pontuação nas competições, então parece razoável supor que ele não tem controle racional em todas as suas realizações. Na verdade, o conhecimento que ele já tem se torna, em dado momento, irrelevante. A hipótese de Searle é que as regras não emergem do inconsciente durante a prática desportiva. Ele defende que *“as experiências repetidas criam capacidades físicas, presumivelmente realizadas como caminhos neurais que tornam as regras simplesmente como irrelevantes”* (Searle, *ibid*, 150). Ou seja, o corpo assume e cria algum tipo de memória corporal, que, justamente, seria a atuação do background. Nesta concepção, a cognição não atuaria mais de modo representacional. Seria um saber como fazer sem processar racionalmente, mas seguindo o fluxo corporal, algo como o corpo do atleta tomando o controle do sujeito. De alguma forma, o background atua nesta passagem do *eu penso*, que atua mediante as regras, para o *eu faço*, que já não precisa pensar nas regras.

A outra via indireta para a afirmação do background é a compreensão de metáforas. Nesse caso, o problema está na exigência de algum tipo de poder inferencial acerca da metáfora. Quer dizer, a ideia dele é que não existe uma maneira de apreender, a partir de *S é P*, o sentido verdadeiro da metáfora, que seria *S é R*. Para ele, tanto a produção como a interpretação do elemento metafórico se explicaria mediante esse conjunto de habilidades e capacidades.

É tentador pensar que deve existir algum conjunto definido de regras ou princípios que capacitam os usuários de uma linguagem a produzir e entender proferimentos metafóricos, e que essas regras e princípios devem ter algo como um caráter algorítmico tal que, dada uma aplicação estrita das regras se teria a interpretação correta de qualquer metáfora. Contudo, tão logo se tenta declarar esses princípios de interpretação se descobre alguns fatos interessantes. As regras que se podem aduzir razoavelmente não são, desse modo, algorítmicas (Searle, *ibid.*, p.148).

Assim, é possível destacar dois momentos na obra de Searle para caracterizar a compreensão de metáforas. Em um primeiro momento, encontrado em *Expressão e Significado* (2002a), sua proposta foi apresentar uma metodologia para a produção e a interpretação das metáforas, dando conta das ações, respectivamente, do falante e do ouvinte. Ele apresenta as pistas de reconhecimento de uma metáfora, os princípios caracterizadores das formas metafóricas, mas não apresenta o que seria fundamental nesse método, a saber, como interpretar metáforas. Em um segundo momento, notadamente em seu texto *Intencionalidade* (2002b), ele afasta o que parecia ser sua pretensão inicial, que era a capacidade de interpretar metáforas corretamente. Como ele mesmo afirmou, uma forma de inferência algorítmica. Assim, diante da impossibilidade de apresentar tal programa, ele afirma que tudo é realizado mediante o background de capacidades e habilidades, que seria, além de inato, também seria não representacional e pré-intencional.

Parece até ser um fato de nossas capacidades mentais que somos capazes de interpretar certos tipos de metáforas sem a aplicação de quaisquer ‘regras’ ou ‘princípios’ subjacentes além da pura habilidade de fazer certas associações. Não conheço maneira melhor de descrever essas habilidades do que dizer que elas são capacidades mentais não-representacionais (Searle, 2004, p.149).

Mediante essa frustração com o programa de Searle, então se fará uma apresentação de uma concepção que possa fornecer os elementos que impediram que o filósofo norte americano conseguisse ter tido mais sucesso. Essa concepção está fortemente alicerçada em pesquisas de autores com forte apelo nas ciências cognitivas, que envolvem pesquisas de referência à filosofia, à linguística e à psicologia. Mas, antes disso, será feita uma discussão acerca do que o próprio Searle denomina como cognitivismo. O objetivo desse tópico será fornecer elementos para comparar o que Searle considera como o escopo do cognitivismo e a forma que os defensores do cognitivismo realmente afirmam. Isso permitirá notar se o projeto de Searle de fato se dissocia completamente do projeto criticado por ele.

Capítulo IV

5. SEARLE E AS CIÊNCIAS COGNITIVAS

5.1. O problema de Searle estendido

A questão fundamental desse tópico é destacar em que medida a concepção de Searle é incapaz de explicar definitivamente a questão da metáfora. Sua pretensão inicial era mostrar uma metodologia para esse processamento do significado não literal, ou, de outra forma, significado do falante. Conforme já discutido anteriormente, ele se diferencia de Grice, pois considera que o filósofo britânico não levou em conta o aspecto convencional em torno dos atos de linguagem. Este favoreceu, como Searle considerou, o caráter perlocucionário do ato linguístico. A crítica ao que Grice destacara em sua teoria parece evocar algum tipo de linguagem telepática, uma vez que desconsidera as convenções da linguagem. Ao menos essa foi a leitura que Searle fez de sua teoria, embora Grice tenha tentado tornar sua concepção mais clara em anos posteriores⁵⁴.

Porém, posterior a isso, Searle reconhece a importância da obra de Grice, de maneira que considera que o Princípio Cooperação tem alguma importância na interpretação do significado não literal, que envolve, dentre outros, os atos de fala indiretos, a ironia e a metáfora. Inegavelmente, as máximas conversacionais auxiliam na detecção de enunciados defectivos, como em:

84) Bruno é um caçador noturno,

É fácil conceber que esta expressão se refere a um homem que costuma buscar encontros românticos com parceiras diferentes em suas saídas noturnas.

Antes de continuar, é importante relembrar da maneira em que Searle pensa na resolução das metáforas. Ele compreende que as metáforas não são um fenômeno estritamente linguístico, como a maior parte da tradição considerou. Ao invés disso, ele considera a metáfora como um fenômeno de pensamento, destoando da concepção clássica proveniente da retórica, que considerava a metáfora como algum tipo de ornamento linguístico.

Desse modo, ele concebe a metáfora como um fenômeno estruturado, de modo que é possível identificar os princípios que regem a significação das metáforas. Ao menos foi

⁵⁴ Conforme o artigo *Meaning revisited*, presente na obra de Grice intitulada *Studies in way of words* (1995).

isso que Searle pensou em um primeiro momento, apresentado em seu texto *Metaphor*⁵⁵. Nesta obra ele pretendia apresentar o passo-a-passo para a interpretação de um enunciado não literal que, especificamente aqui, se dirige à metáfora. O primeiro passo se refere ao reconhecimento da necessidade de realizar uma interpretação metafórica. Isto quer dizer que ocorre o reconhecimento de uma metáfora e então aciona o protocolo de interpretação dela. O segundo passo estabelece que, após o reconhecimento de uma metáfora, então se deve determinar as estratégias ou princípios para destacar os possíveis valores de *R*. O terceiro passo deve ser o de escolher qual o valor de *R* dentre as possibilidades listadas no passo 2.

O passo 1 é apresentado por Searle. Afinal, ele mostra algumas possibilidades de reconhecimento de um enunciado metafórico, embora o mais recorrente seja quando o enunciado literal é defeitivo. Esse elemento do método é, de certa forma, satisfatório. Ele consegue apresentar formas de detecção da ocorrência do tropo metafórico. Além disso, ele também buscou apresentar uma lista de princípios para auxiliar a destacar os possíveis valores de *R* que podem se associar a *P*. Ele fez isso no passo 2. O que se pode destacar de relevante é o esforço do autor em catalogar os modelos de associação dos termos *P* e *R*. Desta forma, considera-se aqui que os princípios são importantes do ponto de vista formal, pois destaca formalmente as maneiras que os termos se relacionam. Porém, ele não auxilia em termos de significação dos termos, pois ele não permite a criação de uma lista de termos com algum grau de semelhança com *P*. E, por fim, o passo 3 não tem uma apresentação analítica desse processamento, talvez devido à incompletude do passo anterior. Tomem-se os seguintes exemplares:

85) A vida é regida por um código genético.

86) O cérebro é um computador.

É salutar lembrar que essas metáforas foram construções linguísticas inovadoras em momentos temporais diferentes. Então, partindo do que Searle apresentou em sua proposta, como esses exemplos seriam catalogados de acordo com sua tabela de princípios? Uma possibilidade seria entender que o princípio 4⁵⁶ explicaria o processo de relacionamento entre os termos *P* e *R* das sentenças indicadas. Quando se toma o enunciado 85, o que seria *R*? Faria referência a uma cadeia de aminoácidos estruturada? Esse exemplo, aliás, apresenta

⁵⁵ Esse texto faz parte da obra *Expression and Meaning* (1979), onde aparece como o capítulo 4 desta. Também aparece em Ortony (1993), onde aparece como o capítulo 6 desta edição.

⁵⁶ A tabela indicativa contendo os princípios estabelecidos pelo autor encontra-se na página 103.

menos problemas em estabelecer o valor de *R*, uma vez que parece estar gradualmente mais convencionalizado. Mas, em relação ao enunciado 86, qual valor se atribuiria a *R*? Seria a capacidade inferencial? Seria seu aspecto funcional? Enfim, neste caso se percebe mais problemas em caracterizar o termo de semelhança. Mas, para além desta dificuldade, tem uma outra, talvez mais profunda. Afinal, nestes exemplos acima, como se faz a ligação desses valores com o termo *S*? De outra forma, mediante a conceitualização do próprio Searle, como se capta o significado do falante nesses casos?

A fim de facilitar a análise, o princípio 4 será reproduzido aqui: *Coisas que são P não são R, nem se parecem com coisas que são R, nem crê que sejam R; entretanto, é um fato comunitário da sensibilidade, cultural ou naturalmente determinado, que efetivamente se percebe uma conexão, de modo que P se associa, nas mentes dos indivíduos, às propriedades R*. De fato, os exemplos 85 e 86 são descritos formalmente dessa maneira. *P* e *R* não são idênticos, nem tem uma semelhança clara, nem parece algo intuitivo crer que um substitua o outro. Só para deixar claro, *P* é o termo expressado. *R* é o termo associado a *P*, que se assemelha conceitualmente de algum modo. Mas aí vem uma questão importante, que é justamente a continuação do princípio: “*entretanto, é um fato comunitário da sensibilidade, cultural ou naturalmente determinado, que efetivamente se percebe uma conexão, de modo que P se associa, nas mentes dos indivíduos, às propriedades de R*”. Ora, para começar não se pode atribuir que Searle estivesse se referindo ao fato de as expressões serem convencionais, pois isso colocaria em xeque a ideia de que esse significado é não literal e, portanto, a dependência da captação da intenção do locutor. Não, não pode ser o caso. E como é que se estabelece essa conexão nas mentes entre os dois termos, *P* e *R*? Esse é o mistério que o princípio não ajuda a decifrar. Afinal, como ocorre a associação entre os termos na mente dos indivíduos? Novamente, ocorre a afirmação da ocorrência da relação, mas não explicita como esse relacionamento se manifesta.

É razoável afirmar que os três primeiros princípios carregam algum traço de convencionalidade, pois assumem que exista algum relacionamento (alguma semelhança literal) entre os termos *P* e *R*. A partir do princípio 4 (certamente até o 7) é que não fica claro como se deve proceder para inferir o significado metafórico. Nestes casos, como já destacado no princípio 4, a conexão entre os termos *P* e *R* está camuflada, mas é percebida pelos interlocutores. Portanto, salta aos olhos a insuficiência da concepção de Searle para demonstrar como um ouvinte interpreta um enunciado metafórico em que não há uma relação

de similaridade entre o que aparece na sentença emitida e o sentido verdadeiro, implicitado.

Como afirma Mark Johnson:

O problema com essa versão literalista/objetivista da abordagem dos atos de fala é que ela simplesmente não consegue explicar como as metáforas realmente funcionam. Searle entende corretamente que a maioria das metáforas não é baseada em um conjunto subjacente de similaridades literais que poderiam explicar como *P* (em “*S é P*”) aponta para *R* (em “*S é P*”) quando ouvimos a enunciação metafórica. Mas Searle não tem uma especificação alternativa para casos que não podem ser baseados em similaridades. Ele certamente deveria reconhecer que sua tentativa final de formular uma regra para certos tipos de metáfora *nem chega a ser uma explicação* (Johnson, 2008, p.45 *apud* Alonso & Camillo, 2022, p. 9).

Assim, fica claro que o projeto de Searle de explicitação da captação do significado do falante por parte de um ouvinte mediante um enunciado metafórico apresenta um problema sério. É notório, ao ler seu texto, que ele não consegue explicar como se deve realizar esse processo interpretante, embora ele pareça ter pensado que seria possível em um primeiro momento. Assim, sua concepção algorítmica não consegue lidar com todos os tipos de expressões metafóricas. Isso não quer dizer, entretanto, que a busca pela apreensão do significado do falante deva ser descartada. Apenas se alega que esses princípios do autor não são capazes de tornar isso algo operacional. Vale destacar que ele mesmo, em um momento posterior, afasta essa ideia de que é possível estabelecer um algoritmo da interpretação da metáfora, conforme deixa claro com a afirmação do background como elemento que possibilita ao indivíduo a compreensão da metáfora⁵⁷.

Por fim, outro problema que surge é que o terceiro passo de sua proposta não pode ser efetivado satisfatoriamente, uma vez que não se explica como o segundo passo permite delimitar as possibilidades de semelhança entre *P* e *R* que acontecem em todos os casos. Portanto, a ideia de redução dos possíveis valores de *R* não pode ser efetivada, ao menos em alguns casos, como seria o caso dos enunciados que se encaixam no princípio 4.

O que se pensa disso é que, diante dessa encruzilhada, o autor aponta uma saída. A saída é conceber que a interpretação é obra do background, o conjunto de habilidades não-intencionais e não-representacionais. A grande vantagem dessa solução é que ela diz o que acontece sem precisar explicar como acontece. Isso, inclusive, lembra “Chicó”, personagem

⁵⁷ Conforme assume em Searle (2004, p. 148), já citado nesta obra, na página 111.

de Ariano Suassuna⁵⁸. Claro que o objetivo não é igualar a tese de Searle com a do personagem citado, mas apenas lançar luzes na insuficiência da explicação do filósofo.

Para sintetizar essa concepção, o que se tem é que o significado metafórico é uma questão exclusivamente da intenção do falante. É óbvio que Searle não se desvencilha da convencionalidade das línguas, pois, do contrário, não seria sequer possível a adequação do metafórico na arena comunicacional. Logo, o que ele quer é estabelecer aquilo que sua concepção dos atos de fala já enunciava, i.e., que os atos de fala são regidos por regras constitutivas que se adequam à convencionalidade das línguas particulares. No entanto, em relação ao significado metafórico, ele considera que não existe convenção, sendo, portanto, da alçada da pragmática. E o que se destaca reiteradamente neste texto é que ele não apresenta um método analítico para interpretar os proferimentos metafóricos em termos de significação. Isso não é uma tarefa fácil, pois, como ele mesmo reconhece, um enunciado metafórico se caracteriza por proferir uma sentença, dotada de significado, querendo significar outra coisa, escamoteada pela sentença. Talvez um problema oriundo dessa concepção seja a centralidade do locutor, fazendo de seu interlocutor um agente passivo na apreensão do sentido intencionado por aquele. Quer dizer, não há espaço para uma construção do sentido, de maneira que pudesse tornar o sentido algo mais interativo. E isso, portanto, se torna o maior problema da proposta de Searle, pois envolve a captação *stricto sensu* do sentido pretendido pelo locutor.

Susan Haack (1994, 2023), por exemplo, faz uma avaliação das concepções de Searle e de Davidson, embora não seja escopo desta tese apresentar a teoria deste. Ela considera que as duas propostas acertam em apontarem que a metáfora é uma questão de pragmática, e não de semântica, como Black pensara. Mas o verdadeiro problema, segundo a filósofa, é a ideia de o significado do falante em um proferimento metafórico exaurir a interpretação da metáfora.

O significado do falante é caracterizado em termos da intenção do falante, e Searle fornece uma lista de princípios em que computa “que similaridades são metaforicamente intencionadas pelo falante” (Searle, 1979, p.113). O que me deixa desconfortável com isso é a ideia de que a intenção do falante exaure necessariamente a interpretação da metáfora (Haack, 1994, p. 8).

⁵⁸ Ariano Suassuna escreveu o romance *O Auto da Compadecida* em 1955, que foi adaptada para o cinema em 1999. Neste, um personagem marcante, Chicó, costuma usar a seguinte expressão em diversas situações da trama: “Não sei, só sei que foi assim”.

A partir desta fala, faltaria, na proposta de Searle, uma participação mais ativa do interlocutor na interpretação da metáfora. Talvez o que seja problemático é tomar a metáfora de modo tão objetivo, quer dizer, como se o significado fosse algo determinado de maneira irrefutável pelo sujeito intencional. Haack sugere, em outro trecho, que uma interpretação diferente da intencionada pelo locutor não é, necessariamente, uma má interpretação. De fato, essa possibilidade não é permitida pela teoria de Searle, uma vez que ele coloca como único critério de validação do sentido metafórico aquilo que o locutor intencionou. A autora concebe assim:

Searle concentra-se exclusivamente demais na intenção do orador, à custa da captação do público; (...) O relato de Searle tem a infeliz consequência de que qualquer interpretação de uma expressão metafórica, por mais apropriada que seja, que o orador não tenha explicitamente em mente, deve ser uma *má* interpretação (Haack, 2023, p. 7).

Assim, algo que aparece como uma questão importante, a partir dessa discussão da filósofa estadunidense, é a possibilidade de a interpretação metafórica fugir ao monopólio daquilo que fora intencionado pelo locutor, permitindo que o interlocutor tenha um papel mais relevante na constituição do sentido de enunciados metafóricos.

Nas próximas seções será apresentada uma proposta proveniente do cognitivismo, nessa intersecção temática entre filosofia, linguística e psicologia. Essa caracterização permitirá fazer uma crítica reparadora à concepção de Searle. Ela é uma crítica por entender que a teoria de Searle apresenta imprecisões, embora não tenha errado em seu todo. Por isso ela também é reparadora, haja vista ela adicionar elementos que ajudariam Searle em ter uma concepção de metáfora mais abrangente.

5.2. O Cognitivismo

Para início de conversa, é importante saber sobre o que se trata quando se fala de cognição. O fato, irrecusável, é que cognição diz respeito ao conhecimento adquirido, ou melhor, aos modos em que se processa os estímulos recebidos das diversas fontes que envolvem os seres humanos. Isso destaca que esse processamento inclui tanto o pensamento como as emoções e os sentidos. Dessa maneira, eis uma definição útil para a continuidade dessa empreitada:

Em outras palavras, a cognição é a habilidade que temos para assimilar e processar as informações que recebemos de diferentes fontes (percepção, experiência, crenças etc.) a fim de que sejam convertidas em conhecimento. A cognição inclui diferentes

processos cognitivos, como a aprendizagem, atenção, memória, linguagem, raciocínio, tomada de decisões etc., que fazem parte de nosso desenvolvimento intelectual e experiências⁵⁹.

Isso é imprescindível a fim de se caracterizar o que seria uma investigação cognitiva. Searle, por exemplo, faz críticas ao que ele considera o cognitivismo. Isso será tratado nos parágrafos a seguir, pois é necessário distinguir os tópicos acerca da cognição. Assim, para iniciar esse tópico, é importante estabelecer que a cognição é um tema que diz respeito a muitas áreas do conhecimento, não sendo um tema específico de uma área, como, às vezes, isso parece ficar estabelecido.

Na verdade, o estudo da cognição é interdisciplinar, e por isso se pode dizer que a área de estudos sobre ela é, de fato, um agregado de áreas que se denominam como ciências cognitivas. O nome é no plural mesmo, haja vista, como dito, existir um compartilhamento de pesquisas e resultados entre várias ciências, dentre as quais, a psicologia, a neurociência, a linguística, a computação, as ciências sociais, a filosofia e outras. É importante destacar também que as ciências cognitivas se utilizam tanto das ciências formais como das empíricas para estudar seu objeto. É inegável o papel preponderante das experiências a fim de abrir o que já foi considerado como “caixa preta” pelos behavioristas, que seria uma referência ao aspecto mental do ser humano. Aliás, para não faltar com a honestidade, é importante destacar que o behaviorismo tem posições diferentes acerca da concepção de mente, que, neste caso, para fins didáticos, seria idêntico ao que se denomina como a cognição. Não é o objetivo discutir isso com profundidade aqui, mas é salutar mencionar os traços gerais da construção desse tema.

O behaviorismo metodológico, defendido por John B. Watson (1878-1958) era contrário à introspecção, afirmando que apenas o comportamento observável é relevante. Apesar disso, ele não nega a existência da mente, mas propõe que não seria possível acessá-la. Assim sendo, ele descartou a mente (consciência) e atribuiu que a psicologia só poderia se utilizar da observação dos comportamentos mediante as relações de estímulo e resposta. Essa visão teórica implica em tornar a psicologia uma ciência metodologicamente semelhante às ciências experimentais. E, por conta disso, qualquer teoria que focasse na descrição da consciência seria contraproducente mediante esses pressupostos defendidos por ele.

⁵⁹ Retirado do site <https://www.cognifit.com/br/cognicao>, do artigo intitulado *O que é a cognição: significado e definição*. O conteúdo foi acessado em: 22 de maio de 2024.

Em vez disso, escrevia Watson, a psicologia deveria ser definida como ciência do comportamento. (...) Para Watson, era claro que o caminho era fazer da psicologia uma ciência geral do comportamento, que compreendesse todas as espécies, e na qual os seres humanos seriam apenas mais uma (Baum, 2006, p.24).

O behaviorismo ontológico, por outro lado, era mais radical. Seus defensores propuseram que quaisquer eventos, estados e atos mentais inexistem, quer dizer, o que a tradição instituiu como a sede do mental, na verdade, era vazia. Um grande expoente dessa visão foi B. F. Skinner (1904-1990). Um tópico importante de sua abordagem foi a utilização de um vocabulário que evitasse conceber a atividade internalista como causadora de comportamentos. O livre-arbítrio, por exemplo, seria considerado como algo ilusório. A explicação mais adequada para os comportamentos aparentemente oriundos da vontade seria a ocorrência anterior do comportamento e o reforço exercido sobre ele. Claro que isso não explica as sutilezas das concepções behavioristas de maneira exaustiva, mas mostra um esboço geral de sua teoria. O fato é que os behavioristas radicais diferem dos behavioristas metodológicos, ficando, inclusive, claras diferenças existentes entre eles.

Primeiro, as explicações mentalistas do comportamento que aparecem na linguagem cotidiana não têm lugar em uma ciência. Causas mentais do comportamento são fictícias. As origens do comportamento encontram-se na hereditariedade e no ambiente, presente e passado.

Segundo, em uma ciência do comportamento, termos coloquiais mentalistas como *acreditar*, *esperar* e *pretender* devem ser evitados ou cuidadosamente redefinidos.

Terceiro, os eventos privados, se é que precisamos falar deles, são naturais e compartilham todas as propriedades do comportamento público (Baum, *ibid.* p. 69).

A ideia geral dos behavioristas radicais é que não existe essa distinção entre o interno e o externo, ou entre subjetivo e objetivo. Essa é uma tese dos behavioristas metodológicos, que se apegam mais a uma epistemologia realista. Os defensores do behaviorismo ontológico entendem o comportamento em bases de uma visão epistemológica em que ocorre em um mundo único, sem dualidade.

Essa visão de mundo acerca dos fenômenos psicológicos entra em colapso quando os pioneiros das ciências cognitivas questionaram criticamente esse paradigma e propuseram um novo paradigma. Esse novo modo de ver os fenômenos mentais tem a ver com o advento da metáfora computacional da mente. O fundamental desta visão de mundo é tratar a mente como um software que roda no cérebro. Este, por sua vez, tem uma função similar ao hardware, de modo que, em tese, os dois componentes são independentes um do outro. Esse modo de ver os fenômenos mentais auxiliou no que se pode atribuir como a revolução cognitiva. Claro, não se pode deixar de mencionar que essa metáfora surge com muita força a

partir da publicação de *Computing Machinery and Intelligence*, publicado em 1950, pelo britânico Alan Turing.

Em outras palavras, no humano, a mente faz o papel de *software* e o cérebro faz o papel de *hardware*. Assim como o *software* pode ser descrito sem referência ao *hardware*, é possível, em princípio, focar e descrever as operações da mente sem recorrer a uma descrição dos fenômenos neurofisiológicos do cérebro (Barroso, 2017, p. 328).

Apesar de ser apenas um breve esboço da questão, é necessário destacar, mesmo que resumidamente, qual foi o ponto de ruptura entre o paradigma dos behavioristas e o paradigma dos cognitivistas. Segundo Barroso (2017), dois teóricos foram muito importantes nessa crítica a esse ponto de vista, que foram Karl Lashley e Noam Chomsky. Os behavioristas compreendiam o comportamento como uma cadeia ordenada serialmente, que se caracteriza como uma cadeia de estímulos e respostas. O reforço e a repetição seriam responsáveis pelo condicionamento dos indivíduos nos respectivos comportamentos introduzidos. Lashley, por exemplo, ao falar sobre a questão da linguagem, mediante a realização de estudos de casos, defende que a habilidade linguística não é obtida por esse esquema, pois, quando um indivíduo escreve, na verdade ele já tem o ordenamento das palavras em sua mente. E isso desemboca na constatação da atividade mental como organizadora dos fenômenos linguísticos. Como Barroso destaca:

Lashley (...), a organização do comportamento serialmente ordenado não é determinada por uma cadeia de estímulos e respostas, mas por uma hierarquia de processos psicológicos internos. O indivíduo pode utilizar *input* ambiental nesses casos, mas toda a forma organizacional é orquestrada internamente (Barroso, *ibid.* p. 333).

Chomsky seria outro teórico que apresenta uma crítica relevante ao paradigma comportamentalista, contribuindo de maneira efusiva na questão da aquisição da linguagem. A concepção dele remete ao fato de as crianças serem capazes de apresentar uma competência linguística bastante vasta. Ou seja, não seria fácil demonstrar que tal aprendizado, facilmente constatado na maioria das crianças, seria obtido mediante a metodologia comportamentalista de condicionamento. A novidade apresentada por Chomsky é que nosso cérebro já é equipado com algumas funções, dentre as quais a capacidade de criar sentenças através de procedimentos algorítmicos. Portanto, isso desemboca em uma concepção inatista da mente, que se aparta de qualquer concepção que tenha um teor estritamente empirista. Como o próprio linguista norte americano nos diz: “*Na capacidade cognitiva, a teoria da mente tem um papel distintamente racionalista. Aprender é primariamente um problema de preencher com detalhes uma estrutura que nos é inata*” (Chomsky, 2009, p. 44).

Portanto, a “revolução cognitiva” se refere a essa crítica ao behaviorismo e na substituição desse paradigma por um novo, que tem como escopo tratar a atividade mental como algo similar a um computador, ou melhor, como um programa computacional. Barroso assevera o que essa mudança apresenta: “(...) *seus estados são estados representacionais, suas operações são computações sobre esses estados, suas rotinas mais básicas são algoritmos codificados geneticamente e implementados no cérebro*” (Barroso, *ibid.*, p. 335).

Essa apresentação, embora sucinta, tem o objetivo de fornecer um panorama de fundo para a discussão com Searle, que faz críticas ao que considera como cognitivismo. Assim, esse cenário delineado como a revolução cognitiva será fundamental para compreender contra o que Searle se opunha teoricamente. Na próxima seção isso será discutido.

5.3. Searle e o cognitivismo

O motivo principal para prestigiar essa discussão sobre o que Searle pensa do cognitivismo é por conta do que vem a seguir. Uma teoria bem representativa no tratamento da questão da metáfora é proveniente da linguística cognitiva, que apresenta contrapontos importantes ao que Searle delineou em sua teoria dos atos de fala. Desse modo, é importante compreender como Searle se coloca perante essa investida teórica dos cognitivistas, para se ter clareza e proceder uma avaliação crítica desse comparativo. A teoria cognitivista em moldura é a que os teóricos George Lakoff (1941 -) e Mark Johnson (1949 -) apresentam. O primeiro é um linguista e cientista cognitivo, enquanto o segundo é filósofo e cientista cognitivo, ambos norte-americanos. Eles têm uma proposta teórica acerca da metáfora, que é apresentada primeiramente no livro *Metaphors we live by*, publicado no ano de 1980. Antes de tratar da teoria destes intelectuais, primeiramente será feito um detalhamento da consideração de Searle acerca deste escopo teórico, o cognitivismo.

Inicialmente, é importante destacar que Searle (1992, 2002c, 2003 e 2004) aborda essa questão em algumas obras, sempre com um teor de crítica ao que considera o cognitivismo. Vale destacar, de antemão, que a crítica dele atinge em cheio ao que se convencionou chamar “tese da IA⁶⁰ forte”. Basicamente, essa tese defende que máquinas conseguem pensar, uma vez que não é possível diferenciar uma máquina de um ser humano. A ideia é que as máquinas conseguem aprender e a se comportar como os seres humanos.

⁶⁰ “IA” é uma sigla que quer dizer “Inteligência Artificial”.

Essa tese se apreende a partir do trabalho de Alan Turing, em seu artigo *Computing Machinery and Intelligence*, publicado em 1950. A teoria da IA forte ainda concebe que as máquinas seriam dotadas de autoconsciência, o que implica que elas não são apenas simuladoras do pensamento humano. Por outro lado, a tese da IA fraca se constitui em máquinas que são de certa forma inteligentes, mas não são capazes de raciocinar por si próprias e nem são autoconscientes. Entretanto, a crítica de Searle ao cognitivismo considera tal doutrina como representado pela teoria da IA e, além disso, parece não fazer distinção entre as duas teses da IA.

Primeiramente, é importante esclarecer que o cognitivismo se torna um termo ambíguo, pois, segundo Castañon (2006), ele se refere tanto a um movimento doutrinário como a uma área específica. Enquanto movimento doutrinário, pode-se dizer, conforme já aludido anteriormente, se tem um conjunto de ciências cognitivas, que se caracterizam pela tentativa de explicação do processo cognitivo com a contribuição de diversas áreas de estudo. “Podemos definir ‘ciência cognitiva’ como um esforço multidisciplinar com fundamentação empírica para responder questões acerca da aquisição, armazenamento e utilização do conhecimento por parte do ser humano” (Castañon, *ibid.*, p. 97). A área específica do estudo da cognição é a psicologia cognitiva, que se constitui em estudar a memória, a linguagem, a percepção, o pensamento etc.

Outra dificuldade encontrada mediante essa discussão é a confusão que se faz em não distinguir entre o cognitivismo e o computacionalismo. O computacionalismo se caracteriza por conceber que a mente humana é um sistema computacional ou, ao menos, pode ser descrita como um sistema computacional⁶¹. A psicologia cognitiva foi influenciada pela metáfora criada por Ulric Neisser⁶², que estabeleceu, por analogia, que a distinção entre cérebro e mente é similar à distinção entre hardware e software. Certamente, a metáfora contribuiu com a visão de que a mente é algum tipo de sistema computacional. E, conjuntamente, contribuiu com o fortalecimento do programa da IA. A ideia é que os processos mentais podem ser reproduzidos artificialmente em um sistema computacional. E isso foi importante para destravar os limites que o behaviorismo havia estabelecido. Dessa forma, o projeto da IA forte surge como uma tentativa de compreensão do processamento cognitivo dos seres humanos.

⁶¹ Cf. Meurer, 2024.

⁶² Neisser, U. *Cognitive Psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1967.

Entretanto, contrariando essa proposta, o fato é que a maioria dos cientistas que investigavam a cognição aderiram a uma versão mais fraca desta tese. Estes aderiram ao que se conhece como tese da IA fraca. Esse programa mais modesto atestava que existe uma diferença qualitativa entre a IA e a cognição humana.

(...) acreditavam que a construção de modelos computacionais que buscassem a simulação da inteligência humana serviria ao propósito mais modesto de revelar somente alguns aspectos mais automáticos da cognição humana, assim como evidenciar em que aspectos esta era *qualitativamente diferente* da “inteligência” computacional (Castañon, *ibid.*, p. 98).

Com isso, se faz importante a desqualificação da crença de que o ser humano é apenas um computador neuronal. Isso não é verdadeiro. Um motivo gerador desse engano é o fato de a psicologia cognitiva minimizar a influência das emoções para a ocorrência de determinados processos cognitivos. Isso ocorre com o intuito de facilitar seus procedimentos. Mas isso é uma decisão metodológica. É importante destacar isso pelo motivo de que parece que a psicologia cognitiva se associou com a tese da IA forte, o que não é o caso. Algo que demonstra isso é o fato de diversos psicólogos proeminentes, como Ulric Neisser, George Miller, Jerome Bruner, Jerry Fodor, Howard Gardner e Aaron Beck se posicionarem contra a tese da IA forte. No entanto, a maioria destes atesta que a metáfora computacional tem valor, pois contribui com a investigação da cognição. Entretanto, eles preferem aderir ao programa da IA fraca.

Searle, em *The rediscovery of the mind*, publicado em 1992, tratará do tema em questão. Inicialmente, pode-se dizer que o autor faz uma crítica ao dualismo e ao materialismo. De antemão, é salutar dizer que a filosofia da mente de Searle se fundamenta a partir da afirmação da existência da consciência. Assim, partindo disso, contra o dualismo ele diz que a consciência (expressão do mental) é um fenômeno natural, e que ela é gerada através da atividade cerebral. Ela seria uma propriedade de ordem superior da atividade cerebral. Contra os materialistas, por outro lado, ele defende que a consciência não é algo redutível a alguma coisa física. Afinal, o que os materialistas apontam mesmo é a negação da existência da consciência.

O que está em jogo é a redutibilidade dos estados conscientes a estados cerebrais. Searle rebate afirmando que a consciência é um fenômeno interno, qualitativo, subjetivo e de primeira-pessoa. Assim, a fim de rebater a pretensão da redutibilidade da consciência, ele afirma:

Parte do ponto da redução no caso do calor era distinguir entre o aparecimento subjetivo em uma mão e a realidade física subjacente na outra. Na verdade, é uma característica geral de tais reduções que o fenômeno seja definido em termos de “realidade” e não em termos de “aparência”. Mas nós não podemos fazer tal distinção de aparência-realidade para a consciência, porque a consciência consiste em seu próprio aparecer. *Quando o ponto é o aparecimento, então não podemos fazer a distinção aparência-realidade, pois o aparecimento é a realidade* (Searle, 1992, pp. 121-122).

Ou seja, aquilo que acontece em muitos objetos, a saber, distinguir o objeto da observação do objeto, não é possível de ser realizada quando este objeto é a consciência. A partir disso, o que se pretende destacar como a ilusão do fenômeno da consciência já a pressupõe. E esse é o grande problema quando se refere à consciência, afinal, não é possível uma experimentação direta dela, muito menos em termos observacionais.

Por outro lado, a consciência tem uma característica que a torna algo de mais fácil acesso do que outros objetos. É o fato de ela ser experienciável diretamente pelo indivíduo, ou seja, ocorre uma experiência de primeira pessoa. O problema, segundo Searle, seria tentar utilizar a metodologia das ciências particulares, que tem como característica metodológica a descrição em terceira pessoa. O fato claro para Searle é que a consciência é algo que os indivíduos a experimentam inegavelmente, afinal existe uma vida interior, subjetiva e intencional. A grande dificuldade é que a metodologia científica não aceita a demonstração de um objeto desta forma, desconsiderando as sensações que os indivíduos têm. Assim, claramente o filósofo norte americano entende que a ciência não é capaz de atestar a consciência, o que não quer dizer que ela seja uma ilusão.

Mediante isso, Searle apresenta uma crítica que se aplica ao computacionalismo, embora ele busque atingir o cognitivismo. Aquilo contra o que o autor se opõe ferrenhamente é contra a ideia de que pensar se refere estritamente a uma manipulação de símbolos mediante a utilização de regras formais e sintáticas. *“De acordo com a versão mais extrema deste ponto de vista, o cérebro é apenas um computador digital, e a mente é apenas um programa de computador”* (Searle, 2003, p. 28). Com isso, o aspecto significativo das representações não entra em uma explicação psicológica do pensamento, ou seja, ele exclui completamente o aspecto semântico da atividade pensante. *“Mas os símbolos não têm significado. Eles não têm conteúdo semântico. Eles não são sobre coisa alguma. Eles têm que ser especificados puramente em termos de sua estrutura formal ou sintática”* (Searle, ibid. p. 31).

Ele apresentou esse argumento com o experimento de pensamento do quarto chinês. O experimento consiste no seguinte: deve-se imaginar que um grupo de

programadores criou um computador que simule a compreensão do mandarim. Análogo a isso, um indivíduo seria colocado em uma sala de modo que ele receberia instruções, escritas em mandarim e, mediante a aplicação de regras (instruções) e uma consulta ao banco de dados, então o indivíduo produz uma resposta condizente com o que fora perguntado, claro, tudo em mandarim. Desta forma, um avaliador poderia ter a convicção de que esse indivíduo compreende muito bem a língua chinesa.

Quer dizer, do ponto de vista da execução da tarefa, o resultado é apropriado. Mas o problema se apresenta quando se percebe que tal indivíduo sequer leu o manuscrito. Assim, sobre a questão fundamental, que seria se o computador entende a língua chinesa, claramente a resposta seria “não”. O que é possível afirmar, por outro lado, é que o indivíduo mencionado processou informações mediante o auxílio de regras lógicas. E isso permite defender que existem dois processos em jogo. O que o computador faz, e o que a mente humana faz, de modo que são coisas diferentes. É óbvio que o intuito de Searle é mostrar que aquilo que o computador faz é similar ao que esse indivíduo na sala de controle faz, ou seja, ele manipula símbolos com o auxílio de um manual de regras. E isso caracteriza a diferença fundamental entre os dois, de maneira que ao computador se atribui sintaxe, enquanto o ser humano é dotado de sintaxe e semântica. A forma como Searle defende a distinção entre a mente humana e o computador pode ser resumida assim:

Em uma palavra, a mente tem mais que uma sintaxe, pois ela tem uma semântica também. A razão por que nenhum programa de computador jamais seja similar à mente humana é simplesmente pelo fato de o programa de computador ser apenas sintático e, por certo, as mentes são mais que sintáticas. Mentes são semânticas, no sentido que elas têm mais que uma estrutura formal, elas têm um conteúdo (Searle, id.).

Apesar disso, Searle não fez uma distinção apurada entre a IA e a investigação acerca da cognição realizada pelos psicólogos e outros cientistas. Todas estas concepções foram tratadas como expressão do computacionalismo. Conforme Castañon salienta, faltou-lhe fazer uma distinção “(...) *entre o cognitivismo como movimento psicológico, as ciências cognitivas como empreendimento multidisciplinar e a inteligência artificial, tomando todos como expressões do computacionalismo*” (p. 104). Ou seja, quando ele faz qualquer crítica ao cognitivismo ele está, na verdade, realizando uma crítica ao computacionalismo. Ele não reconhece diferenças entre esses empreendimentos, de modo que parece não reconhecer a autonomia da psicologia cognitiva em relação ao projeto da inteligência artificial e ao das neurociências.

Ora, o fato é que a psicologia cognitivista é uma área central das ciências cognitivas atualmente. Sobre isso, é verdadeiro dizer que este ramo da psicologia influencia sobremaneira as pesquisas em neuropsicologia, o que poderia influenciar Searle a permanecer com a consideração que fizera ao longo de sua obra. Entretanto, o que lhe faltou considerar foi que ilustres cognitivistas da contemporaneidade concordariam com alguns aspectos centrais de sua obra, como a existência e a centralidade da consciência nos eventos mentais humanos. A seguir, serão feitas menções a dois ilustres psicólogos cognitivistas da contemporaneidade, de maneira que o objetivo é mostrar como a análise de Searle desconhece essa vertente cognitivista. Esses autores, aliás, concordam em muitos pontos com a análise searleana, de maneira que reconhecem a existência da consciência e endossam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre esse tópico. Por outro lado, deixa-se claro que o objetivo não é discutir pormenorizadamente as teorias mencionadas, mas apenas mostrar pontos que coloquem as afirmações de Searle contra os cognitivistas em suspensão.

George Miller (1920-2012) foi um psicólogo que Searle estudou, mencionando-o em alguns momentos de sua obra. Em seu artigo *The Constitutive Problem of Psychology*, o autor critica a mudança da psicologia de sua época em relação à psicologia do final do século XIX. A mudança destacada é a quebra da psicologia enquanto estudo de um conhecimento unificado. Ele aponta que a ciência tomou um rumo bidirecional, onde caracteriza essas duas direções, sendo uma de vertente neurofisiológica e a outra de vertente sociobiológica. O motivo dessa mudança no interior da psicologia foi que o estudo da experiência imediata deu lugar a outros interesses, como comportamento, inconsciente, testes mentais etc.

Desse modo, o desejo de Miller parece ser o de que alguém consiga criar, futuramente, uma ciência que estude a experiência imediata. O que sustenta essa concepção do autor é o fato de ele considerar a consciência como o objeto fundamental da psicologia, elemento central da captação da experiência imediata.

O apoio para esta fé deriva do fato teimoso da consciência. Psicólogos que adotam a consciência como o problema constitutivo de sua área rejeitam um pouco do que se passa com a psicologia hoje. Eles podem aceitar o inconsciente, pois isso define os limites da consciência. Eles podem aceitar a análise comportamental, pois isso fornece a evidência para o processo consciente. Eles podem aceitar estudos de crianças e animais, pois eles revelam o desenvolvimento da consciência. Eles podem aceitar a simulação computacional, pois isso ilustra a lógica do processo consciente. Eles podem aceitar a atribuição social, pois isso forma nossa consciência de outros. A fé central é que a consciência é um fenômeno natural e que a disciplina – eventualmente a ciência – responsável pelo entendimento deveria ser chamada psicologia (Miller, 1992, p. 42).

Como fica claro, Miller compreende que a consciência é o elemento central de uma teoria psicológica. Ele considera que essa tarefa é de fato difícil, o que não significa que a ciência psicológica deva se esvaír dessa empreitada. “*Provavelmente a qualidade intencional de nossas mentes seria o mais difícil de explicar*” (Miller, *ibid.*, p.43). Similar ao que Searle concebeu, ele trata isso como algo que não nega a existência do polo fisiológico da investigação psicológica, mas que o que é característico da área psicológica é a explicação dos processos conscientes da experiência imediata.

Outro teórico deveras importante foi Roger W. Sperry (1913-1994), neuropsicólogo e fisiologista norte americano que venceu o prêmio Nobel de medicina em 1981, com a pesquisa sobre o funcionamento cognitivo com pacientes com os hemisférios cerebrais separados. Ele foi um crítico do dualismo cartesiano, de modo que defendia que a consciência era resultado emergente da atividade cerebral. Essa tese é semelhante ao que Searle defendeu em sua concepção naturalista da mente, que se caracteriza ainda por ser não-materialista e não-reducionista. Para Sperry (e para Searle), as atividades da consciência são atividades diferentes das atividades do cérebro, embora aquela seja uma propriedade superveniente deste.

Em seu artigo *The Impact and Promise of the Cognitive Revolution*, publicado em 1993, Sperry defende que ocorre uma revolução cognitiva na psicologia, que tem como marca característica se opor à concepção tradicional que defende que a ciência não se utiliza da consciência para explicar as funções cerebrais. Para ele, os estados mentais subjetivos são indispensáveis para explicar o comportamento consciente de que uma pessoa é o que ela faz. Ainda segundo o autor, a revolução cognitiva é a mais radical, revisionária e transformadora da psicologia. As outras revoluções marcantes na psicologia foram infligidas pelos trabalhos de John B. Watson e de Sigmund Freud. “*Acredito que, das três, a corrente assim chamada de revolução cognitivista, mentalista ou da consciência é a mais radical reviravolta (...)*” (Sperry, 1993, p. 878).

O fato é que a concepção tradicional de uma psicologia científica não permitia a inclusão da consciência ou dos estados mentais em seu bojo explicativo, como foi o caso notório do behaviorismo. Assim, Sperry defende que esse novo paradigma, advindo da revolução cognitiva, teve seus insights se alastrando e influenciando outras áreas da cientificidade, como a física, a neurociência, biologia, antropologia, linguística, teoria quântica etc. Ademais, essa mudança paradigmática do behaviorismo para essa visão

mentalista não acarreta um novo tipo de dualismo, que se caracterizaria como uma oposição entre mente e cérebro. A proposta, que se aproxima daquela defendida por Searle, é algum tipo de síntese unificadora das duas propriedades. Na visão de Sperry, o comportamento é dirigido subjetivamente pela mente. No entanto, ele é inseparável da atividade cerebral. Assim, a consciência seria uma propriedade emergente da atividade cerebral, como já apresentado anteriormente. Portanto, não se pode caracterizar a consciência como algo separado do cérebro.

Sobre essa mudança paradigmática, Sperry diz o seguinte:

(...) Os conteúdos da experiência consciente e suas qualidades subjetivas, banidos há muito tempo como sendo mero epifenômenos, ou como idênticos à atividade cerebral ou, de outro modo, em conflito com as leis da conservação de energia, tem feito agora um regresso dramático. Reconcebido nesse novo panorama, os estados mentais se tornaram funcionalmente interativos e essenciais para uma explicação completa do comportamento consciente. O raciocínio microdeterminista tradicional de que a função cerebral pode ser inteiramente considerada em termos neurocelular e fisiológico é refutado. Da mesma forma, são refutadas as pressuposições que o materialismo fornece que, em princípio, servem como uma explicação coerente completa do mundo natural. A revolução cognitiva da consciência também representa uma revolta contra a veneração de longa data do atomístico em ciência. Visões microdeterministas redutivistas da personalidade e do mundo físico são substituídas em favor de uma visão mais holística, de cima para baixo, na qual as entidades superiores e mais evoluídas de toda a natureza, incluindo as forças mentais, vitais, sociais e outras forças de ordem superior ganham seu devido reconhecimento junto com a física e a química (ibid., p. 879).

Assim, é importante repetir que essa forma do autor salienta a emergência da consciência em sua investigação da cognição não valida qualquer tipo de dualismo, que proporia a existência de dois tipos de entidades para explicar o funcionamento da biologia humana. Similar ao que Searle já defendera em seus escritos, ele considera que os estados mentais são propriedades emergentes do cérebro humano. Com isso se atesta que eles não são duas entidades separadas, embora também não sejam uma única coisa. As propriedades emergentes diferem de sua estrutura, que seria o correspondente ao papel do cérebro nesta relação. *“É característica das propriedades emergentes que elas são notavelmente novas e muitas vezes surpreendente e inexplicavelmente diferentes dos componentes dos quais são construídas”* (Sperry, ibid., 880).

Portanto, a partir da concepção dos autores destacados o que se tem é que a revolução cognitiva, diferente do que Searle apontara em seus textos, não se apresenta como uma corrente ou programa que se associa inextrincavelmente ao programa da IA e descarta o que se concebe como estados mentais ou consciência. Desse modo, é razoável afirmar que Searle estaria errado ao identificar esses dois programas, pois, claramente, é possível perceber

que alguns cientistas cognitivistas conferem à consciência um papel muito relevante em suas pesquisas.

O próximo capítulo apresentará a concepção cognitivista da linguística. É salutar destacar que as teorias cognitivistas se valem das pesquisas oriundas das neurociências, sobretudo no que diz respeito à cognição. O que se busca nessa investigação é a caracterização teórica de um outro modelo de análise das expressões metafóricas. O objetivo é estabelecer uma análise que seja minuciosa, na medida em que isso for possível. Isso permitirá fazer uma comparação com a abordagem teórica de Searle.

Capítulo V

6. A ABORDAGEM COGNITIVISTA DA METÁFORA

6.1 Pressupostos da linguística cognitivista

A linguística cognitiva surge a partir da década de 1960, embora tenha se consolidado como campo de estudo apenas duas décadas depois. Ela surge mediante alguns estudiosos que trabalhavam com a Teoria Gerativa e estavam insatisfeitos com a maneira que a teoria lidava com semântica e pragmática. Eles queriam uma nova abordagem para tratar da relação entre sintaxe, semântica e pragmática, o que renovaria a maneira de abordar a distinção entre forma e conteúdo.⁶³

Ela se apoia no ideário gerativista de relacionar a mente e a linguagem, mas rejeita a ideia de que a mente opere mediante módulos independentes. A teoria da modularidade defende que a mente é formada por vários módulos de processamento de informação, e esses módulos operam de forma consideravelmente independente uns dos outros, processando apenas um tipo de informação específica, como corporal, visual, auditivo, linguístico e outros. Essa abordagem afirma que estudar a linguagem não tem relação alguma com os demais módulos.

É óbvio que o campo da linguística cognitiva tem uma diversidade de tópicos e abordagens, mas existem alguns elementos que são compartilhados de maneira unânime. Um desses elementos é a concepção de que a linguagem não é um módulo autônomo em relação aos demais. Os linguistas cognitivistas, de outra forma, consideram que a linguagem é uma parte do sistema cognitivo e que se encontra em um processo de interação com as demais capacidades cognitivas, como a percepção, atenção, memória, categorização, dentre outras. Portanto, a linguagem é fundamental para o conhecimento do pensamento, mas vai além, promovendo a construção e estruturação dele.

Diferentemente da linguística gerativista, ela tem um apreço muito grande pela semântica e pela pragmática. Aliás, os cognitivistas compreendem que a linguagem organiza,

⁶³ É importante destacar que a linguística cognitiva não foi o primeiro campo teórico a fazer referência ao aparato cognitivo, pois isso já pode ser atribuído a outros pesquisadores, como é o caso de Noam Chomsky. No entanto, o que muda é a forma que se concebeu a influência da cognição nos estudos da linguagem. Como diz Ferrari: “É senso comum na área que a Gramática Gerativa, proposta por Noam Chomsky, revolucionou os estudos linguísticos justamente por ter promovido uma guinada cognitivista em relação ao sistema estruturalista que a procedeu. Sendo assim, se a denominação Linguística Cognitiva tivesse sido atribuída ao modelo chomskyano, a escolha provavelmente não teria provocado estranhamento” (2022, p. 13).

processa e transmite informação semântico-pragmática. Sua forma de abordar a semântica, por exemplo, vai se diferenciar de grande parte da tradição, uma vez que esta tratou o significado como uma estrutura estática, produzindo tipos de coisas como dicionários. De maneira contrastante com essa visão, a linguística cognitiva “*concebe o significado como construção mental, em um movimento contínuo de categorização e recategorização do mundo, a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais*” (Ferrari, 2022, p. 15). Eles concebem que a experiência e a interação⁶⁴ com o mundo são fundamentais para a consolidação do aparato cognitivo, o que inclui, claramente, a linguagem.

Isso também resultará na concepção de que o contexto é algo fundamental para a constituição da significação. A linguística cognitiva se associa a teóricos da psicologia e da filosofia que têm uma perspectiva de linguagem em termos empiristas. Essa postura é contrária ao que a linguística moderna se associa, que, normalmente, se associa ao ideário racionalista. A teoria da linguística gerativa é um exemplo claro desse tipo, com a defesa de Chomsky de que todos os seres humanos nascem com a capacidade de adquirir linguagem, independentemente do idioma que se venha a aprender. Essa é sua tese da gramática universal, que se caracteriza como uma estrutura mental que permite aos humanos o entendimento das regras gramaticais subjacentes e, com isso, aprenderem a língua a qual são expostos.

Assim, a linguística estrutural moderna tentou desenvolver métodos de análise de natureza geral, independentemente de qualquer língua particular, e uma tradição mais antiga e muito esquecida tentou desenvolver um sistema de condições universais que qualquer gramática deve satisfazer. (...) com a concepção inata de “*linguagem humana*” que tornou possível a aquisição de línguas (Chomsky, 2009a, p. 200).

Contrastando com isso, a ideia do experiencialismo⁶⁵, que promove uma interação entre a cognição e o corpo pressupõe que a velha distinção do dualismo entre a mente e o corpo não faz sentido, uma vez que o corpo tem papel fundamental nessa proposta. A ideia é que o corpo não é apenas um receptáculo de dados sensoriais, mas é um elemento estruturante da cognição. Um bom exemplo é o conceito de recipiente, ou contêiner, que estrutura o que se concebe como metáforas ontológicas. Claramente a ideia de recipiente é experienciada pelos

⁶⁴ Essa concepção interacionista também vai se diferenciar do ideário estruturalista. Este modelo compreende que a linguagem é um sistema autônomo e autossuficiente, enquanto o ideário cognitivista pensa a linguagem em termos de interação entre os falantes.

⁶⁵ “*Define-se, portanto, uma posição experiencialista, segundo a qual nossa experiência corporal e interação com o mundo são determinantes na cognição e na linguagem*” (Ferrão, 2008, p. 2).

sujeitos em suas vidas cotidianas e introjetada na cognição como a sede de propriedades diversas. Ou seja, a noção de recipiente auxilia a esquematizar diversos elementos presentes nos enunciados emitidos pelas pessoas em termos estruturais. Isso é uma maneira da cognição humana buscar a compreensão de elementos que não têm uma representação perceptual direta. É, claramente, uma maneira de caracterizar um elemento mais indeterminado em termos de algo mais determinado. Ao estruturar o elemento indeterminado em termos de uma substância se possibilita uma caracterização mais clara. Exemplo:

87) A inflação subiu.

Neste caso, ‘inflação’ é caracterizada como uma substância, e que, desta forma, seria possível concebê-la em termos de um recipiente. E a ideia que está por trás é que esses conceitos não são meramente abstratos. Na verdade, eles atuam como esquemas imagéticos que são determinados a partir das experiências sensório-perceptuais⁶⁶. Essas experiências são pré-conceituais, ou seja, conceber as coisas do mundo enquanto substâncias, logo, como recipientes, é uma característica de nossa forma de compreender e categorizar os elementos do mundo. Assim, o modo de compreender as coisas abstratas indica essa maneira de estruturá-las em termos substanciais.

Esta breve apresentação de alguns pressupostos da linguística cognitiva é importante para entender o pano de fundo da discussão acerca da significação e interpretação da metáfora, que é o tema deste texto. Aqui fica claro a existência de algumas diferenças com a concepção de Searle, como é o caso do experiencialismo e da concepção de metáfora enquanto um tipo de mapeamento de conceitos abstratos em termos de conceitos mais concretos. O que é importante dizer, como conclusão deste tópico, é que tais mapeamentos só podem ocorrer em função das experiências corporais dos indivíduos, que servem de base para a estruturação dos mapeamentos.

Deste modo, conceptualizamos realidades das quais não nos encontramos tão próximos a partir de realidades conhecidas e concretas. Neste processo, a experiência física e espacial assumem um papel central no uso da metáfora, uma vez que constituem o nível primário da interação do homem consigo próprio e com o meio que o envolve (Ferrão, *ibid.* p.12).

Na próxima seção será apresentada a concepção de metáfora conceitual a partir de George Lakoff e Mark Johnson, tendo como texto principal o livro publicado pelos dois

⁶⁶ Essa discussão será desenvolvida no decorrer do texto. Aqui a menção de tais categorias tem um caráter meramente introdutório.

autores, intitulado *Metaphors we live by* (2003). Outro texto importante é o artigo de Lakoff, intitulado *The contemporary theory of metaphor* (1993), que apresentará a construção do autor acerca dos mapeamentos conceituais.

6.2 A metáfora conceitual da vida cotidiana

O livro de Lakoff & Johnson (2003) apresenta a tese de que as expressões metafóricas expressam conceitos metafóricos, e estes ocorrem nos sistemas conceituais humanos. Assim, em relação à tradição, sobretudo da retórica, os autores conceberam a metáfora não apenas como um recurso estilístico, poético ou fruto da imaginação. A diferença fundamental é que esta tradição concebia a metáfora como um fenômeno estritamente linguístico, enquanto os autores a concebem como um constitutivo do pensamento e da ação. Segundo eles, os sistemas conceituais estruturam o que é dito, pois obedecem às leis do pensamento. Além disso, concebem o sistema conceitual ordinário como essencialmente metafórico. Isso quer dizer que esse sistema conceitual metafórico é apresentado em diversas situações corriqueiras, pois não é apenas uma forma de codificação estilística, mas, fundamentalmente, uma maneira que a cognição opera para codificar o que é mais indeterminado em termos do que é mais determinado. Portanto, os conceitos do pensamento afetam o que as pessoas percebem, seus comportamentos, suas memórias etc.

Esse sistema não é consciente, pois se costuma pensar e agir automaticamente. A maneira de constatar esse sistema é analisar as evidências linguísticas. E aqui se busca identificar detalhadamente metáforas deste tipo. Ex.: DISCUSSÃO É GUERRA⁶⁷. Essa metáfora se manifesta na vida cotidiana de diversos modos, como em:

88) Seus argumentos são indefensáveis.

89) Destruí sua argumentação.

7) Ele derrubou todos os seus argumentos.

Geralmente se concebe a discussão como algo a qual se ganha ou se perde. O interlocutor comumente é tratado como adversário. É comum conceber o uso de estratégias com a finalidade de atacar as fragilidades do argumento do adversário. Parece natural

⁶⁷ Os autores adotam a estratégia de representar as metáforas conceituais com letras maiúsculas. Essa prática busca diferenciar as metáforas conceituais das expressões linguísticas destas metáforas. Essa é uma técnica denominada de mnemônica, que se caracteriza como uma técnica que serve para auxiliar a memorização, de uma maneira que fique mais fácil lembrar os tópicos. Essa maneira de caracterização é utilizada pelos autores em questão e, portanto, será preservada no decorrer desta tese.

conceber que toda discussão se assemelha ao que se considera uma guerra. O embate, as estratégias, a derrota, a vitória etc.

Essa é a ideia que está por trás da concepção de que o conceito metafórico sobre guerra estrutura (ao menos parcialmente) o que se concebe como discussão. E isso envolve a forma de compreender os atos realizados. É verdade que discussão e guerra são coisas completamente diferentes. O ponto é que a primeira é parcialmente estruturada e compreendida em termos de guerra. Isso é assim porque o metafórico não se encontra nas palavras, mas antes, no conceito que, no caso, é discussão. Assim sendo, a linguagem empregada na discussão não é poética ou ornamental, como já se pensou em termos de retórica.

A essência da metáfora é compreender e experienciar um tipo de coisa em termos de uma outra. (...) O conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada e, conseqüentemente, a linguagem é metaforicamente estruturada (Lakoff & Johnson, 2003, p. 5).

Segundo esta concepção, o conceito metafórico é sistemático e, desta forma, a linguagem utilizada para falar desse aspecto conceitual é igualmente sistemática. Por exemplo, o vocabulário da guerra, como “atacar uma posição”, “indefensável”, “ficar na defensiva”, “estratégia”, “vencer” etc., caracterizam uma maneira sistemática de enunciar os aspectos bélicos da discussão. Logo, a estratégia metodológica aqui é a de que, quando se utilizam expressões metafóricas ligadas a conceitos metafóricos de modo sistemático, então se pode usar expressões metafóricas a fim de estudar os conceitos metafóricos. Assim, a tese aqui é que as expressões metafóricas cotidianas possibilitam um *insight* da natureza metafórica dos conceitos estruturantes das atividades cotidianas. Outro bom exemplo para caracterizar isto seria o conceito TEMPO É DINHEIRO, que se manifestaria em expressões metafóricas como essas abaixo:

- 91) Eu não tenho tempo para te dar.
- 92) Você está me fazendo perder tempo.
- 93) Tenho investido muito tempo no projeto.
- 94) Perdi muito tempo quando fiquei doente.

É comum na cultura ocidental considerar que TEMPO É DINHEIRO. E isso se caracteriza de diversas maneiras, como em empréstimos ou financiamentos por bancos, taxas de hospedagem, prazos para entregas de serviços, unidades de chamadas telefônicas,

cobranças de mensalidades de cursos etc. Assim, tempo é um bem muito valioso na cultura ocidental, de maneira que é comum associar tempo e trabalho. Por isso é comum quantificar o trabalho em horas, dias, semanas, meses ou anos. E essa transposição do valor do dinheiro para o tempo é o que permite compreender o tempo como algo que se pode gastar, ganhar, investir, poupar etc. Entretanto, é importante salientar que esse conceito ocorre assim na cultura ocidental, o que não impede que outras culturas se relacionem diferentemente com o dinheiro.

É importante destacar que essa sistematicidade, que permite a compreensão de um aspecto de um conceito também vai, por outro lado, propiciar o encobrimento de outro aspecto. É como um astro (como acontece com a Terra) que recebe a luz solar de um lado e deixa o outro lado no escuro. Ao apontar o aspecto da guerra na ato de discutir, deixa-se de destacar o aspecto da cooperação, que seria a forma que Grice (1982) faria. Como uma aplicação desta forma de pensar, se poderia dizer que um debatedor que discute com alguém está cooperando para melhorar seu trabalho (argumento), que estaria disponibilizando seu tempo para fazer essa avaliação. No entanto, deve-se deixar claro que a proposta dos autores não envolve nenhuma concepção em termos de correspondência objetiva com o sentido da expressão. E nem mesmo faz alusão a qualquer procedimento transcendental, como o de enquadrar qualquer ocorrência conversacional em termos cooperativos. Pelo contrário, a parcialidade da significação destaca o ato interacional da comunicação, onde locutor e interlocutor se conectam nesse movimento de formatar o mapeamento metafórico.

Um exemplo da ideia de uma comunicação clara (neste caso, sem parcialidade) seria o da “metáfora do canal”, de Michael Reddy⁶⁸. Ele destaca que a linguagem sobre a linguagem humana é constituída estruturalmente pela seguinte metáfora complexa: IDEIAS (OU SIGNIFICADOS) SÃO OBJETOS; EXPRESSÕES LINGÜÍSTICAS SÃO RECIPIENTES; COMUNICAÇÃO É ENVIAR.

“O falante põe as ideias (objetos) nas palavras (recipientes) e as envia (ao longo de um canal) a um ouvinte, que retira as ideias/objetos das palavras/recipientes” (LAKOFF & JOHNSON, *ibid.*, p. 10). Ele defende que isso é o que ocorre na maioria das expressões que usamos para falar sobre a linguagem. Assim, o que se vê nessa caracterização é um protótipo

⁶⁸ O texto em questão, apresentado em Ortony (1993), intitula-se *The Conduit Metaphor – A Case of Frame Conflict in Our Language about Language*.

de processo comunicacional ideal acerca da linguagem humana. Apresenta-se alguns exemplos:

- 95) Eu lhe dei aquela ideia.
- 96) Tente colocar mais ideias em menos palavras.
- 97) O significado está bem ali nas palavras.
- 98) Suas palavras parecem vazias.
- 99) A frase está sem sentido.

Estas expressões são claramente metafóricas. Afinal ninguém é capaz de dar uma ideia a alguém, pois isso exige que se possa dar um algo que, no caso, é uma ideia, a alguém. Todos os casos têm essa característica metafórica quando trata de falar da própria linguagem. Os exemplos são claros em apresentar palavras, ideias, significados ou frases como coisas (objetos) que estão presentes em expressões linguísticas, tendo como resultado o ato comunicacional destas coisas em seus respectivos recipientes.

Com esses exemplos fica difícil ver o que está encoberto. Isso é tão convencionalizado que fica difícil pensar em outra realidade sobre a linguagem. Mas eis algumas possibilidades que mascaram o aspecto comunicativo. Uma parte da metáfora, a de EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES destaca que palavras e sentenças tenham significados em si mesmas, independentemente dos contextos ou mesmo dos falantes. Outro aspecto, o de que SIGNIFICADOS SÃO OBJETOS, aponta para o fato de que significados também tenham existência, independentemente de contextos e dos falantes. E isso é aplicável quando os contextos são irrelevantes (Nos casos em que o significado é bem claro, ou seja, quando é algo incontestável). De outra forma, não se pode negar que o contexto é importante em muitas outras ocorrências de casos. Como exemplo, pode-se mencionar uma frase:

- 100) Por favor, sente-se no lugar do suco de laranja.

Sem considerar o contexto de aplicação dessa frase ela é sem sentido. No entanto, se pode conceber a seguinte situação. Um hotel estava ocupado, em determinado período, apenas por quatro hóspedes, de maneira que o café da manhã era arrumado em uma mesa com quatro cadeiras. Foram colocadas três xícaras de café com leite e um copo de suco de laranja. Assim, fica fácil, a partir do contexto, especificar o sentido da frase em questão. Conquanto,

fica claro que “*A metáfora do canal não se ajusta a casos onde o contexto é requerido para determinar se a sentença tem algum significado e, caso tenha, qual significado tem*” (Lakoff & Johnson, *ibid.*, p. 12).

Em consequência disso, é necessário destacar que a metáfora estrutura apenas parcialmente o conceito. Não existe, como se pensa mediante a concepção da metáfora do canal, uma estruturação completa do conceito. E, por ser parcial, então o contexto joga um papel fundamental nesta estruturação parcial dos conceitos.

Não obstante, a concepção de Reddy tem o mérito de ter mostrado a importância da metáfora na maneira convencionalizada do sistema conceitual. Isso atesta que ela não tem apenas um papel periférico na linguagem. Mais que isso, mostrou que o comportamento cotidiano dos falantes reflete o entendimento metafórico que se tem da experiência cotidiana.

A seguir, se faz importante apresentar os tipos de metáforas convencionais que estruturam os conceitos. Elas são formas conceitualizadas de as metáforas moldarem a maneira que se compreende o mundo. Portanto, como Lakoff (1993) compreende, a metáfora se caracteriza como um mapeamento entre dois domínios, ou seja, entre um domínio fonte e um domínio alvo. “*Mais tecnicamente, a metáfora pode ser entendida como um mapeamento (no sentido matemático) de um domínio fonte para um domínio alvo. Existem correspondências ontológicas*” (Lakoff, 1993, pp. 206-7).

O primeiro tipo é o das metáforas orientacionais. Elas se caracterizam por se referirem às orientações espaciais. Como exemplos se pode tomar as relações binárias para cima/para baixo; dentro/fora; frente/atrás; fundo/raso etc. O que caracteriza tais metáforas é que elas dão a um conceito determinado uma orientação espacial. Essa base física pode ser associada a coisas como as emoções. Um exemplo que pode ser dado é FELIZ É PARA CIMA. Aqui há uma relação entre os conceitos FELIZ e PARA CIMA. A verticalidade, então, pode ser considerada uma percepção primária que temos dos seres humanos, pois, pelo fato do ser humano ser bípede, tem a postura ereta como primária.

A nossa noção de verticalidade assume-se, assim, como uma categoria produtiva em termos metafóricos, pois nós partimos de uma existência física concreta para explicarmos entidades abstractas e amórficas, tais como as emoções. Um exemplo comum consiste no facto de dizermos que nos sentimos “em cima” ou “em baixo” para nos referirmos a um estado emotivo de felicidade ou tristeza, respectivamente (Ferrão, *ibid.*, p. 11).

E um detalhe importante a destacar aqui é que essa combinação dos conceitos não é algo feito arbitrariamente. Na verdade, elas se baseiam na experiência física e cultural que

os indivíduos têm. Diversas expressões da linguagem cotidiana são manifestações dessa natureza.

De maneira geral, as orientações para cima/para baixo, dentro/fora, central/periférico, ativo/passivo etc., parecem atravessar todas as culturas, mas quais conceitos são orientados e quais maneiras e quais orientações são mais importantes, variam de cultura para cultura (Lakoff & Johnson, *ibid.*, p. 24).

O segundo tipo é o grupo das metáforas ontológicas. Similar ao que acontece com as metáforas orientacionais, as experiências com objetos físicos dão às pessoas a base para as metáforas ontológicas. Quer dizer, mediante as experimentações com os objetos do mundo é possível explicar conceitos abstratos como eventos, ideias e emoções em função de outros conceitos pensados em termos substanciais. Um bom exemplo de metáfora conceitual ontológica é INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE. É possível ver esse conceito metafórico ocorrer de maneiras diferentes em expressões metafóricas, como em:

101) É necessário combater a inflação urgentemente.

102) A inflação corroeu o poder de compra dos trabalhadores.

A ideia desta concepção é que tratar esses conceitos metaforicamente contribui para sua racionalização. O fato incontestado desse tipo metafórico é que as pessoas se utilizam de suas experiências de objetos, de eventos, ações e atividades para mapear conceitos mais abstratos, como é o caso de inflação.

O terceiro tipo é o grupo das metáforas estruturais, que já foram mencionadas nos parágrafos anteriores. O que determina a sua caracterização é o fato de um conceito ser apresentado em termos de um outro, ou seja, quando ocorre um mapeamento entre domínios diferentes.

Os conceitos são estruturados metaforicamente. Mas, apesar disso, é importante frisar a parcialidade dessa estruturação. Isso quer dizer que não se apreende a significação do conceito completamente, objetivamente. Por exemplo, TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES. A ideia é que é possível, a partir da estruturação metafórica, tomar expressões de um determinado domínio que, por exemplo, remontem a alicerce, sustentação ou mesmo base, de modo que se refiram ao conceito fonte CONSTRUÇÃO. Ele pode ser usado para falar de outros conceitos metaforicamente correspondentes, como seria o caso de TEORIA. Logo, a ideia é a seguinte: primeiro se estrutura metaforicamente um conceito. Depois disso, então se

pode buscar termos que se encaixam para expressar o que os domínios do *definiens* (fonte) e do *definiendum* (alvo) querem dizer.

O que está em jogo é o seguinte: no caso mencionado acima (e em outros semelhantes a ele) são casos de expressões literais usadas para expressar conceitos estruturados metaforicamente, como:

103) A teoria precisa de mais sustentação.

Mas existem outras situações, como nos exemplos a seguir, que também seriam expressões que efetivariam a metáfora estruturada acima, embora de modo não literal. Quer dizer, essas expressões se conectariam com a metáfora TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES fazendo alusões mais figurativas, que exijam uma interpretação mais imaginativa para ajustar o mapeamento.

104) A teoria dele tem milhares de quatinhos e corredores compridos tortuosos.

105) Teorias complexas normalmente apresentam problemas de encanamento.

Nesses casos, as frases não pertencem ao domínio literal usual, mas são parte do que se chamaria de linguagem “figurada” ou “imaginativa”. O ponto é que tanto as literais (como o caso de 103) como as figuradas (como os casos de 104 e 105) são exemplos da metáfora geral TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES.

Outro detalhe importante é que as expressões de conceitos metafóricos gerais, como TEMPO É DINHEIRO ou AMOR É GUERRA são sempre figuradas. E as expressões utilizadas estão dentro de um sistema global de conceitos metafóricos que usamos na vida cotidiana. E elas são fixadas por convenção.

Dito isso, o que não pode ser deixado de destacar é que o foco da tese dos autores tratados aqui são as expressões metafóricas sistemáticas. Assim, se faz notório a busca deles em dar um tratamento das metáforas em termos estruturantes da linguagem humana. E, ao contrário de autores como Searle, a convencionalidade das metáforas estruturais não as torna menos importantes, como metáforas mortas. Elas são vivas por auxiliarem na conceitualização das coisas ordinárias da vida.

Expressões como perder tempo, atacar posições, seguir nossos caminhos separados etc., são reflexos de conceitos metafóricos sistemáticos que estruturam nossas ações e pensamentos. Eles são ‘vivos’ no sentido mais fundamental: são metáforas que vivenciamos. O fato de estarem estabelecidas convencionalmente no léxico da língua inglesa não as torna menos vivas (Lakoff & Johnson, *ibid.*, p. 55).

As metáforas orientacionais são baseadas em conceitos físicos, e são fundamentais para o sistema conceitual humano, de modo que, sem as quais não se poderia viver no mundo, pois afetaria a forma de raciocinar e de comunicar das pessoas. No entanto, é sabido que elas não são muito ricas. Elas são pouco determinadas, categorizam muito pouco os objetos, estados e eventos. Algumas metáforas de personificação, como MENTE É UMA MÁQUINA, auxiliam a formar metáforas espaciais mais elaboradas. Apesar de estas serem mais elaboradas, no entanto, as metáforas estruturais são as mais elaboradas, como é o caso de DISCUSSÃO É GUERRA.

As metáforas estruturais nos permitem fazer muito mais que apenas orientar conceitos, referi-los, quantificá-los etc, como fazemos com simples metáforas orientacionais e ontológicas; elas nos permitem, em adição, usar um conceito altamente estruturado e claramente delineado para estruturar um outro (Lakoff & Johnson, *ibid.*, p. 61).

Elas também se alicerçam nas experiências humanas. Note-se o exemplo da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. É de conhecimento comum que os animais, incluindo os humanos, lutam por diversos motivos, seja sexo, território, alimento, poder, reconhecimento etc. O que difere os humanos é que estes criaram meios mais sofisticados e eficientes para conquistarem o que desejam. Uma dessas formas é a guerra. Essa implica em confronto, mas com mais eficácia em letalidade, ocasionando em vitórias mais contundentes. Em quaisquer tipos de lutas se observam práticas de intimidação, defesa (que pode ser de território), ataque, contra-ataque, recuo, rendição, submissão etc.

Outra maneira de lutar desenvolvida pela humanidade para conquistar o que desejam, mas sem contato físico ou militar, é a discussão verbal. Tal prática tem algumas semelhanças com a batalha física. Basta pensar no ambiente acadêmico, no trabalho, na família, na política, em uma reunião de condomínio etc. Numa discussão ocorre ataque, defesa, contra-ataque, intimidação, ameaça, uso da autoridade etc. Isso é tão verdadeiro que se estabelece que alguém venceu o debate, por exemplo (isso é notório quando acontece algum debate entre candidatos políticos na televisão). Um problema que poderia resultar disso é questionar se isso seria o caso para alguém que nunca presenciou uma guerra, mesmo que apenas televisionada. No entanto, a dimensão cultural é bem forte nessa investigação. Afinal, pode ser o caso de existir alguém que nunca presenciou uma guerra e mesmo assim atribuir à discussão algum tipo de semelhança com relação à guerra. Assim, apesar de existir um modelo ideal de discussão racional, que envolve coisas diferentes do que a metáfora destaca,

ainda assim se pode conceber, por conta da cultura, as aproximações dos conceitos de discussão e de guerra.

Lakoff considera que uma questão crucial para a contemporaneidade é o modo em que a tradição faz a distinção entre o significado literal e o significado figurado. É óbvio que diante disso, o que se considera literal é algo diferente do que se considera metafórico, que, classicamente, é tomado como tendo sentido apenas figurado. Esse pressuposto é falso, segundo o linguista. A verdade é que o sistema conceitual metafórico estrutura o sistema conceitual geral dos humanos, como é claramente o caso dos conceitos abstratos.

A teoria clássica considera que toda linguagem convencional é literal. Só ela, portanto, é verdadeira ou falsa. Tudo, inclusive os conceitos, pode ser dito deste modo. O que tem significado figurado é, na verdade, uma ocorrência codificada que camufla o significado literal.

Um caso interessante é tratar a interpretação metafórica de uma sentença. Aos moldes da concepção de Searle, o ponto de partida é o significado literal e, após detectar que ele faz parte apenas da superfície da significação proferida, então aplica-se algum processo algorítmico. O intuito, claro, é descortinar o significado pretendido pelo locutor. A verdade é que isso explica alguns casos, mas, no geral, não é assim que as metáforas trabalham. Apesar disso, existem casos em que alguns conceitos não são compreendidos via metáfora conceitual. Nestes casos, e Lakoff não discordaria, pode-se dizer que são literais.

O autor apresenta algumas evidências em relação à existência de um sistema de metáforas conceituais convencionais. O primeiro ponto se refere à polissemia. Palavras podem ter sentidos diferentes, que podem ser detectados no contexto. Isso serve para mostrar que o significado literal não basta, pois, em diversas situações, a interpretação do sentido de uma expressão solicita um modo de pensar diferente, que reconheça a ocorrência da metáfora conceitual no proferimento em pauta. O segundo ponto diz respeito ao modo de processar inferências quando trata de expressões metafóricas. Nesses casos, o que se tem é que a estrutura do mapeamento, que se estabelece mediante dois domínios que se relacionam, de modo que um, mais determinado, auxilia a determinar outro menos determinado. E isso só é possível mediante a existência de um sistema conceitual subjacente, o que permite notar correspondências entre os conceitos, inclusive, ontológicas. O terceiro ponto trata das metáforas novas. Diante da distinção já apresentada entre mapeamento conceitual e expressão conceitual, entende-se que as metáforas novas podem ser expressões inéditas, que, no entanto,

podem ser novas expressões de mapeamentos que já existem. Isso permite que tais metáforas sejam interpretadas de maneira significativa⁶⁹.

É interessante partir de exemplos. Assim, eis o seguinte:

106) Nosso relacionamento tem andado em uma rua sem saída.

Essa metáfora é um expressão metafórica do mapeamento conceitual AMOR É UMA JORNADA. Ela pode significar que o relacionamento não deve continuar, que não está indo muito bem, ou, talvez, que os amantes devam tomar rumos diferentes. E esse exemplo não é um caso isolado. Outras formas de atualizar a mesma metáfora são apresentados nos exemplos abaixo:

107) Veja quão longe chegamos.

108) Tem sido uma estrada longa e esburacada.

109) Não podemos voltar atrás agora.

110) Nossa relação não está indo a lugar algum.

Todas são formas de efetivar a metáfora conceitual acima. E poderiam ter outras tantas ocorrências da mesma metáfora conceitual. Não obstante, tais ocorrências não seriam situações de poesia ou retórica. Na verdade, essas ocorrências são apenas expressões cotidianas da língua portuguesa.

Algo importante a ser dito é que um mapeamento é um conjunto de correspondências ontológicas que caracterizam correspondências epistêmicas. Isso equivale a dizer mais ou menos o seguinte: é possível pensar ou perceber as correspondências epistemológicas devido às correspondências ontológicas de fundo.

Esse trabalho de identificar as correspondências entre os dois domínios estabelece um padrão inferencial, quando, por exemplo, se passa a ver o domínio fonte como o domínio alvo. Tome-se o seguinte exemplo;

111) Estamos presos um ao outro.

⁶⁹ Ainda se poderia mencionar outros dois aspectos que entram nos exemplos de evidências de Lakoff. O primeiro se refere ao processo de mudanças semânticas que as palavras sofrem. Esse processo de mutação pode ocorrer devido às maneiras que tais palavras são utilizadas em expressões metafóricas, ocasionando uma expansão semântica. Um pesquisador que se destaca por realizar tal estudo foi Jerry Swetser. Um exemplo desse estudo é sua obra *From etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Outro ponto de destaque de uma evidência seriam os estudos experimentais de psicolinguística, sobretudo os que foram realizados por Raymund W. Gibbs Jr. O autor mencionado discute tal temática em diversas obras, que incluem livros e artigos.

Essa é uma situação possível em que alguém fala para seu companheiro. É fácil, partindo de um contexto específico, conceber que os interlocutores reconhecem que estão falando sobre o relacionamento deles, embora a expressão literal faça referência a algo bem diferente. O que permite essa interpretação é o mapeamento metafórico AMOR É GUERRA, implícito na expressão.

O que se estabelece a partir disso é que a metáfora não se constitui numa ocorrência de qualquer palavra ou expressão. Na verdade, ela se constitui em um mapeamento ontológico entre domínios diferentes. Mediante isso, fica claro que o pensamento e a razão são primários, tornando a linguagem algo secundário. Portanto, isso ajuda a cristalizar o fato de a dimensão metafórica não ser uma questão apenas da superfície, mas sim, do nível profundo, conceitual. Nestes casos, os mapeamentos são convencionais, ou seja, fazem parte do sistema conceitual usual. Uma argumentação interessante para demonstrar isso é dizer que, se a metáfora fosse uma questão de linguagem, então cada expressão metafórica seria uma metáfora diferente. Entretanto, não é isso o que acontece. As expressões 112 e 109 auxiliam nessa argumentação.

112) Chegamos a um beco sem saída.

109) Não podemos voltar atrás agora.

Embora ocorram duas expressões, o que se tem é uma única metáfora, de modo que ambas atendem pelo mnemônico AMOR É UMA JORNADA. Se o metafórico fosse algo apenas linguístico, seriam duas metáforas. Mas não é isso o que acontece. De fato, a conceitualização mediante uma metáfora mostra que é possível expressar isso de diferentes maneiras. Logo, metáfora implica em mapeamento conceitual, e o termo expressão metafórica se refere a uma expressão linguística individual. Assim, são duas coisas diferentes, o que costuma gerar diversas confusões. “*Metáfora, como um fenômeno, envolve ambos, mapeamentos conceituais e expressões linguísticas individuais*” (Lakoff, *ibid.*, p. 209).

No caso de metáforas novas ou inéditas, uma questão importante seria como tratar casos de expressões metafóricas inéditas, haja vista não se encontrarem no sistema linguístico convencional. Como existe um sistema conceitual com partes fixas, então é fácil conceber porque se compreende uma metáfora nova instantaneamente, afinal, tal metáfora será (normalmente) uma expressão linguística de um mapeamento já estruturado. O mapeamento é pré-existente, o que facilita compreender a nova expressão metafórica. Portanto, as metáforas

novas são, normalmente, apenas expressões metafóricas novas de mapeamentos que já existem. O caso de se criar um mapeamento novo é mais difícil, mas não impossível. Afinal, pode ocorrer o caso de uma expressão que não consiga se enquadrar em um mapeamento. Essas ocorrências ocorrem com mais frequência em redutos ainda inexplorados, como é o caso de áreas das ciências ainda em desenvolvimento. Assim, como exemplo de uma metáfora nova enquanto extensão de metáfora já convencionalizada, Lakoff apresenta uma citação da *Divina Comédia*, de Dante Aleghieri:

No meio da estrada da vida

Eu me achei em uma floresta escura.

O excerto “Estrada da vida” evoca os domínios de VIDA e de VIAGEM, de modo que a metáfora VIDA É UMA JORNADA conecta os dois domínios. “Eu me achei em uma floresta escura” evoca o domínio de que, caso esteja escuro, não se consegue ver o caminho adiante, e isto evoca o domínio de ver. Portanto, evoca a metáfora SABER É VER, como ocorre em:

113) A passagem é opaca.

114) As reivindicações dele não estão claras.

Esse segundo excerto do poema quer dizer que o personagem não sabe para onde vai, está sem rumo. Assim, no que interessa ao tópico discutido, esses novos usos, portanto, são extensões de mapeamentos já existentes. Apesar disso, o que se tem é que as metáforas novas são minoria, de modo que a maioria é convencional mesmo. Assim, o que temos, muitas vezes, é o encaixe das metáforas novas nas categorias convencionalizadas.

A verdade é que muitas das metáforas convencionais são idiomáticas, o que significa que elas não são arbitrariedades, segundo a linguística cognitiva. Ao contrário disso, elas são motivadas. Assim, é possível estabelecer uma imagem associada do evento. E estes casos caracterizam o que se concebe como um esquema imagético. Este nada mais é que a imagem mental que se associa ao mapeamento estabelecido entre domínio fonte e domínio alvo. Essa correspondência entre os domínios no mapeamento desemboca em uma hipótese, denominada como Princípio de invariância, como se define: “*Mapeamentos metafóricos preservam a topologia cognitiva do domínio fonte (i.e., na estrutura do esquema imagético) em um caminho consistente com a estrutura inerente do domínio alvo*” (Lakoff, *ibid.*, p. 215).

A Invariância tem a ver com a estabilidade de grandezas em contextos matemáticos e físicos diferentes, como o tempo, luz e números inteiros. Em linguística, o princípio estabelece que a estrutura de um esquema imagético de um domínio fonte deve ser compatível com a estrutura do domínio alvo. Com um detalhe: o princípio não é algorítmico, que iniciaria com o domínio fonte, resultando ‘automaticamente’ no domínio alvo. Um corolário do princípio é que a estrutura do esquema imagético do domínio alvo não pode ser violada, e que sua estrutura inerente limita as possibilidades para os mapeamentos metafóricos. O que o princípio contribui é com a coerência entre os domínios, de modo que a correspondência não seja algo arbitrária. Ademais, em relação à metáfora, a invariância auxilia na preservação do esquema imagético. Assim, quando se pensa em mapeamento, de acordo com o princípio da invariância, toda metáfora se mantém estável, logo, como exemplo, se mapeia um conceito em termos de um recipiente no domínio fonte para um conceito em termo de um recipiente no domínio alvo. *“É importante lembrar que mapeamentos metafóricos são correspondências fixas que podem ser ativados, ao invés de processos algorítmicos que tomam inputs e devolvem outputs”* (Lakoff, *ibid.*, p. 218).

O que é importante disso é que ele vai se opor ao algoritmo do significado literal como input, e que devolve como output o significado metafórico. Um algoritmo para a interpretação da metáfora como o que Searle propusera seria o alvo desta crítica, pois ele se caracteriza por ser um processamento que tem por input o significado literal, o que, a partir do momento da percepção de se tratar de um proferimento defectivo, então resultará na interpretação de uma metáfora. Neste caso, o output seria mais ou menos o que é suposto nesta teoria como o mapeamento. Mas esse não é o caso, segundo Lakoff. Ele considera, pelo contrário, que o reconhecimento do mapeamento não passa pela interpretação de um significado literal. Ele considera que os mapeamentos são partes do sistema conceitual humano pré-existentes. Eles não são criados no momento que a expressão metafórica é utilizada.

Alguns pesquisadores desses campos têm suposto erroneamente que os mapeamentos metafóricos que estamos discutindo devem ser representados como procedimentos algorítmicos sequenciais, em tempo real, onde o input para cada metáfora é um significado literal. Qualquer tentativa para fazer isto falhará para os casos de mapeamentos simultâneos (...) (Lakoff, *ibid.*, p. 219).

Esses casos de mapeamentos simultâneos que o autor fala é quando se tem que utilizar mais de um mapeamento, pois o que se faz é a utilização parcial dos mapeamentos, de modo que eles podem ser sobrepostos. Ele exemplifica, apresentando 2 casos, um sendo uma

poesia. Aliás os casos mais comuns são da linguagem poética, pois sobrepõe muitos conceitos em poucas linhas.

O fato é que os mapeamentos como inteiros podem ser inconsistentes (no caso de mapeamentos simultâneos), de modo que mapeamentos parciais são sobrepostos. O princípio da invariância estabelece que essas partes escolhidas dos mapeamentos caracterizam o raciocínio sobre diferentes aspectos do domínio alvo. Isso, inclusive, demonstra como não é uma coisa exata. Pelo contrário, cabe destacar o caráter criativo do mapeamento (quando tem metáforas sobrepostos) e o rechaço da visão algorítmica. Aqui está a maneira como o autor demonstra um exemplo disso:

Considere uma frase como, *dentro das próximas semanas*. Aqui, *dentro* faz uso da metáfora do tempo como uma paisagem estacionária que tem extensão e regiões delimitadas, enquanto *próximas* faz uso da metáfora do tempo como objetos em movimento. Isso é possível porque as duas metáforas para o tempo selecionam diferentes aspectos do domínio alvo. The *próximas semanas* conceitua essas semanas como um todo, em movimento com respeito ao observador. *Dentro* olha para a parte interna desse todo, conceitualizando-o como uma região delimitada com um interior. Cada mapeamento é usado parcialmente. Assim, embora os mapeamentos — como todos — sejam consistentes, existem casos em que partes dos mapeamentos podem ser consistentemente sobrepostas (Lakoff, idem).

Para Lakoff, o resumo da querela é o seguinte: o que a tradição considerou acerca da interpretação metafórica como inferência proposicional é, em muitas situações, apenas inferência baseada em imagem. Portanto, todo raciocínio abstrato é uma ocorrência de raciocínio baseado em uma imagem. Como exemplo, existem metáforas que ocorrem em poemas, que são casos típicos desses tipos de raciocínios imagéticos. Lakoff dá o seguinte exemplo:

115) Minha esposa... de quem a cintura é uma ampulheta.

Esse é um caso claro de conceito metafórico, mas de tipo imagético, quer dizer, não se dá no âmbito das palavras. Mapeamos, imageticamente, um domínio fonte em um domínio alvo. Claramente, o poeta, por não ter palavras ou simplesmente preferir essa forma de descrever a cintura de sua esposa, opta por relacioná-la com uma ampulheta. Isso é uma forma de mapeamento entre cintura e ampulheta, e que, inevitavelmente, conduz o ouvinte à produção de uma imagem.

Um contraponto importante da ideia de mapeamento que o autor apresentou é a teoria de Searle acerca da metáfora. Lakoff apresenta três exemplos que o próprio Searle apresentou, na mesma coletânea de Ortony (1993). O primeiro caso é:

116) Eu escalei até o topo do mastro oleoso.

É possível interpretar isso mediante a metáfora **CARREIRA É UMA JORNADA**. Tal metáfora pode evocar conjuntamente a partir do conhecimento do domínio fonte sobre ‘subir o mastro’, que implica na ação de subir, que é algo que requer esforço e que é um movimento autopropelido. Este conhecimento ainda evoca que o falante está tão alto quanto ele pode no mastro, que foi difícil subir, que ele escorregou algumas vezes para baixo, que é difícil permanecer em um mastro oleoso e que ele provavelmente deslizará para baixo novamente. A metáfora mencionada mapeia esse conhecimento em termos do conhecimento sobre a carreira do falante. O que se faz é usar o mapeamento convencional **CARREIRA-COMO-JORNADA** mais o conhecimento sobre subir mastros oleosos.

O segundo exemplo que Searle apresenta, é:

16) Sally é um bloco de gelo.

Existe uma metáfora convencional, a saber, **AFETO É QUENTE (CALOR)**. Uma aplicação dela seria “ela é uma pessoa quente”. “Um bloco de gelo” evoca o domínio de temperatura, e, caso seja predicado de uma pessoa, evoca o que a pessoa pode ser. Juntos, ambos os conhecimentos evocam a metáfora mencionada. A questão é: um bloco de gelo é algo muito frio, e, como tal, não esquenta rapidamente e nem facilmente. Logo, esse conhecimento é mapeado de maneira que se pode conceber Sally como sendo uma pessoa pouco afetuosa, e, da mesma maneira que um bloco de gelo, ela não se torna afetuosa nem rapidamente e nem facilmente. Assim, voltando a tese de Lakoff, o que é necessário para interpretar tais proferimentos (metafóricos) é apenas o conhecimento ordinário e a metáfora convencional. Esses são os dois elementos necessários e suficientes para a interpretação de uma metáfora.

O terceiro exemplo de Searle é:

117) As horas se arrastavam enquanto esperávamos o avião.

Aqui se tem um verbo de movimento predicado de uma expressão de tempo. Isso forma o mapeamento **TEMPO COMO OBJETO EM MOVIMENTO**. O que se repete, no entanto, é a ideia de que o significado da sentença se segue apenas do conhecimento cotidiano e do sistema de mapeamentos metafóricos cotidianos.

A explicação de Searle (1999) de tais casos se dá mediante seu princípio quatro⁷⁰, apresentado em seu livro *Expression and Meaning*. O princípio defende que a interpretação é algo que acontece de uma maneira misteriosa, atribuída a uma capacidade inexplicável de fazer essa operação (background). Isto é vago e não diz qual a conexão é percebida ou porque nós “apenas” percebemo-la. Quando destrinchamos os detalhes de tais “conexões percebidas”, elas acabam se revelando ser o sistema de metáforas conceituais que eu tenho descrito. Mas dado tal sistema, a teoria de Searle e os princípios dele se tornam desnecessários (Lakoff, *ibid.* p. 239). O que fica claro mediante essa citação de Lakoff é que ele considera os princípios de Searle vagos e pouco explicativos. E isso não seria algo revelador do processo de interpretação de uma metáfora, mesmo nos casos em que ocorrem interpretações exitosas. Assim, o linguista acha que seu modelo de metáfora conceitual explica o processo de interpretação das metáforas melhor que o modelo de Searle. Aliás, ele afirma que o que Searle tentou fazer, sem sucesso, é o que ele fez com seu modelo dos mapeamentos. Para efeitos de comparação, Searle parte do significado literal e obtém, mediante a ação do Background, o significado implícito, que corresponde ao que o falante intencionou quando realizou o proferimento. O que Lakoff propõe, de outra forma, é que o que se necessita para realizar tal interpretação é do conhecimento de base ordinário e do sistema de mapeamentos metafóricos. O conhecimento de base engloba as experiências dos interlocutores. Ademais, deve-se ainda conceber o princípio de invariância como algum tipo de garantidor da coerência entre os conceitos que estabelecem o mapeamento.

Outro problema importante para Lakoff é o modo que Searle apresenta o significado literal. O filósofo norte americano considera que toda a linguagem convencional é literal, de maneira que ela não pode ser, em hipótese alguma, metafórica. Assim, em função dessa premissa, qualquer metáfora caracterizada como convencional, como concebeu Lakoff, seria descartada. Esse tópico discursivo se relaciona com o tópico acerca da diferença entre as duas concepções de conceber a metáfora, que pode tratá-la na esfera da semântica ou então na esfera da pragmática. Searle e Grice consideravam o tratamento da metáfora como parte da pragmática, sobretudo na ideia de apreensão do significado do falante a partir das ferramentas de análise do uso linguístico. Lakoff, de outra maneira, queria que a metáfora fosse tratada no âmbito da semântica sincrônica⁷¹, onde os mapeamentos seriam fixos no rol de significados

⁷⁰ Conforme já fora apresentado nas páginas 104 e 105 desta tese.

⁷¹ A semântica sincrônica diz respeito ao estudo do significado em um determinado tempo, desconsiderando as mudanças históricas da língua. Ferdinand de Saussure (2012) é o autor que concebeu a linguística sincrônica, que se caracteriza por considerar a língua um sistema autônomo e em funcionamento em um determinado tempo histórico. Uma palavra qualquer, na linguística sincrônica, pode ser investigada em diversos contextos ou jogos

dos conceitos humanos. Neste sentido, a forma de mapear conceitos não seria considerado algo arbitrário, ou mesmo em termos da criatividade ou inventividade dos interlocutores. Para ser honesto com a concepção de metáfora conceitual, é possível aceitar que a imaginação tenha alguma função, haja vista os mapeamentos serem caracterizações parciais. Por exemplo, o conceito amor pode compor diversos mapeamentos, tais como AMOR É LUTA, AMOR É JORNADA, AMOR É AMIZADE etc. Os mapeamentos são estruturados e são convencionalizados no interior das línguas, mediados pelos aspectos culturais. Estes aspectos se referem ao modo que os mapeamentos se atualizam nas práticas linguísticas, quer dizer, como as expressões metafóricas se adequam aos mapeamentos conceituais.

Lakoff destaca que sua crítica ao significado literal só faz sentido se houver uma defesa da teoria da metáfora que ele defende, pois isso implica na interpretação das evidências da maneira que ele faz. Caso contrário, é possível defender a concepção algorítmica que recebe o significado literal como input tranquilamente. A ideia do autor é que não é necessário, no ato de interpretação das metáforas, primeiramente processar o que se denomina como significado literal, para então processar o significado metafórico. Ele entende, e buscou respaldo nas pesquisas psicológicas, que o significado metafórico pode ser acessado sem ter que passar anteriormente pelo significado literal⁷². As teorias tradicionais pressupõem o significado literal como seu *locus*. E esse é um fator que gera contradições. O que Lakoff observou, e esse é o grande problema, é que o que é literal não é metafórico. E isso gera conclusões que também são problemáticas. Vejamos essas suposições e conclusões, segundo o autor:

Toda linguagem convencional cotidiana é literal, e nada é metafórico.
Qualquer assunto pode ser compreendido literalmente, sem metáfora.
Apenas a linguagem literal pode ser contingentemente verdadeira ou falsa.
Todas as definições dadas no léxico de uma linguagem são literais, e não metafóricas.
Os conceitos usados na gramática de uma linguagem são literais; nenhum é metafórico (Lakoff, *ibid.*, p. 247).

Sem embargo, para Lakoff, a questão profunda que toda teoria da metáfora deve responder é a seguinte: “*Por que temos as metáforas conceituais que temos? Ou,*

linguísticos. A maneira que essa palavra adquiriu esse significado ao longo do tempo ou sua evolução enquanto processo de significação não são relevantes para a sincronia. Isso, por outro lado, caracteriza a investigação da linguística diacrônica.

⁷² Um autor que é mencionado em alguns momentos na obra de Lakoff acerca dessa questão é Raymond W. Gibbs Jr. O autor se caracterizou por realizar experimentos psicolinguísticos sobre o tempo de processamento e resposta em relação à exposição de ouvintes a proferimentos metafóricos. Um artigo que trata disso é *Literal Meaning and Psychological Theory* (1984).

alternativamente: Existe alguma razão para que os sistemas conceituais contenham um conjunto de mapeamentos metafóricos ao invés de um outro?” (Lakoff, *ibid.*, p. 240). Bem, Lakoff salienta que responder a isso levaria para o campo da plausibilidade, ao invés dos resultados científicos. Como exemplo iluminador, tome-se a metáfora MAIS É PARA CIMA. Não existe cultura que adote o inverso, algo como MAIS É PARA BAIXO. Por quê? Segundo teorias contemporâneas, tais metáforas são fundamentadas na experiência. Assim, elas têm estrutura, que é caracterizada por uma correspondência entre o domínio conceitual de quantidade e o domínio conceitual de verticalidade. Essas experiências, por sinal, formam a base para a correspondência em casos metafóricos, que ultrapassam a experiência real. Algo importante a ser dito sobre isso é que a base experiencial não predica nenhuma metáfora, embora sirva de motivação para ela.

Voltando ao exemplo, é verdade que nem toda língua tem metáforas como MAIS É PARA CIMA, embora, da mesma forma, não apresente nada parecido com seu oposto. Existem exemplos, como são os casos dos termômetros e os gráficos do mercado de ações. Eles são criações humanas que se baseiam na metáfora mencionada acima. Tais coisas mostram como as metáforas impõem uma estrutura à vida real. Ao criar tais correspondências, isso vira parte do baú do conhecimento (background) dos seres humanos, servindo de base experiencial entre gerações diferentes. As novas expressões metafóricas são comparadas assim, podendo ser extensões conceituais dos mapeamentos conceituais pré-existentes. E isso ocorre em diversas situações, como na política, nos esportes, nas relações exteriores, no direito, nos relacionamentos, na literatura, na publicidade etc.

Destarte, para concluir essa apresentação dos elementos fundamentais da concepção de metáfora conceitual, salienta-se algumas diferenciações em relação a algumas concepções tradicionais da filosofia da linguagem. Aparentemente, as concepções não costumam dar prioridade à empiria, de modo que a maior parte do que os cognitivistas destacam da metáfora não é sequer um problema. Portanto, uma diferença marcante entre a concepção da metáfora conceitual e essas concepções tradicionais da filosofia da linguagem é que estas abordagens não são empíricas. Na verdade, elas se caracterizam melhor como disciplinas que tratam seus fenômenos de modo *a priori*, utilizando apenas ferramentas de análise, ao invés de ferramentas empíricas. E isso desembocaria, segundo o pensamento de Lakoff, em concepções equivocadas por parte dos filósofos desta tradição indicada pelo autor.

A teoria correspondencial da verdade.

O significado é definido em termos de referência e verdade.

A semântica da linguagem natural é caracterizada por mecanismos da lógica matemática, incluindo a teoria dos modelos. O campo da filosofia da linguagem então vem com suposições definidoras que contradizem as conclusões principais da teoria contemporânea da metáfora (Lakoff, *ibid.*, p. 247-8)).

A argumentação crítica de Lakoff, por fim, não poupa nem mesmo o colega Mark Johnson (1981)⁷³, que, segundo Lakoff, defendeu que não existe significado metafórico, de modo que muitos dos proferimentos metafóricos são trivialmente verdadeiros ou falsos. Em relação a Searle e Grice, considera que os autores tratam o metafórico no rol da esfera pragmática, isto é, que o significado metafórico é apenas o significado literal intencionado que serve de base para se apreender o significado literal mediante os princípios pragmáticos. Assim, concebem que a metáfora não entra na linguística sincrônica, na gramática ou na semântica da linguagem natural. A semântica formal concorda com esta distinção, rejeitando a teoria da metáfora contemporânea. Para eles, as generalizações apresentadas aqui seriam consideradas ou como inexistentes ou como desinteressantes, já que estão fora do alcance de suas teorias.

Na próxima seção será apresentada uma concepção que busca apresentar uma alternativa conciliadora entre a proposta de Searle e a proposta cognitivista de Lakoff. Essa solução terá uma solução em um domínio semântico-pragmático, pois considera um equívoco as tentativas de focarem apenas em um domínio.

6.3. A abordagem semântico-pragmática da metáfora

Esta seção será dedicada a apresentar uma concepção de interpretação metafórica utilizando os domínios da semântica e da pragmática juntos, que aqui será denominada como concepção semântico-pragmática. Essa forma de abordar o ponto almejado neste texto partirá de duas tradições distintas no modo de conduzir a explicação e a interpretação das metáforas. A primeira tradição delineada aqui é aquela que se alicerça no domínio pragmático, que considera que o aspecto intencional e o significado do falante são os fatores para a determinação do significado de qualquer metáfora.

Os primeiros três capítulos deste texto trataram de destrinchar os detalhes das abordagens pragmáticas de Paul Grice e de John Searle. Ambos os autores defendem uma

⁷³ O texto mencionado é intitulado *Philosophical Perspectives on Metaphor*, publicado em 1981 pela Universidade de Minnesota.

abordagem da interpretação metafórica aos moldes do domínio da pragmática. No entanto, antes de dar detalhes de cada um dos autores, é importante destacar algo. Deve-se salientar que a teoria utilizada como hipótese inicial para explicar o modo de se interpretar uma metáfora é a teoria de John Searle, que se encontra apresentada em seu livro *Expression and Meaning*. Esta teorização da metáfora é inserida na concepção de linguagem que Searle tem da significação linguística, que se caracteriza por sua abordagem teórica de que todo fenômeno linguístico se constitui como um ato de fala.

Mas antes de falar dos dois autores mencionados, é necessário mencionar um outro ponto importante, que serve de base teórica para a constituição teórica dos autores mencionados. A teoria dos atos de fala, que se caracteriza por entender que a linguagem não tem exclusivamente a função descritiva, mas que, na verdade, ela é uma forma de ação no mundo, ou seja, a ideia é que o ato de dizer algo é uma forma de ação no mundo⁷⁴. O filósofo britânico John Austin é considerado o proponente da teoria dos atos de fala, que é constituído pelos três atos, a saber, ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário. Isso já foi colocado no capítulo um deste texto, mas é importante retomar alguns pontos fundamentais para auxiliar na montagem da argumentação.

Na sequência, a apresentação da teoria de Grice serviu como pano de fundo para se entender alguns pontos que Searle discute em sua teoria dos atos de fala, sobretudo em relação à noção de significado do falante. Grice entendia que em uma troca conversacional, muitas vezes o que era explicitamente dito implicava algo que não era literal, mas que correspondia ao que o falante intencionava comunicar por meio de subterfúgios conversacionais, tais como insinuações, ironias, mensagens codificadas, e, dentre outras possibilidades, também se referia à metáfora.

Searle sofre influências desses dois autores acima na construção de seu construto teórico. Ele concebe a linguagem como forma de ação, tal qual Austin. E compreende que existe uma distinção entre o significado da sentença e o significado intencionado pelo falante, que pode divergir daquele da sentença. Essa influência é atribuída a Grice. Apesar disso, o pensamento de Searle faz algumas críticas aos dois autores, o que transformou sua forma de

⁷⁴ Nesse ínterim, de maneira muito acertada, o texto clássico de Austin, intitulado *How to do things with words*, foi traduzido para o português com o título *Quando Dizer é Fazer: palavras e ação*, por Danilo Marcondes, publicado pela Artmed, em 1990. O título da tradução capta o espírito empreendido pelo filósofo inglês em sua versão original, se tornando um clássico para o ensino da teoria dos atos de fala no Brasil.

conceber a linguagem sua marca na história do pensamento. Entretanto, aqui será mencionado apenas um ponto de crítica em relação a cada autor mencionado. Em relação a Austin, algo fundamental na constituição da teoria de Searle foi apontar a falha de Austin em conceber que o (verbo) performativo se destaca no enunciado. Austin tentou apresentar um critério sintático de demarcação para ele. Ele apresentou uma classificação dos verbos que tem uma aparência de performativos puros, que serviriam de base para a classificação dos tipos de atos ilocucionários que ele concebeu. Searle discordou disso, pois considerava que a força ilocucionária não seria captada completamente pela expressão de uma palavra, no caso, de um verbo. A classificação sintática de Searle leva em conta diversos elementos, tendo como elementos principais o propósito ilocucional, a direção de ajuste e a condição de sinceridade. Em relação a Grice, a crítica principal é acerca da caracterização do significado do falante. Grice defendeu que a intenção é suficiente em enunciados em que o significado literal (da sentença) é defectivo. Assim, Searle lembra a Grice que a intenção é necessária para essa interpretação, mas que o que é dito também obedece a regras convencionais.

Quando Searle discorre sobre a questão da metáfora, ele a trata como um ato de fala que, assim como os atos de fala indiretos e as ironias, por exemplo, apresenta o significado do falante divergindo do significado literal da sentença. Uma teoria da interpretação de metáforas deve incluir, além das regras gerais para realizar um ato de fala, também deve incluir as máximas conversacionais do princípio de cooperação de Grice. Isso seria suficiente, segundo Searle. Ele compreende que uma metáfora, formalmente falando, é caracterizada por um proferimento que diz *S é P*, querendo dizer *S é R*. Assim, após discutir com algumas teorias da tradição, ele apresenta seu axioma da interpretação de metáforas. O axioma, como já devidamente apresentado, tem três passos. O primeiro passo consiste em detectar que o proferimento literal é defectivo, o que aciona o dispositivo mental para interpretação de uma metáfora. O segundo passo consiste em proceder uma análise com o objetivo de relacionar possíveis valores de *R* que se refiram a *P*. E o terceiro passo consiste em selecionar qual o valor real de *R*.

Com esse axioma Searle pretendia ter um instrumental de análise com o intuito de possibilitar a interpretação das expressões metafóricas. Embora ele não tenha dito explicitamente isso, mas algo que se pode inferir é que o input do sistema é a sentença e seu significado literal. O output é um valor de *R*, que estabeleceria uma semelhança com *P* em relação a *S*. O processamento do dado inicial, o significado literal, consiste na observância das

regras gerais dos atos de fala e nos princípios de conversação, conforme apresentados por Grice. Algo interessante de ser dito é que o domínio da análise linguística é caracteristicamente pragmático.

A demonstração de que a abordagem é pragmática tem dois pontos importantes de reflexão. O primeiro é o que possibilita acionar o modo interpretação de metáfora. Assim, algo fundamental nessa operação é o reconhecimento de que um proferimento é defectivo. As situações que permitem esse acionamento se relacionam com as seguintes ocorrências dos proferimentos: i) falsidade óbvia; ii) contrassenso semântico; iii) violação das regras dos atos de fala; iv) violação dos princípios conversacionais; v) poesia; e vi) estratégia discursiva⁷⁵. O segundo ponto é referente à escolha de *R*, que mantém uma relação de semelhança em relação a *P*. Para este processo de escolha é necessário avaliar os princípios que caracterizam a estrutura das metáforas⁷⁶. O instrumental pragmático se relaciona a esses dois processos. Em relação ao primeiro ponto, o reconhecimento não ocorre mediante uma análise do significado em termos de um dicionário, pois o significado metafórico é diferente do significado literal. Assim, o que é necessário é a captação do significado que o ouvinte imprime intencionalmente. Em relação ao segundo ponto, os princípios conversacionais poderão auxiliar o intérprete a reduzir as possibilidades significativas de *R*. Os princípios conversacionais, de acordo com Grice, resultam na aplicação das máximas conversacionais, que são de quantidade, qualidade, relevância e modo.

Um aspecto muito importante na forma como Searle concebe a metáfora em termos pragmáticos é o fato de as metáforas não serem convencionais. Para ele, quando uma metáfora se torna convencional ela adquire o status similar ao de uma expressão idiomática. Dessa forma, o autor preserva a ideia de que a metáfora requer uma avaliação do significado do falante no ato de proferimento de uma metáfora. E um resultado claro disso é que a metáfora, que se caracteriza por ser expressão do significado do falante, não é do domínio da semântica, mas da pragmática.

Contudo, é importante notar que a ironia, assim como a metáfora, não requer nenhum tipo de convenção, extralinguística ou de qualquer outro tipo. Os princípios de conversação e as regras gerais para realizar atos de fala são suficientes para

⁷⁵ Aqui não será apresentado o detalhamento das definições e exemplos destas ocorrências de proferimentos defectivos, uma vez que isso já foi feito no capítulo 3 desta tese.

⁷⁶ A tabela que demonstra todos os princípios pensados por Searle se encontra na página 103 desta tese.

fornecer os princípios básicos da ironia e da metáfora [grifo nosso] (Searle, 1999, p.13)⁷⁷.

O problema dessa concepção, entretanto, está na indeterminação dos dois processos, o de detecção e o de interpretação da metáfora. A proposta do autor é de que o processo seja algorítmico, o que não cabe a indeterminação acerca do resultado de *R*. Assim, o que se defende aqui é que Searle busca uma solução para esse problema. E a explicação que ele dá é a atuação do background, que seria um instrumento que preenche o *gap* em sua explicação teórica. O background se caracteriza por ser um instrumento que sabe o que deve fazer (know-how), que é capaz de perceber quando uma expressão é metafórica e como se deve interpretá-la. Ou seja, ele é um conjunto de capacidades e habilidades que são configurados tanto biologicamente como culturalmente e, claro, é algo inato. E tem mais um detalhe: ele não é nem representacional e nem intencional. Com isso Searle pretende resolver o problema do *gap* em seu axioma da interpretação. A verdade, ao que a obra de Searle sugere, é que o background soluciona o que o algoritmo não é capaz de fazer, quer dizer, explica como se interpreta uma metáfora. O problema, no entanto, é que ele preenche o *gap* com um instrumento que não explica como realiza o procedimento. Ele apenas faz.

A outra tradição é do domínio semântico, representada sobretudo por George Lakoff. Ele inaugurou, juntamente com Mark Johnson, a concepção de metáfora conceitual. Essa concepção defende que a metáfora é um constituinte do sistema conceitual humano. Assim, as metáforas estão presentes em diversas situações da vida cotidiana, bem diferente do que a tradição concebeu. Elas se caracterizam por serem estruturantes e convencionais. São estruturantes porque é possível apresentar conceitos em termos de outros conceitos, ou seja, possibilitam apresentar conceitos menos determinados em termos de conceitos mais determinados. Isso é o que caracteriza o que Lakoff (1993) chamou de mapeamento. Os mapeamentos, para Lakoff, são estruturantes e, em sua maioria, convencionais. Com isso ele busca caracterizar os mapeamentos metafóricos como parte do domínio da semântica. Sua concepção defende que o mapeamento é parcial e coerente, sendo regido pelo princípio da invariância.

O detalhe da teoria da metáfora conceitual de Lakoff, o que discorda do modo como Searle concebe sua teoria axiomática é a defesa do acesso direto ao mapeamento

⁷⁷ Essa citação já foi feita na página 86 desta tese, mas, devido à discussão aqui empreendida, foi considerado que seria relevante reproduzi-la para fins de reforçar o desenvolvimento da argumentação.

conceitual realizado por uma metáfora conceitual. Isso quer dizer que ele discorda da concepção de que a interpretação de um proferimento metafórico aconteça, primeiramente, através da apreensão de seu significado literal. Ele entende que essa tese (de Searle) possibilita que o único input necessário para a interpretação metafórica seja o significado literal do proferimento. Lakoff acha que, em muitos casos, o intérprete não precisa sequer conceber algo como o significado literal. O motivo dessa afirmação é porque o mapeamento é acessado diretamente pelo intérprete. Alguns psicólogos pesquisaram essa questão da resposta a proferimentos contendo o que se concebe como significado literal e a proferimentos contendo significado não literal. Um desses autores é Raymond Gibbs, onde apresenta seus resultados no artigo intitulado *Literal Meaning and Psychological theory* (1984).

Esse estudo objetiva responder à questão acerca da necessidade ou não do significado literal de um proferimento a fim de processar um proferimento não literal. A concepção clássica acerca do significado literal é concebê-lo como o significado que é livre de qualquer influência do contexto. Dessa forma, o significado literal seria algo restrito ao domínio da semântica, pois somente ele poderia estabelecer as condições de verdade de um proferimento. Um bom exemplo é a noção de composicionalidade da semântica, onde o significado total é composto pela composição das partes constituintes. E essa forma de conceber a significação recai na semântica referencial. Essa tese se caracteriza pela defesa de um literalismo radical. A teoria de Searle, de outra forma, também se caracteriza como um pano de fundo para a discussão. Afinal, ele defendia a existência do significado literal, mas de um modo diferente do que o literalismo radical propôs.

A tese de Searle é que existe o significado literal, mas ele não é completamente livre do contexto. O que é fundamental para a determinação do significado literal é o background, ou melhor, as pressuposições de background. Ele é que será o responsável por determinar o significado literal a partir do contexto em jogo. Um exemplo que Searle dá é o verbo “cortar”. Ele pode ocorrer em enunciados tais como “Eduardo cortou a grama” e “Cecília cortou o bolo”. Segundo o filósofo, o conteúdo semântico de “cortar” é o mesmo, porém as condições de verdade são diferentes. Isso é assim porque a atividade de cortar grama é algo bem diferente da atividade de cortar bolo. Com isso, ele deixa claro que somente a partir das pressuposições de background é que o significado literal será determinado. Isso, porém, não ameaça a distinção entre significado literal e significado do falante.

Dascal (1981) destaca, entretanto, que um problema da tese de Searle é conceber que apenas as pressuposições de background bastam para determinar o significado literal da sentença, mesmo em situações em que o contexto não permite uma compreensão fácil. O filósofo brasileiro acha que Searle defendeu isso por não conseguir explicar essas ocorrências de variação da significação das sentenças, jogando toda a responsabilidade nas costas do background. O que faltou a Searle, segundo Dascal, foi incluir ferramentas pragmáticas disponíveis para a constatação do significado total da sentença. Essas ferramentas envolvem indexicalidade, uso de palavras, entonação etc. Para Dascal, Searle é muito exigente com o significado literal. Ele atribui uma responsabilidade muito grande para o significado literal, pois considera que, para o significado literal ter aplicação, é necessário que ele disponibilize um procedimento que permita verificar o valor de verdade do proferimento em seu contexto. O que Dascal acha é que o significado total da sentença não pode ser atribuído apenas ao papel do significado literal, mas defende que isso é resultado da interação de muitos elementos. Claro, o significado literal é um deles. O problema resultante desta constatação é que, mediante a argumentação de Searle, o significado literal, além de não ser suficiente para determinar o significado total da sentença não é, além do mais, sequer necessário. Afinal, o background é a única coisa necessária para estabelecer isso, o que gera um problema quando se avalia o princípio de expressabilidade defendido pelo filósofo norte americano. Claro, esse problema é apontado por Dascal, o que não seria o caso de Searle concordar. Portanto, para o norte americano, o significado será transmitido pelo falante e apreendido pelo ouvinte, contanto que ele se utilize das ferramentas que Searle aponta. Ou melhor, o background é a única ferramenta capaz de realizar isso.

Na perspectiva de Searle, o que Dascal falou não é verdade no caso de um enunciado em que o significado é não literal. O filósofo estadunidense propõe o axioma de interpretação de metáforas. Isso quer dizer que o significado literal é uma peça-chave desse construto, uma vez que ele é o input do processo de interpretação. O problema é a passagem do literal para o não literal. Gibbs, nesse sentido, discorda da necessidade do significado literal para que se obtenha o significado não literal impresso na metáfora. *“Finalmente, eu reviso alguns estudos psicolinguísticos que claramente demonstram a implausibilidade da hipótese do significado literal como um modelo psicológico do entendimento da linguagem”* (Gibbs, 1984, p. 281).

Ele parte da constatação de que existem mais tipos de atos ilocucionários que tipos de sentenças. E considera difícil apreender a força ilocucionária de um proferimento baseado na formatação da sentença e seu significado (literal), pois esse não é sequer claro. A ideia motivadora de Gibbs é que o significado literal sem uma análise do contexto torna a empreitada da análise bem difícil. Então ele assevera acerca do significado literal:

(...), tenho criticado a ideia de que a força ilocucionária pode ser determinada pelo significado literal da sentença, e tenho mostrado que nem todas as sentenças têm significados literais claramente definidos. Estas observações sugerem que determinar o significado literal de uma sentença é uma maneira inadequada para descobrir o significado do proferimento do falante (Gibbs, *ibid.* p. 284).

Para o autor existe uma diferença entre as pressuposições de background e a informação contextual. Ele acha que Searle também compreende isso. O que é característico de Searle é que ele considera o background como uma estrutura primária, e o contexto seria algo secundário. Uma hipótese levantada por Gibbs, por outro lado, é o inverso. Caso se concebesse as duas estruturas como memórias, se tomaria as pressuposições de background como memória de longa duração (como um *hard disk*) e a informação contextual como memória operacional. Ele então propõe um modelo interacionista, de modo que a informação contextual opere primariamente e, na sequência, acione o background, com o objetivo de descobrir o que o falante intenciona. No entanto, a partir disso se conclui que o significado literal nem sempre é acionado. A fim de provar isso, ele realizou alguns experimentos com o intuito de testar se o significado literal era algo necessário para o processamento do significado do falante.

Um desses estudos adotou a metodologia de ler uma estória para os entrevistados, de modo que essa estória terminasse ou com um pedido indireto, ou uma afirmação literal ou com um pedido direto. O pedido indireto foi “Você deve abrir a janela?”, de modo que o sentido implícito era algo como “Por favor, deixe a janela fechada”. O pedido direto foi “Não abra a janela”. O autor salienta que as perguntas eram inseridas em um contexto social e linguístico apropriados. No final de cada estória foi solicitado que os participantes da pesquisa fizessem uma paráfrase referente à estória ouvida. O esperado, caso a tese de Searle estivesse certa, era que o processamento do pedido indireto levasse mais tempo para gerar uma resposta (leitura e paráfrase). Afinal, de acordo com esta, primeiro o indivíduo processa o significado literal para, em seguida, processar o significado não literal. No entanto, os resultados da pesquisa mostraram outra coisa. O processamento do pedido indireto não levou mais tempo

do que a afirmação literal ou mesmo do que o do pedido direto. Isso permitiu que Gibbs concluísse assim:

Estes resultados sugerem que as pessoas não analisam os significados literais de muitos pedidos indiretos *antes* de derivar suas interpretações indiretas, desde que essas expressões sejam apresentadas em contextos situacionais apropriados (ibid., p. 288).

Gibbs chega a sugerir que as pessoas entendem que as ocorrências de pedidos indiretos como o do teste são formas polidas de realizar um pedido, de maneira que não é necessário processar seu significado literal ou composicional.

Outro estudo interessante que ele realizou se refere à compreensão de proferimentos irônicos. Uma ironia se caracteriza, segundo a classificação de Searle, como tendo o significado do falante como oposto ao significado da sentença. Ele analisou situações de pedidos sarcásticos indiretos, tais como “Por que você não demora para pegar a bola?”, quando o que se intenciona é algo como “Apreste-se e pegue a bola!”. Casos como esse são não literais por dois motivos: i) eles são pedidos e não perguntas; e ii) Eles têm significado sarcástico. Assim, de acordo com a tese de Searle, os ouvintes precisam processar os dois significados, o que deveria atestar que a interpretação de um proferimento sarcástico leva mais tempo do que um proferimento literal. Os resultados desse estudo mostraram algo diferente. Os pedidos indiretos sarcásticos levam menos tempo para serem processados do que os usos literais das mesmas sentenças ou mesmo do que os pedidos indiretos não sarcásticos. E isso mostra que o processamento do significado literal da sentença não é algo necessário para compreender o significado intencional e não literal de um proferimento irônico. Em relação a Searle, fica evidenciado que processar o significado do falante em um proferimento irônico não inclui processar o significado oposto ao significado literal. “*Contudo, os ouvintes nunca compreenderão as intenções do falante se eles computarem apenas o oposto dos significados literais dessas sentenças*” (Gibbs, ibid., p. 290).

Sobre as sentenças metafóricas, uma coisa que ele considera fundamental é o reconhecimento de que o proferimento é uma metáfora, pois, se isto não for clarificado, não é aceitável tratar o proferimento como metafórico. Primeiramente, existem casos em que o tratamento de um proferimento metafórico não passa pelo reconhecimento de que o significado literal é defeitivo. Um bom exemplo seria:

118) Nenhum homem é uma ilha.

Esse caso mostra um enunciado que é literalmente verdadeiro, mas, mesmo assim, é um enunciado metafórico. E não é por conta de casos assim que se pode então conceber que os significados podem ser associados randomicamente às sentenças. A sugestão de Gibbs é que a maioria dos enunciados metafóricos têm o significado associado convencionalmente, mediado por um contexto específico. Assim, ele salienta algo que Searle não aceitou em sua tese, que é a ideia de que metáforas são convencionais. Contrariando a proposta do algoritmo da interpretação das metáforas que Searle apresentou, Gibbs destaca que existe evidência experimental que indica que as pessoas associam o significado não literal de maneira automática em muitos casos de pedidos indiretos e de expressões idiomáticas, mesmo quando essas expressões são usadas em contextos literais. Outro exemplo que se pode dar acerca do processamento do significado não literal em uma metáfora ocorrendo antes do processamento de seu significado literal é:

119) Luiz é prisioneiro em sua empresa.

Na perspectiva de Gibbs e outros psicólogos, os indivíduos não têm problema algum em processar diretamente o significado não literal, uma vez que, em casos assim, o significado metafórico já está bem convencionalizado. Isso, entretanto, contribui com a indicação de que a teoria de Searle erra ao conceber que o significado literal é o único dado relevante para o processamento do significado não literal. Dito isso, Gibbs assevera:

Qualquer teoria que assevera que o significado metafórico é computado sobre a base de uma tentativa fracassada em computar que um significado literal não pode explicar por que o significado metafórico deveria interferir no processamento, quando apenas a interpretação literal era requerida (ibid., p. 294).

Assim, mediante o que Gibbs apresenta a partir de seus estudos empíricos, a ideia de Searle sobre o axioma da interpretação das metáforas parece não se sustentar, pois, como apresentado, o significado literal não é algo necessário em muitas situações. Isso, de outro modo, corrobora o que Lakoff concebeu sobre o acesso direto ao significado não literal, que, neste caso, se refere especificamente aos casos das metáforas. No caso de 119, se pode conceber essa expressão metafórica como uma ocorrência do mapeamento TRABALHO É CASTIGO. Para este teórico, o acesso ao mapeamento é direto, sem passar pelo crivo do processamento do significado literal.

Voltando ao que Dascal (1981) defendeu, ele queria estabelecer que o contexto é importante para a análise do significado total da sentença. Ele considera que o significado

literal não deve ser completamente descartado, pois se opõe também ao radicalismo contextual, que menospreza as pressuposições semânticas. A proposta dele é de se estabelecer uma teoria que analise as sentenças com as ferramentas da semântica e da pragmática, propondo o que ele denominou de “literalismo moderado”.

(...) é adotar uma posição que pode ser apelidada de ‘literalismo moderado’. Ao invés de considerar o significado literal como algo composto de entidades completas, idêntico ou capaz de determinar condições de verdade e significação. Ao contrário, tal posição veria significados como ‘esquemáticos’, entidades incompletas, especificando condições, princípios orientadores e outros meios através dos quais as suas “lacunas” possam ser adequadamente preenchidas por informações contextuais (Dascal, *ibid.*, p. 175).

A leitura que Gibbs (2002) faz do literalismo moderado de Dascal é que ele abandona a ideia de oferecer um conjunto necessário e suficiente de condições para determinar o significado literal. Marcelo defende que existem muitas condições e critérios que são semanticamente relevantes. No entanto, nenhum desses é estritamente necessário e suficiente para determinar o significado literal (nem a composicionalidade seria). A ideia de Dascal é que a determinação do significado literal é variada, de modo que elementos da semântica e da pragmática entram em cena. Devido a isso, ele concebe que coisas como palpites, sugestões e significados emotivos, além do critério de não-cancelabilidade e o princípio de invariância contextual podem ser relevantes para determinar o significado literal do proferimento. E cada um desses elementos converge com a composicionalidade para determinar o significado literal (convencional) da sentença. Assim, a proposta de Dascal é que o significado literal não pode ser descartado, e que ele é um composto formado de elementos semânticos e de elementos pragmáticos. Ao ouvir, portanto, cabe processar tudo isso para determinar o significado literal da sentença. Uma reflexão que Dascal fez contribuiu para que ele compreendesse a importância do significado literal, embora de modo mitigado, para o processamento do significado total do proferimento. Ao contar uma piada, o que se tem é a coexistência de dois significados, um literal e outro não literal. O literal é denominado como significado primário, enquanto o não literal é denominado como significado secundário, que, neste caso, tem um viés metafórico. No entanto, como já discutido acima, o significado literal não possibilita computar o significado metafórico. Claro, quando se diz que ele não possibilita determinar o significado metafórico significa que ele não permite isso de maneira objetiva, precisa, inquestionável. Todavia, Marcelo acha que ainda assim o significado literal pode ser apreendido a partir de uma piada, que é o exemplo mencionado. E isso permite afirmar que o significado literal de uma sentença é útil para a interpretação do significado total da sentença.

(...) Marcelo afirmou com esta definição revisada do significado literal que se pode facilmente ver que alguma análise do significado literal desempenha um papel, não importa quão pequeno, na orientação dos ouvintes para as interpretações contextualmente apropriadas das mensagens dos falantes (Gibbs, 2002, p. 206).

Portanto, a tese de Dascal do literalismo moderado também implica em um contextualismo moderado. Isso porque sua tese é de que a análise do significado de um proferimento é realizado pelos domínios da semântica e da pragmática. O problema para ele é tomar partido de um desses domínios, o que recai em radicalismos. Nesse sentido, a tese inicial de Gibbs (1984) é uma proposta do contextualismo radical, uma vez que desconsidera a relevância do significado literal para a determinação do significado total de um proferimento. O próprio Gibbs nomeia essa concepção de “modelo do acesso direto”. Como ele mesmo diz:

O que é mais importante é que não sustento mais a tese da interpretação radical do modelo do acesso direto, que se caracteriza pelo fato das pessoas usarem contexto para inferirem imediatamente o significado intencionado pelos falantes (Gibbs, 2002, p. 222).

A questão da significação do proferimento, mediante a proposta desta tese, é a de que a análise não pode ser estabelecida apenas por um dos domínios da linguagem citados, ou seja, semântica ou pragmática. Por consequência, isso também se aplica quando se pensa na significação de um proferimento metafórico.

Após essa longa discussão realizada no decorrer do texto, são geradas algumas conclusões acerca da interpretação de proferimentos não literais, especificamente, as metáforas.

A primeira conclusão é acerca da concepção de Searle, que serviu de base para a investigação empreendida aqui. A ideia original do autor para a interpretação de metáforas foi a criação de um algoritmo. A pretensão da proposta, inicialmente, era possibilitar a interpretação do significado não literal, mediante o auxílio de princípios que garantiriam o enquadramento das expressões metafóricas em fórmulas que caracterizariam as metáforas. A dificuldade é que o algoritmo parecia promissor quando se pensava nas metáforas apenas em termos formais, quer dizer, quando estabelecia as relações entre os termos *P*, *Q* e *R*. No entanto, quando se passava para o tratamento dos conteúdos semânticos dos termos relacionados, então ficava claro que a interpretação não era algo fácil de se proceder.

Essa dificuldade talvez tenha motivado Searle a apresentar uma solução que resolve o dilema sem dar uma explicação para os processos apontados em sua tese

algorítmica. A explicação desses processos seria de grande valia para se avançar no conhecimento da linguagem. Então ele lança um elemento que unifica um rol de habilidades e capacidades, que denominou de background. Este elemento também tem a característica de ser inato, o que bloqueia qualquer movimento de tentativa de explicação empírica dele. Na verdade, Searle enfatiza que ele é não-intencional e não-representacional, o que garante a ele um status de elemento que é condição de possibilidade e que não cabe nenhum tipo de explicação sobre ele. Aliás, na perspectiva de Searle, qualquer tentativa de explicação dele geraria uma necessidade de um elemento anterior, o que resultaria em um processo *ad infinitum*. Nesse sentido, o background se assemelha ao que fora o *Motor Imóvel* na teoria de Aristóteles. A semelhança, para deixar claro, se refere apenas à questão de ser a fonte do processo, quer dizer, que é uma condição de possibilidade do funcionamento do sistema (neste caso, a interpretação metafórica), mas que é incondicionado.

A segunda conclusão é que o modelo alternativo, que tinha potencial de ser um modelo mais explicativo do que o de Searle, é o modelo cognitivista de Lakoff. Esse modelo tem como proposta fundamental a ideia de que as metáforas são, em sua grande maioria, convencionais. Isso quer dizer que a metáfora, que fora tão relegada a uma questão de estilística, é, ao invés disso, altamente estruturada. O projeto dele se fundamenta na ideia de que metáforas denotam um mapeamento entre conceitos. Assim, um ponto importante é diferenciar uma metáfora conceitual, que se refere ao mapeamento entre conceitos, e a expressão metafórica.

As metáforas conceituais são mapeamentos pré-existentes, e se caracterizam por mapear um conceito em termos de um outro. Normalmente, esse mapeamento apresenta um conceito menos determinado em termos de um conceito mais determinado. Nos moldes da teoria do autor, ele descreve essa relação como o mapeamento de um domínio fonte em termos de um domínio alvo.

Quando Lakoff avalia a teoria de Searle, um ponto de ruptura fundamental é a ideia de que o significado literal não é necessário para se ter acesso ao significado metafórico, de modo que ele se opõe com veemência a qualquer proposta algorítmica de interpretação de metáforas. Ele compreende que o acesso ao mapeamento é direto, não passando pela avaliação do significado literal. Com isso ele pretende que sua teoria da metáfora seja enquadrada na semântica sincrônica. Essa pretensão dele parece ser diferente da apresentação da teoria inicial, que ele defendeu junto de Mark Johnson, quando publicaram, juntos, o

Metaphors we live by. Neste livro a diacronia parecia ter mais relevância, pois eles tentaram mostrar que as metáforas conceituais eram estabelecidas a partir das experiências dos usuários das línguas. No entanto, em sua obra posterior, ele não despende tempo na análise das construções das metáforas conceituais. Pelo contrário, elas compõem o sistema como elementos pré-existentes.

Mas o maior problema é que esta concepção recai na mesma dificuldade da teoria de Searle. A interpretação da expressão metafórica em termos de mapeamento conceitual ocorre de maneira direta pelos indivíduos, mas não explica como ocorre esse reconhecimento. Assim, ele evita uma explicação em termos de algoritmo, pois descarta a ideia de que é possível processar um dado (input) com a finalidade de obter outro dado (output). Desse modo, não seria estranho adotar o background⁷⁸ de Searle para o trabalho de reconhecimento da expressão metafórica e de caracterização do mapeamento conceitual com a qual ela se relaciona. Óbvio que Lakoff não fez isso, mas, com alguns ajustes, parece que isso seria possível. O que impediria adotar o background *strictu sensu* é o fato de o linguista conceber a metáfora como convencional. Isso é o fator decisivo para diferenciar sua concepção em comparação com a proposta de Searle. O autor de *Expression and Meaning* considera que a metáfora não é convencional, o que torna sua interpretação algo ainda mais difícil. A interpretação consiste na apreensão do significado do falante, que se distingue do significado literal da sentença. A maneira de apreender o significado fica sob o encargo do background, no final das contas. Por fim, o modelo de Lakoff, tratado aqui como uma alternativa ao modelo de Searle, também não consegue resolver a questão da interpretação. O que faltou a esse modelo, sobretudo, é explicar como se reconhece uma metáfora e como se processa o mapeamento pertinente aos proferimentos. Ele também creditou isso a uma capacidade especial que, neste caso, será creditado à cognição, o que parece algo inaceitável para Searle.

As duas teorias apresentam limitações. Na teoria de Searle, por exemplo, o que se percebe é que Searle não consegue apresentar um procedimento para interpretar metáforas, pois não reconhece a convencionalidade de parte das expressões metafóricas. Isso o incita a concentrar esforços na apreensão do significado do falante. Assim, sua concepção pende para o domínio da pragmática, mas com um detalhe. Ele não apresenta uma abordagem que leve em conta a relevância do contexto. Quando se analisa a seguinte expressão:

⁷⁸ Para não gerar dúvidas, o background mencionado se refere ao conjunto de habilidade e capacidades que a mente tem como constituinte, e não ao que se concebe apenas como pressuposições semânticas.

108) Tem sido uma estrada longa e esburacada.

Não fica claro como interpretar. Afinal, o proferimento, destituído do contexto de proferimento, pode ser literal. Pode ser uma fala de dois viajantes em um carro, de modo que a viagem é longa e a estrada é muito esburacada. Pode ser um casal conversando sobre as dificuldades encontradas em seu relacionamento. E ainda poderia ser o caso de dois amigos estarem conversando sobre a carreira profissional. Desconsiderando a influência do contexto de fala, e mesmo a avaliação das máximas do princípio cooperação, fica difícil inferir o significado intencionado. O modelo do axioma de interpretação de metáforas não explica como fazer a transição dos conceitos mencionados para conceitos semelhantes. A solução via o background não explica como fazer essa inferência, embora diga que faz isso de modo misterioso.

A teoria de Lakoff tratará a metáfora como estruturada e convencional. A expressão metafórica 108 é um *token* do mapeamento AMOR É UMA JORNADA ou do TRABALHO É CASTIGO? Neste caso, a teoria do acesso direto não explica como o intérprete processa ou raciocina a metáfora. As duas teorias parecem incorrer na mesma deficiência, que é a falta de análise do contexto de fala. E isso é um resultado esperado de teorias que se concentram no ato da fala do locutor, sem levar em conta os aspectos relativos ao interlocutor. Como Susan Haack já apontou acerca de Searle (1994, 2023), a impressão é que o veredito sobre o significado total do proferimento é o emissor.

A terceira conclusão é acerca da forma de estabelecer o significado linguístico. Os domínios da semântica e da pragmática não podem se excluir mutuamente. Afinal, não se pode pensar no significado em termos de dicionário e abdicar dos determinantes externos ao proferimento. Do mesmo modo, não se pode pensar no significado em termos de uso da linguagem e abdicar dos pressupostos semânticos das palavras e sentenças. Assim, semântica e pragmática não são auto excludentes, mas, na verdade, são complementares.

(...) a compreensão do dito (semântica) e a leitura do que é dito (pragmática) a alguém, através de um ato de fala, são duas faces da mesma moeda, para usar uma metáfora cara a Saussure. Ou seja, semântica e pragmática são complementares e imprescindíveis para significar algo pela linguagem, e para a comunicação linguística (Araújo, 2007, p. 2).

O erro de parte da tradição filosófica foi considerar a pragmática um domínio incerto para se construir uma teoria capaz de gerar métodos de análise dos fenômenos linguísticos. Portanto, essa mesma tradição estabeleceu que a semântica seria o domínio por

excelência para determinar a significação das palavras e proferimentos. A proposta de Searle, como já apresentada aqui, rompe com essa tradição, trazendo à tona a análise pragmática da intenção do falante para a determinação do significado de sentenças contendo tropos, onde o significado não é literal. A pragmática auxilia no raciocínio inferencial, conforme o autor apresenta. Sua teoria dos atos de fala, seguindo as pegadas de Austin, concebeu que o fator determinante do significado de um proferimento qualquer é a detecção de sua força ilocucionária, que se refere ao propósito da locução numa situação de fala.

A linguagem é ação no mundo e não apenas código que serve para traduzir o pensamento. Ela semiotiza a realidade, a sentença completa significa estados de coisas, mas o que se comunica não é a sentença, e sim os distintos e numerosos jogos de linguagem. Não há código sem uso, não há sistema de regras sem aplicação, não há ato de fala sem função (Araújo, *ibid.* p. 24).

Assim, as duas teorias em tela erram por focalizarem predominantemente em apenas um dos domínios. Elas deixaram muitas incertezas em seu caminho interpretativo, não conseguindo atender o que propuseram, que era dar uma explicação da apreensão do significado metafórico. A interpretação das metáforas é algo mais complexo do que se imaginara, estabelecendo a necessidade de uma análise dos elementos que caracterizam essa complexidade, o que leva em conta elementos tanto semânticos como pragmáticos.

A quarta conclusão é que a maneira que as duas concepções empreenderam suas metodologias de interpretar metáforas têm limitações, mas não são inteiramente erradas. Desse modo, o que se busca aqui é o estabelecimento de uma concepção de interpretação de metáforas mais abrangente, o que resultará em situações que poderão diminuir as incertezas quanto ao significado de expressões metafóricas. Para tal fim, deve-se destacar que a concepção de significado literal é aceitável. Afinal de contas, não é razoável atacar o que gera estabilidade na comunicação cotidiana. Negar que exista algo como o significado literal seria dar vazão a algum tipo de relativismo linguístico ou mesmo algum tipo de contextualismo radical, que também culmina em uma concepção de linguagem pouco determinada. As práticas de linguagem não são suficientes para determinar a significação se não houver algo estável, algum tipo de significado semântico. Assim, o significado literal é uma noção que auxilia a explicar os fenômenos linguísticos⁷⁹. Junto disso está a ideia de que a linguagem é

⁷⁹ Contestar a importância do significado literal é algo similar ao que Quine (2010b) fez com a noção de analiticidade. Na ocasião, Miller (2010) considerou essa atitude de Quine uma medida socrática, uma vez que exigia uma classificação do conceito que beirava a uma visão essencialista, de modo que Quine apresentou algumas inconsistências da analiticidade. Ele objetivava problematizar a aplicação dele, causando sua eliminação do dialeto filosófico. Grice & Strawson (2020), por outro lado argumentaram que Quine exigia muito do

convencional, pois a linguagem se concretiza em línguas diferentes, sendo determinada por regras constitutivas e por regras regulativas. Desse modo, o que se defende aqui é que as expressões metafóricas também são convencionais, o que possibilita dizer que elas são estruturais, e não arbitrárias. Melhor seria dizer que a maioria das expressões metafóricas são convencionais, embora existam casos de metáforas novas, como é mais comum ocorrer em poesias ou mesmo nas ciências. As metáforas novas nem sempre são convencionalizadas, podendo gerar interpretações novas, criando mapeamentos conceituais inéditos. No entanto, essas ocorrências não descredenciam a concepção defendida aqui, que tem como alvo principal as metáforas convencionalizadas.

Assim, está definido que o pontapé inicial é o significado literal da sentença, que engloba as pressuposições semânticas⁸⁰ da língua. Esse material é o que se pode compartilhar entre os usuários da língua. Quando ocorre um proferimento com teor metafórico, é importante dizer que a melhor ferramenta para a percepção de sentido não literal é a prática de uso da língua. Quer dizer, existem diversos determinantes para esse reconhecimento, mas o que não se pode é apontar um instrumento que seja preciso e irrefutável. A prática dos usuários é fundamental nesse processo, como as pesquisas psicolinguísticas tentaram demonstrar.

Algo importante nesse processo de reconhecimento é a percepção da intenção do falante, ou seja, a força ilocucionária que ele adiciona na locução. E isso implica na determinação do propósito, na direção de ajuste e na condição de sinceridade, que são elementos fundamentais na determinação da força ilocucionária. Searle defendeu que nos casos convencionais da língua (leia-se, quando a sentença é literal), isso é reconhecível de imediato. O problema, segundo ele, é quando existe um significado não literal na expressão, que não é convencional. Assim, reconhecer a força ilocucionária é mais difícil, uma vez que o significado do falante não é claro.

O que se propõe aqui é que esta avaliação da força ilocucionária depende também da avaliação contextual. Isso implica na avaliação da situação de fala em sua totalidade. Determinar a situação de fala resulta em destacar os sujeitos envolvidos no ato

conceito, pois este auxilia no tratamento de diversas questões em filosofia. Assim, se vislumbra a mesma atitude ao se pensar acerca da noção de significado literal, pois ele tem aplicação e auxilia na explicação de muitas situações linguísticas.

⁸⁰ Vale destacar que as pressuposições semânticas podem ser denominadas como pressuposições de background em diversas situações de fala, como em teorias diferentes.

conversacional, locutor e interlocutor, no tempo e lugar do proferimento e a avaliação das máximas conversacionais. Quando se fala dos sujeitos envolvidos no ato conversacional, é importante destacar que muitas coisas podem influenciar, como sexo, capital cultural, ocupação profissional, religião, afiliação política, dentre outras coisas. O lugar se refere ao local em que é feito o proferimento. Tempo se refere ao momento cronológico em que o proferimento é realizado. As máximas conversacionais fazem referência ao que Grice (1982) já apontou em sua teoria acerca do Princípio Cooperação⁸¹.

Esses elementos parecem apontar para um indeterminismo no estabelecimento do significado não literal, incorrendo no mesmo erro das teorias mencionadas, a de Searle e a de Lakoff. Ou seja, do mesmo modo que não foi possível destacar uma maneira segura de reconhecer a metáfora nestas teorias, a maneira que se concebe aqui parece não ser tão precisa também. No entanto, o processo mencionado nesta tese é diferente das teorias analisadas. Primeiramente, o fato de existirem muitos elementos para o reconhecimento do metafórico não implica que se caia em subjetivação ou em uma interpretação arbitrária. Os elementos mencionados apenas esboçam a dificuldade de se reconhecer a ocorrência do significado não literal atrelado a uma expressão, que, por si só, contém significado literal. Esses elementos destacam os artifícios estratégicos para gerar a percepção de uma expressão metafórica. Logo, a partir da análise dos elementos destacados, então é possível o reconhecimento do tropo metafórico. Assim, ao realizar a análise, o intérprete buscará determinar o significado literal (locução), a força ilocucionária e os elementos contextuais. Isso permite emitir um selo que ateste que um proferimento é uma expressão metafórica.

Após o reconhecimento de que a expressão é metafórica, o próximo passo é o encaixe da expressão metafórica em um mapeamento conceitual, similar ao que a teoria de Lakoff concebe. Assim, aqui se concebe que os mapeamentos são entidades semânticas, logo, são estruturados e concebidos como elementos convencionalizados na língua. Isso implica que as expressões metafóricas, em sua maioria, são *tokens* dos mapeamentos conceituais metafóricos, que são os *types* dos mapeamentos. Isso, contudo, não cria uma semântica de segunda ordem, como pode parecer. O que realmente ocorre é que a semântica é estendida em sua composição. Em vez de se pensar em uma semântica composta de palavras e sentenças, o que se tem é, na verdade, uma semântica composta de palavras, sentenças e mapeamentos. E

⁸¹ Deixar claro que existem outros elementos que podem ser relevantes em contextos diversos, como a entonação, uso de diminutivo ou aumentativo e outros mais. Eles, contudo, não são relevantes para o desenvolvimento desta tese.

deve-se deixar claro que o objetivo não é estabelecer com rigidez quais elementos pertencem ao domínio semântico, mas apenas se busca estabelecer que os mapeamentos (que são convencionais) também pertencem a esse domínio.

Os mapeamentos têm algumas características em comum, como a convencionalidade, coerência, parcialidade e cancelabilidade. Os mapeamentos são convencionais, quer dizer, eles são estruturados na língua em questão.⁸² Isso possibilita que as expressões metafóricas sejam analisadas como ocorrências particulares de seus tipos prototípicos, que são os mapeamentos conceituais.

Eles são coerentes pelo motivo de associarem ideias que estão na base das experiências corporificadas dos seres humanos. As experiências são tratadas no âmbito intersubjetivo, o que culmina em aspectos da cultura e da natureza. Logo, a experiência relevante para o estabelecimento dos mapeamentos não é a experiência individual, subjetiva, de um sujeito. Na verdade, a experiência que fundamenta um mapeamento deve ser reconhecida intersubjetivamente, do contrário, o mapeamento não tem valor enquanto elemento semântico. Somente experiências que são reconhecidas por uma comunidade servem de parâmetro para determinar a coerência entre conceitos mapeados. Os conceitos relacionados em um mapeamento apresentam coerência entre si, sendo atestada mediante essa experiência corporificada da cognição de uma comunidade de fala.

Os mapeamentos são parciais, pois um mapeamento apresenta a totalidade possível da significação dos conceitos relacionados. A ideia é que um mapeamento foque em um aspecto da significação do conceito relacionado e deixe outro aspecto de lado. Por exemplo, o mapeamento DISCUSSÃO É GUERRA delinea o aspecto do conflito que ocorre em uma discussão, da disputa entre as pessoas envolvidas na discussão etc. Por outro lado, ele deixa de lado a concepção de que uma discussão busca um entendimento mútuo entre os debatedores, a busca de um consenso e por aí vai. Assim, fica claro que o mapeamento não esgota as possibilidades de significação que ele permite, o que não o invalida enquanto um encadeamento de conceitos que aponta para uma descrição do conceito fonte, a saber, o de discussão, em termos de um aspecto parcial, o de guerra.

Os mapeamentos são canceláveis, uma vez que não se trata de um encaixe dos conceitos de maneira perfeita. Quer dizer o seguinte, devido à parcialidade dos mapeamentos,

⁸² Aqui a referência é a língua portuguesa, mas em todas as línguas ocorrem mapeamentos.

é possível que a interpretação seja considerada incorreta, uma vez que pode haver uma discordância acerca do significado das metáforas na prática conversacional. Assim, o contexto pode fornecer material para indicar que a interpretação precisa de um reparo. Alguns exemplos serão apresentados:

107) Veja quão longe chegamos.

53) Maria tem o temperamento doce.

54) José é uma pessoa amarga.

No caso de 107 o que se tem é uma sentença que indica um locutor falando para seu interlocutor que eles avançaram bastante em seu trajeto, que talvez se refira à distância que caminharam em uma trilha, por exemplo. Entretanto, o proferimento pode ter um contexto em que os indivíduos não se encontram em movimento, mas estão falando do relacionamento deles ou mesmo de uma situação em que estão experimentando. Desse modo, mediante um contexto em que os indivíduos são namorados, talvez a expressão se refira ao mapeamento metafórico AMOR É UMA JORNADA. De outra forma, em um contexto de amigos em um debate acalorado, a expressão se refere ao mapeamento metafórico DISCUSSÃO É GUERRA. O contexto servirá de auxílio para entender que não se trata de uma sentença literal e, também, da percepção da força ilocucionária. Após essa determinação, então se faz o encaixe da expressão metafórica no mapeamento conceitual apropriado. Esse encaixe se ajusta às caracterizações de convencionalidade, de coerência, de parcialidade e de cancelabilidade. Não se trata de uma inferência realizada por uma capacidade misteriosa, como o background. E não é o caso, ao menos em muitas situações, da expressão metafórica ser acessada diretamente e encaixada em um mapeamento. Independentemente da interpretação feita, e levando em conta um contexto adequado, o mapeamento será coerente, o que garante significatividade do enlaçamento dos conceitos relacionados. Além disso, está claro que não existe a pretensão de esgotamento do significado da expressão metafórica. A parcialidade dos mapeamentos garante que seja assim, que se dê destaque a uma característica do conceito fonte, em detrimento de outra possível. O encaixe da expressão metafórica também não ocorre de modo direto em um mapeamento, como um processo de clarividência, ou seja, um reconhecimento tácito, direto.

Os exemplos 53 e 54 são casos que serviram de exemplo para demonstrar o princípio 4 de Searle no capítulo 3 deste texto. De acordo com o princípio, o significado

metafórico escamoteia o que o falante quer comunicar, que, em princípio, não tem similaridade alguma entre o predicado da expressão e o verdadeiro predicado intencionado. Searle não conseguiu demonstrar como se obtém o predicado *R* a partir do predicado *P*. Desse modo, indica o background como o responsável pela inferência correta. Na perspectiva de Lakoff, por outro lado, a conexão entre os dois predicados é direta, pois existe um mapeamento pré-existente que garante esse encaixe entre eles. O mapeamento é SENTIMENTO TEM SABOR. Afinal, os sabores doce ou amargo são determinantes para a classificação dos indivíduos em questão. Doce é um sabor que a maioria das pessoas gosta bastante, que relaxa, que dá prazer, que serve de acompanhamento na hora do cafezinho da tarde ou mesmo como uma sobremesa. Amargo é um sabor que se costuma evitar, que é desagradável, que não é prazeroso. O que estabelece essa caracterização destes conceitos é o que as pessoas experienciam costumeiramente, aquilo que normalmente relatam. Isso se encrusta na cultura vivenciada pelos ocidentais e, mais especificamente, pelos brasileiros.

O que Searle não explicou, por outro lado, foi a maneira que ele obteve a inferência de *S é R*, pois não se apoia no experiencialismo e nem considera as metáforas como manifestações convencionais. Lakoff, por outro lado, não explica como reconhece que uma expressão é metafórica, haja vista ele se desvencilhar das pressuposições semânticas e rejeitar a noção de significado literal. Desse modo, o que se consegue apreender da leitura de sua obra é que ele concebe alguma atuação misteriosa, aos moldes do background searleano, no processo de reconhecimento da metáfora em um proferimento realizado. Portanto, cada um dos dois deixa uma parte da interpretação inexplicada, atribuindo a interpretação ao inexplicado. No caso de Lakoff, o misterioso é o aparato cognitivo, que faz conexões que não são explicadas em seus pormenores. Searle, mesmo que viesse a discordar, também aponta para o que se concebe aqui ser o aparato cognitivo⁸³.

A interpretação de 53 e 54 envolve os pressupostos semânticos da língua em questão, portanto, trata do significado literal do proferimento. Apesar disso, o que fica claro é que os dois proferimentos têm como propósito qualificar pessoas, realizando um ato assertivo. Esse ato tem direção de ajuste palavra-para-mundo e condição de sinceridade de ser um proferimento verdadeiro. Esses elementos da análise não destacam ainda o aspecto metafórico do proferimento. Assim, a avaliação contextual é que permite ao intérprete entender que o

⁸³ No capítulo 4 se tentou mostrar como Searle faz uma crítica ao cognitivismo equivocada, pois concebe o projeto da IA como o representante de toda a ciência cognitiva. Como argumentado, sua concepção tem diversas semelhanças com algumas teorias cognitivistas.

proferimento é não literal. Tomando o caso 54, a situação de fala pode ser a de duas pessoas discutindo se José aceitará o erro cometido por um dos falantes. O diálogo poderia ser assim:

- Você acha que José vai entender o que eu fiz? Por qual motivo eu não cumpri o que prometi?
- O fato não é algo tão grave, mas José é uma pessoa amarga.

A partir desse contexto, fica claro que se trata de uma metáfora, o que envolve o ato conversacional, os indivíduos envolvidos, o que foi implicado, o que é relevante na fala do interlocutor. Neste caso, uma pista de que há uma expressão com significado não literal é a partícula *mas*, que evidencia um contrassenso das sentenças. A resposta do interlocutor é clara, que “O fato não é tão grave”, o que parece levar à inferência de que então é possível que José perdoe o locutor. No entanto, quando adiciona a conjunção “mas”, então apresenta a pista de uma adversatividade entre as expressões conjugadas, de modo que a expressão “José é uma pessoa amarga” parecer não se encaixar na sentença completa. Então, essa fala cria a suspeita de se tratar de uma metáfora. Logo, essa avaliação de caráter pragmático é complexa, não sendo possível a criação de um *checklist* dos elementos constitutivos do proferimento. Essa avaliação, entretanto, não é arbitrária, como visto mediante os elementos analisados. Contudo, ela é passível de erro, pois é determinada apenas parcialmente.

Assim, ao constatar⁸⁴ que existe o significado metafórico, o intérprete busca fazer o encaixe da expressão metafórica em um mapeamento conceitual. Nesse caso, um mapeamento que é coerente com a situação e com os pressupostos semânticos é o mapeamento SENTIMENTO TEM SABOR. O domínio fonte, a saber, o sentimento, é apresentado de um modo mais concreto e determinado. Nesse caso, o sentimento seria relacionado a José, que é apresentado como alguém amargo, que é coerente com a ideia de que é alguém que é resmungão, ranzinza, que não quer muito papo. Essa interpretação é passível de erro, uma vez que ela não é uma descrição absoluta, objetiva, verdadeira ou inquestionável. Pelo contrário, ela é parcial, portanto, cancelável. O que diminui os riscos de incorreção é exatamente a avaliação pragmática, que trata dos elementos contextuais. A

⁸⁴ Constatar pode ser uma atitude do intérprete. Essa determinação da interpretação tem o status de uma sugestão ou hipótese, contanto que se entenda que é necessário escolher um valor para *R*. O que a concepção possibilita, no entanto, é buscar eliminar as chances de erro ao fazer uma avaliação rigorosa, na medida em que for possível. Assim, a interpretação tem semelhança com a atividade de investigar.

análise de ordem pragmática vai mensurar o encaixe do significado semântico e da força ilocucionária na situação de fala.

7. CONCLUSÃO

A presente tese teve como principal objetivo encontrar uma solução para o problema da interpretação das metáforas a partir da obra de John Searle. O texto em que se delineia o problema é intitulado *Expression and Meaning*, publicado em 1979. O autor dedica um capítulo especificamente para tratar das metáforas. Ao caracterizar uma metáfora, ele

entende que a metáfora é um ato de fala que se caracteriza como uma sobreposição de um significado do falante sobre o significado literal da sentença. Dizendo de maneira mais clara, ela se caracteriza como uma expressão *S é P*, mas que, na verdade, significa *S é R*.

Contudo, sentenças e palavras têm apenas os significados que têm. Estritamente falando, sempre que falamos sobre o significado metafórico de uma palavra, expressão ou sentença, estamos falando sobre o que um falante pode dizer o que isso significa, de uma maneira que se afasta do que a palavra, expressão ou sentença realmente significa. Portanto, estamos falando sobre as possíveis intenções do falante (Searle, 1999, p. 77).

Na abordagem de Searle, a metáfora tem um significado não literal e, além disso, não é convencionalizada. Portanto, o que é fundamental é decifrar o significado intencional do falante. A seguir, o autor tentou construir uma metodologia para a análise desse processo, que resulta na interpretação do significado metafórico. Ele entende que só necessita das regras gerais da realização de atos de fala e dos princípios de conversação (aos moldes de Grice) para estabelecer tal metodologia. Isso deixa claro que suas ferramentas são estritamente pragmáticas, uma vez que ele afasta a metáfora da convencionalidade. Aliás, sua ideia era que o significado metafórico era algo diferente do significado literal, o que impede que as ferramentas da semântica sejam utilizadas para inferir o significado da metáfora.

Em um primeiro instante, ele buscou apresentar um conjunto de princípios que serviriam de base para destacar as ocorrências possíveis de estruturação das metáforas. Esses princípios seriam úteis na aplicação de um algoritmo que ele criou. O algoritmo consiste na execução de três passos para determinar o significado metafórico intencionado. Assim, os passos são os seguintes: 1) é preciso primeiramente reconhecer que a emissão é metafórica. Nesse caso, existem algumas estratégias para essa identificação, sendo a principal a questão do proferimento ser defectivo do ponto de vista literal. Isso atende, sobretudo, à máxima da qualidade que Grice apresentou em suas considerações. 2) após o reconhecimento de que o proferimento é metafórico, então serão utilizadas estratégias para pensar nas possibilidades de significação de *P*. 3) diante de todas as possibilidades de *P*, então se deve proceder a redução dos valores. Isso implica em uma avaliação dos elementos do proferimento, notadamente *S*, a fim de diminuir as possibilidades de significado para *R* em relação a *P*.

O que não está claro é como essa redução dos valores de *R* é possível, uma vez que, em alguns casos não existe nenhum tipo de semelhança entre *P* e *R*. Também não se pode atribuir a qualquer tipo de avaliação semântica do proferimento, uma vez que ele considera que as metáforas não são convencionais. A incapacidade em explicar esses processos devem

ter levado Searle para a afirmação de um elemento que condiciona a intencionalidade, que diz que é um modo de saber fazer, mesmo sem conseguir explicar como fazer. Esse elemento estranho, autônomo, é o que Searle denominou de background. Ele se notabiliza por capacitar o indivíduo a processar e interpretar metáforas, sem que haja uma explicação para estes procedimentos.

Esta tese afirma que essa explicação de Searle não é suficiente para estabelecer nem o modo que se produz e nem a maneira que se interpreta metáforas. A interpretação é o alvo desta investigação, e por isso se buscou dar outra explicação.

Uma proposta alternativa a essa que Searle apresentou veio dos cognitivistas, sobretudo do linguista norte americano George Lakoff. Ainda na década de 80, junto do filósofo Mark Johnson, Lakoff apresentou a teoria da metáfora conceitual. Essa proposta afirma que o universo conceitual humano é, em grande parte, caracterizado metaforicamente em termos do que Lakoff (1993) chamará de “mapeamentos estruturais conceituais metafóricos”. A ideia do autor parecia dar conta daquilo que a tese de Searle não fora capaz de explicar, a saber, o modo como relacionar *S*, *P* e *R*. Ele faz isso quando apresenta a ideia de que as expressões metafóricas são ocorrências de estruturas conceituais pré-existentes, os mapeamentos. Assim, esta concepção se apresenta com duas vantagens em relação à concepção serleana.

A primeira vantagem é a ideia de que esse processamento do significado e interpretação das metáforas ocorre pelo aparato cognitivo, mediante operações diversas que suas funções executivas realizam. Em relação a Searle, como mostrado no capítulo 4, parece que o filósofo se enganara pela maneira que caracterizou o cognitivismo como um modelo que propõe a IA, sobretudo a proposta mais radical. Apresentar a cognição como a estrutura executora da interpretação metafórica é vantajoso por se colocar à disposição das pesquisas das neurociências, que tem se aperfeiçoado na demonstração de como o aparato cognitivo funciona. Talvez o que Searle chamou de background seja simplesmente o que os neurocientistas chamam de cognição, apesar da relutância de Searle em se aproximar de qualquer projeto que aponte a cognição como o elemento central da estrutura neuronal.

A segunda vantagem vem do fato de Lakoff conceber que as metáforas, em sua maioria, são convencionais. Assim, elas fazem parte da vida cotidiana das pessoas, fazendo parte da estrutura de pensamento e ação dos seres humanos. Isso quer dizer que os humanos processam conceitos metaforicamente, unindo conceitos que, literalmente, não se ajustam em

proferimentos. A ideia dele é que os mapeamentos são pré-existentes, compondo o arsenal semântico das línguas humanas. Quer dizer o seguinte, os mapeamentos são parte da semântica, sendo necessário ajustar as expressões metafóricas nesses mapeamentos. Dito de outra forma, são os mapeamentos que se manifestam através de expressões metafóricas diversas. Assim, a maioria das expressões metafóricas se ajustará às estruturas já convencionalizadas, parte da sincronia da língua.

Uma diferença necessária do sistema de Lakoff é que ele compreende que a interpretação da metáfora ocorre de maneira direta, sem necessidade de passar pela avaliação do significado literal. Searle, diferentemente, entende que é a partir da avaliação do significado literal que se percebe que o proferimento em questão é uma expressão metafórica.

Os dois modelos são incompletos, segundo esta tese. Em relação ao modelo de Searle, o maior problema foi considerar a expressão metafórica algo não convencional, o que impede qualquer interferência da semântica na determinação da significação da metáfora. Ele concebe que a interpretação é realizada pela pragmática, embora não tenha uma demonstração clara de como realiza isso. Ele coloca a interpretação do ajuste entre *P* e *R* na conta de um elemento misterioso, o background. Em relação ao modelo de Lakoff, o maior problema foi considerar que a expressão metafórica se ajusta ao mapeamento conceitual sem a mensuração do significado literal da sentença. Essa explicação parte da ideia de uma estrutura semântica que se manifesta aos falantes, como pressuposições claras e acabadas, como algum tipo de espelhamento. A verdade é que essa forma de conceber a metáfora é possível mediante a ideia de que as metáforas são convencionais, embora não apresente o desenvolvimento histórico-cultural dos mapeamentos. Em relação à concepção dele com Johnson em 1980, talvez essa seja uma mudança relevante.

Em virtude disso, esta tese apresenta uma proposta diferente das duas abordagens aqui discutidas. A abordagem aqui delineada é semântico-pragmática. O que se concebe é que as abordagens discutidas ao longo do trabalho erram devido às suas excessivas parcialidades. A parcialidade de Searle é tratar a interpretação metafórica mediante o domínio da pragmática, deixando de perceber que a convencionalidade dos mapeamentos explica a maneira que os conceitos se relacionam. Por outro lado, a parcialidade de Lakoff é tratar a interpretação metafórica mediante o domínio semântico, deixando de perceber que a caracterização de um proferimento como metafórico depende de instrumentos pragmáticos. Mas, apesar disso, a concepção defendida assume que as duas propostas têm pontos valiosos

para uma abordagem mais abrangente, que preserva a complexidade dos fenômenos metafóricos.

A proposta semântico-pragmática defende que o arcabouço semântico inclui os mapeamentos em seu paiol de significados. No que se refere aos mapeamentos, a proposta tem alguns aspectos diferentes em relação ao que Lakoff concebera. A proposta semântico-pragmática não pensa a semântica apenas em termos de sincronia, uma vez que a diacronia é fundamental nessa empreitada. A ideia é que os mapeamentos são formados ao longo das experiências cognitivas corporificadas dos usuários da língua. Assim, são as diversas experiências, intersubjetivamente determinadas, que consolidam os mapeamentos enquanto elementos convencionais. Ademais, incluir a diacronia possibilita a construção de novos mapeamentos, como aqueles que surgem normalmente da linguagem poética e das investigações científicas. Com isso fica claro que a existência dos mapeamentos é uma construção realizada através das práticas socioculturais, e não formas puras aos moldes do platonismo.

A pragmática tem um papel crucial na avaliação da força ilocucionária e do contexto da situação de fala. A constatação da força ilocucionária segue o que Searle já apresentou em sua teoria dos atos de fala. A força ilocucionária tem diversos componentes, mas os três principais são o propósito ilocucionário, a direção de ajuste e a condição de sinceridade. O ato de fala de um proferimento literal é convencionalizado, mas, quando se trata de metáforas, é necessário proceder a determinação da força ilocucionária. Além disso, os elementos do contexto também recaem na avaliação do domínio pragmático, uma vez que não se trata de elementos bem delineados, como se a avaliação constasse de uma investigação em termos de um *check list*. O último capítulo da tese já apresentou exemplos da análise interpretativa das metáforas.

Assim, é importante destacar aqui que essa concepção não apresenta uma maneira precisa e incontestável de interpretação de metáforas. Como já fora mencionado, a avaliação pragmática das expressões metafóricas permitirá o encaixe dela nos mapeamentos conceituais existentes, que se caracterizam por serem convencionais, coerentes, parciais e canceláveis. Isso, ao contrário do que se possa pensar, não estabelece que as interpretações sejam arbitrárias, pois o ajuste das expressões segue os princípios da coerência e da parcialidade dos conceitos. Esses dois princípios estabelecem que o processo de encaixe de uma expressão metafórica em um mapeamento designa uma possibilidade de sentido do proferimento, tendo

passado pela filtragem da pragmática, que minimiza os erros. O pior a ser dito sobre isso é que não tem como fugir disso, ou seja, não é possível criar uma teoria que interprete com precisão absoluta uma expressão metafórica. Não obstante, a formatação semântico-pragmática é, de acordo com esta tese, a mais abrangente e mais suscetível de acerto.

Por fim, é necessário dizer que nem toda metáfora é convencionalizada, apesar da maioria das expressões metafóricas serem apenas ocorrências dos tipos de mapeamentos que já são parte do rol do arcabouço semântico das línguas. No entanto, em nenhuma língua é permitido dizer que todas as metáforas já estão convencionalizadas, o que implicaria em algum tipo de concepção de uma estrutura supralinguística, que contivesse todas as formas possíveis de palavras, de mapeamentos e de sentenças. Isso impediria a criação de novas formas de elementos de linguagem. No entanto, as expressões metafóricas podem criar mapeamentos. Um exemplo se deu com o advento da revolução cognitiva, quando lançou a metáfora:

86) O cérebro é um computador.

Essa metáfora contribuiu com um campo de estudo promissor em seus primórdios, quando surgiram as primeiras tentativas de criação de programas de inteligência artificial. Não é aceitável dizer que ela já existisse em uma realidade supralinguística, já que não havia convencionalidade que ajustasse metáfora em algum mapeamento naquele tempo.

Ainda sobre a abordagem semântico-pragmática, reitera-se aqui a dificuldade de se interpretar as metáforas. Em alguns casos a dificuldade é mais saliente, como ocorre com algumas poesias. Apresenta-se um exemplo de uma estrofe do poema *O Homem; As Viagens*, de Carlos Drummond de Andrade.

Restam outros sistemas fora
Do solar a col-
Onizar.
Ao acabarem todos
Só resta ao homem
(estará equipado?)
A difícilima dangerousíssima viagem
De si a si mesmo:
Pôr o pé no chão
Do seu coração
Experimentar
Colonizar
Civilizar
Humanizar
O homem

Descobrimo em suas próprias inexploradas entranhas
 A perene, insuspeitada alegria
 De con-viver.

O que dizer dos versos “Pôr o pé no chão/ Do seu coração”? A interpretação da citação não é algo tão fácil de interpretar, podendo gerar interpretações diferentes, mas não arbitrárias. Uma maneira de se pensar a metáfora é que ela sugere a necessidade de encarar de frente os próprios sentimentos, de descer às profundezas da alma e confrontar aquilo que muitas vezes se teme ou mesmo se nega. É como se o coração fosse um terreno desconhecido que precisa ser explorado e compreendido. Em qual mapeamento encaixa essa expressão? Uma possibilidade é o mapeamento conceitual VIVER É SENTIR, que se refere ao fato de as pessoas precisarem experimentar sentimentos diversos, pois isso é o que torna a vida autêntica e plena. Certamente existem outras maneiras de interpretar, o que serve para mostrar que existem metáforas com um grau de dificuldade maior para a interpretação.

Gibbs (2010) destaca a complexidade da interpretação de metáforas, defendendo que a interpretação de metáforas envolve em lidar com as complexidades dinâmicas entremeadas. Isso quer dizer que existem muitos fatores que devem ser avaliados na interpretação de metáforas, de modo que focar em apenas um fator é um erro corrente na tradição, seja entre os filósofos, psicólogos e linguistas.

Mas os estudiosos muitas vezes acabam privilegiando suas próprias variáveis de interesse (i.e., pessoal, cognitiva, linguística, cultural ou pragmática) em suas explicações teóricas da metáfora, às vezes minimizando abertamente outros fatores relevantes e as teorias que são criadas para explicar essas outras variáveis (Gibbs, 2010, p. 675).

Logo, a proposta final desta tese é que a teoria semântico-pragmática aqui apresentada cria uma metodologia de interpretação de metáforas mais acertada que as duas concepções aqui delineadas, a de Searle e a de Lakoff. A teoria de Searle foi utilizada como base teórica por se entender que a primazia da significação linguística é a teoria dos atos de fala, como o próprio autor apresenta. A metáfora é um ato de fala, e como tal se caracteriza por ser um proferimento que diz algo literalmente, mas quer dizer algo além, seu significado intencional. E, inegavelmente, o significado literal da sentença e seus elementos pragmáticos são fundamentais para o ajuste da expressão em algum mapeamento conceitual.

Portanto, o que esta tese defendeu foi que a interpretação metafórica não é algo tão simples de ser feito. E mais, que as teorias que vendem a ideia de que a interpretação é objetiva, certa, irrefutável, não leva em conta as características de uma expressão

metafórica, como a coerência, parcialidade e cancelabilidade. Isso, por outro lado, não torna a proposta semântico-pragmática menor. Na verdade, o que se acredita aqui é que essa forma de investigar e interpretar o significado intencionado nas expressões metafóricas é, apesar de suscetível de erro, mais abrangente e mais precisa.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Bernardo. CAMILLO, José Carlos. **Interpretação de atos de fala:** metáforas e o papel da abdução. *In:* Veritas, v. 67, n. 1, p. 1-15, jan-dez. 2022, e-ISSN 1984-6746, Porto Alegre-RS: Revista de Filosofia da PUCRS.
- AMATUCCI, Marcos. **Diálogo com Bradley em a refutação do idealismo de Moore.** *In:* Syntesis, v.7, n. 2, p. 97-109, jul/dez de 2015, ISSN 1984-6754, Petrópolis-RJ: Universidade Católica de Petrópolis.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Por uma Concepção Semântico-Pragmática da Linguagem.** *In:* Revista Virtual de Estudos de Linguagem – ReVEL, V. 5, n. 8, março de 2007, pp. 1 – 25. ISSN 1678-8931.
- ASCOMBE, G. E. M. **Intentions.** EUA: Blackwell, 1957.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words.** Oxford-ING: Oxford University Press, 1962.
- AUSTIN, J. L. **Quando Dizer é Fazer:** Palavras e Ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artmed, 1990.
- AUSTIN, J. L. **Philosophical Papers.** 3. ed. Oxford-ING: Oxford University Press, 2007.
- AYER, A. J. **Linguagem, Verdade e Lógica.** Trad. Anabela Guerreiro. Lisboa: Editora Presença, 1991.
- BARROSO, Cícero Antônio C. **As Ciências Cognitivas e a Metáfora do Computador.** *In:* SOUZA, Marcus José A. de. FILHO, Maxwell Moraes de L. Escritos filosóficos II: linguagem e cognição. Maceió: EDUFAL, 2017.
- BAUM, William M. **Compreender o Behaviorismo:** comportamento, cultura e evolução. Trad. Maria Teresa A. Silva. *Et al.* 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BECK, Aaron T. ALFORD, Brad A. **The Integrative Power of Cognitive Therapy.** New York – EUA: The Guilford Press, 1997.
- BLACK, Max. **More about metaphor.** *In:* Metaphor and Thought. 2. ed. EUA: Cambridge University Press, pp. 19-41, 1993 [1979].
- BLACK, Max. **Como as metáforas funcionam:** Uma resposta a Donald Davidson. *In:* Da Metáfora. Org. Sheldon Sacks. Trad. Leila Cristina M. Darin; et al. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992 [1978], pp. 183-193.
- BLACK, Max. **Metaphor.** The Aristotelian Society, Vol. 55, pp. 273-294, 1954-1955.
- BRANQUINHO, João. MURCHO, Desidério. GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos.** São Paulo: Marins Fontes, 2006.

CARNAP, Rudolf. **Foundations of Logic and Mathematics**. In: NEURATH, O. CARNAP, R. MORRIS, Charles (Orgs). *International Encyclopedia Unified Science*. Vol. I, n. 1-5. Chicago-EUA: The University of Chicago Press, 1938.

CASTAÑON, Gustavo Arja. **John Searle e o cognitivismo**. In: *Ciência & Cognição*, 2006, Vol. 08, pp. 96-109, ISSN 1806-5821.

CHOMSKY, Noam. **Reflexões sobre a linguagem**. Trad. Mario Leite Fernandes. São Paulo: JSN Editora, 2009.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e Mente**. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2009a.

DASCAL, Marcelo. **Contextualism**. In: *Possibilities and Limitations of Pragmatics*. Ed. by Herman Parret, Marina Sbisà & Jef Vershueren. Vol. 7. *Studies in Language Companion Series (SLCS)*. Amsterdam/John Benjamins B. V. 1981, pp. 153-177.

DAVIDSON, Donald. **What Metaphors Mean**. In: *Critical Inquiry*, Vol. 5, n. 1, Special Issue on Metaphor, pp. 31-47, The University of Chicago Press, 1978.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Filosofia da linguagem: introdução crítica à semântica filosófica**. 2. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2017.

FERRÃO, Maria Clara. **Teoria da Metáfora Conceptual: uma breve introdução**. Jan. 2008. Acessado em 01/04/2024:
https://www.researchgate.net/publication/242715095_TEORIA_DA_METAFORA_CONCEPTUAL_UMA_BREVE_INTRODUCAO.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2022.

FREGE, Gottlob. **Os Fundamentos da Aritmética**. In: Gottlob Frege – Coleção Os Pensadores. Trad. Luís Henrique dos Santos. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1884].

FREGE, Gottlob. **Investigações Lógicas**. Trad. Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2002.

FREGE, Gottlob. **Sobre o Sentido e a Referência**. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas: Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009, pp. 129-158.

GIBBS JR., Raymond W. **Literal Meaning and Psychological Theory**. In: *Cognitive Science*, vol. 08, pp. 275-304, 1984.

GIBBS JR., Raymond W. **Taking Metaphor out of our heads and putting it into the cultural world**. In: GIBBS JR., Raymond W. STEEN, Gerald J (eds.). *Metaphor in Cognitive Linguistics*, 1997, pp. 145-166.

GIBBS JR., Raymond W. **The fight over metaphor in thought and language**. In: KATZ, Albert N. Et al. *Figurative Language and Thought*. EUA: Oxford University Press, 1998, pp. 88-118.

GIBBS JR., Raymond W. **Marcelo Dascal and the literal meaning debates**. In: Campinas-SP: Manuscrito, XXV(2), 2002, pp. 199-224.

GIBBS JR., Raymond W. **The dynamic complexities of metaphor interpretation**. In: São Paulo: PUC-SP, Revista Delta, v. 26, n. 3, 2010, pp. 657-677.

GIL, Maitê. **Contribuições de Grice para o estudo da metáfora**. Cadernos do IL, n. 42, junho de 2011, pp. 18-29. EISSN: 2236-6385.

GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1. ed. Portugal: Porto Editora, 2013.

GREIMAS, Algirdas J. COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GRICE, H. P. **Meaning**. The Philosophical Review, Vol. 66, 1957, pp. 377-388. Acessado em: <http://www.jstor.org/stable/2182440>.

GRICE, H. P. **Lógica e Conversação**. In: Fundamentos Metodológicos da Linguística, v. IV. Org. Marcelo Dascal. Trad. João Wanderley Geraldi. Campinas: 1982, pp. 80-103. Acessado em: https://kupdf.com/download/griceh-logica-e-conversaa0-598a3133dc0d60646e300d18_pdf.

GRICE, H. P. **Studies in Way of Words**. 4. ed. Massachusetts-EUA: Harvard University Press, 1995.

GRICE, H. P. STRAWSON, P.F. **Em defesa de um dogma**. Trad. Jorge Henrique Lima Moreira. Revista Ideação, N. 41, Janeiro/Junho 2020, pp. 332-347 [1956].

HAACK, Susan. **Dry Truth and Real Knowledge: Epistemologies of Metaphor and Metaphors of Epistemology**. In: https://www.researchgate.net/publication/311511990_Dry_Truth_and_Real_Knowledge_Epistemologies_of_Metaphor_and_Metaphors_of_Epistemology_1994. Acessado em: 10/04/2024.

HAACK, Susan. **A arte das metáforas científicas**. In: Cognitio – Revista de Filosofia. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2023. e-ISSN: 2316-5278.

LAKOFF, George. JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. EUA: The University of Chicago Press, 2003 [1980].

LAKOFF, George. JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação da trad. Mara Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002 (Coleção As Faces da Linguística).

LAKOFF, George. **The contemporary theory of metaphor**. In: ORTONY, Andrew (ed.). *Metaphor and Thought*. 2. ed. EUA: Cambridge University Press, 1993, pp. 202-251.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1983].

LOVE, Nigel. **Searle on language**. Language & Communication, Reino Unido, n. 19, p. 9-25, 1999.

MACEDO, Ana Cristina P. Silva de. FARIAS, Emilia Maria Peixoto. LIMA, Paula Lenz C. **Metáfora, cognição e cultura**. Revista Gragoatá, Niterói-RJ, n. 26, pp. 43-60, 1. sem. 2009.

MARCONDES, D. **Em defesa de uma concepção pragmática de linguagem**. Revista Gragoatá, Niterói-RJ, n. 18, p. 11-29, 1.sem. 2005.

MARCONDES, D. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARI. H. *et al.* **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG: 2001.

MARI. H. **Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura**. In: MARI. H. *et al.* **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG: 2001a.

MEURER, César Fernando. **Notas para um balanço atualizado da abordagem computacional da mente**. In: Veritas, v. 69, n. 1, p. 1-19, jan-dez. 2024, e-ISSN 1984-6746, ISSN-L 0042-3955 Porto Alegre-RS: Revista de Filosofia da PUCRS.

MILLER, Alexander. **Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

MILLER, George. **The Constitutive Problem of Psychology**. In: Kock, S. Leary, D. (orgs.). **A Century of Psychology as Science**. Washington, DC – EUA: American Psychological Association, pp. 40-45, 1992 [1985].

MORRIS, Charles. **Fundamentos de la teoria de los signos**. Trad. Rafael Grasa. Barcelona-ESP: Ediciones Paidós, 1985 [1938].

MORRIS, Charles. **Signs, Language and Behavior**. New York – EUA: George Braziller, 1946.

OLIVEIRA, ROBERTA P. de. BASSO, Renato Miguel. **Arquitetura da Conversação: teoria das implicaturas**. São Paulo: Parábola, 2014.

ORTONY, Andrew (ed.). **Metaphor and Thought**. 2. ed. EUA: Cambridge University Press, 1993 [1979].

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas**. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015.

PEIRCE, Charles S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Electronic edition. Ed. John Deely, 1994.

PEIRCE, Charles S. **Philosophical Writings of Peirce**. New Yoork-EUA: Dover Publications, 2014 [1955].

QUINE, W. V. O. **Word and Object**. Massachusetts-EUA: The Massachusetts Institute of Technology, 1960.

QUINE, W. V. O. **Reflexões Posteriores sobre a Metáfora**. In: Da Metáfora. Org. Sheldon Sacks. Trad. Leila Cristina M. Darin. Et al. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992, pp. 161-162.

QUINE, W. V. O. **Palavra e Objeto**. Trad. Sofia Inês Albornoz Stein e Desidério Murcho. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010a.

QUINE, W. V. O. **Dois Dogmas do Empirismo**. In: De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos. Trad. Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2010b.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RICHARDS, I. A. **The Philosophy of Rhetoric**. Oxford University Press, 1936.

RICOEUR, Paul. **O Processo Metafórico como Cognição, Imaginação e Sentimento**. In: Da Metáfora. Org. Sheldon Sacks. Trad. Leila Cristina M. Darin. Et al. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992, pp. 145-160.

RODRIGUES, Luís F. Estevinha. MOREIRA, Jorge Henrique L. **A inescrutabilidade da referência e a relatividade ontológica de Quine permitem a defesa do conhecimento científico?** Perspectiva Filosófica, vol. 49, n. 2, 2022, pp. 259-273.

ROSALDO, Michelle Z. **We do with words: ilongot speech acts and speech acts theory in philosophy**. Language in Society, Cambridge University Press, vol. 11, n. 2, pp. 203-237, agosto de 1982.

RUSSELL, Bertrand. **O Realismo Analítico**. Trad. Murilo Garcia de Matos Amaral. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa – BA, v.18, n. 2, pp. 459-479, dezembro, 2018 [1911].

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEARLE, J. R. **Austin on locutionary and illocutionary acts**. The Philosophical Review, Duke University Press, vol. 77, n. 4, pp. 405-424, outubro de 1968.

SEARLE, J. R. (org.) **The Philosophy of Language**. ING: Oxford University Press, 1971.

SEARLE, J. R. **Mentes, Cerebros y Ciencia**. Madrid-Espanha: Ediciones Cátedra, 1985.

SEARLE, J. R. **The Rediscovery of the Mind**. Massachusetts-EUA: MIT Press Cambridge, 1992.

SEARLE, J. R. **Expression and Meaning**: studies in the theory of speech acts. 12. ed. EUA: Cambridge University Press, 1999 [1979].

SEARLE, J. R. **Mente, Linguagem e Mundo**: filosofia no mundo real. Trad. F. Rangel. Rev. Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, edição epub [1998].

SEARLE, J. R. **Expressão e Significado**: estudo da teoria dos atos de fala. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. Trad. Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

SEARLE, J. R. **Consciousness and Language**. Cambridge-ING: Cambridge University Press, 2002c.

SEARLE, J. R. **Minds Brains and Science**. 30. ed. Massachusetts-EUA: Harvard University Press, 2003 [1984].

SEARLE, J. R. **Intentionality**: an essay in the philosophy of mind. EUA: Cambridge University Press, 2004 [1983].

SEARLE, J. R. **A Redescoberta da Mente**. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SEARLE, J. R. **Making the Social World**: the structure of human civilization. EUA: Oxford University Press, 2010a.

SEARLE, J. R. **Consciência e Linguagem**. Trad. Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010b.

SEARLE, J. R. **Speech Acts**: an essay in the philosophy of language. 34. ed. EUA: Cambridge University Press, 2011 [1969].

SEARLE, J. R. **O que é a linguagem**: algumas observações preliminares. In: TSOHATZIDIS, Savas L (org.). **A Filosofia da Linguagem de John Searle**: força, significação e mente. Trad. Luiz Henrique de A. Dutra. São Paulo: Unesp, 2012, pp. 17-51.

SEARLE, J. R. KIEFER, F. BIERWISCH, M. **Speech Act Theory and Pragmatics**. Dordrecht-HOL: D. Reidel Publishing Company, 1980.

SPERRY, Roger W. **The Impact and Promise of the Cognitive Revolution**. In: American Psychological Association, Vol. 48, N. 8, pp. 878-885, August 1993.

STRAWSON, Peter F. **Análise e Metafísica**: uma introdução à filosofia. Trad. Armando Mora de Oliveira. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.

TSOHATZIDIS, Savas L (org.). **A Filosofia da Linguagem de John Searle**: força, significação e mente. Trad. Luiz Henrique de A. Dutra. São Paulo: Unesp, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2001 [1921].

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012 [1953].

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1975. Coleção Os Pensadores [1953].